



A HISTÓRIA
DO LIVRO NO
Pará

Gramáticas e livros de leitura
(1850 a 1920)

Raimunda Dias Duarte
Rosane Barros de Melo
(Orgs.)



O livro contém nove artigos que tratam sobre o livro como lugar de produção sociopolítica, econômica e cultural, o que permite viabilizar a prática investigativa historiográfica pelas interpretações de sua linguagem, além de revelar práticas culturais e sociais da atividade de aprendizagem. Os textos, ora apresentados, destacam os livros de leitura e gramáticas usados na escola paraense a partir da segunda metade do século XIX, quando ocorreu uma ampliação da escola primária, antevista pelos republicanistas como instituição vocacionada a oportunizar a integração social e cultural. Escrito em linguagem clara e corrente, os textos que compõem o livro organizado por Raimunda Dias Duarte e Rosane Barros de Melo levam a compreender diversos aspectos do livro como objeto de estudo histórico. Sua organização contribui, especialmente, para a investigação da história das gramáticas que circularam no Pará, escritas por autores paraenses, num momento em que os manuais de gramática circulavam entre o acordo da linguagem e o pensamento nacionalista - que considerava abuso ou imperfeição tudo o que estivesse fora dessa concepção de língua- e a desvinculação ao formalismo acadêmico.

Maricilde Coelho



editora *fi*.org



A HISTÓRIA DO LIVRO NO PARÁ

A HISTÓRIA DO LIVRO NO PARÁ

GRAMÁTICAS E LIVROS DE LEITURA (1850 A 1920)

Organizadoras

Raimunda Dias Duarte

Rosane Barros de Melo



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DUARTE, Raimunda Dias; MELO, Rosane Barros de (Orgs.)

A história do livro no Pará: gramáticas e livros de leitura (1850 a 1920) [recurso eletrônico] / Raimunda Dias Duarte; Rosane Barros de Melo (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

357 p.

ISBN: 978-65-5917-648-9

DOI: 10.22350/9786559176489

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. livro; 2. gramáticas; 3. leitura; 4. Pará; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

SUMÁRIO

UM PANORAMA DE GRAMÁTICAS E GRAMÁTICOS PARAENSES	9
<i>Maricilde Coelho</i>	
APRESENTAÇÃO	12
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	
1	18
HISTÓRIA DO LIVRO NO BRASIL OITOCENTISTA: O CASO DO PARÁ	
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	
2	71
A REGULAMENTAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DE LEITURA E GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA	
<i>Arlene da Costa Sá</i>	
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	
3	102
DISCURSOS POLIFÔNICOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM NO COMPENDIO DE CIVILIDADE CHRISTÃ	
<i>Gleice Helem Ferreira Rodrigues</i>	
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	
4	149
A GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS NO BRASIL NO SÉCULO XIX: O CASO DO PARÁ	
<i>Rosane Barros de Melo</i>	
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	
5	184
A GRAMMÁTICA PORTUGUEZA DO PARAENSE JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA NO CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO SÉCULO XIX	
<i>Nilvane de Souza Oliveira Barros</i>	
<i>Raimunda Dias Duarte</i>	

6

204

A HISTÓRIA DE GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ IMPERIAL E REPUBLICANO: VILHENA ALVES E PAULINO DE BRITO

Michaelly Ameida de Menezes

Raimunda Dias Duarte

Rosane Barros de Melo

7

240

A LEGITIMIDADE DO MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA *COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES DE PAULINO DE BRITO* (1907)

Rosenita Fernandes Braga

Raimunda Dias Duarte

8

287

BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS (1908): A LÍNGUA NACIONAL

Andréia Feio da Costa

Raimunda Dias Duarte

9

326

CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA

Danielly Santos Machado

Raimunda Dias Duarte

AUTORAS

356

UM PANORAMA DE GRAMÁTICAS E GRAMÁTICOS PARAENSES

Maricilde Coelho

O livro organizado por Raimunda Dias Duarte contém nove artigos que tratam sobre o livro como lugar de produção sociopolítica, econômica e cultural, o que permite viabilizar a prática investigativa historiográfica pelas interpretações de sua linguagem, além de revelar práticas culturais e sociais da atividade de aprendizagem. Os textos ora apresentados destacam os livros de leitura e gramáticas usados na escola paraense a partir da segunda metade do século XIX, quando ocorreu uma ampliação da escola primária, antevista pelos republicanistas como instituição vocacionada a oportunizar a integração social e cultural.

Em Belém, o comércio do livro se intensificou a partir de 1860, quando a economia da exploração e exportação da borracha na província do Pará trouxe benefícios a uma parcela privilegiada da população. A criação da Biblioteca do Grêmio Literário Português em 1867, a ampliação da Biblioteca Pública e a fundação da Escola Normal do Estado em 1871, a inauguração do Teatro da Paz em 1872, a circulação da *Revista Amazônica*, organizada por José Veríssimo em 1883, a criação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia em 1894, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraense em 1900, são alguns exemplos dos ventos de renovação e movimentação cultural em Belém, a capital da Província do Pará.

O crescimento do movimento cultural na sociedade paraense aconteceu ao lado do crescimento das ideias liberais de democratização, secularização e obrigatoriedade da instrução pública, expressas em leis

e regulamentos. Neste contexto ocorreu a instalação de um mercado livreiro onde tipografias e livrarias passaram a exercer a impressão, lançamento e venda de livros com a finalidade de abastecer um mercado em expansão que incluía famílias letradas e o aumento do número de escolas na província.

Os capítulos que compõem o livro *A História do Livro no Pará: gramáticas e livros de leitura (1850 a 1920)* tratam da produção, circulação, divulgação e uso de livros escritos sob impulso do movimento de produção editorial de livros com finalidade escolar e revelam a ligação direta entre a necessidade pedagógica e o avanço comercial. Os capítulos revelam também a valorização da cultura letrada, impressa e tipográfica, como parâmetro do processo de ensino adequado à aprendizagem da leitura e da escrita, num momento histórico de consolidação da nação brasileira.

Três capítulos do livro versam sobre livros de leitura, mais especificamente sobre o uso do catecismo na escola. Os catecismos tinham por objetivo ensinar a moral e a religião católica por meio da leitura, memorização, recitação e cópia de biografias de santos e de histórias sagradas. Os catecismos instrumentalizavam os fundamentos do ato de ler escrever e reforçavam a aquisição de ideias e valores do projeto civilizatório dominante vigente no Brasil oitocentista. Em um dos capítulos, Raimunda Duarte e Gleice Rodrigues analisam o *Compendio de civilidade cristã*, de dom Antônio de Macedo Costa, e consideram que esse livro pretendeu dotar o leitor de uma educação “refinada” nos modos de comportar-se nos ambientes familiares e sociais ao mesmo tempo em que ofereceu uma educação baseada nos princípios cristãos da caridade e da fraternidade

Os outros seis capítulos do livro abordam gramáticas lançadas e utilizadas nas escolas paraenses com o claro objetivo de consolidar a

gramática nacional como uma maneira de falar e escrever corretamente, valorizando a lógica da razão no uso da palavra. Esses manuais de gramática foram inspirados nas gramáticas clássicas e eram centrados no ensino da escrita pela forma padrão da estrutura da língua vernácula e pela leitura dos clássicos literários.

Entretanto, dois capítulos mostram a produção de gramáticas que procuraram criar uma identidade nacional e local. O capítulo “*A Gramática Portuguesa* do paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza no cenário da instrução pública no Pará no século XIX”, de Nilvane de Souza Oliveira Barros e Raimunda Dias Duarte, revela a ousadia do autor em discordar da concepção filosófica de caráter dogmático e subverter as regras de pensar a gramática portuguesa, mesmo em notas de rodapé. No capítulo “A legitimidade do modo de falar brasileiro na obra *Colocação de pronomes* de Paulino de Brito”, Rosenita Fernandes Braga e Raimunda Dias Duarte analisam o livro de Paulino de Brito, resultado da longa e polêmica discussão com o gramático português Candido de Figueiredo, como uma defesa legítima da liberdade da constituição do brasileirismo na fala popular.

Escrito em linguagem clara e corrente, os textos que compõem o livro organizado por Raimunda Dias Duarte e Rosane Barros de Melo levam a compreender diversos aspectos do livro como objeto de estudo histórico. Sua organização contribui, especialmente, para a investigação da história das gramáticas que circularam no Pará, escritas por autores paraenses, num momento em que os manuais de gramática circulavam entre o acordo da linguagem e o pensamento nacionalista - que considerava abuso ou imperfeição tudo o que estivesse fora dessa concepção de língua- e a desvinculação ao formalismo acadêmico.

APRESENTAÇÃO

Raimunda Dias Duarte

As pesquisas sobre a história de livros começaram no doutorado, em 2011. Em 2015, defendi a tese *A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra Compendio de civilidade christã, de Dom Macedo Costa (1880 a 1915)*. César Castro (NEDHEL/UFPA, membro da Banca, dá o seguinte depoimento: “para o pesquisador entender o livro escolar no Pará, terá que passar pelo teu trabalho. É obrigatório”. Maria do Socorro Avelino de França (PPGDE/UEPA), também membro da banca, revela: “a investigação já se constitui referência para o estudo do livro didático na Amazônia paraense”. Em 2018, quando a tese foi publicada em formato de livro¹, Carlota Boto (FEUSP), prefaciadora, argumenta que o livro “escrito em uma linguagem clara e fluente, tem nas imagens um texto paralelo, para além de ilustrar o trabalho, ajuda a contar a história”²

A discutir sobre o livro de leitura *Compendio de civilidade christã*, fiz uma investigação sobre livros escolares de leitura publicados no Pará no século XIX. Deparei-me, então, com um acervo importante de obras escolares do gênero. Autores paraenses que eram pouco estudados __ ou que ainda não haviam sido estudados __ até então, foram resgatados na pesquisa, como: Paulino de Brito, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas,

¹ A tese foi publicada com o nome *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*, pela Pontes editores.

² As três citações (de César Castro, Maria do Socorro A. França e Carlota Boto) constam na orelha do livro acima, publicado em 2018.

Antonio de Macedo Costa, Vilhena Alves, Julio Cezar Ribeiro de Souza, entre outros.

Para dar continuidade à pesquisa sobre a história do livro escolar no Pará, criei, em 2016, o Grupo de estudo em história do livro didático da Amazônia (GEHLDA), cadastrado no CNPq. Desde então, as pesquisas desenvolvidas no GEHLDA têm trazido contribuições importantes para a história do livro no Brasil e têm dado visibilidade nacional e internacional a autores paraenses de livros escolares de leitura e de gramáticas primárias.

O GEHLDA conta com alunos bolsistas PIBIC e voluntários, que têm se engajado na “garimpagem” e na descrição de livros de leitura e gramáticas paraenses Publicados no século XIX e no início do século XX. A obra que apresento aos leitores conta com 9 capítulos. Com exceção do primeiro capítulo, escrito por mim, os demais foram resultado de trabalhos de conclusão de curso de minhas orientandas, bolsistas PIBIC e voluntárias.

O capítulo 1, **História do livro no Brasil oitocentista: o caso do Pará**, apresenta um panorama sobre a produção do livro escolar no Pará no século XIX, mostrando que o estado se colocou numa posição honrosa pela vasta produção de livros escolares, principalmente na área da leitura e da gramática. A autora discute, também, como se deu a impressão, a editoração e a caracterização dos primeiros livros impressos no Pará no século XIX. Autores paraenses se destacaram nesse período, como Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, Hygino Amanajás, Antonio de Macedo Costa, Francisco Ferreira Vilhena Alves. Outros, que tiveram importância singular carecem de estudo, como David Correa Sanches de Frias, com sua obra *A mulher: sua infância, educação e*

influencia na sociedade. Essa obra, que está além do seu tempo, discute a emancipação da mulher em pleno século XIX.

O capítulo 2, **A regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará oitocentista**, investiga duas categorias importantes para a história do livro: a regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas no Pará no século XIX, indicando os aspectos ideológicos que nortearam esse processo. Tendo como fonte a *Revista educação e ensino* (1891-1895), as autoras mostram que muitos educadores paraenses, autores de livros de leitura e gramáticas primárias, tiveram seus compêndios aprovados para serem adotados nas escolas paraenses. Contudo, obras de autores não paraenses, como Abílio Cezar Borges, Felisberto de Carvalho e João Ribeiro, também circularam nas escolas paraenses.

O capítulo 3, **Discursos polifônicos sobre civilidade e linguagem no Compendio de civilidade cristã**, analisa a relação entre as ideias de civilidade e o uso da língua portuguesa no século XIX a partir da análise do livro de leitura acima. No texto, há uma discussão profícua sobre a instrução no Pará imperial, cujo foco está na tentativa de civilizar a criança nos moldes europeus. As autoras trazem para a discussão a legislação que trata da instrução pública no Pará imperial (regulamentando métodos de ensino, disciplinas ministradas, idade da criança que deveria cursar o ensino primário, instituição de grupos escolares) e no Pará republicano (forma de ensino, disciplinas ministradas etc.). Além disso, as autoras analisam os discursos polifônicos sobre civilidade e linguagem no *Compendio de civilidade cristã* a partir dos pressupostos de Mikhail Bakhtin.

O capítulo 4, **A gramatização brasileira do português no Brasil no século XIX: o caso do Pará**, ajuda a compreender como se deu o processo

de gramatização brasileira do português no Pará. As autoras discutem o modelo de gramática que predomina na primeira metade do século XIX no Brasil, apontando que a gramática geral e filosófica está esvaziada de qualquer marca linguística do português brasileiro. As autoras também discutem a importância de dois Julio Ribeiro para o processo de gramatização do português no Brasil. O primeiro, Julio Cezar Ribeiro Wahngam, mineiro, é considerado por muitos autores como o gramático que começou o processo de gramatização do português no Brasil, com a publicação da sua *Grammatica portuguesa*, em 1881. As autoras, por sua vez, trazem para a ordem do dia o gramático parense Julio Cezar Ribeiro de Souza (chamado de Julio Cezar), que publicou também um compêndio com o nome de *Grammatica Portugueza*, em 1872, que já traz marcas do processo de gramatização brasileira do português.

No capítulo 5, **A *Grammatica portuguesa* do paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza no cenário da instrução pública no Pará no século XIX**, as autoras analisam a importância do compêndio do autor paraense para o processo de gramatização no Brasil. Descreve-se o cenário que envolvia a instrução pública no Brasil e no Pará no século XIX, desde a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, cujas gramáticas de diferentes autores portugueses e brasileiros que foram adotadas nas escolas paraenses eram de base filosófica. Ao tratar do compêndio de Julio Cezar, primeira gramática portuguesa publicada no Pará (1872), as autoras fazem uma descrição física e pedagógica da obra.

No capítulo 6, **A história de gramáticas primárias no Pará imperial e republicano: Vilhena Alves e Paulino de Brito**, as autoras investigam sobre a produção de gramáticas primárias no Pará no século XIX e no início do século XX, discutindo sobre a vida e a obra de vários

educadores paraenses de visibilidade nacional como Vilhena Alves e Paulino de Brito.

No capítulo 7, **A legitimidade do modo de falar brasileiro na obra *Colocação dos pronomes*, de Paulino de Brito (1907)**, as autoras discutem as relações sociais, históricas e culturais que influenciaram as variações linguísticas do final do século XIX e do início do século XX no Pará. Faz-se um estudo discursivo sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro, tomando-se como objeto de estudo a obra *Colocação dos pronomes*, publicada em 1907, período em que havia uma supervalorização da cultura europeia no Brasil que perpassava pelo modo de falar. Nos enunciados analisados na obra são confrontados dois pontos de vista: um que defende o modo de falar português, representado pelo gramático português Candido de Figueiredo, autor que trata de forma pejorativa o falar brasileiro chamando-o de “brasileirismo”; outro que defende a forma de falar brasileiro em suas particularidades, representado por Paulino de Brito.

O capítulo 8, ***Brasileirismos na colocação de pronomes clíticos (1908): a língua nacional***, também trata de uma obra de Paulino de Brito, publicada em 1908, como tréplica à réplica de Candido de Figueiredo no livro *O problema da colocação dos pronomes*, publicado como resposta à obra *Colocação dos pronomes*. O fenômeno da colocação dos clíticos pronominais é considerado um dos temas mais polêmicos da língua portuguesa, sobretudo, porque se baseia no modo de falar de Portugal. Ao analisar o fenômeno da colocação de pronomes, Paulino de Brito dialoga com vários intelectuais do final do século XIX e do início do século XX, atravessando o século XIX, atualizando-se na contemporaneidade. As discussões do início do século XX, embaladas pelos ideais

da República, buscam legitimizar o nacionalismo brasileiro sobretudo nos modos de falar.

Por fim, o capítulo 9, **Concepções sobre o uso do pronome oblíquo átono em início de enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909)**, de Augusto Meira, também envolve as discussões em torno das variações pronominais. Contudo, nesse estudo, busca-se entender a visão de gramáticos brasileiros e portugueses e de outros intelectuais sobre o uso da próclise em início de enunciados. Augusto Meira analisa a visão dos seguintes gramáticos: Candido de Figueiredo (1846-1925), Paulino de Brito (1858-1919) e Said Ali (1861-1953). O autor também analisa a posição de Osório Duque Estrada, Felix Coelho, Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro. Augusto Meira, no início do século XIX, apresenta argumentos consistentes ao fato de o português brasileiro apresentar variações em relação ao português de Portugal, sobretudo nas colocações pronominais.

1

HISTÓRIA DO LIVRO NO BRASIL OITOCENTISTA: O CASO DO PARÁ ¹

Raimunda Dias Duarte ²

Entre os setores culturais em que o Pará comporta honroso confronto com o que de melhor existe no País inclui-se sem dúvida o setor de letras didáticas.

Eidorfe Moreira

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a história do livro ajudam a compreender como o contato com a palavra afeta o pensamento e o comportamento da humanidade (DARNTON, 2010, p. 122), seja ela escrita em pedra, papiros, pergaminhos, madeira, livro impresso ou digital etc. No espaço escolar brasileiro, tabela, translado, folheto, cartas pessoais, documentos de cartório, cartazes, gramáticas, obras doutrinárias, a Constituição, e até a Bíblia, foram usados na instrução pública e contribuíram para a formação da mentalidade da criança brasileira. Contudo, o livro impresso, cuja produção foi amplamente incentivada a partir da segunda metade do século XIX, foi um importante veículo de divulgação dos ideais imperiais e republicanos no país.

Neste estudo, são feitas reflexões sobre a produção do livro escolar no Brasil oitocentista, com foco em livros escolares de leitura,

¹ Neste capítulo, a autora ressignifica o capítulo 2 da sua obra *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*, publicada em 2018, pela Pontes editores.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA). E-mail: rayduart@ufpa.br

destinados à instrução de crianças do ensino primário³. Ao tratar da produção dos livros escolares, Batista (2009, p. 46) argumenta que os “manuais didáticos podem ser tanto aqueles textos ou impressos utilizados pela escola quanto aqueles a ela propositadamente destinados”. Muitos livros, textos e impressos que a escola adotou, considerando-os adequados para a instrução/educação de crianças e jovens no Oitocentos, tanto no Império quanto na Primeira República, não foram, em sua origem, destinados à escola, mas foram utilizados por ela para auxiliar no desenvolvimento das atividades escolares. No estado do Pará, há um grande acervo de obras produzidas na segunda metade do século XIX que, a princípio, não foram destinadas ao ensino da leitura, mas que depois foram usados para esse fim.

Por outro lado, existem os textos que foram produzidos e impressos com vistas ao mercado escolar. “É nesses livros que, em geral, pensamos quando nos referimos a livros escolares. Trata-se daqueles textos e impressos que, desde o processo de concepção são gerados tendo em vista finalidades escolares” (BATISTA, 2009, p. 46). Esse gênero constitui um número menor de obras.

Este estudo mostra como se deu a produção do livro escolar no Brasil Oitocentista. Na primeira metade do século XIX, nossas livrarias eram rudimentares e não podiam publicar livros. Nesse período, vários livros estrangeiros circularam no país, foram adotados em escolas brasileiras/paraenses que contribuíram para a formação da mentalidade da criança brasileira. Na segunda metade do século, porém, com o incentivo do governo, houve uma grande produção de livros escolares. O Pará ficou em uma posição honrosa pela vasta produção de livros escolares,

³ Hoje chamado de séries iniciais.

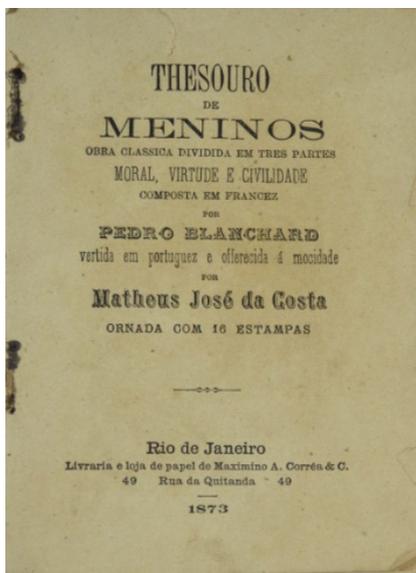
principalmente na área da leitura e da gramática. Autores paraenses se destacaram na produção de livros de leitura. Muitas dessas obras circularam por vários estados da Federação e tiveram visibilidade internacional.

1 A PRODUÇÃO DO LIVRO ESCOLAR NO BRASIL

No Brasil, na primeira metade do século XIX, sem a obrigatoriedade da escolarização, o material usado para o ensino da leitura era, geralmente, documentos de cartório, cartas pessoais, códigos criminais e a própria Bíblia Sagrada (BATISTA; GALVÃO, 2009). Contudo, embora houvesse pouco interesse institucional em investir na produção de material escolar, as primeiras obras foram publicadas pela Imprensa Régia (depois, chamada de Imprensa Nacional), departamento de imprensa do governo português no Brasil, criada em 1808, no Rio de Janeiro, com um dos propósitos de “auxiliar a expansão da educação pública” (HALLEWELL, 2005, p. 111).

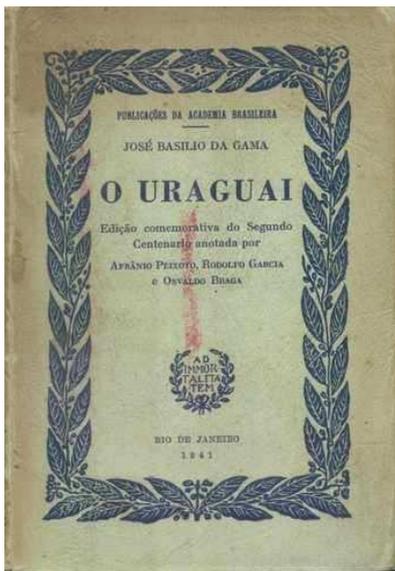
Entre os livros publicados pela Imprensa Régia, cite-se *O tesouro dos meninos*, de Pierre Blanchard _ cuja temática se concentra na moral, na virtude e em boas maneiras _ e a obra literária *O Uruguai*, de Basílio da Gama.

Imagem 1: capa do livro *Thesouro de meninos*, 1873



Fonte: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=322780>

Imagem 2: Capa do livro *O Uruguai*, 1841



Fonte: <https://www.estantevirtual.com.br/sebopaulistano/jose-basilio-da-gama-o-uruguai-471851509>

Thesouro de meninos foi traduzido do francês por Matheus José da Costa. A edição acima foi publicada pela livraria e loja de papel de Maximino A. Corrêa & C. A obra foi oferecida à mocidade. A temática se concentra na moral, na virtude e na civilidade (boas maneiras). *O Uruguai*, de José Basílio da Gama, foi publicado em 1769, em Lisboa. A segunda edição da obra foi publicada em 1811, no Rio de Janeiro (BLAKE, 1898). Nesse período, o mercado de livro escolar era pequeno e parecia não interessar muito às editoras nacionais. A imagem 2 é uma edição comemorativa publicada em 1941.

A partir da segunda metade do século XIX __ com a reforma Couto Ferraz (BRASIL, 1854), a qual regulamentou os ensinos primário e secundário no Município da Corte (cidade do Rio de Janeiro) __ a escola é institucionalizada no Brasil como principal espaço social destinado à instrução. A reforma trouxe mudança no método de ensino, que passou a ser o simultâneo (art. 73), em que as crianças, classificadas por série, recebem os mesmos estudos, no mesmo espaço, por meio dos mesmos livros e deveres. O modelo de ensino é seriado. A aprendizagem é progressiva. Os alunos passam gradativamente de série em série (da primeira para a segunda, da segunda para a terceira etc.).

Nesse período, circulou na província do Pará o *Manual Encyclopedico para uso das escolas de instrucção primaria*, de Emilio Achilles Monteverde, escritor e diplomata português. A primeira edição do manual é de 1837 (GOMES; SANTOS, 2022). A imagem 3 é da folha de rosto da 11ª. edição, publicada em 1879.

Imagem 3: folha de rosto do *Manual Encyclopedico*, 1879

Fonte: biblioteca particular da autora, 2022

Artigo extraído da *Voz paraense*, periódico religioso, científico e comercial, em sua edição de 22 de janeiro de 1851, atesta a circulação da 5ª. edição do Manual na província do Pará. Por ter tido grande aprovação em Portugal, a obra foi admitida nas escolas do Brasil. No artigo, é dada muita credibilidade à obra, que se acha melhorada e com seu conteúdo ampliado.

O compêndio trata de princípios gerais da moral, da religião e da história sagrada com a devida adequação à compreensão do público infantil, apropriado à formação moral e religiosa. Da parte destinada à gramática portuguesa, essa edição do compêndio ampliou o tratado da parte mecânica da língua e adicionou na parte lógica um fácil conhecimento da língua materna; fez várias adequações na parte da conjugação

dos verbos e da sintaxe, adotando paradigmas da gramática de Soares Barbosa, de Moraes e de Constancio. Na parte da aritmética, segue o sistema e os princípios de Bezout e de Fejo, oferecendo exercícios e problemas relacionados às quatro operações, frações ordinárias, decimais e juros. O autor acrescentou, também, elementos de civilidade e adicionou um método mais vantajoso — o método simultâneo — que é, conforme se diz, menos trabalhoso que o método individual, seguido nas escolas públicas e particulares.

Na matéria, há o argumento de que, enquanto não há no Brasil uma obra que proporcione à criança as primeiras noções e uma literatura simples, agradável e perceptível, deve-se adotar o manual de Monteverde, que dá uma ideia necessária da moral, da física geral, da história da natureza, da etnografia, da gramática portuguesa, da aritmética, da geografia, da história nacional, da mitologia e das instituições sociais, sempre de um modo claro, fácil e ao alcance das crianças.

Para garantir a produção e a adoção de livros escolares nas escolas, o governo prevê, na Reforma Couto Ferraz, prêmios aos professores ou a qualquer pessoa que produzisse compêndios para uso das escolas ou traduzisse compêndios publicados em língua estrangeira (art. 56). A partir de então, passou a haver um grande interesse pela produção de livros no país.

Bragança (2002, p. 75), afirma que

A segunda metade do século XIX, além de ter sido um período de grande desenvolvimento das forças produtivas no mundo e também no Brasil, as lutas político-ideológicas, especialmente, em favor da Abolição da escravidão e pela República, criaram um ambiente muito favorável à ampliação do público leitor.

Muitos livros para a infância, voltados para o ensino da leitura, foram produzidos em séries graduadas, (1º. livro, 2º. livro etc.) para atender ao novo modelo de ensino e à regulamentação do ensino da leitura e da escrita no currículo oficial (art. 47). No Pará, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas foi um grande representante de livros escolares voltados para as séries iniciais na segunda metade do século XIX. Os livros de leitura *Paleographo ou a arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da província do Pará* e *Ensaio de Leitura (1º., 2º. e 3º.)* foram usados em vários estados brasileiros.

O estabelecimento pleno do método simultâneo no Brasil só foi possível a partir da última década do século XIX, com a construção de espaços próprios chamados de grupos escolares (FARIA FILHO, 2008, p. 142) ou escolas graduadas. Em 19 de abril de 1879, é sancionado o Decreto n. 7.247, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho ⁴ (BRASIL, 1879). Esse preceito legal traz uma inovação no método de ensino, instituindo o método intuitivo, regulamentado como noções das coisas (art. 4º.) no componente curricular da escola primária. Esse método está focado na intuição, na observação, “enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana” (FARIA FILHO, 2008, p. 143) e se propõe dar as lições de uma forma mais prática e mais viva, por meio da importância da observação das coisas e da educação dos sentidos.

Despertar e aguçar o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las, este é o objetivo das lições de coisas no ensino primário (SCHELBAUER, s/d, p. 12).

⁴ Essa reforma traz à tona “um elemento que ocupou lugar central no ideário pedagógico brasileiro no Segundo Império e ao longo da Primeira República: o higienismo” (SAVIANI, 2011, p. 136).

Os manuais escolares elaborados a partir de então passaram a ser norteados por uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro que, em lugar de subsidiar a aprendizagem do aluno, passa a ser um instrumento essencial para o professor, cujas atividades são elaboradas nos moldes da orientação metodológica instituída. O americano Norman Allison Calkins foi o autor do mais famoso desses manuais, denominado *Lições de Coisas*, que tem sua primeira publicação editada em 1861, com reforma e ampliação em 1870.⁵ O trabalho com o referido método na escola primária brasileira atravessou a Primeira República e perdurou até a década de 30 do século XX” (FARIA FILHO, 2008, p. 144).

No novo modelo de organização escolar, Baptiste Garnier foi “o primeiro editor a envidar um verdadeiro esforço para atender as necessidades de livros escolares brasileiros e assumir um risco comercial por sua própria iniciativa” (HALLEWELL, 2005, p. 216). O autor aponta Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho como principal autor de livros didáticos da Garnier. Entre as obras de Felisberto de Carvalho estão *Instrução Moral e Cívica* (2ª. edição de 1892) e *Primeiro e segundo livro de leitura* (1892). Nesse período, houve um grande interesse das editoras pela educação elementar.

No Brasil, no final do século XIX e no início do século XX, muitos autores que já publicavam obras escolares na fase imperial reeditam seus compêndios a fim de adequá-los às ideias republicanas. Outros intelectuais já começam no mercado editorial produzindo seus compêndios nos moldes das ideologias republicanas. Contudo, muitas dessas obras ainda são atravessadas por vozes que se constituem no Império brasileiro.

⁵ No Brasil, essa obra foi traduzida por Rui Barbosa em 1881 e publicada em 1886 (SAVIANI, 2011, p. 139).

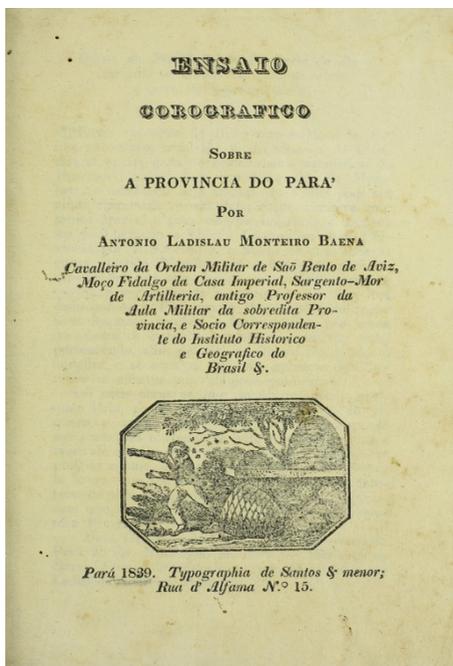
Se Garnier foi um editor muito importante para a edição de livros escolares no século XIX, Francisco Alves atravessou o século XIX e “lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil” (BRAGANÇA, 2002, p. 76). Nas primeiras décadas do século XX, Ele detinha uma grande parcela do comércio livreiro brasileiro. Esse editor foi muito importante para a história do livro no Brasil por sua dedicação à publicação de livros escolares.

Além de conquistar o comércio livreiro nacional, Francisco Alves teve uma grande inserção no comércio livreiro exterior, tendo adquirido a importante A editora e parte da Livraria Bertrand, em Portugal. Comprou, também, parte da Livraria Aillaud, em Paris. Foi considerado, portanto, “um editor brasileiro que, de forma pioneira e, até hoje, incommum, teve empresas afiliadas no estrangeiro” (BRAGANÇA, 1999, p. 454). Dentro do contexto de produção do livro escolar no Brasil, o Pará ocupa uma posição de destaque na segunda metade do século XIX.

2 Impressão, editoração e caracterização do livro escolar no Pará

O Pará se inseriu no campo da impressão e da editoração a partir da Independência do Brasil. Contudo, “as primeiras oficinas gráficas eram muito rudimentares e desaparelhadas, por isso, não podiam imprimir livros” (MOREIRA, 1979, p. 11). Apesar das dificuldades enfrentadas pelos editores, duas publicações são importantes nesse período: a primeira foi o *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicada em 1839. A obra foi impressa pela Typographia de Santos e Menor, pertencente a Honório José dos Santos. Em 1840 foi publicada a *Cartilha Imperial*, de Felipe Patroni (MOREIRA, 1979, p. 11-2).

Imagem 4: capa do livro *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, 1839



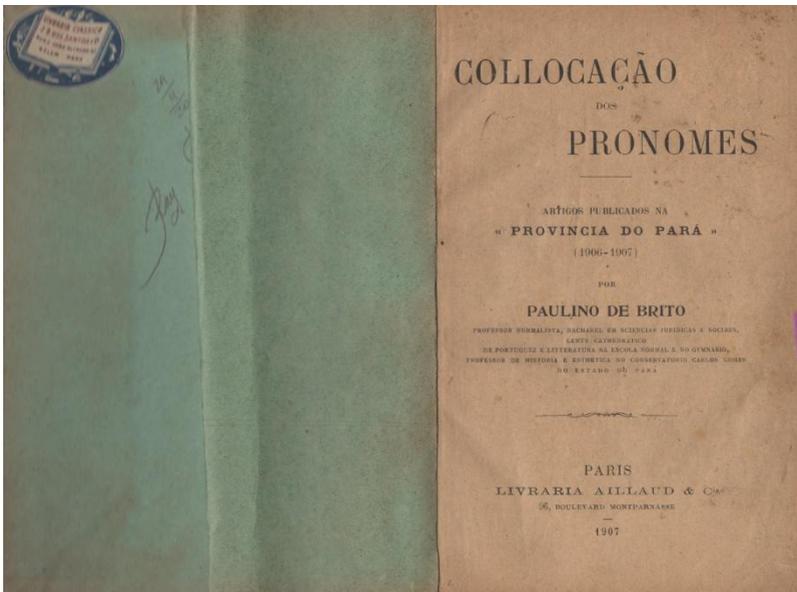
Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7185>

A partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento econômico da província por causa da era da borracha, foi legitimada efetivamente a impressão e a editoração de obras escolares no Pará. A Livraria Clássica, fundada em 1855⁶, foi uma das firmas editoriais que se destacaram nesse período. Essa editora passou à responsabilidade de várias firmas, mas foi só a partir da gerência da firma J. B. dos Santos & Cia que atingiu o apogeu das suas atividades editoriais. “Guardadas as devidas proporções, exerceu entre nós papel equivalente ao da Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro” (MOREIRA, 1979, p. 12). A Livraria Clássica foi recordista de livros escolares no Pará.

⁶ Não confundir com a livraria Clássica, fundada em 1854, no Rio de Janeiro, pelo imigrante português Nicoláo Alves e que, depois, sob a gestão de Francisco Alves, se transformou em Livraria Francisco Alves.

A obra *Collocação de Pronomes*⁷, de Paulino de Brito, publicada em 1907 pela Livraria Aillaud & Cia, foi um dos livros que a Livraria Clássica editou em Paris. Nesse período, a editora já estava sob a gerência da firma J.B. dos Santos e Cia, localizada na rua João Alfredo n. 61. O selo impresso na extremidade superior esquerda do verso da capa da obra contém o nome da livraria Clássica, o nome da firma J.B. dos Santos e a localização desta.

Imagem 5: verso da capa e folha de rosto da obra *Collocação de Pronomes*, de Paulino de Brito, livraria Allaud & Cia, 1907.



Fonte: biblioteca particular da autora, 2014.

Moreira (1979, p. 13) argumenta que, embora as nossas mais importantes livrarias do passado tenham exercido atividades editoriais, “se não evitaram fazer editoração para fins escolares, pouco fizeram nesse

⁷ Esta obra é estudada no capítulo 7

sentido”. Contudo, o autor destaca editoras que atuaram nessa frente, entre as quais a Livraria Universal, de Tavares Cardoso & Cia, que se notabilizou por meio do lançamento de obras de fundo histórico, como *Estudos de História Paraense e Jesuítas no Grão-Pará*, de João Lúcio de Azevedo; a editora e oficina gráfica de Alfredo Augusto Silva __ onde foram publicadas as mais importantes obras literárias paraenses, entre as quais *Cantos Amazônicos*, de Paulino de Brito __ e o Instituto Lauro Sodré, que “teve também participação importante na impressão de muitas das nossas obras didáticas” sobretudo no início do século XX (MOREIRA, 1979, p. 13). A editora J. B. dos Santos também teve sua importância porque publicou, em 1900, o livro de leitura *Paraenses Illustres*, de Raymundo Cyriaco Alves da Cunha. No verso da folha de guarda da obra constam outros livros didáticos publicados pela J. B. dos Santos. São eles: *Geometria Pratica ou Desenho Linear*, de J. de Britto Bastos; *Novíssimo Primeiro Livro de Leitura* (5ª. edição, reformado) e *Segundo Livro de Leitura* (6ª. edição, reformado), de Augusto Ramos Pinheiro; *Collecção de Traslados*, de Emanuel João Alves e *Analyse moderna*, de Vilhena Alves.

Moreira descreve as nossas primeiras obras didáticas da seguinte maneira:

De um modo geral, nossas primeiras obras didáticas são materialmente pobres, de pequeno formato, com desinteressante apresentação gráfica. Não havia ainda comércio editorial organizado, de modo que essas obras eram quase sempre impressas às expensas dos próprios autores. Só com o advento da fase áurea da borracha é que surgiu verdadeiramente mercado para essas obras, cujo ritmo de editoração cresceu por isso consideravelmente nessa fase, permitindo até mesmo a impressão de algumas delas no estrangeiro, principalmente na França, onde se notabilizaram neste particular os estabelecimentos gráficos de Aillaud & Cie e Jablonski, Vogt & Cie, da capital francesa (MOREIRA, 1979, p. 14).

Ao comparar a capa do livro escolar *Ensaio de Leitura*, de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, publicado pela editora francesa Jablonski Vogt & Cie em 1910, com a capa do livro *Paraenses Illustres*, pode-se observar que a publicação paraense se enquadra na descrição feita por Moreira (pobre, de pequeno formato, com desinteressante apresentação gráfica). Ao contrário, a publicação editada na França apresenta um *design* mais bem trabalhado, em consonância com as modernas gráficas francesas.

Imagem 6: capa dos livros de leitura *Paraenses Illustres* (editora J. B. dos Santos & Cia, 1900)

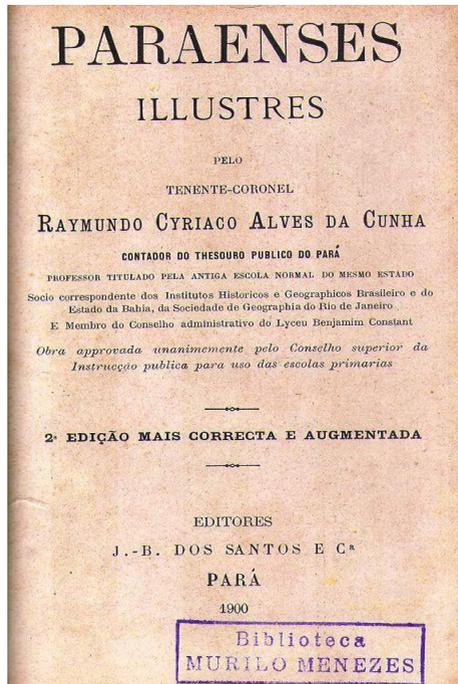


Imagem 7: *Ensaio de leitura* (editora Vogt & Cie, 1910)



Fonte: seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2014.

Moreira afirma que a Livraria Clássica foi a que mais utilizou gráficas estrangeiras. O autor argumenta que

O fato de imprimirmos obra no exterior mostra não só o grau de prosperidade que alcançáramos como as facilidades que então tínhamos no plano internacional. Poucos Estados em nosso país se favoreceram como nós sob este aspecto (MOREIRA, 1979, p. 14).

A bibliografia didática paraense da segunda metade do século XIX, voltada para o ensino primário, deixou o estado do Pará numa posição honrosa em relação a outros estados da Federação. No que diz respeito às obras voltadas para o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais, tanto no que diz respeito ao ensino da leitura e da escrita quanto ao

ensino da gramática, não dependíamos de livro de fora do estado ou do país, pois tínhamos suprimento próprio.

Dois autores paraenses que publicaram livros escolares no período Imperial na então província do Pará tiveram especial importância. São eles: Julio Cezar Ribeiro de Souza⁸, representante de gramáticas primárias, e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas⁹, autor de livros escolares de leitura.

Moreira (1972, p. 30-31), ao discutir sobre os livros de português, mostra que Julio Cezar Ribeiro de Souza, autor da *Grammatica Portuguesa para as escolas primarias*, foi o primeiro intelectual que publicou gramática escolar no Estado do Pará¹⁰. Cunha, R., (1970, p. 111) o inclui na relação dos paraenses ilustres, descrevendo-o da seguinte forma: “Julio Cezar nasceu em 13 de junho de 1843, na Villa do Acará [...]. Desde os mais verdes anos manifestou uma inteligência privilegiada; e, havendo sido matriculado no Seminário desta capital, distinguiu-se notavelmente entre os seus colegas”.

A *Grammatica Portuguesa* foi publicada em 1872, tendo sido aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, que premiou Julio Cezar por considerar seu compêndio o melhor dos que havia na época, comparado com gramáticas que foram editadas em outros lugares e adotadas na Província do Pará. Em termos de editoração, o compêndio é uma “obra de pequeno formato e singela apresentação gráfica, impressa na ‘Tipografia Comercial’, de Francisco da Costa Junior,

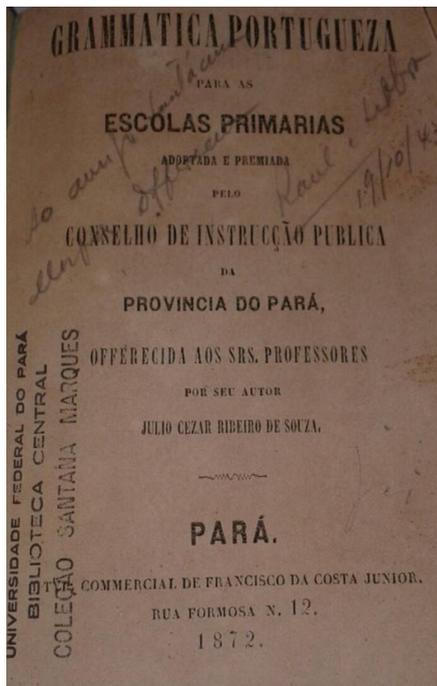
⁸ A gramática de Julio Cezar será estudada com detalhes no capítulo 5.

⁹ Trataremos desse autor na seção 3.

¹⁰ Ver DUARTE et al. (Orgs.). A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador. Porto Alegre, RS: Fj, 2021, cap. 6.

estabelecimento situado na então Rua Formosa, hoje 13 de Maio” (MOREIRA, 1979, p. 30).

Imagem 8: capa da *Grammatica Portugueza*, 1872.



Fonte: seção de obras raras da biblioteca Central da UFPA, 2014.

No que se refere à produção voltada para o ensino da língua portuguesa, o livro estrangeiro levava muita vantagem em relação à produção local¹¹. A produção cultural vinda da Europa, principalmente de Portugal e da França, dominava a mentalidade da elite brasileira, que pretendia “civilizar” a criança brasileira nos moldes da cultura europeia. A obra *O problema da colocação de pronomes* (com sua primeira edição publicada em 1909), de Candido de Figueiredo, gramático

¹¹ As gramáticas de Candido de Figueiredo, autor português, norteavam o ensino de gramática no Brasil.

português, circulou amplamente no Brasil até a década de 1950¹², com edição de 1952¹³. Esse longo período de circulação da obra mostra a grande aceitação da obra no cenário da educação brasileira. Curiosamente, só há registro da edição única da gramática de Paulino de Brito, publicada em 1906-1907.

Candido de Figueiredo produziu *O problema da colocação de pronomes* como réplica à obra *Colocação de pronomes* (imagem 5), de Paulino de Brito¹⁴.

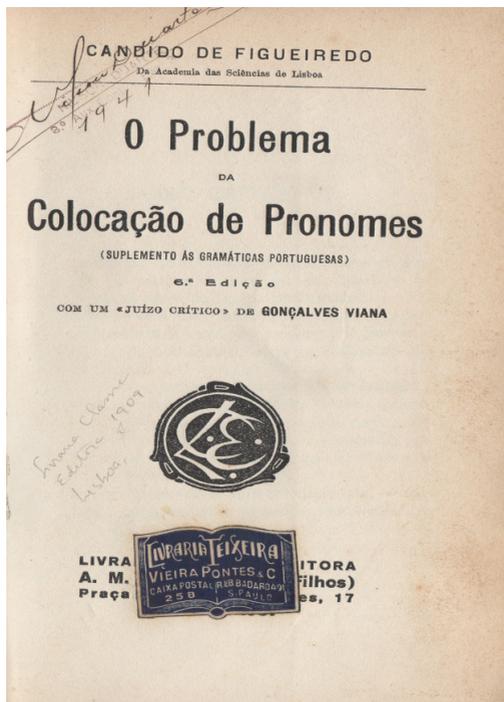
Como se sabe, a primeira parte deste volume é resposta directa aos artigos que o sr. Paulino de Brito, professor da Escola Normal do Pará, publicou em um diário da sua terra contra a exacta colocação dos pronomes pessoais atônicos. Êsses artigos, segundo me consta, reuniu-os ele depois em opúsculo, dando-lhes assim mais vistosa publicidade (FIGUEIREDO, C., 1937, apêndice).

¹² Pesquisa realizada no site da 'Estante Virtual', que reúne as obras de sebos espalhados pelo Brasil (www.estantevirtual.com.br).

¹³ Não foi possível identificar a edição, mas talvez seja a 8ª. ou a 9ª., posto que há registro da 7ª. edição publicada em 1944.

¹⁴ Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo travaram uma discussão intelectual e ideológica em torno do fenômeno da colocação de pronomes, que resultou nas obras: *Colocação de pronomes*, 1906-1907, e *Brasilirismos na colocação de pronomes*, 1908, de Paulino de Brito, e *O problema da colocação de pronomes*, 1909, de Cândido de Figueiredo.

Imagem 9: folha de rosto da obra *O problema da colocação de pronomes*, 6ª. edição, Livraria Teixeira, 1937.



Fonte: biblioteca particular da autora, 2022.

José Veríssimo já declarava, no final do século XIX¹⁵, que a formação educacional dele (de 1867 a 1876) estava assentada na produção didática estrangeira, sobretudo na produção portuguesa. O intelectual postula que “são os escritores estrangeiros que, traduzidos, trasladados ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação de nossa mocidade (VERÍSSIMO, 1985, p. 54). Entretanto, Moreira argumenta que a concorrência do livro didático estrangeiro não ofuscou o florescimento da literatura escolar paraense,

¹⁵ A primeira edição da obra *Educação Nacional* foi publicada em 1890.

convindo notar que foram precisamente livreiros e editores portugueses, aqui radicados, que mais concorreram para esse florescimento¹⁶. A eles se deve em grande parte a infra-estrutura que possibilitou a nossa afirmação cultural em termos editoriais (MOREIRA, 1979, p. 15).

A bibliografia escolar paraense relacionada à leitura e à gramática está entre as que mais se destacaram não só em número de obras mas também em número de edições. Obras de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (leitura), Augusto Ramos Pinheiro (leitura) e Paulino de Brito (gramática) foram publicadas em larga escala. Braga (1913, p. 76) fala da 56ª. edição do livro de leitura de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. Tenho no meu acervo particular uma cópia da 31ª. edição da *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino de Brito, publicada em 1958.

3 AUTORES DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA NO PARÁ (1850 A 1920)

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, houve uma produção significativa de livros escolares no Pará. No nível do ensino primário, o Pará congrega um acervo muito rico de livros de leitura¹⁷ e gramáticas¹⁸. Alguns dos autores não são paraenses de nascimento, contudo, se radicaram no Pará e nesse Estado desenvolveram suas atividades didáticas. Os dados organizados por Duarte (2018)¹⁹ confirmam o argumento de Braga (1913, p. 76) de que “volumosa é a bagagem litteraria que tem servido à mocidade paraense para sua

¹⁶ BRAGANÇA (2002, p. 67) informa que Silva Serva, português do Porto, foi o primeiro tipógrafo a conseguir licença para instalar-se no Brasil, tendo montado sua Typographia de Manuel Antônio da Silva Serva em Salvador-BA, em 1811.

¹⁷ Ver Duarte (2018).

¹⁸ Ver Melo (2021).

¹⁹ Ver Rodrigues (2018).

educação e instrução elementar” na segunda metade do século XIX e no início do século XX. O autor considera o Pará

um dos Estados da União Brasileira que mais tem produzido em livros didáticos para a infância²⁰, no [...] empenho de lhe facilitar e aperfeiçoar o ensino, tornando-o ao mesmo tempo proveitoso (BRAGA, 1913, p. 76).

Na produção didática paraense, há vários livros escolares de leitura cujo destino inicial não era a escola, tais como catecismos e obras literárias. Estas eram usadas para o deleite, a fruição e a ampliação do contato do leitor com o mundo. O público visado ultrapassava o domínio da escola e poderia ser qualquer pessoa que admirasse a arte literária. Contudo, editores e impressores destinaram textos literários à escola a fim de “auxiliar o processo de ensino de uma disciplina escolar” (BATISTA, 2009, p. 47), os quais passaram a reunir um grande acervo de livros escolares de leitura.

Os manuais escolares foram efetivamente produzidos para o estudo sistemático da leitura. Ao contrário dos gêneros literários, essas obras são produzidas e impressas com vistas ao mercado escolar. Paulino de Brito teve grande notoriedade nessa área com o livro *Novo methodo de leitura*, editada em Lisboa, considerada uma “obra revolucionária na época, a começar pela maneira de associar a ilustração à leitura” (MOREIRA 1979, p. 27). A obra não logrou muitas edições, possivelmente por ter sido um livro caro do ponto de vista editorial.

Neste estudo, alguns autores de livros escolares ganharam notoriedade pela relevância das suas obras; outros, pela temática discutida.

²⁰ Inclui-se nessa relação o volumoso acervo de gramáticas escolares para a infância.

3.1 JOAQUIM PEDRO CORREA DE FREITAS

Nasceu em Cametá, em 1829. Foi um dos homens que mais se interessou pela instrução pública no Pará. Coursou medicina na Faculdade de Medicina de Salvador-BA. Após concluir a faculdade, o Dr. Freitas viajou para a Europa (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Itália, Suíça, Grécia, Espanha e Portugal) para aperfeiçoar-se “não apenas em ciências biológicas como também na moderna pedagogia” (CUNHA, O., 1989, p. 60), onde permaneceu por 3 anos. Ao retornar ao Pará, tendo acumulado importantes conhecimentos científicos e literários, dedicou-se à instrução pública. “A instrução do povo foi sua maior preocupação, pois o analfabetismo era crônico” (CUNHA, O., 1989, p. 60).

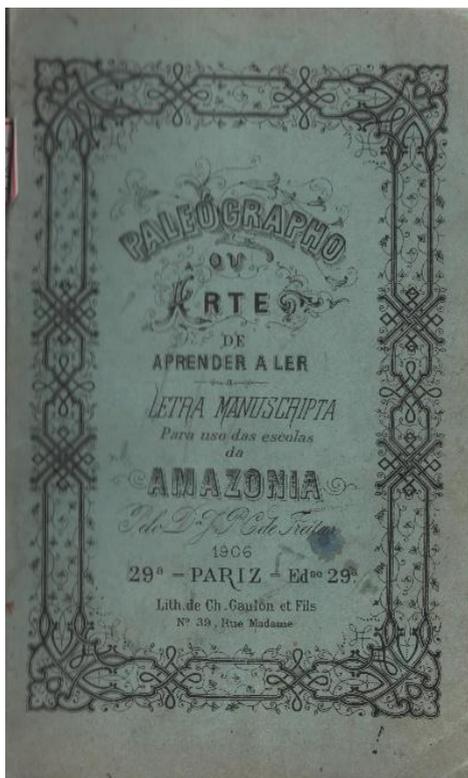
O educador foi considerado a imagem mais ilustre do ensino paraense na fase imperial (MOREIRA, 1979, pág. 21). Em 1874, assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública. Ficou no cargo até 1880, quando se aposentou. “Cabe-lhe a glória de ter concebido a ideia, em 1874, de reunir as escolas em ‘grupos escolares’, em um só edifício, ideia só concretizada 30 anos depois, no governo de Augusto Montenegro” (CUNHA, O., 1989, p. 60). Suas obras foram produzidas durante o Império e atravessaram a República. O Dr. Freitas foi um professor emérito.

O *Paleographo ou a arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da província do Pará*²¹, com sua primeira edição publicada em 1871, foi pioneiro do gênero no Brasil. Esse título foi mudado mais tarde para *Paleographo ou a arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Amazônia*, a fim de adequar-se ao contexto republicano.

²¹ Esse título foi mudado mais tarde para ‘Paleographo ou a arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Amazônia’, a fim de adequar-se ao contexto republicano.

O Dr. Freitas dedica o paleógrafo às mocidades paraense e amazoneense. Preocupado com a instrução das crianças paraenses, o educador coloca a instrução como um dos verdadeiros bens deste mundo, junto com a saúde, o talento e a virtude. Argumenta que as pessoas que não têm instrução vivem sujeitas a desgraças, erros e perigos (FREITAS, 1906).

Imagem 10: Capa da 29ª. edição do *Paleographo*, publicada em Paris, em 1906



Fonte: Biblioteca Particular de Narcisa Lameira, 2019

A capa da 29ª. edição do paleógrafo, editado em Paris em 1906, traz um *design* moderno para o tempo, com a borda trabalhada e vários tipos de fontes. No próprio corpo do livro há diferentes tipos de letras

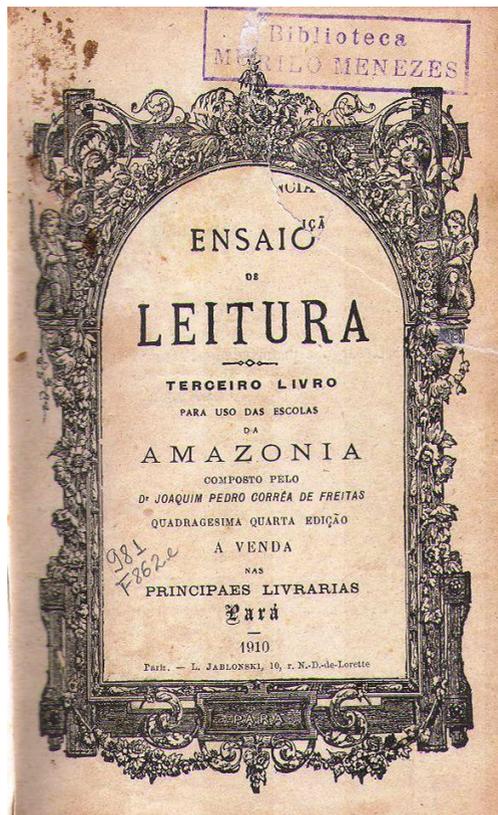
manuscritas. O autor afirma que uma das vantagens do paleógrafo é a variedade de caracteres e “a especialidade da maior parte dos assumptos, cuja escolha nenhum brasileiro deverá censurar” (FREITAS, 1906, apresentação).

O conteúdo do livro envolve o alfabeto, formas de tratamento, abreviatura de linguagem comercial do Pará (sdo=saldo, c/r = conta e risco etc.), meses do ano, números, nomes e apelidos, abreviaturas mais comuns (ms = mais, mos = menos, conhcto = conhecimento etc.). Os diferentes assuntos são: história da independência do Brasil com descrição da vegetação; história dos estados do Rio de Janeiro, do Gram Pará, do Amazonas e das cidades paraenses de Cameté e Santarém; épocas memoráveis como o “descobrimento” da América, o “descobrimento” do Brasil, a fundação da cidade de Belém, a proclamação da República etc.; O livro também traz para leitura a Constituição política dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, após a proclamação da República; fragmentos literários; exemplos de modéstia e patriotismo; máximas; poesias, entre as quais *Meus oito anos*, de Casemiro de Abreu; cartas familiares e cartas comerciais. Há desenhos de lugares e monumentos importantes das seguintes cidades: Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Cameté e Santarém.

A obra de maior sucesso de Freitas, durante o século XIX, foi a série graduada de leitura, *Ensaio de Leitura (1º, 2º. e 3º.)*, a qual só começou a declinar no início do século XX, tendo sido suplantada pelo *Livro de leitura (1º, 2º. e 3º.)*, de Augusto Ramos Pinheiro. A obra foi editada muitas vezes, com quase todas as edições feitas na França. A série compunha o 1º., o 2º. e o 3º. livros de leitura para as escolas do Pará. A 44ª edição do 3º. Livro de leitura foi lançado em 1910 pela livraria Jablonski, da França,

com o título modificado para *Ensaio de leitura: terceiro livro para uso das escolas da Amazônia*.

Imagem 11: Capa da 44ª edição do *Terceiro livro de leitura*, 1910



Fonte: Biblioteca particular da autora, 2022

Na advertência da primeira edição, impressa na 12ª edição do 3º livro de *Ensaio de leitura*, publicada em 1894, o Dr. Freitas declara que, com a leitura do livro, o aluno tomará conhecimento de assuntos diversos, como: o descobrimento e o estado do Brasil, os primeiros habitantes do país, a independência do Brasil e os homens que tomaram parte mais ativa nesse ato; o estado do Pará com suas grandezas naturais. No

decorrer da obra, outros assuntos surgem, como: noções sobre América; Cristóvão Colombo; habitantes das cinco partes do mundo: Ásia, África, Europa, Oceania e América; raças e povos que habitam a terra; Informações geográficas, legais e econômicas do Brasil, do estado do Pará e da cidade de Belém; biografias: José Bonifácio d’Andrade e Silva, José da Silva Lisboa (visconde de Cayrú, Carlos d’Andrade e Silva, Hilario M. Antunes Gurjão (brigadeiro do Exército brasileiro), Bento de F. Tenreiro Aranha, D. Frei Caetano Brandão (6º. bispo do Pará), Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), padre Antonio P. de Sousa Caldas, D. Romualdo Antonio de Seixas (conde e marquês de Santa Cruz, arcebispo da Bahia, metropolitano e primaz do Brasil), José F. Fernandes Pinheiro (visconde de São Leopoldo), Manuel Luiz Osorio (marquês de Herval), cônego Januário da C. Barbosa, D. Romualdo de Souza Coelho, (8º. bispo do Pará), José Clemente Pereira, frei Francisco de Mont’Alverne, José J. Carneiro da Cunha (marquês de Caravellas), Antonio Gonçalves Dias, Joaquim Francisco do Livramento (o irmão Joaquim), Visconde de Souza Franco, D. Bartholomeu do Pilar (1º. bispo do Pará), Duque de Caxias, João Augusto Corrêa, Frei José de Santa Rita Durão, Luiz de Camões e José d’Anchieta.

A obra também traz imagens interessantes de monumentos, eventos, continentes, lugares e pessoas: mapa mundi e mapas das Américas setentrional e meridional; Cristóvão Colombo; “descoberta” e posse da América; homens ditos das raças caucasiana, mongólica, ethiopica e americana; primeira missa celebrada no Brasil; D. João VI; indígenas Tapuya e Tupi; praça da constituição no Rio de Janeiro; vista da baía do Botafogo no Rio de Janeiro. No Pará: Palácio do Governo, Catedral do Pará, Arsenal da Marinha, Liceu paraense (largo do quartel), Banco Comercial (Belém), Praça das Mercês, Teatro da paz, Rua da República,

Igreja de Santa Ana, Palácio das repartições públicas; Avenida 16 de novembro, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Cemitério da Soledade, Largo de Nazaré, Arsenal de guerra, Hospital da Sociedade beneficente portuguesa. Imagens de homens: José Bonifácio, José da Silva Lisboa, Carlos d’Andrade e Silva, Hilario M. Antunes Gurjão, D. Frei Caetano Brandão, José Maria da Silva Paranhos, D. Romualdo Antonio de Seixas, Manuel Luiz Osorio, D. Romualdo de Souza Coelho, Visconde de Souza Franco, Duque de Caxias, João Augusto Corrêa e Luiz de Camões.

No fim do livro, o autor reúne poesias (poemas) dos seguintes autores brasileiros: F. P. Dutra, C. P. Guimarães, Bittencourt Sampaio, A. de Serpa, S.H.M., Julio Cezar, G. Magalhães, Ribeiro da Cunha e F. Varela. “Algumas delas, escriptas sob a impressão do sentimento do amor da pátria, podem ser aproveitadas na ocasião da distribuição de prêmios concedidos aos alunos mais itelligentes e applicados” (FREITAS, 1894, Advertência).

Um dos homens ilustres de quem fala Freitas (1894) é Antonio Gonçalves Dias, nascido na cidade de Caxias, em 1823. O educador paraense traça, com muita leveza e poesia, a vida do poeta como, além de homem público, um homem das letras: “tão sublimes composições poéticas foram a chave com que Gonçalves Dias [...] abriu no abençoado solo de Santa Cruz as portas do templo da posteridade para ahi colocar-se na frente dos primeiros poetas lyricos da sua época” (FREITAS, 1894, p. 195). A famosa *Canção do exílio* é uma de suas obras-primas.

Um dos últimos poemas publicados pelo Dr. Freitas, no final do seu livro de leitura, se chama *Pará*, de Julio Cezar. O poeta paraense canta as glórias do Pará em seis cantos, divididos em 26 estrofes. Abaixo, o poema é registrado na íntegra.

PARÁ**I**

Quem me dera das florestas
 Da minha terra de amores,
 Respirar as lindas flores,
 E escutar o sabiá...
 Quem me dera ouvir das brisas
 As suspirosas endeixas,
 E as brandas chorosas queixas
 Das aves do meu Pará!...

 É bem gentil minha terra
 Com seus rios caudalosos,
 Com seus bosques frondosos
 Com seu puro céu de anil!
 É fresca rosa entre-aberta,
 É virgem bela encantada,
 A princesa recatada
 Do grande e rico Brasil

 O rei dos rios do mundo,
 Dos altos Andes nascido,
 Ficou de amores perdido
 Ao vel-a tão bela assim.
 E o louco, feliz amante,
 Fez de seu collo, seu leito,
 Pousou a fronte em seu peito
 E jurou-lhe amor sem fim.

 O mar imenso, indomável
 De seus amores cioso,
 Como senhor orgulhoso
 Seus gosos quis partilhar;
 Porém, o rio gigante

Lhe disse: "no seio della,
 Da minha amada tão bela,
 Nunca ousarás repousar

 Tens por armas as borrascas,
 As terríveis tempestades,
 E julgas, todo vaidades,
 Me encontrar imbele a sós,
 Mas tenho filhos potentes
 Javarys, Teffés, Xingús,
 Trombetas, Negros, Purús,
 Madeiras e Tapajós

 Podes vir que as fúrias tuas,
 Que aos covardes causam medo,
 Ensinarei o segredo,
 Que faz o forte fugir.
 Hei de viver no seu collo,
 Sempre e sempre descuidoso
 Em doce abraço amoroso
 Ledo e risonho a dormir.

 Porque, embora os outros todos
 Curvem-se a ti como escravos,
 Meus filhos, fortes e bravos
 Não me verão lutar só.
 E sempre acharás alerta
 Em perpetuas sentinelas
 As minhas filhas mais belas
 Caviana e Marajó

*Digam covardes que és forte
Chamem-te embora de Atlante,
Que importa o seres gigante
Si eu também gigante sou?
Seja embora eterna a luta
Que eu tenha de ter contigo,
Tu não gozarás comigo
Deste regaço em que estou!*

II

*E o sol, que sem rumo vagava no espaço
Por ser testemunha de tanto valor,
No centro dos astros que forma-lhe a
corte
Parou sobre a linha chamada equador.*

*E vio que todos monstros a luta inau-
dita,
O urso do tempo sem tregoas tornou;
Eterna a victoria do rio invencível
A sôfregos astros no céu proclamou.*

III

*É por ti, por ti, somente,
Por teus encantos divinos,
Que os astros cantam mil hymnos
De victoria ao vencedor;
Pois o indígena gigante
Fôra por certo vencido,
Se não tivesse bebido
Coragem no teu amor.*

*E como não, si és tão bela,
Si tens na fronte esculpida
A benção dos céos descida
Em jorros de eterna luz?
Si do correr de teus rios
É mais cadente o concerto
Que o trinar lá no deserto
Do rouxinol que seduz?*

IV

*Minha pátria, que infinda saudade
Sinto n'alma ao lembrar-me de ti!
No teu seio é mais doce o desgosto
Que os prazeres gozados aqui!
Muito mais... qu' os prazeres malditos
Que eu encontro neste antro d'horror,
São tormentos qu'exhaurem minh'alma
São pungentes escarneos á dôr.*

*Aqui tudo tem laivos de morte,
Tudo é triste, mirrado e senil;
Não há rios regando florestas,
Nem há céu do mais límpido anil;
Ha montanhas de dorso escaldado
Ou vestidas de toscos burel,
Tendo areias nas bases por leito,
Negras nuvens no céu por docel.*

*Lá, no entanto, ao sorrir majestoso
Dessas mattas de infindo verdor,
Ao correr destes rios sem conta,
Quanta vida não vae, quanto amor!!...
Foi ahi que eu amei a existência;
Foi ahi que o porvir que chegou*

*Presenti perfumoso das crenças
Que indizível sofrere enfesou.*

V

*Dos teus rios pelas margens,
Dos teus bosques na espessura,
Não é mentira a ventura
Nem são esperanças miragens:
Tudo é grande, tudo é bello
Tudo inspira doce anhele
Tudo diz: amor, poesia!...
E nessa harmonia imensa
O coração sente a crença
E no prazer se inebria.*

*Pelos pendores suaves
Dos teus formosos outeiros,
Os favônios são fagueiros
Como os gorjeios das aves.
E quer nos bosques frondosos,
Quer nos rios majestosos,
Quer no dia do fulgor,
Ou quer da noute no manto
Sempre a alma tem um canto
Para entoar ao Senhor.*

*Quão doce é lá quando escura
Já vae ficando a floresta,
Ouvir ao findar a sésta
O cantar da saracura!...
E quando, qual virgem bela,
Dormindo em lousa singela
Surge a lua triste e só
Com que magica tristeza*

*Se derramam na defesa
Os gritos do noilibó!...*

*Ou quando por sobre as aguas
Da corrente adormecida,
Enche o silencio de vida
Um canto cheio de magoas;
As notas d'essa harmonia
Que conduz a brisa fria,
Perfumosa de humiry,
Parecem canções de fadas
Da noite em louvor cantadas
Nas ramas do burity.*

VI

*Tu és, o minha pátria, a mais formosa
Das mais formosas filhas do Occidente;
Das graças tuas fornão-se invejosas
As altivas rainhas do Oriente;
Ao ver-te córa a branca tuberosa,
Perde o perfume a flôr mais recendente;
Fará por teu amor eternas guerras
Opoly'nimo, rei que cerva as terras.*

*Princeza de gigantes namorada,
Que não perde o pudor da infância rude,
Pelas chuvas do céo vivificada,
Da beleza gozando a plenitude;
Sempre ingênua, singela e descuidada
Vais vivendo em perpetua juventude,
Sem o saberes, dando mil venturas
Ao sol que o mel te sorve ás faces puras*

*E eu sou teu filho!...
oh sou, pátria querida,
Diz-m'ó no peito a languida saudade,
Que me adormece no pungir da vida
O profundo amargor da soledade.
Diz-m'ó n'esta alma pela dôr batida
Um não sei que d'astranha felicidade;
Um como sonho de esperança infinda
Que não pode morrer, que existe ainda!...*

*E vós, que viveis só por adoral-a,
Amazonas valente e poderoso,
E mar, que, em vão, deixar queres de
amal-a,
Se um dia forasteiro audacioso
Tentar ao jugo seu esvraisal-a,
Juntai vosso poder maravilhoso,
A terra inteira transformai por ella:
Não morra escrava, quem nasceo tão
bela*

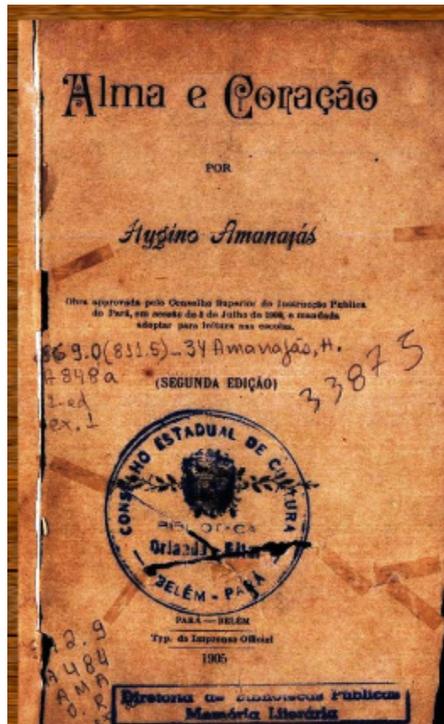
3.2 HYGINO AMANAJÁS

Nasceu em Abaetetuba, Pará, na localidade Rio Maracapucu, em 1852. Foi educador, contista e político paraense. Teve importante colaboração no seminário *Estrela do Norte*. Foi o fundador e redator do jornal *Abaetéense*. Com filiação à antiga escola conservadora, se elegeu muitas vezes deputado à Assembleia Legislativa. Foi um importante revolucionário que contribuiu com propagandas abolicionistas importantes para o novo regime republicano que estava se constituindo. Foi eleito deputado logo após a Constituinte. “Continuou a ocupar esta cadeira com brilhantismo e lealdade política. Sua administração na Imprensa Oficial mereceu os maiores louvores” (PARÁ, 2022). Foi autor de várias obras importantes, dentre as quais se destaca *Alma e coração*, publicada em 1900.

A obra *Alma e coração* foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública para ser usado como livro de leitura nas escolas primárias do Pará. A obra foi inspirada no livro *Core*, de Amicis. Contudo, Amanajás imprimiu originalidade na escolha dos assuntos e na forma como os expôs e os desenvolveu. O educador tenta despertar no

espírito das crianças, “por meio de agradáveis prelecções: a crença na existência de Deus [...], o amor filial, o amor fraterno, a perseverança no trabalho, a humildade, o amor para com Deus e para com a pátria, os sentimentos de caridade, etc” (ALVES et al., Parecer. In. AMANAJÁS, 1906). Na sociedade republicana que ora floresce, o autor procura fortalecer os valores morais e cívicos na criança paraense/brasileira.

Imagem 12: Capa de *Alma e coração*, edição de 1906



Fonte: acervo de obras raras da biblioteca pública Arthur Viana (CENTUR), 2022

Outro livro de leitura importante de Amanajás é *Noções de educação cívica*, publicado pela Typographia do Diario Official, em 1898. A obra é destinada às escolas primárias do estado do Pará. Foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior de Instrução Pública. No parecer

emitido pelo Conselho, é reconhecida a necessidade de leituras relacionadas à educação cívica nas escolas primárias paraenses. Na recém-criada República, em que se pretendia implantar valores da educação cívica na mentalidade das crianças, era mister “inocular no espírito dos jovens alunos os conhecimentos indispensáveis para preparar esses futuros cidadãos, de maneira a torná-los respeitadores amantes da pátria” (GUIMARÃES et al., Parecer. In. AMANAJÁS, 1898).

O autor pretende dar aos meninos noções de direitos e deveres morais e cívicos, tendo como primeiro dever o amor à pátria, buscando legitimar a República como a melhor forma de governo. O livro de leitura aponta como outros deveres o respeito aos símbolos da pátria: a bandeira nacional, a bandeira do Pará, o hino nacional, a nação brasileira representada pelo chefe geral, o presidente da República, e pelos governadores ou presidentes dos então 20 estados que formavam a Federação dos Estados Unidos do Brasil. O cidadão também deveria respeitar a *Constituição Política do Brazil*, decretada em 24 de fevereiro de 1891, e a *Constituição Republicana do Pará*, aprovada em definitivo em 22 de junho de 1891¹. O autor trata dos três poderes: o Poder Legislativo, considerado pelo autor como “o mais importante de todos os poderes de um país, porque d’elle dimanam as leis, que devem ser executadas pelos outros” (AMANAJÁS, 1898, p. 32); o Poder Executivo, que faz cumprir as leis, e o Poder Judiciário, sobre o qual “deve repousar a confiança plena dos cidadãos na defesa dos seus direitos” (AMANAJÁS, 1898, p. 57). O educador trata da organização do governo estadual do Pará, elencando todos os governadores até 1898, e do governo do município, mostrando as atribuições do Conselho municipal e do intendente.

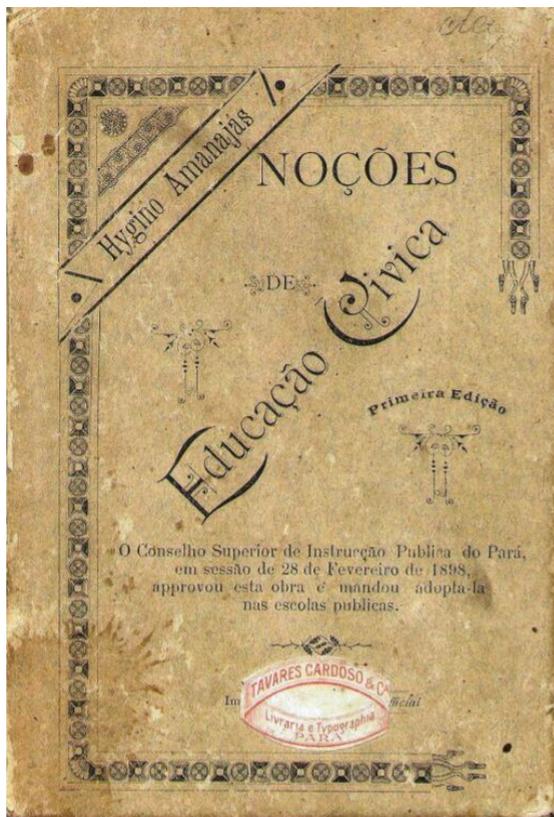
¹ Em 6 de fevereiro de 1891, foi decretada provisoriamente uma Constituição Republicana do Pará pelo Dr. Justo Leite Chermont, então Governador do Estado.

O autor também trata dos direitos dos cidadãos, entre os quais: liberdade religiosa, casamento civil, cemitério com caráter secular (com acesso a todos); associação e de reunião (sem armas); de representar, mediante petição, os poderes públicos; de denunciar abusos das autoridades; de ir e vir (em tempo de paz); da proteção da casa como asilo inviolável; liberdade de manifestação do pensamento; de não ser preso sem culpa; de defesa; de abolição de pena de morte e galés (prisão perpétua); à propriedade; ao sigilo das correspondências; a *Habeas corpus* quando houver violência à liberdade; de não haver foro privilegiado; à garantia ao exercício de qualquer profissão, entre outros.

O autor trata também dos direitos e deveres na política (voto, eleição); deveres relacionados ao serviço militar e ao júri; direito ao registro civil (nascimento e óbito); deveres obrigatórios relacionados ao casamento civil; deveres da mulher para com a pátria. A mulher não tem direitos políticos, mas tem deveres para com a pátria.

No final do livro de leitura, o autor inclui o *hymno á Patria*, can tado no seminário da cidade, e um documento referente ao brasão das armas, encontrado no arquivo da Intendência de Belém.

Imagem 13: *Noções de educação cívica*: para uso das escolas primárias do Estado do Pará. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898.



Fonte: seção de obras raras da biblioteca pública Arthur Viana, 2014.

Amanajás considera *Noções de educação cívica* o primeiro livro do gênero a ser usado nas escolas paraenses. Afirma ter escrito a obra para sanar a ignorância dos meninos que frequentavam as escolas paraenses quanto aos seus deveres cívicos.

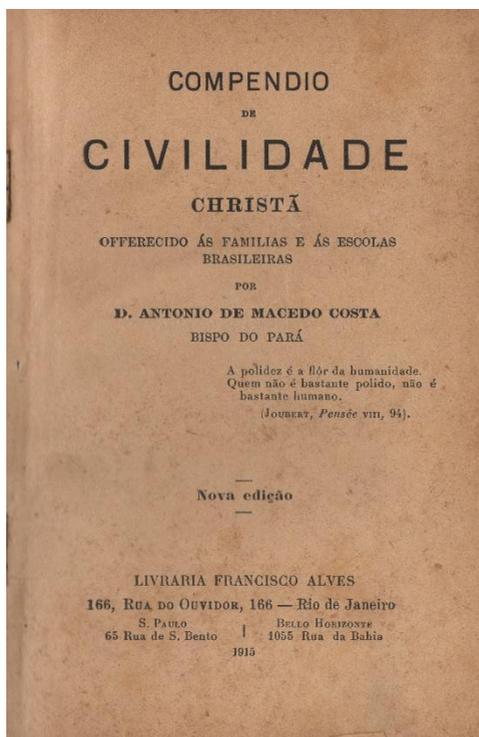
3.3 ANTONIO DE MACEDO COSTA²

Nasceu no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba, em Maragogipe, na Província da Bahia, no dia 7 de agosto de 1830. Contudo, sua produção mais importante se deu quando ele se estabeleceu na Província do Pará, onde serviu como bispo no período de 1860 a 1890.

Duarte (2018) dedica 3 capítulos de seu livro à vida e à obra de Dom Macedo Costa e à análise física e discursiva do *Compendio de civilidade cristã*, publicado em 1880, pela livraria Francisco Alves. O livro de leitura é destinado à instrução cívica e cristã de meninos do ensino primário. A temática da obra é a civilidade cristã. O autor busca incutir no menino paraense regras de como este deve comportar-se na vida pública e na vida privada, nos moldes da cultura francesa. Há regras no trato com o corpo em geral, nas ações comuns do dia-a-dia (ao levantar, ao deitar, ao vestir-se, ao despir-se, durante as refeições etc.) (DUARTE, 2018, p. 214-215).

² Este autor é estudado com mais detalhe no capítulo 3.

Imagem 14: capa do *Compendio de civilidade christã, nova edição, 1915*



Fonte: biblioteca particular da autora, 2022

O discurso de Dom Macedo Costa influenciou a formação da mentalidade dos intelectuais republicanos, inclusive das autoridades. A lei municipal n. 276, de 3 de julho de 1900, instituída pelo intendente municipal Antonio Lemos, que regulamenta o código de posturas do município de Belém, chamado em 1900 de Código de Polícia Municipal, parece ter sido inspirado nas regras prescritas por Dom Macedo Costa. No artigo 128, percebe-se bem isso.

Art. 128º. – A ninguém é permitido:

[...]

VIII – Chegar á janella ou porta em traje indecente ou em completa nudez, ou conservar-se em casa em taes condições, de maneira que seja visto pelos transeuntes (BELÉM, 1900, p. 63).

Compare-se com o texto abaixo, do *Compendio*:

__ Ainda que se tenha de sair, e faça calor, cumpre estar em casa sempre decente?
 __ Sim, a boa educação exige, que, ainda que se possa estar em casa um tanto mais a commodo e á fresca, todavia nunca se mostre alguém diante de quem quer que seja, com as pernas nuas, o peito e o pescôço descobertos, pois seria faltar ás regras do decoro e da decencia social. A regra é, que se esteja habitualmente em casa de modo que se possa apparecer de repente sem confusão a uma pessoa que nos procure (COSTA, M., 1915, p. 46).

O menino paraense deveria seguir as regras da lei municipal, a qual estava de acordo com a mentalidade prescrita no *Compendio*.

3.4 RAYMUNDO CYRIACO ALVES DA CUNHA

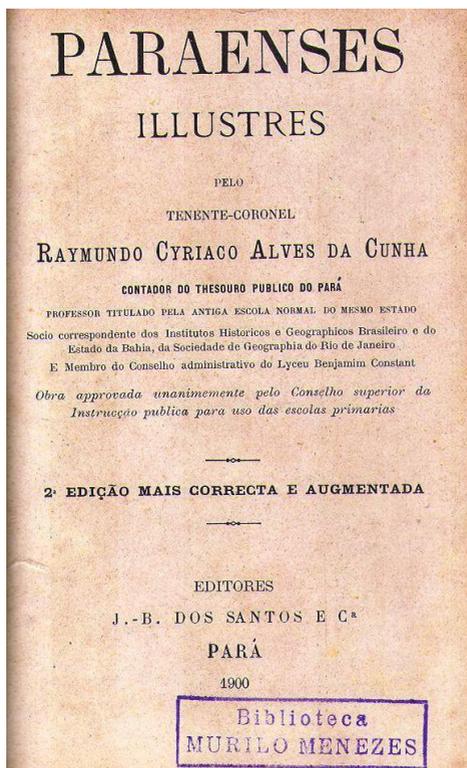
Nasceu na Província do Pará. Assumiu vários cargos públicos, sendo o último o de contador do tesouro. Foi “professor da escola normal, tenente-coronel da guarda nacional, membro correspondente do instituto histórico e geográfico brasileiro e do instituto geográfico histórico da Bahia” (BLAKE, 1902, p. 109). Foi também sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e membro do Conselho administrativo do Lyceu Benjamim Constant.

O intelectual paraense foi autor de várias obras. Uma das mais conhecidas é o livro de leitura *Paraenses ilustres*, publicado em 1896. A obra foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior de Instrução Pública do estado do Pará para ser usado nas escolas do Pará. O livro foi dedicada ao Senador Antonio José de Lemos, Presidente do Conselho

Municipal da Capital, e ao Dr. Cypriano José dos Santos, ex-presidente da Câmara dos Deputados. Ao falar da boa aceitação do livro no Brasil e no estrangeiro, o autor declara que a primeira edição, com mais de 4.000 exemplares, esgotou em menos de três anos.

O livro apresenta biografia “de paraenses falecidos, em cujas vidas encontrará a futura mocidade bellos exemplos de illustração, trabalho, honradez e patriotismo; e é fructo de mais um esforço do autor, em prol da humanitária causa da instrucção popular, da qual tem sido um valente trabalhador” (CUNHA, R., 1900, p. 1). A obra é de estilo simples e serve como educação cívica dos alunos paraenses.

Imagem15: folha de rosto de *Paraenses Illustres*, 2ª. edição, 1900



Os paraenses considerados ilustres, cuja biografia é registrada no livro de leitura, são os seguintes: Arcipreste José Monteiro de Noronha, Maria Barbosa, João Francisco de Madureira Pará, Coronel José de Araújo Roso, Arcipreste João-Baptista Gonçalves Campos, Dom Romualdo de Souza Coelho, Coronel Matheus Valente do Couto, Dom Romualdo Antonio de Seixas, Padre Prudencio José das Mercês Tavares, Dr. Philippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, General Hilario Maximiano Antunes Gurjão, Chefe de Esquadra Pedro da Cunha, Visconde de Souza Franco, Tito Carlos de Oliveira, Bruno Henrique de Almeida Seabra, Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, Dr. José da Gama Malcher, Dr. Casemiro Borges Godinho de Assis, Dr. Carlos Hypolito de Santa Helena Magno, Professor Phillippe Pinto Marques, Theodorico Francisco de Assis Magno, Maestro Henrique Eulalio Gurjão, Marcellino Lopes de Souza, Julio Cezar Ribeiro de Souza, Dr. Joaquim Pedro Corrêra de Freitas, Visconde de Jary, Conego Manoel José de Siqueira Mendes, Conselheiro Romualdo de Souza Paes de Andrade, Major Antonio Nicolau Monteiro Baena e Conselheiro Tito Franco de Almeida.

Ao contrário de Dr. Freitas, Raymundo Cyriaco Alves da Cunha inclui uma mulher em sua lista de biografias, a saber, Maria Barbosa.

3.5 FRANCISCO FERREIRA VILHENA ALVES³

Vilhena Alves foi um gramático de muita influência na educação primária paraense. Contudo, produziu também obras literárias. *Selecta Litteraria*, livro de leitura organizado por ele e oferecido ao Dr.

³ Ver biografia do autor Vilhena Alves no capítulo 4 de Melo (2021, p. 51).

Innocencio Serzedello Corrêa., teve um papel importante na educação primária paraense.

Em 20 de junho de 1899, o Conselho Superior de Instrução Pública do Pará aprovou que a obra fosse adotada nas escolas complementares do Estado do Pará. O Conselho enunciou que Vilhena Alves teve muito cuidado na escolha dos artigos que compõem *Selletas*, “indo de preferência buscal-os na bagagem litteraria dos escriptores nacionais de melhor nota” (ALVES, 1900, p. 8). Os pareceristas também consideram *Selecta* o “melhor dos livros existentes, tanto mais quando, organizada em sua totalidade com trechos de escriptores nacionais” (ALVES, 1900, p. 8), visto que se propõe à educação cívica do aluno, tentando despertar nele o amor à pátria.

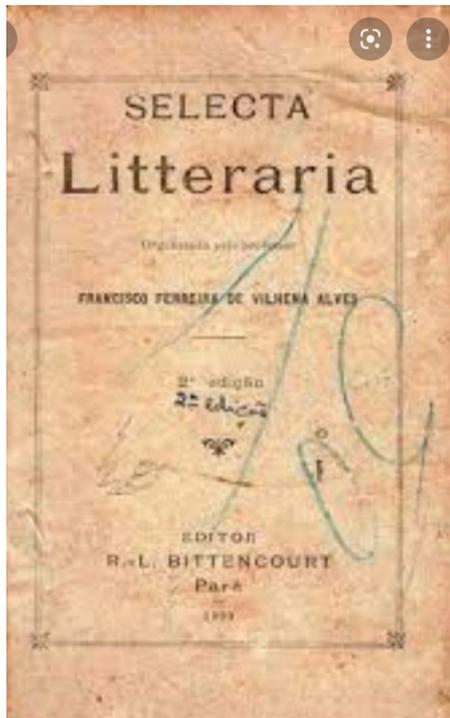
O Regulamento Geral do Ensino Primário, em seu artigo 66, preconiza que as escolas elementares se destinam a ministrar ensino aos alunos habilitados nas matérias do curso elementar. Este ensino se divide nos cursos médio e superior (ALVES, 1900, p. 10).

Ao justificar a compilação de obras de autores brasileiros em *Selecta Litteraria*, Vilhena Alves critica as seletas que estavam sendo usadas nas escolas paraenses, posto que, eram compostas, em sua maioria, de trechos de autores portugueses antigos. Logo, esses compêndios não poderiam formar e desenvolver o gosto do aluno pela literatura pátria. Segundo o educador paraense, esses textos de escritores portugueses antigos (Frei Luiz de Souza, Padre Antonio Vieira, entre outros) apresentam linguagem obsoleta, alatinada, antíteses, que dificultam o entendimento dos estudantes.

Para Vilhena Alves, “o livro do estudante deve ser sempre claro e simples, e não uma collecção de charadas e enigmas” (ALVES, 1900, p. 12), por isso, o educador abandona os autores portugueses e organiza

Selecta com excertos de escritores nacionais. Para o intelectual, o Brasil dispõe de uma literatura rica e vasta, portanto, pode suprir suas escolas com a literatura produzida no país. Em *Selecta Litteraria*, o estudante encontrará “bellos exemplos de descripções” que servirão “de modelos para os seus primeiros ensaios; optimos trechos apropriados para analyse; alguns modelos de cartas; importantes poesias adequadas para as festas da instrucção, próprias para exercícios de recitação e aclamação” (ALVES, 1900, p. 13).

Imagem.16: capa de *Selecta Litteraria*, 2ª. ed., 1900



Fonte: biblioteca particular da autora, 2022

Alguns autores selecionados por Vilhena Alves em *Selecta Litteraria* são: Rocha Pitta, João Francisco Lisboa, José de Alencar, Rocha Lima,

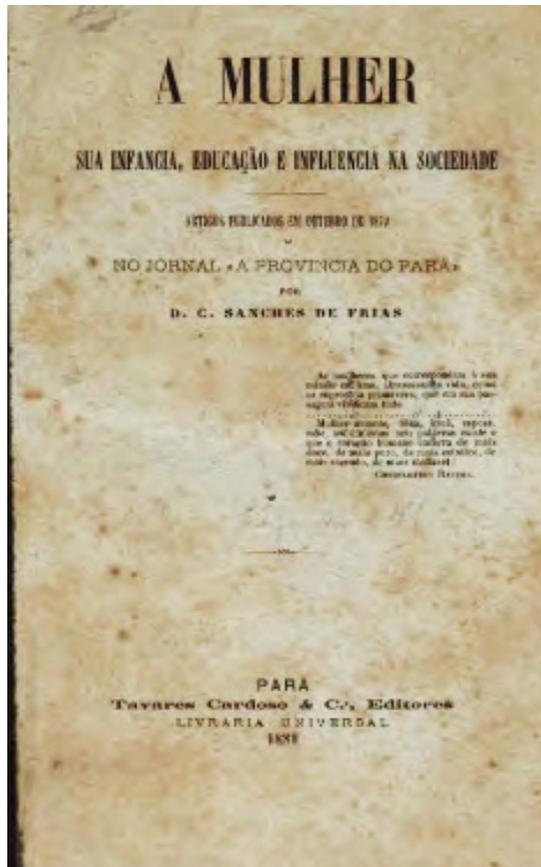
Luiz Guimarães Junior, Joaquim Caneca, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, Joaquim Nabuco, Eugenio de Carvalho, Damasceno Vieira, Barão de Macahubas, Domingos J. Gonçalves de Magalhães, Alvares de Azevedo, Julio Cezar Ribeiro de Souza, Theodoro Magno, S. F. Magno, D. Antonio de Macedo Costa, J. Felicio dos Santos, Luiz Delfino, Teixeira e Souza, Pedro Luiz Pereira de Souza, Affonso Celso, Paulino de Brito, Gonçalves Dias e Barão de Paranapiacaba.

Vilhena Alves considera importante que seja desenvolvido no estudante o amor pela instrução e pela literatura pátria a fim de que seja despertado no coração dele sentimento de amor à Pátria. O autor conclui, mostrando que a obra, por ser pequena e por estar bem organizada, servirá tanto aos cursos secundários quanto aos cursos primários.

3.6 DAVID CORREA SANCHES DE FRIAS

Nasceu em Pombeiro da Beira, Portugal, em 1845. “Brazileiro se declara ele; si não de nascimento, é naturalizado”, informa Blake (1870 [1893], p. 162). Escreveu *O sello da roda*, 1878, um drama em três atos e um prólogo tirado do romance que leva o mesmo título, do autor Pedro Ivo. Escreveu também *Notas a lápis, passeios e digressões peninsulares*, 1886 (BLAKE, 1970 [1893], p. 162).

A obra mais importante de Frias foi *A Mulher, sua infância, educação e influencia na sociedade*, publicada em 1880 pela editora Tavares Cardoso & C.a. A obra foi resultado de um conjunto de artigos publicados no jornal *A província do Pará*, em outubro de 1879. Foi publicada em forma de livro pela editora paraense Tavares Cardoso & C.a, em 1880. Pela relevância e atualidade do tema, o livro foi reimpresso do original em 2009, pela editora Kessinger Publishing.

Imagem 17: capa do livro *A mulher*, 1880

Fonte: biblioteca particular da autora, 2022

Frias dedica a obra à filha Alina. Na dedicatória, o autor anuncia a finalidade da obra: “a obrigação em que ficas de te tornares a todo o custo aquillo que eu desejo que tu sejas, por actos e palavras __ a seguidora da educação que te infantou, a mulher forte emancipada pela robustez da sua intelligência, ou pela força do seu braço; finalmente, a mulher... mulher” (FRIAS, 1880, p. 8).

A obra está dividida da seguinte maneira:

O passado e o presente: I. o assunto da obra: a infância, a educação e a influência da mulher na sociedade moderna. O autor, contudo, faz restrição à sociedade de que faz parte; II. Obras escritas sobre educação. A mulher na família e no país; III. O que a mulher foi no passado. Quadro negro; IV. Influência do cristianismo; V. O terceiro período. Heroísmo e instrução; VI. Dedução histórica. As mulheres fanáticas e as cortesãs; VII. A revolução. A mulher de ontem e de hoje. Ecos da imprensa e VIII. Intenções e prevenção do autor.

“Não temos bons collegios de educação. As meninas saem de lá, sabendo futilidades, tudo para uma falsa elegância, e nada para a vida real, para a família e para a sociedade” (FRIAS, 1880, p. 21).

A infância: IX. O último período da gravidez. O parto. A cidade e o campo. A ama de leite; X. O vestuário, a alimentação e as criadas. Vícios e defeitos; XI. Os primeiros passos. Uma fidalga. Previsões e resultados; XII. Ao sair do berço. Em família. Um exemplo; XIII. A palmada. Os novos antepassados. A Alemanha. Castigos. Aplicação do assunto; XIV. A menina. Ainda o vestuário. Exigências, em casa e na rua. O papão; XV. Mitologia doméstica. O medo e suas conseqüências; XVI. Desleixo de conversação. Falta de inocência; XVII. Os estranhos. Resultado; XVIII. Teatro e bailes. Remar contra a maré; XIX. A gratidão de nossos filhos. Obrigações. Procurai a mãe.

Convençamo-nos de que a sociedade nos há de pedir um dia estreitas contas da nossa cegueira ou da nossa ignorância, quando lhe entregarmos nossos filhos, e de que estes serão os primeiros a lançar-nos ás faces a demasiada benevolência, a falta de carinho, o mimo excessivo, a incúria, a lentidão e as circunstancias prejudiciais ou escusadas, ruinosas ou arbitrarías, de que lhes fizemos acompanhar a sua infância ou a sua virilidade, o seu estado physico ou o seu estado moral (FRIAS, 1880, p. 48).

A virilidade: XX. Bom senso. Educação e instrução da infância para a virilidade; XXI. Idade para a escola. João de Deus. Conveniência do colégio e qual o preferido; XXII. A escolha do colégio e o modo de o julgar; XXIII. O regulamento. Mestra e cozinheira. Aluna interna ou externa; XXIV. Classe pensionista. Os defeitos da menina. Em família. XXV. Interrupção. Ainda o regulamento. Mentira ou insulto. Diversões da colegial. Um bom exemplo; XXVI. A inteligência dos nossos filhos. Mais um exemplo. Mestre e discípulo. O nosso dever; XXVII. Um mestre de piano. A sua opinião. O que a família pensa. Ganhadores. O que é preciso fazer; XXSVIII. Aleijões. Continuação dos estudos. Bom e mau colégio. Um rapaz e uma menina. Novo colégio; XXIX. O colégio estrangeiro; XXX. Tempo perdido. Novos estudos. Volta do colégio; XXXI. Os preparativos. Pai e mãe, amigos e parentes. Educação completa; XXXII. Chegada e regozijo. Curiosidade e desilusão. Ao sair do convento e do colégio secular; XXXIII. Diferença entre os dois sexos. Prendas e habilitações. O pai. Resposta da mãe. O que diz essa resposta.

A um rapaz, que acaba de sair de uma academia ou de uma officina, é necessário perguntar o que aprendeu [...]. Uma rapariga porém, que tem a proteção dos paes, como garantia, e a posse de um marido, em perspectiva, é mais um adorno que uma necessidade; é uma espécie de mytho, a que estão determinadas umas certas cortesias, e levantando um alto pedestal, em roda do qual se agrupam umas tantas coisas, que lhe hão de conquistar o pão nosso de cada dia [...] e sempre o respeito da sociedade, embora trabalhe ou não, embora seja um ente racional ou um fardo pesado, digna companheira nas luctas da vida, ou simples parasita á mesa das economias de outrem, na communhão geral ou particular (FRIAS, 1880, p. 71).

Colégios: XXXIV. O colégio atual. A política e os homens de estado. A ideia que fazem da mulher; XXXV. Falta de instituições grandiosas.

Colégios particulares. Como se funda o colégio secular. Consequências; XXXVII. A diretoria. Motivos de saída. Exemplos; XXXVIII. Estudos elementares. Exigência e inconsciência. Livros e ensino. A gramática. O professor; XXXIX. Continuação dos estudos. Línguas. O que elas são. Certos homens. O efeito; XLI. O colégio religioso. O passado e a cúria romana. Poder temporal; XLII. A capa da religião e o ultramontanismo. As suas instituições. Educação artística e moral. XLIII. A freira. Que mestra pode ser. O seu colégio; XLIV. Meio de agradar as crianças. Os fins do colégio. Máxima ultramontana. O bom e o mau padre. A clausura.

Afóra a escola publica, incompleta e rudimentar, não temos uma só instituição oficial, lyceu, academia ou simples collegio, dedicado á instrução do sexo feminino; o que prova que os homens de estado teem curado mais da elevação de uma camarilha politica, do que do bem-estar do paiz, da vida exterior do que da vida intima, do dia de hoje do que do amanhã de seus filhos: e que fazem da mulher um juízo pouco digno das mesuras, que lhe tributam, e dos vestidos, que lhe compram.

A mulher, para eles, não é uma cabeça pensante, um membro do grande corpo social... (FRIAS, 1880, p. 78).

Exames e prêmios (ainda os colégios): XLV. Não há bons colégios. Os exames oficiais. Reflexões e exemplos; XLVII. Exames particulares. Paródia e ensaios. Resultado; XLVII. Aprovação geral. Representação da comédia. Distribuição de prêmios. O efeito e os juízos do mundo; XLVIII. Credulidade pública. Uma pequena comedianta. As paródias do fim do ano; XLVIII. As famílias e os prêmios. Um fato. Exames e recompensas; L. Substituição dos exames. Quais os que devem subsistir. Ao término do ano; LI. Resultado de que fica dito. Insuficiência do ensino. Haja capitais e grandes empresas. Os Estados Unidos e a educação da mulher;

LII. Os seus colégios. Nada temos de semelhante, oficial ou particularmente. Os asilos. Consequências.

Haja exames, premios e diplomas particulares, revestidos de toda a gravidade, mas somente destinados a promover o estímulo entre as alumnas, que, ao receberem a recompensa do seu trabalho, devem escutar, com o animo cheio de jubilo, não o borborinho de uma festa ruidosa, que lhe atordo os sentidos, e nada signitfica para a sua verde inteligência, mas a palavra grave e instructiva dos seus mestres, que, na censura ou louvor, que lhe derem, pelo anno que terminar, lhes despertarão a coragem e os brios, para as lides do anno por vir (FRIAS, 1880, p. 109 E 110).

A mulher na sociedade. LII. A falta de meios. O que fizeram da mulher. Ídolo pagão; LIV. A mulher de hoje. O que entendemos. Raparigas e americanas. A mulher igual ao homem. Resultados; LV. A emancipação da mulher. A sua influência. Instrução e trabalho; LVI. O homem do campo. O seu casamento. O código da gente rústica; LVII. Os nossos costumes e o homem pobre. Quanto custa a mudança de estado. Mulher-fardo. Casamento rico; LVIII. O nosso tempo. A influência e a missão da mulher; LIX. Irmã; LXI. Esposa; LXII. Mãe; LXIII. Avó.

A mulher de hoje começa a insurreicionar-se contra os que lhe atribuem braços e pernas, alma e sentimento, cabeça e coração, diferentes dos do homem [...].

Não nos contradizemos [...] se afirmarmos que não desejamos vê-la no parlamento, a decretar leis, no fôro, a rabiscar protocolos, nos comícios, a jogar a paulada, e que nem mesmo gostâmos d'ella essencial e exclusivamente literata.

Por essa razão, não podemos encarar a serio uma sonhada emancipação, toda cheia de direitos civis e políticos, aspirações e desejos aos primeiros cargos da Republica [...] (FRIAS, 1880, p. 118 e 119).

Não se sabe, ainda, se esta obra foi usada em escolas paraenses. Contudo, a temática dela está além do seu tempo, considerando que no século XIX a mulher não tinha visibilidade na sociedade e, sequer, tinha o direito de estudar. Isso é evidenciado em obras já descritas neste estudo: Costa, M. (1915), Alves (1900), Amanajás (1898) dedicam seus livros de leitura a meninos; o Dr Freitas (1894) não trata de nenhuma mulher, ao apresentar a biografia de 26 brasileiros e portugueses; da biografia dos 30 paraenses ilustres do livro de leitura de Cunha, R., (1900), o intelectual só faz referência a uma mulher. Frias (1880), por sua vez, traz para a ordem do dia as discussões sobre a emancipação da mulher, colocando-a como protagonista no cenário social e político brasileiro do século XIX.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre a história de livros escolares no Pará oitocentista têm colocado autores paraenses no cenário nacional. Antes de 2016, muitos desses autores estavam no anonimato e pouco se sabia sobre a produção escolar desse período. Contudo, a partir dos estudos sobre a história do livro no Pará por meio do Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), foi possível, não apenas entender a importância do Pará na produção de livros escolares mas também trazer para a cena livros escolares importantes que ajudaram a formar a mentalidade da criança tanto no Pará quanto no Brasil.

As pesquisas têm mostrado que o Pará teve grande relevância na produção de livros de leitura e gramáticas primárias no século XIX. Editoras paraenses, como a Classica, tiveram um papel importante na edição de livros paraenses tanto no Brasil quanto fora dele. Autores de

livros de leitura _ como Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, Hygino Amanajás, entre outros _ e de gramáticas, como Vilhena Alves, Paulino de Brito e Julio Cezar Ribeiro de Souza, foram muito importantes para a instrução/educação no século XIX.

Os livros de leitura da época versavam sobre temas que eram de interesse da elite dominante, tais como civilização, patriotismo, moralidade, regras de etiqueta. Contudo, os estudos mostram que havia autores que distoaram, como David Correa Sanches de Frias, que ousou tratar da emancipação da mulher, colocando-a como protagonista no cenário hostil do século XIX. Pouco se sabe sobre esse autor, contudo, vale a pena debruçar-se sobre sua obra, que parece estar bem à frente do seu tempo. Os estudos sobre a história do livro no Pará têm proporcionado descobertas importantes, mostrando que pautas contemporâneas, como o papel da mulher na sociedade, já tinham seus representantes no século XIX, conforme se vê na obra de Frias. Descobertas como esta possibilitam uma reescritura da história do livro no Brasil a partir do estudo sobre a história do livro no Pará.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena. *Selecta Litteraria*. 2ª. ed. Pará: R. L. Bittencourt, 1900
- AMANAJÁS, Hygino. *Ama e coração*. 2ª. ed. Pará-Belém: Typographia do Diario Official, 1906
- _____. *Noções de educação Cívica*. Pará-Belém: Typographia do Diario Official, 1898
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O conceito de “livros didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p. 41-74.

_____; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009a.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2013.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970 [1893].

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970 [1898].

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BRAGA, Theodoro. *História do Pará*. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. p. 451-476.

_____. Uma introdução à história editorial brasileira. *Cultura*. Lisboa, n. 14. p. 57-83, 2002.

BRITO, Paulino de. *Colocação de pronomes*. Paris: Allaud, 1907.

COSTA, Antônio de Macedo. *Compendio de Civildade Cristã*. Nova edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *Talento e atitude: estudos biográficos do museu Emilio Goeldi*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses ilustres*. 2. ed. Pará: J. B. dos Santos e Ca, 1900.

_____. *Paraenses ilustres*. 3. ed. Pará: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Campinas, SP: Pontes, 2018
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynmtia G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 135-149.
- FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. *Ensaio de Leitura: terceiro livro para uso das escolas da Amazonia*. Paris, França: Jablonsky, Vogt & Cia, 1894
- _____. *Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscripta para uso das escolas da Amazônia*. 29^a. ed. Paris: Lith de Ch. Gaulon et Fils, 1906
- FRIAS, David Correa Sanches. *A mulher: sua infância, educação e influencia na sociedade*. Pará: Tavares Cardoso " & C.a, 1880.
- MELO, Rosane Barros de. *A caracterização de gramáticas paraenses no contexto de gramatização brasileira do português no Pará*. Orientadora: Raimunda Dias Duarte. 2021. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2021. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3746>. Acesso em: 9 de out de 2022.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora de São Paulo, 2005.
- MOREIRA, Eidorfe. *O livro didático paraense: breve notícia histórica*. Belem: Imprensa Oficial, 1979.
- RODRIGUES, Gleice Helem Ferreira. *A história de livros de leitura na Amazônia paraense (1820-1920): discursos sobre civilidade e linguagem*. Orientadora: Raimunda Dias Duarte. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1474>. Acesso em: 9 de out de 2022.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

SCHELBAUER, Analete Regina. *Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX*. Grupo de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Faculdade de Educação – UNICAMP. Acervo Navegando na história da educação brasileira. Período monárquico. Império (1822-1889). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial.html. Acesso em: 19 out. 2014.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS

BELÉM. Lei n. 276, de 3 de julho de 1900. Institue o código de polícia municipal. *Leis e resoluções municipais (1900)*. Pará-Belém: Typigrafia de Tavares Cardoso & Cia, 1901.

BRASIL. Decreto n. 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaoriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BRASIL. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaoriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

PARÁ. *A voz paraense*. Periódico religioso, científico e comercial. Pará: Typographia de Mendonça e Baena, 1851.

PARÁ. *Catálogo*. Biblioteca Pública Artur Viana (CENTUR). Disponível em: <http://www.fcptn.pa.gov.br>. Acesso: out, 2022.

2

A REGULAMENTAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DE LEITURA E GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA

*Arlene da Costa Sá*¹

Raimunda Dias Duarte

Com que ternura se liga ao nosso coração um velho farrapo que serviu de testemunha, que se prendeu a um facto grandioso ou não, da história ainda que singela da patria!

Theodoro Braga

INTRODUÇÃO

Os livros escolares são documentos históricos ricos em informações que podem trazer contribuições importantes não só a respeito de como se constituiu a educação de determinado período, mas também sobre a questão cultural e ideológica da época. Neste sentido, o trabalho em questão tem como objetivo geral analisar a regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas no Pará Oitocentista. Para tanto, busca-se compreender as ideologias que nortearam a aprovação de livros escolares para a instrução/educação primária nas escolas do Pará Oitocentista; investigar a legislação que regulamentou o ensino da leitura e da gramática no Pará Oitocentista e investigar a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias nas escolas do Pará Oitocentista.

¹ Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará. E-mail: arlenedcs98@gmail.com

O referencial teórico-metodológico, por sua vez, está fundamentado em estudos dos seguintes autores: Faria Filho (2000), que trata sobre o ensino elementar no século XIX; Duarte (2018), que destaca o papel dos livros escolares como instrumento ideológico da classe dominante na formação dos alunos; Coelho e Maciel (2018), cujas contribuições para este estudo se deve, entre outros fatores, as suas considerações acerca da transição na maneira de ensinar no decorrer do século XIX; Karnal e Tatsch (2009), que vem tratar sobre a importância do documento histórico; Razzini (2014), por sua vez, comenta sobre as leis de obrigatoriedade e gratuidade do ensino e sobre o livro escolar e seu papel no processo de industrialização e consolidação eurocêntrica em território nacional; Moreira (1979), que contribui com suas pesquisas acerca de autores e obras abordadas no decorrer deste estudo, entre outros, que contribuem com suas pesquisas acerca de autores e obras abordadas no decorrer deste estudo.

A pesquisa é bibliográfica e documental, e consiste em uma abordagem qualitativa, pois ao tratar do estudo histórico de livros escolares de leitura e gramáticas primárias, são levados em consideração os fenômenos que envolvem as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas no Pará no século XIX, para um melhor entendimento do contexto em que se deu a regulamentação e a circulação desses compêndios. Tudo isso se faz levando em consideração a afirmação de Chartier (1999) de que cabe ao historiador reconstruir as circunstâncias de “efetuação” de uma obra.

A pesquisa bibliográfica permite a articulação do trabalho com importantes autores. Sobre as ideologias presentes nas decisões que norteavam a aprovação do livro escolar no Oitocentos, destacam-se os estudos de Duarte (2018). A autora declara que o livro escolar, de certa

forma, assume o papel de “ferramenta de legitimação” da tentativa, por parte da elite brasileira, de incorporar, mesmo que superficialmente, práticas importadas da Europa, sobretudo, da França. Na década de 1880, ocorreu uma massiva tentativa de organizar a educação. No entanto, apesar da regulamentação de uma volumosa legislação, a instrução não dispunha da estrutura necessária para aplicá-la. Parte disso se deve, provavelmente, à realidade exposta por Razzini (2014). A autora pontua que, apesar de as leis brasileiras de obrigatoriedade e gratuidade da instrução partirem do poder central, cada província instituiu suas próprias leis.

No que se refere à pesquisa documental, para investigar sobre a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista, o trabalho se concentra em 33 edições da *Revista Educação e Ensino* publicadas no período de 1891 a 1895. Essas edições foram analisadas minuciosamente, de forma que os registros acerca da adoção dos livros na instrução/educação pública paraense fossem realizados. Essa fonte documental forneceu dados de fundamental importância para este estudo.

1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO PARÁ OITOCENTISTA

O Brasil Oitocentista (século XIX) passou por grandes mudanças políticas, econômicas e educacionais, tanto a nível nacional quanto a nível provincial. Os acontecimentos relacionados à independência do Brasil (7 de setembro de 1822) e à Proclamação da República (15 de novembro de 1889) foram fundamentais para essas mudanças, pois enquanto a primeira data (1822) serviu como passo inicial para a

concretização do Império Brasileiro, a outra, (1889) demarcou a transição entre Império e República.

Para Faria Filho (2000, p. 135), “a instrução primária do século XIX estava confinada entre a desastrosa política pombalina e o florescimento da educação na era republicana”. Com o Ato Adicional (Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834), as províncias tiveram mais autonomia sobre aquilo que ocorria na instrução pública local, pelo menos de acordo com o que constava na legislação. Contudo, a autonomia supostamente conferida às províncias, escancarou as mazelas da estrutura oferecida para instrução pública local. Uma prova disso foi que, de acordo com os relatórios apresentados pelo diretor da Instrução Pública da província do Pará, entre 1893 e 1894, ao governador Lauro Sodré, havia urgência na construção de prédios apropriados para o ensino primário, uma vez que sem a estrutura necessária não havia possibilidade de colocar as reformas da instrução pública em prática. Nesses relatórios, o governador ainda expõe sua desaprovação ao fato de a escola funcionar na casa do professor, pois essa prática dificultava a fiscalização do trabalho, principalmente se o exercício da disciplina estava sendo realizado eficientemente por parte do professor (COELHO, 2008, p. 73).

Em 1854, o ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, instituiu o plano estratégico de modernização, propondo a reforma do ensino primário e secundário na Corte. Segundo Vasconcelos e Periotto (2015), este foi um dos primeiros documentos a abordar propriamente a formação docente, exigindo a formação de um quadro de professores habilitados e com plenas condições de formação.

A reforma Couto Ferraz (Decreto 1.331A, de fevereiro de 1854) regulamentou a escolarização no Brasil. No entanto, segundo Vasconcelos e Periotto (2015), apesar dos esforços, pouco se avançou na aplicação das

medidas instituídas pelo Decreto e, posteriormente, por outros preceitos legais, como o Ato Adicional de 1834 (Lei n. 16, de 12 de agosto). Essa dificuldade se deu por fatores diversos, um deles, sem dúvida alguma, diz respeito às condições reais da sociedade.

Ao discorrer acerca dos assuntos diretamente ligados à instrução/educação pública, não se pode esquecer de fatores estruturais relacionados aos espaços fornecidos para o ensino. Por essa razão, torna-se importante falar sobre os grupos escolares. De acordo com França (2018), os grupos escolares consistiam em escolas graduadas que se aglutinavam em um mesmo edifício. Para a construção de edifícios escolares, já previstos na reforma Couto Ferraz, José Veríssimo Dias de Matos, Diretor da Instrução Pública do Estado do Pará (1890-1891), iniciou suas solicitações em 1891. Suas tentativas, infelizmente, refletiam o estado de calamidade da educação pública, uma vez que para terem acesso ao ensino as crianças desvalidas sujeitavam-se a situações degradantes, frequentando espaços inadequados para o ensino.

Segundo França (2018), o diretor da Instrução Pública reforça seus argumentos com base nas afirmações de Buisson², que alega que para se ter uma escola boa é necessário e indispensável que o edifício construído atenda determinadas condições de salubridade, bem-estar, comodidade e decência (FRANÇA, 2018, p. 1). A construção desses edifícios se tornava indispensável tendo em vista a urgência da situação vivida pelos alunos.

² Segundo Rozante (2014), Ferdinand Édouard Buisson nasceu em Paris, França, em 1841, posteriormente tornou-se professor e político. Ele dirigiu a publicação do *Dictionnaire de Pédagogie*; foi secretário da Comissão da Estatística do Ensino Primário. Foi ainda Inspetor Geral da Instrução Pública na França em 1878 e Diretor do Ensino Primário em 1879. Além disso, participou das reformas do Ministro da Educação Jules Ferry (1880-1882), que modernizou o ensino primário francês, estabelecendo uma escola pública, obrigatória, laica.

O fato de as solicitações dos diretores da instrução pública, sobre a implantação de grupos escolares, demorarem para serem atendidas, pode ser encarado como um indicativo plausível de como a legislação educacional, nesse período, era implementada a passos lentos. Neste sentido, é interessante elucidar que as constantes modificações pelas quais o Pará Oitocentista passou, no que se refere à instrução pública, podem ter dificultado ainda mais a agilização do processo de concretização da legislação vigente.

No Oitocentos, houve intensos debates acerca da necessidade de escolarização, sobretudo daquela que era a parcela mais desprivilegiada da população. Segundo Faria Filho (2000), ainda na década de 30 do século XIX, diversas leis provinciais foram implementadas para, dentro de certos limites, tornar obrigatória a frequência das crianças na escola. No entanto, ainda segundo o autor, nesse período, “as ideias estão, continuamente, fora do lugar” (FARIA FILHO, 2000, p. 135). Isto é, haviam constantes modificações também nas legislações referentes à Instrução Pública.

Sobre as primeiras tentativas do governo de legislar sobre escolarização, Faria Filho (2000) afirma que nos anos iniciais do século XIX, o governo estabelecia e mandava construir “escolas de primeiras letras”. Nessas instituições, a criança deveria ser introduzida nos rudimentos do saber, ler, escrever e contar. Posteriormente, foi-se substituindo as escolas de primeiras letras por instrução elementar, que surgiu para além da necessidade de generalização ao acesso às primeiras letras, mas com um conjunto de outros conhecimentos.

A maneira de ensinar sofreu uma severa transição no decorrer do século XIX. Essa transição ocorreu na forma de organização do ensino, como afirmam Coelho e Maciel (2018). Isso culminou na generalização

da aceitação do método simultâneo em detrimento do ensino individual. O método simultâneo envolve “a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente”, enquanto o ensino individual consiste “em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar cada um deles individualmente” como aponta Faria Filho (2000, p. 142). No uso do método simultâneo, a formação de classes poderia se tornar homogênea, pois esse método permitia a produção de material para manter um grupo diverso de alunos ocupados ao mesmo tempo e, por consequência, haveria uma unificação do currículo (FARIA FILHO, 2000). A partir do ensino simultâneo, a escola passou a exigir uma variedade de materiais escolares que atendessem à demanda dos alunos.

Ao tratar sobre o cenário educacional no qual os livros de leitura e as gramáticas primárias estavam inseridos no século XIX, é importante apontar o papel fundamental da vinda da Família Real para o Brasil em 1808, que trouxe um acervo muito grande de livros. Duarte (2018) mostra que os primeiros livros escolares foram produzidos pela Impressão Régia, que depois viria a se chamar Imprensa Nacional. Nesse período, no entanto, o mercado do livro escolar era pequeno e parecia não interessar muito às editoras nacionais.

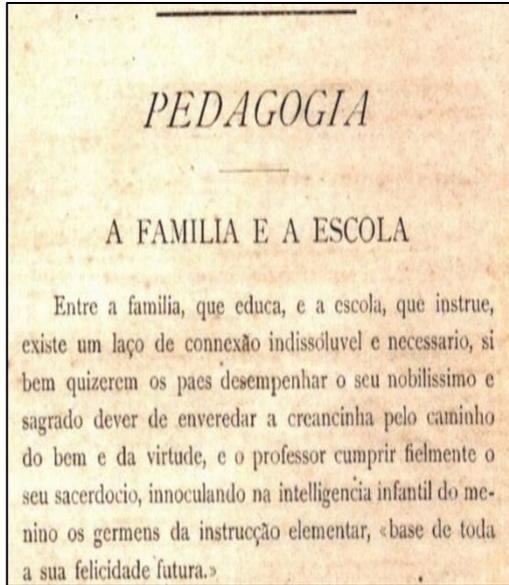
O reconhecimento da relevância dos livros de leitura na educação tem se tornado cada vez mais evidente. Os estudos nessa área específica da história da educação vêm aumentando, principalmente nos últimos anos. Segundo Razzini (2014), a história do livro de leitura escolar, assim como a cultura escolar como um todo, se encaixa dentro de um processo de industrialização e consolidação da hegemonia das sociedades capitalistas europeias, assim como no contexto de ascensão da burguesia e da constituição dos estados nacionais.

2 APROVAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES NO PARÁ: GRAMÁTICAS E LIVROS DE LEITURA

No período Oitocentista, ocorreram intensas modificações na legislação referente à Instrução Pública, no Brasil e no Pará. Vários preceitos legais foram regulamentados para a instrução da leitura e da gramática. Houve, também, dispositivos legais que incentivaram a produção de livros escolares. Entretanto, a aprovação desses compêndios estava vinculada às ideologias da elite paraense.

A partir de 1834, com a implementação do Ato Adicional n. 16, de 12 de agosto de 1834, foi atribuída às províncias a responsabilidade sobre a instrução primária. No entanto, a responsabilidade sobre as adequações da legislação à realidade das províncias, aliada à obrigatoriedade do ensino, incluída na constituição de 1827, de certa forma pressupunham uma realidade burocrática e financeira totalmente incompatível com aquela vivida na época em que tais leis foram instituídas.

Conhecer as ideologias que regeram a aprovação dos livros escolares no Pará imperial é fundamental para a compreensão acerca da circulação de livros no período. Para Nosella (1981), textos direcionados à instrução, que aparentemente eram neutros, estavam impregnados de conteúdos ideológicos até nos mínimos detalhes. Segundo a autora, os livros escolares se destacavam ao veicular valores que não atendiam às necessidades dos mais pobres. Aspectos ideológicos apresentados por Nosella (1981), como presentes no ambiente estudantil, podem ser percebidos em um trecho retirado da *Revista Educação e Ensino*:

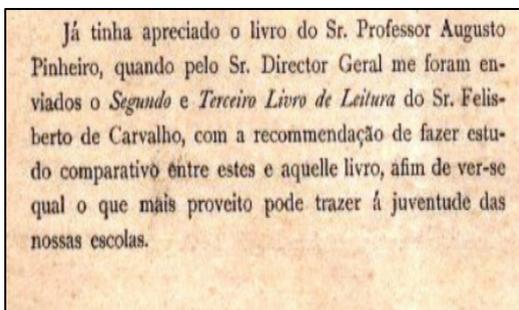
Imagem 1: A família e a Escola

Fonte: Revista Educação e Ensino, 1894, n. 2. p.18.

É possível verificar que temáticas relacionadas à influência da família no ambiente escolar eram bastante valorizadas no contexto escolar e eram levadas em consideração durante a aprovação dos compêndios pelo Conselho Superior de Instrução Pública da província do Pará, pois como está bem explícito no impresso acima, da edição n. 2, de 1894, da *Revista Educação e Ensino*. Sobre o tema Pátria, pode-se verificar um texto do parecer sobre livros escolares escrito por Raimundo Joaquim Martins³ e contido na *Revista Educação e Ensino*, de 1894, no qual está sendo feito um comparativo entre a obra de Augusto Pinheiro e a obra de Felisberto de Carvalho.

³ Segundo Costa (2015) foi diretor da Escola Normal do Pará entre 1892 a 1895.

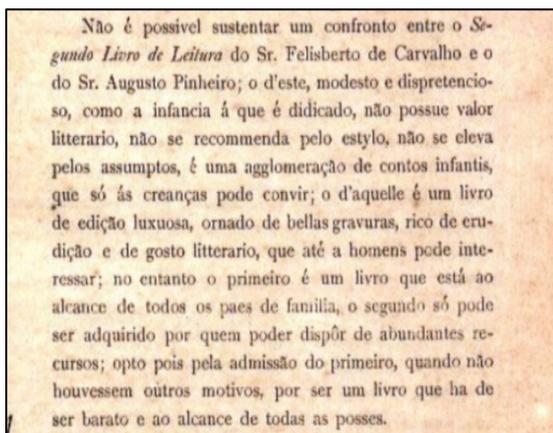
Imagem 2: Comparações feitas entre a obra P. e a obra de Felisberto de Carvalho



Já tinha apreciado o livro do Sr. Professor Augusto Pinheiro, quando pelo Sr. Director Geral me foram enviados o *Segundo e Terceiro Livro de Leitura* do Sr. Felisberto de Carvalho, com a recommendação de fazer estudo comparativo entre estes e aquelle livro, afim de ver-se qual o que mais proveito pode trazer á juventudê das nossas escolas.

Fonte: Revista Educação e Ensino, 1894, n. 4, p. 58.

Imagem 3: Comparações feitas entre a obra de Augusto de Augusto P. e a obra de Felisberto de Carvalho



Não é possível sustentar um confronto entre o *Segundo Livro de Leitura* do Sr. Felisberto de Carvalho e o do Sr. Augusto Pinheiro; o d'este, modesto e dispretencioso, como a infancia á que é dedicado, não possui valor litterario, não se recommenda pelo estylo, não se eleva pelos assumptos, é uma agglomeração de contos infantis, que só ás creanças pode convir; o d'aquelle é um livro de edição luxuosa, ornado de bellas gravuras, rico de erudição e de gosto litterario, que até a homens pode interessar; no entanto o primeiro é um livro que está ao alcance de todos os paes de familia, o segundo só pode ser adquirido por quem poder dispôr de abundantes recursos; opto pois pela admissão do primeiro, quando não houvessem outros motivos, por ser um livro que ha de ser barato e ao alcance de todas as posses.

Fonte: Revista Educação e Ensino, 1894, n. 4, p. 58.

Os autores que participaram da produção de revistas com conteúdo voltado para a educação, especificamente durante o período imperial, foram, como afirma Fernandes (1996), “grupos que possuíam uma maneira de enxergar o mundo social com base em determinados valores que ajudaram a estruturar a vida social, cultural e política de cada país. Tais grupos-geração foram percebidos como herdeiros de seu tempo

[...]”. Por meio do que ficou registrado nas páginas das revistas, é possível ter uma ideia da conjuntura social e ideológica vivida na época.

3 A CIRCULAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA E GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA

Ao longo da história é possível que o pesquisador tenha se deparado com as mais diversas situações quando o assunto é a conservação de material histórico imprescindível para obtenção e conservação de conhecimento documental e arqueológico de uma determinada civilização. O conhecimento sempre foi, e sempre será, fonte de cobiça e ganância por parte dos povos, em grande parte por sua natureza libertadora das amarras produzidas pela ignorância ou mesmo das aprisionadoras barreiras criadas pelas ideologias dominantes.

Considerando essa afirmação, pode-se entender que ao descartar o material histórico, o indivíduo também estará descartando parte da história de um povo. É possível perceber, por meio dessa informação, o quanto os registros são contundentes e importantes para a história. Nessa mesma linha de pensamento, Karnal e Tatsch (2009) afirmam que “o documento é base para o julgamento histórico”. Isso quer dizer que caso os documentos de uma determinada época sejam destruídos, nada poderá fundamentar as alegações dos estudiosos e historiadores, deixando, assim, uma lacuna histórica, dando margem às mais variadas interpretações. Sendo assim, quem tem poder sobre o documento histórico tem poder sobre o conhecimento e, conseqüentemente, poderá manipular acontecimentos e percepções sobre determinados fatos. Dessa forma, não seria exagero afirmar que “sem o documento não há História” (KARNAL e TATSCH apud PINSKY, 2009, p. 9).

As alegações acerca da importância do documento para história e para o estudo na área da educação e da linguagem remetem a um questionamento a respeito do que é um documento histórico. Esse questionamento adquire um caráter ainda mais urgente quando os prejuízos que a destruição desses documentos pode causar na história são levados em consideração. Para responder a esse questionamento, Karnal e Tatsch fazem a seguinte afirmação: “O documento histórico seria uma folha (ou várias folhas) escritas por alguém importante” (KARNAL e TATSCH apud PINSK, 2009, p. 10). Nesse sentido, documentos produzidos por pessoas importantes remetem a personalidades marcantes da história. Para ilustrar sua afirmação, Karnal e Tatsch (2009) apresentam o exemplo de uma carta em que Pero Vaz de Caminha, traz informações sobre a chegada dos portugueses ao Brasil.

Na província do Pará, houve uma produção considerável de material destinado à educação primária, entre compêndios, gramáticas e manuais de leitura. Apesar das dificuldades nesta área, é plenamente possível encontrar recortes históricos de relevância inquestionável, como se pode ver por meio dos estudos de Duarte (2018), em que a autora afirma que dentro do contexto de produção do livro didático no Brasil, o Pará ocupa uma posição de destaque, especialmente, na segunda metade do século XIX. Ainda segundo Duarte (2018), o Pará se inseriu no campo de impressão e editoração desde a Independência do Brasil. Apesar disso, Moreira (1979, p. 11) afirma que “as primeiras oficinas gráficas eram muito rudimentares e desaparelhadas, por isso, não podiam imprimir livros”.

A investigação sobre a circulação de livros escolares na província do Pará pode ser alvo de grandes empecilhos no que diz respeito à dificuldade de encontrar materiais que sirvam como fonte de análise e

estudo. No entanto, nos últimos anos, a história do livro escolar no Pará ganhou visibilidade a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), da Universidade Federal do Pará. Em vista da visibilidade atribuída às pesquisas sobre a história do livro escolar, há a necessidade de se fazer uma investigação sobre os livros de leitura e as gramáticas primárias que circularam no Pará no século XIX. A fonte examinada para essa investigação foi a Revista de Educação e Ensino, edições de 1891 a 1895, que foi um periódico paraense mensal criado por volta de 1891 e dirigido por Octávio Pires. A revista abordava, em geral, temas educacionais relacionados tanto à educação pública quanto à privada do estado do Pará. As edições estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Edições da Revista de Educação e Ensino.

RESPONSÁVEL	REVISTA	EDIÇÃO		ANO	TIPOGRAFIA	FONTE
PIRES, Octávio.	Revista de Educação e Ensino	vol. 5	n. 7, 9	1895	Typ. de Tavares Cardoso & Cia	Repositório institucional da UFSC: https://repositorio.ufsc.br/xmlui
		vol. 4	n. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	1894		
		vol. 3	n. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	1893		
		vol. 2	n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11	1892		
		vol. 1	n. 8, 9, 10	1891		

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Investigar sobre os livros de leitura e as gramáticas primárias que circularam no Pará, desde o Império até a primeira década da República, nos ajuda a entender o processo de desenvolvimento da instrução/educação pública na província (chamada de estado a partir de 1889, com a Proclamação da República). As questões envolvidas nesse processo também são fundamentais para a compreensão da importância dos autores de livros de leitura para a construção de um panorama mais completo da historiografia referente à educação no Brasil e no Pará.

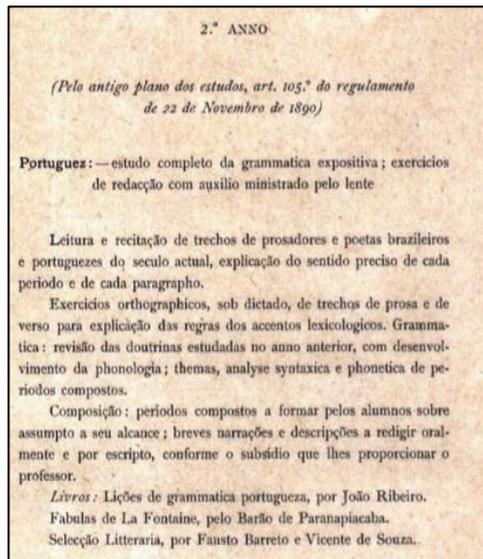
No Pará Oitocentista, circularam livros de leitura e gramáticas primárias de autores paraenses e não paraenses. Para fazer circular suas obras e dar-lhes mais visibilidade, muitos autores não paraenses doaram à província dezenas, centenas e até milhares de exemplares de seus compêndios. Em 1877, segundo Coelho e Maciel (2018, p. 25), foi contabilizado pelo diretor da província do Pará, Dr. Joaquim Correia de Freitas, a doação concreta, por parte de Dr. Abilio Cezar Borges, de 333 exemplares de 1º livro de leitura, 90 exemplares dos 2º Ditos, 90 dos 3º Ditos, 488 gramáticas portuguesas, e 57 francesas e no corrente mês 2000 gramáticas portuguesas.

Segundo Coelho e Maciel (2018), no ano de 1877, quando o barão de Macahubas fez suas doações, estavam sendo discutidos quais os melhores métodos de ensino a serem implantados no Brasil e, sendo a escola o principal espaço para o ensino de leitura e escrita, foi nela também que se concentraram as maiores discussões sobre o uso do livro escolar. Sendo assim, os autores de livros e compêndios se empenhavam em divulgar e consolidar a hegemonia de suas obras. Este era o caso de Dr. Abilio Cezar Borges.

No ano de 1878, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, agradeceu diante da Assembleia Legislativa, em nome da província, a boa ação de Dr. Abilio de Cezar Borges, de doar mil exemplares da *Nova gramatica portuguesa*. Em seu pronunciamento, o presidente citou também Serafim José Alves, editor no Rio de Janeiro, que doou 400 exemplares da *Aritmética* do Dr. Ciriaco Lourenço de Souza (MOACYR, 1939, p. 149).

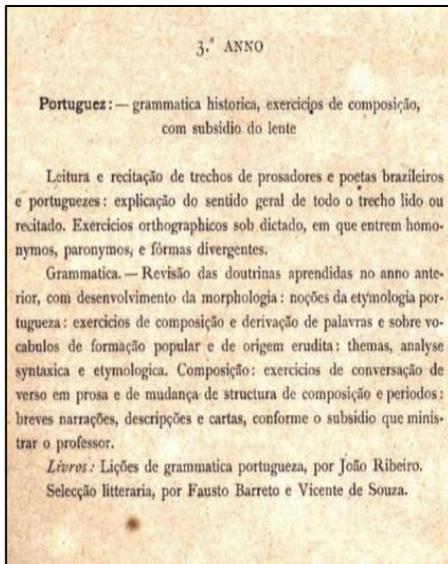
Na edição n. 10 da Revista Educação e Ensino, de 1891, há referência ao uso dos mesmos livros de leitura no 2º, 3º e 4º anos do ginásio. São eles: *Seleccção litterária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza; *Lições de Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro; *Fabula de la Fontaine*, de Barão de Paranapiacaba; e *Grammatica Analytica*, de Maximino de Araujo Maciel.

Imagem 6: Livros de leitura usados no 2º ano.



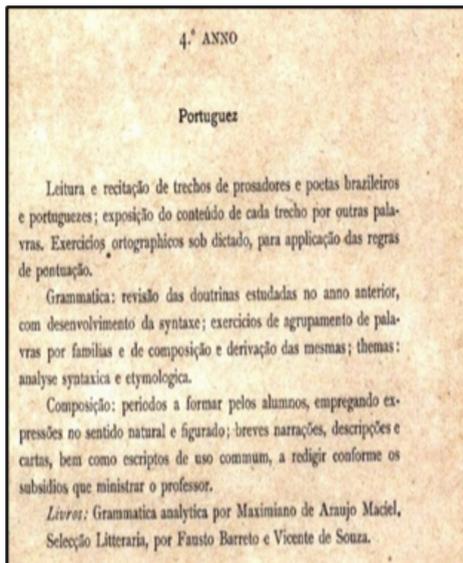
Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 1, n. 10, 1891, p. 173.

Imagem 7: Livros de leitura usados no 3º ano.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 1, n. 10, 1891, p. 174, 175.

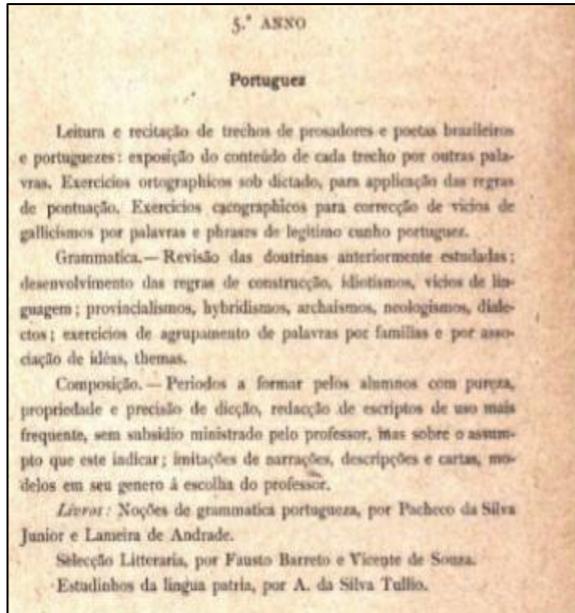
Imagem 8: Livros de leitura usados no 4º ano.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 1, n. 10, 1891, p. 174, 175.

Na edição de janeiro de 1892, os livros utilizados no 5º ano são os seguintes: *Noções de Grammatica portuguesa*, de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Seleccção literária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza e *Estudinhos da língua pátria* de A. da Silva Tullio.

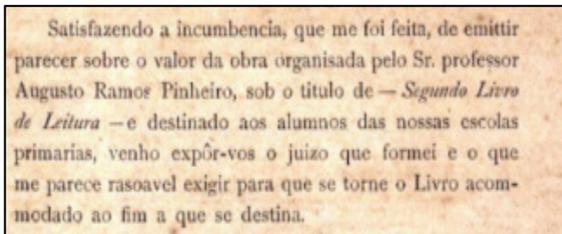
Imagem 9: Livros de leitura usados no 5º ano do ginásio.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.2, n.1, 1892, p.14.

Na edição n. 3 da revista Educação e Ensino, de 1894, foi publicado um Parecer sobre livros escolares, favorável ao *Segundo livro de leitura* de Augusto Ramos Pinheiro, onde consta que, apesar de a obra não ser um “primor”, ao ser encarada pelo ponto de vista literário _ aspecto em que se frisa que a obra deixa muito a desejar _ possui uma dicção fácil, um estilo despretensioso, o que de certa forma facilita o aprendizado e a compreensão das crenças. Por tudo isso, o livro é digno de recomendações.

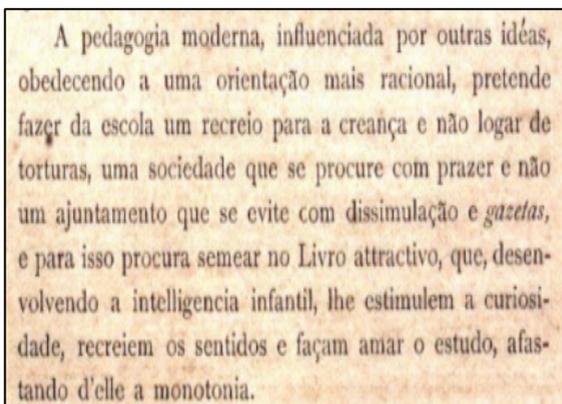
Imagem 10: Parecer sobre livros escolares.



Satisfazendo a incumbencia, que me foi feita, de emitir parecer sobre o valor da obra organisada pelo Sr. professor Augusto Ramos Pinheiro, sob o titulo de — *Segundo Livro de Leitura* — e destinado aos alumnos das nossas escolas primarias, venho expôr-vos o juizo que formei e o que me parece razoavel exigir para que se torne o Livro acomodado ao fim a que se destina.

Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 3, 1894, p. 42.

Imagem 11: Parecer sobre livros escolares



A pedagogia moderna, influenciada por outras idéas, obedecendo a uma orientação mais racional, pretende fazer da escola um recreio para a creança e não logar de torturas, uma sociedade que se procure com prazer e não um ajuntamento que se evite com dissimulação e *gazetas*, e para isso procura semear no Livro attractivo, que, desenvolvendo a intelligencia infantil, lhe estimulem a curiosidade, recreiem os sentidos e façam amar o estudo, afastando d'elle a monotonia.

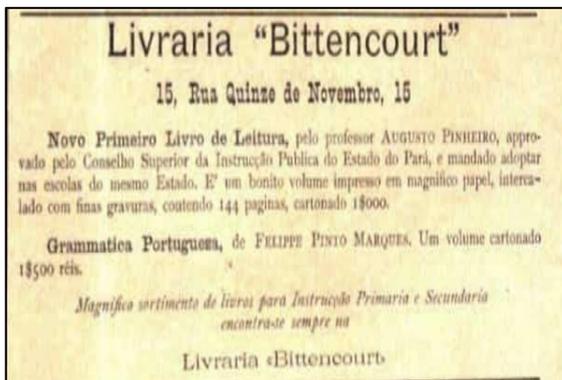
Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 3, 1894, p. 42.

Augusto Ramos Pinheiro foi um professor titulado da Escola Normal que preenchia os requisitos necessários para ser um professor autor. Segundo Coelho e Maciel (2018), a valorização de casos como o do Senhor Augusto Ramos Pinheiro acontecia devido a experiência do autor como professor. Sendo assim, ele deveria possuir mais domínio acerca das exigências referentes à linguagem que seria adotada nos livros destinados à instrução primária. Nesse sentido, é importante frisar que o fator “experiência do autor como professor” foi amplamente considerado pelas editoras da época como critério para a escolha dos livros

escolares de leitura. Segundo Bittencourt (2004), a mudança nas exigências com relação ao perfil dos professores, começou no final do século XIX, período de crescimento do ensino elementar nas escolas públicas e, a partir de então, tal mudança firmou-se como um dos fatores determinantes para seleção de obras destinadas à instrução primária, além de a obra, submetida pelo autor ao Conselho Superior da Instrução Pública, estar de acordo com as exigências referentes às noções morais e cívicas.

O professor Augusto Ramos Pinheiro organizou uma série graduada de leitura constituída por três livros que alcançaram várias edições: *Primeiro Livro de Leitura*, *Segundo Livro de Leitura* e *Terceiro Livro de Leitura*, cujo subtítulo foi *Escola, Pátria e Família*, respectivamente, todos impressos e publicados na capital paraense (COELHO E MACIEL, 2018, p. 29). Tendo isso em vista, ainda na edição n. 3 da revista em análise, na parte dedicada aos anúncios, há um anúncio divulgando o *Primeiro Livro de Leitura*, de Augusto Pinheiro que, segundo Coelho e Maciel (2018), foi adotado como o único livro a ser usado para o ensino de leitura nos anos iniciais nas escolas paraenses, sendo classificado no parecer contido na edição n. 3 da Revista Educação e Ensino, de 1883, como um “verdadeiro mimo a infância”. Além dessa obra, anuncia-se também um volume da *Gramatica Portuguesa*, de Felipe Pinto Marques. O autor foi, além de seminarista, professor de Francês, Português, Geografia e Secretário de Instrução Pública (GUTIERRES, 2021).

Imagem 12: Anúncio do Primeiro Livro de Leitura, de Augusto Pinheiro e da Grammatica Protugueza, de Felipe Pinto Marques.



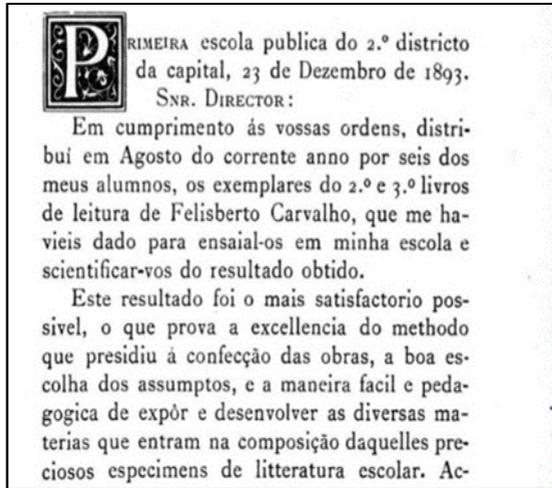
Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 3, 1894.

É interessante comentar sobre a valiosa contribuição do professor Felisberto de Carvalho, ao publicar, pela livraria Francisco Alves, o *Primeiro livro de leitura* (142 p.), o *Segundo livro de leitura* (186 p.) e o *Terceiro livro de leitura* (216 p.), todos no ano de 1892; e em 1895, o autor lançou o *Quarto livro de leitura* (290 p.) e o *Quinto livro de leitura* (389 p.), pela mesma editora. O primeiro livro desta coleção chegou à 119ª edição, o que confirma a sua grande utilização nas escolas públicas. Esse sucesso e vasta utilização poderia se dá pela forma atrativa com que os livros se apresentavam. Segundo Oliveira (2000), os livros vinham em tamanho médio manuseável (conforme expressão de Roger Chartier), com capas coloridas, estampando várias gravuras referentes aos assuntos neles tratados. Além dessas características, o autor prepara o professor para realizar as tarefas propostas no livro com sucesso, expondo, antes das lições, alguns dados teóricos e alguns passos que devem ser seguidos para que os objetivos fossem alcançados (OLIVEIRA, 2000, p. 29).

Ainda sobre o Sr. Felisberto de Carvalho, no de 1893, sua obra foi citada na *Miscellanea literária* como apropriada para o uso nas escolas,

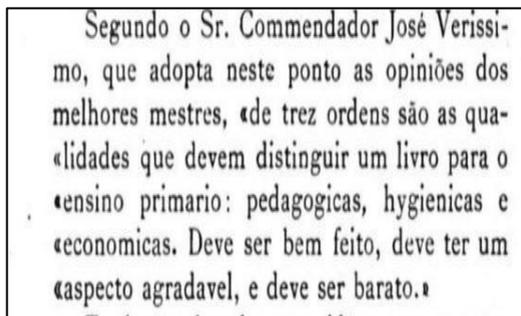
sendo plenamente utilizada nas escolas. Esta aprovação, no entanto, só se deu devido à certa compatibilidade de suas obras com a ideologia dominante da época.

Imagem 13: Elogio feito sobre a obra de Felisberto de Carvalho.



Fonte: Miscellania Litteraria, 1893, p. 175 e 176.

Imagem 14: Elogio feito sobre a obra de Felisberto de Carvalho.



Fonte: Miscellania Litteraria, 1893, p. 175 e 176.

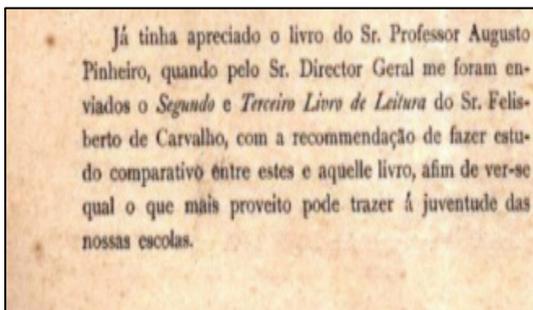
No entanto, em 1893, a comissão do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado do Pará, órgão responsável pela aprovação dos livros escolares, decidiu que apenas um livro deveria ser usado para o ensino

inicial da leitura. A adoção de um único livro para todas as escolas foi uma decisão tomada pelo Conselho Superior da Instrução Pública como forma de assegurar a unidade do ensino. Os membros deste conselho, Severiano Bezerra d'Albuquerque, Joaquim Cância Baptista e Enertisna Pinheiro Tornellas, emitiram uma breve justificativa sobre sua decisão que foi publicada na revista *Educação e Ensino*:

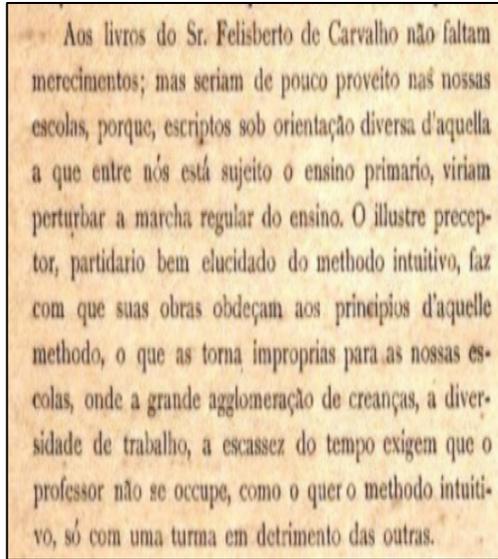
Quanto ao *primeiro livro*, o livro por excelência do menino de escola, o que mais se recomenda pelo seu mérito real, é o organizado pelo Professor Augusto Ramos Pinheiro: é um verdadeiro mimo à infância (PARECER, 1883).

Na edição n. 4 de 1894, da *Revista Educação e Ensino*, foi publicado um parecer sobre o *Segundo* e o *Terceiro livro de leitura* do Senhor Felisberto de Carvalho, em que é feita uma comparação entre as obras de Felisberto de Carvalho e Augusto Ramos Pinheiro.

Imagem 15: Parecer sobre livros escolares.



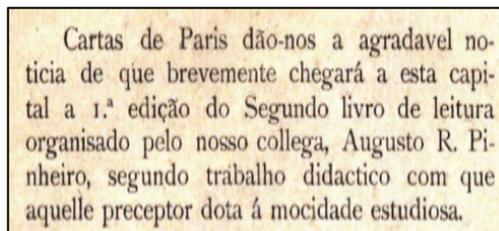
Fonte: *Revista Educação e Ensino*, v.4, n.4, 1894, p. 58.

Imagem 16: Parecer sobre livros escolares.


Aos livros do Sr. Felisberto de Carvalho não faltam merecimentos; mas seriam de pouco proveito nas nossas escolas, porque, escriptos sob orientação diversa d'aquella a que entre nós está sujeito o ensino primario, viriam perturbar a marcha regular do ensino. O illustre preceptor, partidario bem elucidado do methodo intuitivo, faz com que suas obras obedeçam aos principios d'aquelle methodo, o que as torna improprias para as nossas escolas, onde a grande agglomeração de creanças, a diversidade de trabalho, a escassez do tempo exigem que o professor não se ocupe, como o quer o methodo intuitivo, só com uma turma em detrimento das outras.

Fonte: Revista Educação e Ensino, v.4, n.4, 1894, p. 58.

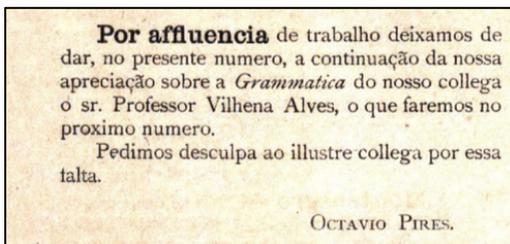
Na edição n. 9 da *Revista Educação e Ensino*, ano de 1895, é possível deparar-se com uma menção ao *Segundo livro de leitura*, de Augusto Ramos Pinheiro, em que é afirmado que cartas de Paris deram a notícia breve da chegada da 1ª edição da obra do autor. Na mesma edição é citada a *Grammatica* de Vilhena Alves, em que, por meio de um comunicado, Octavio Pires, diretor da revista, se retrata por não ter feito sua apreciação à obra.

Imagem 18: Menção ao Segundo livro de leitura de Augusto R. Pinheiro.


Cartas de Paris dão-nos a agradável noticia de que brevemente chegará a esta capital a 1.ª edição do Segundo livro de leitura organizado pelo nosso collega, Augusto R. Pinheiro, segundo trabalho didactico com que aquelle preceptor dota á mocidade estudiosa.

Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 5, n. 9, 1895, p. 92 e p. 93.

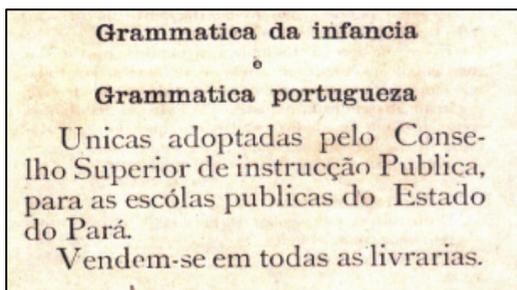
Imagem 19: Pedido de desculpa direcionado à Vilhena Alves



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 5, n. 9, 1895, p. 92 e p. 93.

Durante a análise da *Revista Educação e Ensino*, na edição n. 7, de 1895, há uma divulgação de duas obras de Vilhena Alves: *Grammatica da infancia* e *Grammatica portugueza*. Segundo o anúncio, essas eram as únicas adotadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas públicas no Pará.

Imagem 21: divulgação de duas obras de Vilhena Alves.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.5, n. 7, 1895, p. 64.

No período abordado, havia um grande acervo de obras dedicadas à educação. Como afirma Braga (1915, p. 76): “Volumosa é a bagagem literaria que tem servido a mocidade paraense para sua educação e instrução elementar [...]”. Apesar disso, muitas obras não eram aprovadas para uso nas escolas, por não estarem de acordo com as convenções da época.

Na Revista Educação e Ensino, encontramos livros de leitura e gramáticas primárias, aprovados pelo Conselho Superior da Instrução Pública, que circularam no Pará Oitocentista, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Livros de leitura e gramáticas primárias citados na Revista de Educação e Ensino.

AUTOR	NOME DA OBRA	ANO	EDITORA
ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena.	1. <i>Primeira Grammatica da infância</i>	1896 (?)	<i>Pinto Barbosa & Cia</i>
	2. <i>Grammatica portuguesa</i>	1895	<i>Pinto Barbosa & Cia</i>
BARRETO, Fausto.; SOUZA, Vicente de.	3. <i>Seleção literária</i>	1887	(?)
BORGES, Abílio Cezar.	4. <i>Gramática Francesa</i>	1860	(?)
	5. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	1886	(?)
	6. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		(?)
	7. <i>Terceira Livro de leitura</i>	1871	(?)
	8. <i>Gramática Portuguesa</i>	1860	(?)
CARVALHO, Felisberto de.	9. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	1892	<i>Livraria Francisco Alves.</i>
	10. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		
	11. <i>Terceiro Livro de Leitura</i>		
	12. <i>Quarto Livro de Leitura</i>	1895	
	13. <i>Quinto Livro de Leitura</i>		
JUNIOR, Pacheco da Silva.; ANDRADE, Lameira de.	14. <i>Noções de Grammatica portuguesa</i>	s.d.	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
MACIEL, Maximino de Araujo.	15. <i>Grammatica Analytica</i>	1887	<i>Typografia Central: Evaristo Rodrigues da Costa.</i>

MARQUES, Felipe Pinto.	16. <i>Grammatica Portugueza</i>	1889(?)	<i>Tipografia de A. P. Ramos de Almeida & Cia.</i>
PARANAPIACABA, Barão de.	17. <i>Fabula de la Fontaine</i>	1886	Imprensa Nacional.
PINHEIRO, Augusto Ramos.	18. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	18—(?)	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
	19. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		
	20. <i>Terceiro Livro de Leitura</i>		
RIBEIRO, João.	21. <i>Lições de Grammatica Portugueza</i>	18-- (?)	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
TULLIO, A. da Silva.	22. <i>Estudinhos da língua pátria</i>	1859	<i>Castro Irmão e C.^a Lda.</i>

Fonte: produzido pela autora, 2021.

A investigação acerca dos livros de leitura e gramáticas primárias que circularam no Pará Oitocentista, a partir do exame da *Revista Educação e Ensino*, apontou algumas lacunas, principalmente quanto a informações referentes à autoria, edição e publicação de algumas obras. Nesse sentido, constata-se que ainda há muito a ser feito quando o assunto é a reconstituição da história desses compêndios. Esse fato pode ser comprovado se houver uma atenção maior para os detalhes referentes ao ano de publicação e editora, por exemplo.

Por meio da análise feita acerca do livro escolar de leitura e das gramáticas primárias no Pará Oitocentista, pode-se perceber que, no Brasil, não houve muita preocupação com a catalogação ou mesmo com a conservação de gramáticas primárias e livros de leitura da época estudada. Essa afirmação é feita, tendo em vista que ainda há pouca informação até mesmo referente a edição inicial de algumas obras.

Ao longo dos anos, uma gama substancial de material histórico foi negligenciada e deixada exposta à ação do tempo, alguns, infelizmente, foram perdidos. Nesse sentido, ressalta-se a importância deste estudo

que visa analisar a história do livro escolar de leitura e de gramáticas do ensino primário no Pará Oitocentista, levando em consideração aquilo que a muito tempo vem sendo deixado de lado, especialmente porque os materiais em questão são ricos em informações que podem contribuir não só com conhecimentos sobre a educação no período, mas também sobre a questão cultural e até mesmo ideológica da época.

CONCLUSÃO

Na primeira metade do século XIX, a província do Pará não obedecia a uma padronização no que diz respeito ao uso de livros escolares. No entanto, esse panorama começou a ser modificado a partir das discussões acerca da organização da instrução pública e implementação de alguns métodos de ensino, como o método simultâneo. Esse método de ensino, que consiste na ação de um professor sobre vários alunos, permitia a produção de material para um grupo diverso de alunos ao mesmo tempo. Nesse cenário, a partir da segunda metade do século XIX, a legislação educacional exigia o uso de manuais, compêndios, aprovados pelos conselhos de instrução pública das províncias. Entretanto, apesar de ambiciosas, as mudanças previstas nas leis e decretos levaram tempo para se concretizar. Diante desse cenário, mesmo após a proclamação da república em 1889 e, posterior virada do século, ainda era possível observar leis datadas do período Imperial sendo implementadas.

Um caso típico é a implementação dos grupos escolares no Pará, prevista ainda no Império por meio da Reforma Couto Ferraz, de 1854. O Grupo Escolar de Alenquer, primeiro grupo escolar no Pará, só foi implementado em 1899, a partir do Decreto n. 625, do mesmo ano. Contudo,

as modificações postuladas por essa legislação foram lentas. Na capital, houve um espaço de 10 anos entre o tempo da primeira solicitação para a construção de grupos escolares na capital, feita pelo diretor da Instrução Pública da Província, José Veríssimo Dias de Matos, em 1891, até a concretização de seu pedido, culminando na construção do Grupo Escolar José Veríssimo, apenas em 1901. Percebe-se que, apesar da idealização daquilo que está no papel, ainda hoje, muitos direitos _ trato aqui apenas dos direitos sociais _ não são implementados, ou são implementados tardiamente, ora por falta de estrutura necessária ora pelo histórico de descaso dos governantes.

O estudo em questão se concentrou na circulação de livros escolares de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista. Ao todo, foram 22 obras que circularam no Pará, a partir da investigação na revista pedagógica *Educação e Ensino*. São elas: *Grammatica Francesa, Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura e Terceiro Livro de Leitura e Grammatica Portuguesa*, de Abílio Cezar Borges; *Grammatica da Infancia e Grammatica Portuguesa*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves; *Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura, Terceiro Livro de Leitura, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho; *Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura e Terceiro Livro de Leitura*, de Augusto Ramos Pinheiro; *Grammatica Portuguesa*, de Felipe Pinto Marques; *Noções de Grammatica portuguesa*, de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Seleção literária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza; *Estudinhos da língua pátria*, de A. da Silva Tullio; *Lições de Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro; *Fabula de la Fontaine*, de Barão de Paranapiacaba; *Grammatica Analytica*, de Maximino de Araujo Maciel.

A pesquisa levou em consideração apenas a análise das edições da revista pedagógica *Educação e Ensino* em circulação no Pará Oitocentista, entre 1891 e 1895. Com certeza existiram mais livros escolares que circularam no Pará durante esse período. Duarte (2018) apresenta um quadro de livros de leitura produzidos por autores paraenses que vale a pena consultar. Contudo, no século XIX, no Pará, circularam obras de autores não paraenses, as quais foram fundamentais para a instrução/educação paraense, conforme se atesta neste trabalho. A particularidade presente em cada livro escolar permitiu considerar que aspectos políticos, culturais, religiosos e até econômicos estavam envolvidos no processo de aprovação destes compêndios para serem adotados nas escolas paraenses/brasileiras.

Por fim, sobre a aprovação dos livros de leitura que circularam nas escolas paraenses, vale ressaltar que, no Oitocentos, principalmente no período Imperial, havia uma forte influência da religião e das ideologias dominantes, no que se refere às regras envolvidas na aprovação dos compêndios. O embate entre a apropriação cultural europeia e a exaltação da cultura nacional se refletia grandemente na aprovação dos livros. A partir da segunda metade do século XIX, vê-se que havia um estímulo à produção local de material para o ensino, desde que atendessem aos interesses da religião e da classe dominante. Essa realidade, onde a elite é favorecida pelo que é ensinado na escola perdura até os dias de hoje, de certa forma. Nessa vertente, em seus estudos acerca da ideologia presente nos livros didáticos, Oliveira (2014, p. 57) afirma que a escola sempre foi um local que privilegia a classe dominante e que os livros didáticos apresentam temas que “transmitem ideologias subliminarmente, e até mesmo explicitamente”.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOUT, Circe Maria Fernandes. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educação e Pesquisa, São Paulo, p. 475-491, 2004.
- BRAGA, Theodoro. *História do Pará*. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1915.
- BRASIL. *Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil. Liv. 6º do Registro de Leis, Alvarás, e Cartas a fl. 75 v. 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM16.htm. Acesso em: 13 de outubro de 2020.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.
- COELHO, Maricilde Oliveira; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. O ensino da leitura nas províncias do norte do Brasil: Primeiro livro de leitura, de Augusto Ramos Pinheiro. In: SANTOS, Sônia Maria dos.; ROCHA, Juliano Guerra. *História da Alfabetização e suas fontes*. Uberlândia: EDUFU, 2018.
- COSTA, Edivando da Silva. *Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2015.
- DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de Leitura da Amazônia: produção, edição. Autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- FARIA FILHO. Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Séc. XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *História, santidade e identidade: o Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto*. Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, 03, 1996, p.25-68.

- GUTIERRES, Damiana Valente Guimarães. *Os professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 373-401, 2021.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil)*. 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1939.
- KARNAL, Leandro; TASTCH, Flavia Galli. Documento e História: A memória Evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOREIRA, Eidorfe. *O livro didático paraense: (Breve Notícia Histórica)*. Belém: [s.n.] 1979.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Deiró. *As Belas mentiras: a ideologia subjacente dos textos didáticos*. 4º ed. rev. São Paulo: Moraes, 1981.
- REVISTA EDUCAÇÃO E ENSINO. Belém-Pa: Tipografia de Tavares Cardoso &C., 1891-1895.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. *Livros de Leitura na Escola Brasileira do século XX*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil Vol. I: Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

3

DISCURSOS POLIFÔNICOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM NO COMPENDIO DE CIVILIDADE CRISTÃ

Gleice Helem Ferreira Rodrigues ¹

Raimunda Dias Duarte

O que ocorre, de fato, é que, quando me olho no espelho, em meus olhos olham olhos alheios; quando me olho no espelho não vejo o mundo com meus próprios olhos desde o meu interior; vejo a mim mesmo com os olhos do mundo - estou possuído pelo outro

Mikhail Bakhtin

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã*, de Dom Macedo Costa, publicado em 1880, pela editora Francisco Alves, com uma nova edição em 1915.

Para fazer este estudo, desenvolvemos as seguintes questões norteadoras: Como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da Língua Portuguesa no livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã*? Quais discursos sobre civilidade e linguagem atravessam o compendio?

A partir dessas questões, estabelecemos o objetivo de analisar como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da língua portuguesa no livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã*.

¹ Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). E-mail: gleice.hellem@hotmail.com

Batista e Galvão (2009) definem livros de leitura como um tipo de obra efêmera, que se desatualiza muito rápido, que poucas vezes se retorna a ele para buscar dados ou informações e, assim, dificilmente ele é mantido nas bibliotecas pessoais ou de instituições (GALVÃO; BATISTA, 2009, p. 26). Para os autores, os primeiros objetos de ensino da leitura eram compêndios de Doutrina Cristã, catecismos republicanos, manuscritos, como, cartas pessoais, documentos de cartório, folhetos, gramáticas, exemplares da Constituição, cartazes, entre outros gêneros.

Choppin (2004), ao discutir a história do livro e das edições didáticas, busca abranger as principais problemáticas identificadas e temas abordados pela pesquisa histórica sobre esse objeto, enfatizando as tendências mais marcantes e as possíveis perspectivas de evolução do livro didático. O autor aponta também que os livros didáticos eram (e em muitos casos ainda são) estudados como vetores ideológicos e culturais. Além disso, para o autor, a pesquisa sobre a história dos livros didáticos foi, por muito tempo, negligenciada pelos historiadores e bibliógrafos, e só veio a ser reconhecida há pouco tempo, como acontece no Brasil.

Sabendo da grande circulação do livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã* no Pará e no Brasil do século XIX e no século XX, considera-se importante verificar como a ideia de civilidade, que é muito tratada nesse livro, estava relacionada ao uso da língua nesse período. Para isso, propomos uma análise dialógica do discurso utilizando como aporte teórico as categorias de Bakhtin: enunciado, polifonia e alteridade.

No final do século XIX, a produção do livro didático era estrategicamente pensada pelo autor, pelo editor, e depois, o livro era aceito pela comissão de avaliação se estivesse de acordo com as ideologias que o Estado defendia, então o *Compendio de Civilidade Christã* é um livro

norteado pela ideologia dominante da época, assim como os demais livros aprovados pela comissão.

O trabalho se divide em três partes: na primeira, fazemos uma breve abordagem sobre a educação paraense no período do Império ao período da República. Na segunda parte, fazemos uma abordagem resumida sobre a vida de Dom Macedo Costa, autor do compêndio. Na terceira parte, propomos uma análise dialógica do discurso, sobre civilidade e uso da língua, presentes no compêndio, abordando as três categorias citadas anteriormente.

1 A EDUCAÇÃO PARAENSE NO PERÍODO DE 1820 A 1920

Antes de abordar a análise do discurso do compêndio, é de grande importância conhecer como era o contexto de produção dos livros escolares desse período, destacando a educação paraense no século XIX e início do século XX, pois “(...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas” (BRAUDEL, 1989 *apud* FAVERO; MOLINA, 2004, p. 133).

A educação no Brasil, especificamente no Pará, no século XIX e início do século XX, que, neste estudo, vai do Império ao início da Primeira República – foi muito utilizada como instrumento para incutir ideologias de acordo com os interesses da elite que governava o país. Sobre as ideologias da educação nacional desse período, Duarte (2018, p. 88) afirma que o Brasil

é marcado por ideias civilizatórias, cujos saberes e valores transmitidos pela escola visam formar condutas, modelar comportamentos por meio de padrões tidos como universalmente válidos. A escola assume, portanto, uma

função civilizadora e utiliza o livro como principal instrumento de circulação das ideologias civilizatórias.

Dessa maneira, verifica-se que a escola assume a função de incutir ideologias civilizadoras nos alunos de acordo com os ideais europeus. A seguir, apresenta-se o contexto da educação paraense do Império à República.

1.1 A INSTRUÇÃO NO PARÁ IMPERIAL

No século XIX, a civilização² no sentido de polidez, cortesia, ajudava a manter a ordem no Estado Imperial, que buscava estabelecer o primado da Razão principalmente por meio da instrução. Em outras palavras, o Estado pretendia superar a ‘barbárie’ e a ‘desordem’ por meio da instrução, e tornar as pessoas menos “primitivas”, mais polidas (MATTOS, 1990). Assim, a instrução pública ganha destaque como propagadora dos ideais de ordem, progresso e civilização muito presentes nos discursos da elite dirigente.

No início do século XIX, a escolarização ainda não era obrigatória no Brasil. Nesse momento, aparentava não haver muito interesse institucional em investir na produção de material didático para o ensino. De acordo com Maciel e Rocha (2015), as referências históricas sobre as escolas no período do império descrevem “um cenário de precariedade e atraso, a estrutura física dos estabelecimentos de ensino era considerada inadequada e comprometedora da qualidade do ensino”.

² O termo ‘civilização’ é de origem francesa. O conceito francês de civilização, surgido na segunda metade do século XVIII, relaciona essa palavra com polidez, boas maneiras, e a vincula às características específicas da sociedade da corte” (DUARTE, 2018, p. 281)

No entanto, ainda na primeira metade do século XIX algumas leis importantes para a instrução foram sancionadas e possibilitaram um desenvolvimento na educação do Brasil, como em 28 de junho de 1841, o vice-presidente da Província do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco, sancionou a lei n. 97, que tratava da instrução pública na província. De acordo com o Artigo 16 da referida lei, “O Emprego de Professor é vitalício, e será provido em pessoas idóneas”. O Artigo 17 declara que

O Concurso das Cadeiras vagas de qualquer dos ensinos, será publicada pelo Diretor, e se depois de passado o prazo marcado não comparecerem Candidatos, o Presidente as proverá interinamente em pessoas idóneas e de reconhecida capacidade para o Magistério (PARÁ, 1841).

No dia 27 de outubro de 1851, foi sancionada a Lei n. 203 na província do Pará, que prevê a criação de novas escolas primárias. O ensino primário abrangia crianças de 7 a 14 anos. De acordo com o artigo 1º dessa lei, as escolas primárias tinham dois graus: o primeiro grau, destinado a alunos de 7 a 13 anos, e o segundo grau, para alunos de 13 a 15 anos.

No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicações ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império.

De acordo com o artigo 4 da mesma lei, “O método de ensino será para as escolas do 1º grau o individual; e para as do 2º o simultâneo” (PARÁ, 1851). Quanto à admissão de professores, “Os candidatos ao professorato público deverão provar: 1º idade maior de vinte e um anos; 2º bom comportamento moral e religioso; 3º conhecimentos suficientes

para ensinarem as matérias para que se habilitarem, comprovados por exame em concurso” (PARÁ, 1851).

É importante destacar que no século XIX (e início do século XX) existiam as turmas próprias para meninos e as turmas para meninas. A instrução nesse período ainda era muito patriarcal; enquanto os meninos aprendiam matérias relacionadas a leitura, cálculo, ciências etc., as meninas desenvolviam principalmente as habilidades destinadas ao lar e aos dotes sociais femininos (DUARTE, 2018, p. 219-220). Os próprios livros eram produzidos separadamente para educar meninos e para educar meninas. Acontecia o mesmo quanto aos professores – homens educavam meninos, mulheres educavam meninas (DUARTE, 2018).

Na segunda metade do século XIX, em consequência da regulamentação do ensino, surge um interesse pela produção de livros e, além disso, as lutas político-ideológicas em favor da Abolição da escravidão e as campanhas republicanas criaram um ambiente muito favorável para o aumento da quantidade de leitores no Brasil (BRAGANÇA, 2002 *apud* DUARTE, 2018, p. 114).

Ainda na segunda metade do século XIX, com o regulamento de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, estabelecida por meio do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854), que regulamentou o ensino primário e secundário no Rio de Janeiro (na época chamado de Município da Côrte) “a escola é institucionalizada no Brasil como principal espaço social destinado à educação. O Decreto destaca a instrução pública primária, tornando obrigatório o ensino a crianças maiores de 7 anos livres (art. 64)” (DUARTE, 2018, p. 113).

O artigo 47 do Decreto 1.331-A, de 1854 define que:

O ensino primario nas escolas publicas comprehende:

A instrucção moral e religiosa,
 A leitura e escripta,
 As noções essenciaes da grammatica,
 Os principios elementares da arithmetica,
 O systema de pesos e medidas do municipio.
 Póde comprehender tambem:
 O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas,
 A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada,
 Os elementos de historia e geographia, principalmente do Brasil,
 Os principios das sciencias physicas e da historia natural applicaveis aos
 usos da vida,
 A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e
 exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do sys-
 tema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias
 do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes
 (BRASIL, 1854).

Assim, a educação primária dos meninos buscava dar subsídios básicos para o ensino secundário e formar o cidadão ideal de acordo com o sistema do governo imperial. Como se observa na citação, o ensino primário era dividido em duas partes: depois de aprender as noções básicas de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, gramática, aritmética e do sistema de pesos e medidas, a classe passaria a estudar a segunda parte que, além de desenvolver os estudos anteriores, também incluía: a leitura explicada dos Evangelhos, aulas de história e geografia, aulas de ciências naturais, geometria, música, ginástica etc.

O artigo 56 do Decreto 1.331-A, de 1854, indica que “nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorisados competentemente” (BRASIL, 1854). Dessa forma, todos os livros didáticos tinham que passar por uma comissão avaliadora. Se fossem aprovados, seriam usados nas escolas brasileiras. Os regulamentos recomendavam a adoção de

leituras baseadas em textos bíblicos e a utilização de textos associados ao sistema político Imperial. No Pará, a comissão responsável pela aprovação dos livros era o Conselho Superior de Instrução Pública (DUARTE, 2018).

Ressalta-se que a cultura escolar do período estava relacionada à formação do ideal “cidadão” do império (MATTOS, 1990). Dessa forma, Dominique Julia (2001, p. 10-11) descreve a cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Essa cultura escolar da instrução primária da província paraense estava ligada aos preceitos morais e religiosos difundidos pela Igreja católica que, na época, era a religião oficial do Estado e, “por meio da leitura de textos de doutrinação cristã, buscava-se ensinar e inculcar condutas moralizadoras e doutrinárias que beneficiassem os interesses dos governantes” (NERY, 2016, p. 401).

A Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, modifica novamente os assuntos a serem abordados na instrução primária:

Art. 10. Fica dividido em dois ramos o ensino primário da província, a saber: ensino primário inferior e ensino primário superior.

§ 1º. O ensino primário inferior constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros e fracionários, noções praticas do sistema

métrico de pesos e medidas, noções de gramática portuguesa e moral civil e religiosa.

§ 2º. O ensino primário superior compreenderá: a gramática portuguesa, elementos de aritmética e de geometria, de geografia, história e noções rudimentares de ciências (PARÁ, 1870).

Ainda na Lei n. 664, de 1870, no artigo 2º afirma-se que “haverá em cada paróquia da província uma escola de ensino primário inferior para o sexo masculino”. Quanto às escolas de meninas, o artigo 7º declara que “haverá igualmente uma escola para o sexo feminino em cada uma das paróquias da capital, e das cidades do interior, e nas vilas e paróquias do interior onde a frequência ordinária de meninas for superior a vinte.”

Essa lei sanciona em parágrafo único que “O ensino primário para o sexo feminino compreenderá a leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, gramática portuguesa, moral civil e religiosa e costura” (PARÁ, 1870).

Ainda na segunda metade do século XIX, inicia-se um momento de muitos debates na sociedade acerca do “higienismo”, que era uma doutrina que buscava higienizar a sociedade por meio de projetos e políticas públicas para obter uma nação com habitantes mais saudáveis (SOUSA, 2015). Por isso, muitos livros desse período relacionavam a boa higiene a bons modos e, até mesmo, à civilidade, como no caso do livro de leitura *Compendio de civilidade cristã*, de Dom Macedo Costa.

Ressalta-se que, no final do século XIX e início do século XX, a província do Grão Pará foi marcada por mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais. Por volta de 1870 até 1910 ocorre o apogeu da Borracha. Esse foi um momento importante na história econômica e social do Pará, pois “com o surgimento do Ciclo da Borracha, a economia da

província estava em alta e atraiu muitos imigrantes” (MACIEL; ROCHA, 2015, p. 49). Nesse contexto, o Pará passa por um processo de industrialização e urbanização, principalmente em Belém, quando surge o movimento da Belle Époque, no período de 1870 a 1913.

Outro importante acontecimento no Pará nesse momento foi a “Mina literária” que, no período de 1895 a 1899, destacou-se em Belém como grupo literário e cultural que revigorou a literatura paraense com a iniciativa de estimular e enaltecer a publicação de obras literárias de autores locais. Alguns dos autores envolvidos: Acrísio Motta, Eustáchio de Azevedo, Natividade Lima, Theodoro Rodrigues, Leopoldo Sousa, entre outros (SOUZA; SILVA e SALES, 2012).

No final do século XIX, o Estado baseou as ideias educacionais nas ideologias iluministas e civilizatórias. Esse é um momento histórico em que a elite brasileira deseja ser europeia e busca, desta forma, importar as práticas culturais da Europa por meio de autores representantes da cultura das humanidades clássicas com o objetivo de que os alunos elitizados se tornem cidadãos do mundo “civilizado”, mesmo que essa cultura representada seja meramente superficial (DUARTE, 2018, p. 155). Ressalta-se que o livro didático se torna uma grande ferramenta de legitimação dessa ideologia.

1.2 A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO

Em 1889 inicia a Primeira República no Brasil como resultado de vários movimentos sociais e engajamento de intelectuais, como José Ve-
ríssimo, defendendo o nacionalismo e outras propostas republicanas. No estado do Pará, com o governo de Justo Chermont, a partir de 1890, a educação pública passou por transformações significativas que

tinham por objetivo a prosperidade paraense. As medidas adotadas nesse período visavam a uniformidade e o caráter patriótico do ensino. (MACIEL; ROCHA, 2015). Uma medida importante tomada nesse período foi o direito que o professor recebeu de escolher o livro que usaria em suas aulas, algo positivo para a educação paraense. Mas esse livro teria que ser um dos aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. (COELHO, 2002)

A educação nacional republicana tinha como foco o desenvolvimento moral, nacionalista e cívico da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico. Apesar de neste momento haver liberdade de credo religioso, pois a Igreja se separa do Estado, nas escolas, continua sendo propagada a religiosidade cristã, mais especificamente, a religião católica, como verifica-se nos livros aprovados pelo conselho nesse período. Ressalta-se também a presença de ideologias da cultura francesa na educação da primeira república, ainda em decorrência da Belle Époque.

Em 8 de novembro de 1890, o Palácio do Governo Provisório aprovou o “Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal” por meio do decreto n. 981, de autoria de Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Nessa reforma, as turmas de meninos e meninas ainda eram separadas, abordando as seguintes disciplinas no primeiro grau do ensino primário:

Art. 3º O ensino das escolas primarias do 1º gráo, que abrange tres cursos, comprehende:

Leitura e escripta;

Ensino pratico da lingua portugueza;

Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;

Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);
Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;
Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;
Instrução moral e civica;
Desenho;
Elementos de musica;
Gymnastica e exercicios militares;
Trabalhos manuaes (para os meninos);
Trabalhos de agulha (para as meninas);
Noções praticas de agronomia.

Nas outras séries, as disciplinas seguiam esse modelo, mas havia algumas mudanças de acordo com a evolução do aluno para outros graus, algumas disciplinas saiam e entravam outras como: caligrafia, álgebra elementar, geometria e trigonometria, elementos da língua francesa e outros.

No que se refere ao Pará, o período da Primeira República é marcado pelo “apogeu econômico advindo da exploração e comercialização da borracha, que acarretou o crescimento da renda per capita de seus habitantes e a reurbanização das cidades de Belém e Manaus sob influência europeia” (COELHO, 2002, p. 2).

Ainda de acordo com Coelho (2002, p. 3), “o apogeu da produção editorial aconteceu no período de 1890 a 1920, quando foi impressa a maioria dos livros didáticos.” Duarte (2018) afirma que esses livros eram submetidos à aprovação no Conselho Superior de Instrução Pública, que verificava a influência ideológica e a qualidade do livro para poder ser adotado nas escolas paraenses.

Durante a Primeira República, cresce uma discussão acerca da legitimidade da instrução feminina, em que se questiona a condição submissa da mulher em relação ao homem.

Em meio às pesquisas na busca por fontes que indicassem para livros didáticos de leitura, tornou-se muito notório que

Literatura e imprensa confundiam-se, consequência da alienação. Nomes ilustres de escritores que não poderiam ganhar a vida fazendo literatura em livros, faziam-na nos jornais para ganhar notoriedade e, se possível dinheiro. A “Gazeta de Notícias” publicava aos domingos, um folhetim que seria uma espécie de suplemento literário, que posteriormente dariam origem às revistas ilustradas (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.6).

Como o jornalismo passa a ter mais influência na sociedade na Primeira República e torna-se também mais capitalista, era mais lucrativo escrever para jornais do que escrever livros, por isso havia muitos escritores renomados escrevendo folhetins e outros gêneros em jornais. Nesse período, a educação no Pará evoluiu bastante, no que se refere à criação de escolas e à produção de livros escolares, como se observa no próximo tópico deste trabalho.

1.3 LIVROS DE LEITURA PRODUZIDOS NO PARÁ NO PERÍODO DE 1820 A 1920

Ao investigar sobre a história do livro, Duarte (2018) apresenta um quadro com 142 livros de leitura produzidos no Pará no período de 1820 a 1920. A autora deste estudo, em suas investigações, acrescentou mais 14 obras à lista, totalizando 156 livros de leitura. Não se investigou se todas essas obras foram usadas nas escolas paraenses. Mas, sem dúvida, todas contam um pouco da história do livro no Pará.

As investigações foram realizadas na seção de obras raras da Biblioteca pública Arthur Vianna, em sebos virtuais e nas obras de Blake (1902), Theodoro Braga (1913) e Moreira (1979).

Quadro de livros de leitura produzidos no Pará (1820 a 1920).

AUTOR	OBRA	Fonte de localização
Acrísio Motta.	1. Coisas profanas. Belém: H. Nina, 1894. xxiii, 110 p.	COELHO, 2002
	2. Fadas e Lobishomens, 1908.	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
Agostinho Monteiro Gonçalves D'Oliveira	3. Chronica de Igarape'-Miry. Belém: Typ. da Imprensa Official, 1899.	DUARTE (2018)
Albano Vieira.	4. Humbral de rosas: versos. Pará: Typ. Delta, 1918. 148 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Alberto Pimentel.	5. Portugal de cabelleira. Pará: Universal de T. Cardoso, 1875. 248 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	6. O Descobrimento do Brazil. Romance Original. Pará: Universal de T. Cardoso. 1895	Estante virtual
	7. A Primeira Mulher de Camilo. Guimarães & Cia, 1916	Estante virtual
	8. A Musa das Revoluções. Typ e Lyt, 1885.	Estante virtual
	9. Os amores de Camillo. Libanio&cunha, 1899.	Estante virtual
	10. O Romance do Romancista: Vida de Camillo Castello Branco. 1890.	Livronauta
	11. Vinte Annos de Vida Litteraria. [19--?]	Livronauta
	12. Rainha Sem Reino. 1887.	Livronauta
	13. Cantares Com uma Carta. 1875.	Livronauta
	14. O Porto na Berlinda. 1893.	Livronauta
	15. Espelho de Portuguezes. 1901.	Livronauta
	16. Sem Passar a Fronteira. 1902.	Livronauta
	17. As Alegres Canções do Norte. 1905.	Livronauta
18. Memórias do Tempo de Camilo. 1913.	Livronauta	
19. Do Portal Á Claraboia. 1913.	Livronauta	
20. O Arco de Vandôma. 1916.	Livronauta	
Alcides Gentil.	21. O Caso Martins Pinheiro. Pará: Typographia Delta, 1919.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Alfredo Ladislau.	22. Scenas da vida paraense: ligeiros contos. Belém: Typ. da Imprensa Official, 1904.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna

Alves de Sousa.	23. Equatoriaes: versos. Belém: Secção d' A Província do Pará, 1904.	DUARTE (2018)
	24. Crepusculares (versos). 1904.	DUARTE (2018)
Américo de Campos.	25. Noções geraes de hygiene. [Belém]: P. de Oliveira, 1912.	COSTA; MENEZES NETO, 2016.
Américo Marques de Santa Rosa	26. 1º. Livro. ?	DUARTE (2018)
(Dom) Antonio de Macedo Costa.	27. O Christianismo e o progresso. Lisboa, 1875	BLAKE (1883)
	28. Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento. New-York, 1872.	BLAKE (1883)
	29. Narrações bíblicas. ?	DUARTE (2018)
	30. O livro da família, 1879.	DUARTE (2018)
	31. Deveres da família, 1875	DUARTE (2018)
	32. Amazônia: meio de desenvolver sua civilização, 1884.	DUARTE (2018)
	33. Compendio de Civilidade christã. nova edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915	DUARTE (2018)
Araújo dos Santos.	34. Topasios: versos. Pará Typographia Delta, 1915. 128 p.	DUARTE (2018)
Arthur Clemente	35. O Poder de Deus. Belém: [s.n.] 1920.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Arnaldo Barreto	36. Cartilha Analítica. 19--(?)	DUARTE (2018)
	37. Vários Estylos: Selecta. 1916.	Livronauta
Augusto Meira.	38. Poetas e pensadores. Belém: Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, 1914. 139 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	39. Alcyones. H. Garnier-livreiro Editor, 1908.	Estante virtual
Augusto Ramos Pinheiro	40. Livro de leitura (1º, 2º e 3º). 1900 (?)	DUARTE (2018)
	41. Novíssimo primeiro livro de leitura. 1900 (?)	DUARTE (2018)
	42. Segundo Livro de Leitura. 190-(?)	Revista do Ensino (1912)
	43. Terceiro Livro de Leitura ou Escola, Patria e Familia. 190-(?)	Revista do Ensino (1912)
Bento de Figueiredo	44. Obras litterarias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Pará: Typographia de Santos, 1850	DUARTE (2018)
	45. Melizo. 185- (?)	DUARTE (2018)

Tenreiro Aranha	46. Ode ao general Manoel da Gama Lobo de Almeida. 185- (?)	DUARTE (2018)
	47. Soneto a mamelluca Maria Barbosa. 185- (?)	DUARTE (2018)
	48. Ode horaciana ao governador e capitão general Martinho de Souza e Albuquerque. 185- (?)	DUARTE (2018)
	49. Obras poeticas de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha que aosenhordom. Pedro II, Imperador do Brazil, Pará, 1850.	BLAKE (1883)
	50. Dramas, idyllios, odese outras composições poeticas, discursos allegorias dramaticas. 185-(?)	BLAKE (1883)
Bruno Henrique de Almeida Seabra.	51. Alforje da boa razão (livro para meninos). 1870	DUARTE (2018)
	52. Poemetos.	DUARTE (2018)
	53. Flores e frutos	DUARTE (2018)
Camillo Henriques Salgado	54. Compêndio elementar para o ensino dos primeiros rudimentos de leitura da língua nacional. 1878.	DUARTE (2018)
Carlos Barros de Souza.	55. Arco-Iris: contos e phantasias. Belém: Paraense, 1913	DUARTE (2018)
Carlos Hipolyto de Santa Helena Magno	56. Harpejos poeticos. Recife, 1869.	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
	57. Cartilha imperial para uso do Sr. D. Pedro II nas suas lições de litteratura e sciencias positivas. Pará, 1840.	BLAKE (1883)
	58. Corymbos. Imprensa Official do Estado, 1917.	Estante virtual
Curcino Silva.	59. Sarças: poemas d'alma, poemas do amor, poema da vida. Belém: Typ. da Livr. Escolar, 1916. 85 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
David Correia Sanches de Frias	60. A Mulher: sua infância, educação e influencia na sociedade. Pará: T. Cardoso [1879?].	DUARTE (2018)
Elmira Lima.	61. Alma em rytmos. Pará: Typ. Delta, 1914.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna

Edgar Proença.	62. Colcha de retalhos. São Paulo: J. Magalhães [19--?]. 255 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Eponina de O. Conduru Serra	63. O livro de Nina. 1883.	DUARTE (2018)
	64. Cantos infantis (o livro de rima). 188- (?)	DUARTE (2018)
Euclides Faria	65. Micellanea: verso e prosa. 189- (?)	DUARTE (2018)
	66. Brizas da Amazonia: versos e prosas. Pará: Typographia de A. Silva, 1897.	DUARTE (2018)
	67. Retratos a giz. 189- (?)	DUARTE (2018)
	68. Arabescos: verso e prosa. 189- (?)	DUARTE (2018)
	69. Diversos. 1875.	Literatura Digital (UFSC)
	70. Miscelânea: verso e prosa. 1882.	Literatura Digital (UFSC)
	71. O tacacá. 1908.	Literatura Digital (UFSC)
Francisco Bernardino de Souza.	72. Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas. Pará: Typ. do Futuro, 1873. 328 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	73. Enlevos poeticos: collecção de versos. Pará: C. Seidl, 1871	DUARTE (2018)
	74. Miscellanealitteraria: collecção de artigos. Pará: R.L. Bittencourt [18--?]	DUARTE (2018)
	75. Monodias: collecção de poesias. Maranhão: Typographia de B. Mattos, 1868	DUARTE (2018)
	76. Selectalitteraria. 2. ed. Pará: R.-L. Bittencourt, 1900	DUARTE (2018)
Heráclito Vespasiano Fiock Ramalho	77. Chrestomathia	DUARTE (2018)
H. Inglez de Souza.	78. O Missionário. Laemmert, 1899.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	79. História de um pescador. 1876	DUARTE (2018)
	80. O Cacaulista. 1876	DUARTE (2018)
	81. O Coronel Sangrado. 1877	DUARTE (2018)
	82. Contos amazônicos. 1892	DUARTE (2018)
Hilário Ribeiro	83. Pátria e Dever.	DUARTE (2018)
Hygino Amanajás	84. Noções de educação cívica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará. 1ª edição. Pará. Typografia do Diário Oficial, 1898	DUARTE (2018)
	85. Alma e coração. 1905	DUARTE (2018)

Ignácio Moura.	86. A Luz de outr'ora: contos e ligeiros estudos. Belém: J.A.T. Pinto [1920?]. 143 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Joaquim Pedro Corrêa de Freitas	87. Ensino de leitura: para uso das escolas da Amazônia. 44. ed. Pará: L. Jablonski, 1910.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	88. Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Amazônia. (19--?)	DUARTE (2018)
João de Deus Rego	89. Primeiras rimas: collecção de versos. Prefácio do Dr. Álvares da Costa. 1888	DUARTE (2018)
	90. Últimas rimas: versos. 1905.	DUARTE (2018)
João Gualberto da Costa	91. 1º livro manuscrito (Paleógrafo Moderno)	DUARTE (2018)
	92. Estudos Graduados de Leitura Manuscripta. 19--(?)	DUARTE (2018)
João Marques de Carvalho.	93. O sonho do monarca: poemeto. Recife, 1886.	BLAKE (1895)
	94. Galeria de poetas. I Paulino de Brito. Pará, 1887.	BLAKE (1895)
	95. O livro de Judith: (prosa e verso). Pará, 1888.	BLAKE (1895)
	96. Lavas: poemetos. Recife, 1886.	BLAKE (1895)
	97. Contos paraenses-. Pará, 1889.	BLAKE (1895)
	98. O livro de Judith: (prosa e verso), Pará, 1888.	BLAKE (1895)
	99. Soror Maria: romance naturalista. Pará, 1891	BLAKE (1895)
	100. Commentarios. Chronica mensal. Palestra. simples, desopilatoria e sem malicia sobre assumptos variados, Pará, 1885.	BLAKE (1895)
	101. Contos do Norte. 1900.	DUARTE (2018)
	102. Entre as nympheas. 1896.	DUARTE (2018)
103. Hortencia. 1888.	DUARTE (2018)	
José Carvalho	104. D. Barbara 1817 no Ceará: drama em 5 actos, em verso. 1916.	DUARTE (2018)
José Eustáchio de Azevedo	105. AnthologiaAmazonica: poetas paraenses. Belém: Typ. da Casa Editora P. Barbosa, 1904.	DUARTE (2018)
	106. De capa e espada. Belém: J. A. T. Pinto [19--?].	DUARTE (2018)

	107. A Irmã Celeste: drama em 4 actos, extrahido do romance de egualtitulo, de Vieira da Costa, illustre romancista portuguez. Ensaios dramáticos. Belém: J. A. T. Pinto, 1916.	DUARTE (2018)
	108. Musa eclectica: versos reeditados e inéditos. Pará: Typographia Santos, 1909.	DUARTE (2018)
	109. Vindimas: artigos, contos, chronicas. Porto: Companhia Portuguesa, 1913.	DUARTE (2018)
	110. Orquídeas. 19-- (?)	DUARTE (2018)
	111. Nevoeiro. 19-- (?)	DUARTE (2018)
	112. A Viúva. 19-- (?)	DUARTE (2018)
Júlio Ribeiro	113. Pyraustas. (1870)	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
Lucidio Freitas.	114. Vida obscura: versos. Pará: Typographia da Imprensa Official do Estado do Pará, 1917.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Luís Queiroz Albuquerque	115. Poemas singelos: versos éditos e inéditos. 1918.	DUARTE (2018)
	116. Coroa de espinhos. 19--(?)	DUARTE (2018)
	117. Flôres silvestres. 19--(?).	DUARTE (2018)
	118. 1º Livro de leitura (1º e 2º)	DUARTE (2018)
	119. Alma e coração. 5ª. edição. Pará. Imprensa Oficial, 1905	DUARTE (2018)
	120. Contos e lendas paraenses.	DUARTE (2018)
Luiz Alfredo Monteiro Baena	121. Compêndio Elementar de leitura da língua nacional	DUARTE (2018)
	122. Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico	DUARTE (2018)
Luiz Demetrio Juvenal Tavares.	123. Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico. Belém: Typ. de P. Barbosa, 1898. 65 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	124. Pyrilampos. TypographiaCommercial, 1873.	Estante virtual
	125. Musa republicana: homenagem à pátria brasileira no seu dia mais glorioso. Pará: typ. e Encadernação do Livro do Ouro, 1892.	DUARTE (2018)
	126. Serões da mãe preta: contos populares para crianças. Pará: Typographia de Alfredo Silva, 1896	DUARTE (2018)
	127. Versos antigos e modernos. Pará: Typ. de A. F. da Costa, (?)	DUARTE (2018)

	128. A vida na roça: contos. 189- (?)	DUARTE (2018)
	129. A Viola de Joana: versos populares. 189- (?)	DUARTE (2018)
	130. Segundo Livro de Leitura. 1920.	Livronauta
Ovídio Ferreira da Silva Filho	131. Escravonetas: poesias. 1898.	DUARTE (2018)
Paulino de Brito	132. Cantos amazonicos: poesias. 1900.	DUARTE (2018)
	133. Historias e aventuras. 1902.	DUARTE (2018)
	134. Noites em claro: poesias diversas. 1888.	DUARTE (2018)
	135. Novo método de leitura. (?)	DUARTE (2018)
Raul de Azevedo.	136. Confabulações. Aillaud e Bertrand, 1919.	Estante virtual
	137. Tríplice Aliança. Parceria Maria Pereira, 1907.	Estante virtual
	138. Amores de Gente Nova. Typographia, 1916.	Estante virtual
	139. Aspectos e Sensações Crônicas. Parceria Antonio Maria Pereira, 1909.	Estante virtual
	140. Artigos e crônicas: Pará-Brasil 1893-1894. 189-(?)	DUARTE (2018)
	141. Na rua: crônica. 189-(?).	DUARTE (2018)
	142. A Esmo: crônica. 189-(?).	DUARTE (2018)
	143. Doutor Renato: romance. 189-(?).	DUARTE (2018)
	144. Ternuras: contos	DUARTE (2018)
Raymundo Cyriaco Alves da Cunha	145. Paraenses ilustres. 1896.	DUARTE (2018)
Rocha Moreira.	146. Páginas soltas: versos. Pará: Escolar, 1920. 25 p. il. retr.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	147. Torre do sonho: 1913-1925. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915. 137 p. Publicado por ocasião das festas comemorativas do tricentenário da fundação de Belém, sob os auspícios da Tuna Luso Commercial.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	148. Breve Memoria Acerca da Naturalidade do Padre Antonio Vieira. 1857.	Estante virtual

Romualdo Antonio de Seixas.	149. Manual completo de sólida Piedade ou guia espiritual nas práticas de verdadeira devoção. 1---(?).	DUARTE (2018)
(Dom) Romualdo de Sousa Coelho.	150. Instrução pastoral sobre o santo sacrifício da missa. Bahia: Typ. da A. de Serva, 1837.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
RODRIGUES, Theodoro.	151. Pallidos: poesias. Prefacio do Dr. Álvares da Costa. Pará: Imprensa de T. Cardoso, 1894.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Virgilio Cardoso de Oliveira.	152. Affonso Celso Contra Affonso Celso. 1902.	Estante virtual
	153. A Pátria brasileira. 1905.	DUARTE (2018)
	154. Leitura Cívica. 1900?	DUARTE (2018)
	155. Nossa Pátria. 1908.	DUARTE (2018)
	156. Máxima infantil. (?)	DUARTE (2018)

Fonte: produzido pela autora Gleice Rodrigues, 2018, adaptado de Duarte (2018).

Ao verificar o quadro acima, confirma-se a vasta produção de livros de leitura no Pará no século XIX e no início do século XX. Justifica-se a afirmativa de que o Pará não dependia de produção didática externa pois tinha provimento próprio.

Pretende-se que o quadro contribua para que mais pesquisadores possam debruçar-se sobre esse precioso acervo e, desta maneira, tragam mais contribuições a escrita da história do livro na Amazônia.

2 (DOM) ANTONIO DE MACEDO COSTA

Considerando que o objeto de estudo deste trabalho é da autoria de Dom Macedo Costa, dedicamos esse segundo tópico para tratar sobre esse importante religioso, escritor e educador.

Antonio de Macedo Costa nasceu no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba – do qual seu pai era proprietário – em Maragogipe, Província da Bahia, no dia 7 de agosto de 1830. Como Antonio de Macedo

nasceu e foi criado em uma família católica, desde muito cedo ele se consagrou ao sacerdócio (BLAKE, 1883, p. 246).

Figura 1 - Dom Macedo Costa



Fonte: Blog Historiáfina

De acordo com Blake (1883, p. 246), Antonio de Macedo Costa iniciou seus estudos no Seminário da Bahia e terminou no Seminário de Sulpício, na França. Lá, também foi ordenado ao presbiterato em uma cerimônia realizada em Paris no dia 19 de dezembro de 1857. Ao retornar para o Brasil foi eleito bispo do Pará em 1 de agosto de 1861.

Dom Macedo Costa era adepto do movimento ultramontanista, que prezava, basicamente, por priorizar as ordens do Papa e não do governo. Nesse período a igreja católica passava por um conflito com os governos no mundo todo, principalmente na França, onde surge o movimento do galicanismo, que era uma vertente que não seguia primeiramente às ordens do Papa, mas sim decisões próprias aliadas ao governo de cada nação, assim surge, por exemplo, a igreja Galicana (nome provém de Gália, antigo nome da França).

Assim, na década de 1870, o governo episcopal de D. Macedo Costa enfrenta a chamada “Questão religiosa”, que foi um conflito ideológico entre a igreja católica, a maçonaria e o governo imperial. Nesse período,

o governo imperial do Brasil decretou que todas as decisões tomadas pela igreja deveriam antes ser avaliadas pelo governo. Entretanto, quando o papa ordenou que fossem expulsos da igreja católica todos os que professavam a fé no catolicismo, mas se envolviam com a maçonaria, Dom Macedo Costa atendeu a ordem do Papa sem consultar o Estado. Assim, os maçons foram denunciar ao governo e Dom Macedo Costa foi preso e condenado a quatro anos de trabalhos forçados na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

Infelizmente suas idéas religiosas, excessivamente exageradas, o levaram a tomar parte activissima no conflito religioso de 1873 a 1875, pelo que foi responsabilizado de conformidade com a legislação do paiz, condenado pelo supremo tribunal de justiça no art. 96 do código criminal, a quatro anos de prisão, e recolhido á fortaleza da Ilha das Cobras, d'onde tirou-o, poucos mezes depois, o perdão da corôa (BLAKE, 1883, p. 247).

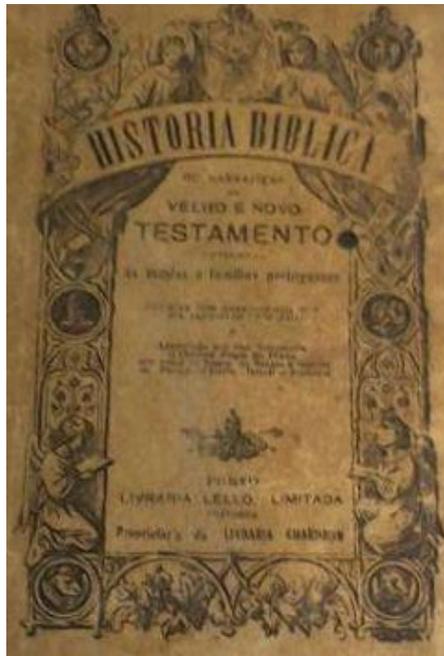
Depois de quase trinta anos da nomeação como bispo do Pará, no dia 16 de junho de 1890, D. Macedo Costa foi nomeado para a Arquidiocese de Salvador da Bahia, porém, faleceu em Barbacena, Minas Gerais, no dia 20 de março de 1891, antes de ter tomado posse do título religioso (DUARTE, 2018, p. 166).

Além de bispo do Pará, Dom Macedo Costa foi um reconhecido educador e escritor. Produziu vários compêndios, cartas pastorais, artigos e outros, sempre com a religião e a civilização em foco. Colaborou com políticas de investimento na educação religiosa de crianças paraenses. Duarte (2018, p. 186) aponta algumas das instituições criadas ou apoiadas por Dom Antonio de Macedo Costa: “os seminários de Santo Antônio e Filial, o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o Asilo Santo Antônio, a Escola de Artes e Ofícios e o Instituto Industrial e Agrícola Providência.”

Em outras pesquisas (DUARTE; OTÂNIA; RODRIGUES, 2018), pudemos catalogar 6 livros escritos por Dom Antonio de Macedo Costa: *Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento*, *Narrações bíblicas*, *O livro da família*, *Deveres da família*, *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização* e *Compendio de Civilidade*, que é o objeto deste trabalho. Tratarei brevemente de algumas dessas obras.

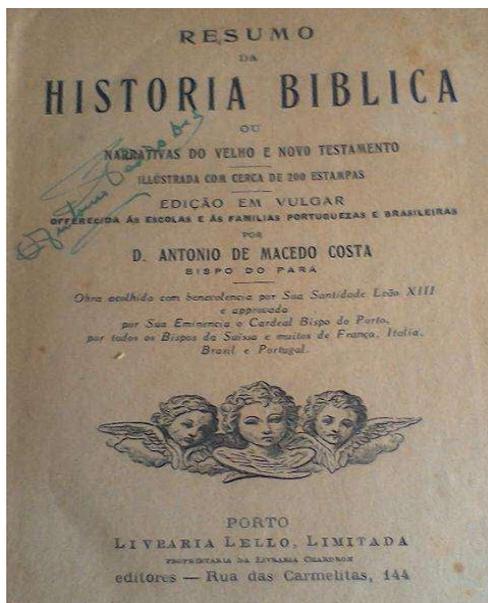
O livro *Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento* foi publicado em 1872. Oferecido às escolas e a todas as famílias brasileiras, é ilustrado com cerca de duzentas estampas. O livro foi publicado numa edição “em vulgar”, ou seja, usando a língua nativa. Não se obteve mais informações sobre ele, por ser um livro muito raro. Encontrei apenas a capa e a folha de rosto da obra:

Imagem 1: Capa do livro *Resumo da História Bíblica*



Fonte: site de vendas da OLX global

Imagem 2: folha de rosto do livro *Resumo da História Bíblica*



Fonte: site de vendas da OLX global

O livro *da família* foi criado em 1879, porém, só foi publicado oficialmente em 1930, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no centenário do nascimento de Dom Macedo Costa. O livro é destinado às famílias paraenses e trata sobre regras matrimoniais, o que se deve ou não fazer, de acordo com o catolicismo (DUARTE, 2018).

Deveres da família foi publicado em 1875. Esta obra tinha por objetivo desenvolver os princípios de “caridade cristã” nas famílias, bem como os princípios da doutrina católica e alguns deveres dos membros das famílias. O livro é destinado principalmente às mães, filhas ou outras figuras femininas da família e aos outros que dependessem do patriarca. O livro foi oferecido aos católicos brasileiros (DUARTE, 2018).

O livro *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização* é resultado de uma conferência ministrada por Dom Macedo Costa na província de

Manaus. A obra foi publicada em 1884 e trata sobre projetos da diocese para o desenvolvimento da Amazônia. Naquele período, o estado do “Amazonas estava vinculado à diocese do Grão-Pará (DUARTE, 2018, p. 208).

O livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã* (1880) teve grande circulação no Pará e no Brasil. Foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública para ser utilizado nas escolas paraenses. A obra é destinada aos meninos e oferecida às famílias e às escolas brasileiras. O livro trata sobre como um menino polido e civilizado deve agir no seu cotidiano. Trataremos melhor sobre este livro no tópico a seguir.

3 DISCURSOS POLIFÔNICOS NO COMPENDIO DE CIVILIDADE CRISTÃ

Neste tópico, buscaremos verificar como a ideia de civilidade estava relacionada ao uso da língua no Pará e no Brasil do século XIX. Para isso, analisaremos o livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã*, de Dom Antonio de Macedo Costa, sob o ponto de vista da análise dialógica do discurso.

No final do século XIX, muitos livros eram aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública se estivessem de acordo com as ideologias do governo. A obra *Compendio de civilidade cristã* é carregada de ideologias relacionadas a princípios e regras sobre a educação de meninos.

Influenciado por ideias francesas, Dom Macedo Costa aborda temas relacionados aos comportamentos da criança à mesa, na hora de comer, de dormir, de brincar, e até de falar³, porque era essa a mentalidade que a elite queria incutir na criança brasileira.

³ Temos como foco desta análise as propostas de uso da língua prescritas no compêndio.

A primeira edição do compendio foi publicada em 1880 pela Typ. da Livraria Francisco Alves, mas a edição sob análise neste trabalho é de 1915. O livro possui 174 páginas, o tamanho é de 18cm de altura e 12cm de largura.

A obra se divide em três partes: 1ª – ‘Da modestia que deve aparecer no meneio do nosso corpo’; 2ª – ‘Do decoro com que devemos fazer as acções comuns e ordinarias’; 3ª – ‘Exemplos’. A primeira parte do livro é composta por 9 capítulos e trata sobre a modéstia que deve aparecer no meneio do corpo. Nessa parte, Dom Macedo apresenta “regras de comportamento no trato com o corpo em geral, com a cabeça, as orelhas, os cabelos, o rosto, os olhos e os olhares, o nariz, a boca, os lábios, os dentes, a língua, a fala, os braços, as mãos, os dedos, as unhas, os joelhos, as pernas e os pés” (DUARTE, 2018, p. 214).

A segunda parte é composta de 14 capítulos e trata sobre o modo como os meninos devem agir ao: levantar, deitar, trocar de roupa, visitar alguém, dar ou receber um objeto, saudar alguém, tratar pessoas de hierarquias “superiores”, iguais ou “inferiores”. Também: durante as conversações, antes, durante e depois da comida, no recreio. Como: pedir carta de empenho, escrever uma carta e agir quando estiver na igreja. O autor também apresenta nesta parte dez regras do bem viver. (DUARTE, 2018)

A terceira parte expõe 37 exemplos sobre diferentes temas acerca da civilidade, tais como: a verdadeira e a falsa polidez, o comportamento adequado para ser um bom menino, a importância de ter um espírito agradecido, o respeito aos mestres, as consequências de atitudes reprovadas pelas regras da civilidade.

Para fazer a análise da obra, utilizamos ideias de Bakhtin (1997)⁴ como referencial teórico. Em uma análise bakhtiniana da linguagem, não há categorias preestabelecidas a partir das quais o pesquisador enquadra e analisa seus dados. Mas, didaticamente, separaremos três categorias para essa análise: alteridade, enunciado e polifonia. Brait (2006, p. 20-21) afirma que “um dos maiores ensinamentos de Bakhtin é a atitude diante da linguagem, que consiste não na aplicação de conceitos preestabelecidos, mas numa atitude dialógica que permite extrair conceitos do corpus analisado.”

3.1 DISCURSOS POLIFÔNICOS: CIVILIDADE E LINGUAGEM

A civilidade e a linguagem estavam estreitamente relacionadas no século XIX. Nesse período, para ser considerado um indivíduo polido era necessário ter um comportamento refinado, isso implicava inclusive em como dialogar com alguém.

O conceito de civilidade vai se resignificando ao longo dos séculos.

Com a lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos no curso dos séculos XVI e XVII, o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável (ELIAS, 1990, p. 112).

No século XVIII, o clero se torna propagador dos costumes da corte na Europa, de acordo com Elias (1990, p. 111), “A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de

⁴ Não utilizaremos as teorias do livro ‘Marxismo e filosofia da linguagem’ por causa da polêmica da autoria da obra. Nem discutiremos sobre o assunto por não ser o foco deste estudo, sendo que há vários trabalhos de grande credibilidade destinados especificamente a essa discussão.

comportamento pelos estratos mais baixos”. Neste momento, a civilidade passa a ser uma virtude relacionada a Deus.

Como nesse período a Igreja era responsável pela educação, o clero passa a produzir livros que eram “Usados como manuais na educação elementar de crianças, esses livretos eram impressos e distribuídos juntamente com as primeiras lições de leitura e escrita” (ELIAS, 1990, p. 111).

A obra ‘Compendio de Civilidade Cristã’ é carregada de vozes sociais que buscam legitimar uma forma de comportamento socialmente aceitável no século XIX.

A seguir, faremos uma análise polifônica dos discursos do Compendio de Civilidade Christã, para isso, abordaremos as seguintes categorias bakhtinianas: enunciado, polifonia e alteridade.

3.2 ENUNCIADO

O ato de transformar a língua em fala é a enunciação, o que já está dito é o enunciado e quem fala é o enunciador. De acordo com Bakhtin (1997), o enunciado é a unidade da comunicação verbal, como se observa no texto abaixo:

A indeterminação e a confusão terminológicas acerca de um ponto metodológico tão central no pensamento lingüístico resultam de um menosprezo total pelo que é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala (BAKHTIN, 1997, p. 293-294).

Bakhtin (1997) afirma que as pessoas não trocam entre si orações, nem palavras, ou combinações de palavras, mas sim enunciados, que são constituídos de palavras, combinações de palavras, orações.

Ao tratar de enunciado, deve-se ter em mente a interação verbal que acontece entre as pessoas. Bakhtin (1997) opõe-se às ideias que reduzem a linguagem a um mero código e ignoram que por meio do discurso as pessoas interagem socialmente.

Bakhtin postula também que

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 279).

O enunciado concreto “nasce, vive e morre no processo de interação social entre as participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados pela forma e caráter desta interação.” (BRAIT, 2005, p. 76). O enunciado concreto está além da abstração linguística. Ele se concretiza na interação verbal.

Nessa perspectiva, o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante (BRAIT, 2005, p. 74)

Na obra ‘Compêndio de Civilidade Christã’, os enunciados são organizados em forma de diálogos e a construção composicional do livro é em forma de perguntas e respostas. A organização em forma de perguntas e respostas possibilita uma leitura menos cansativa e torna mais

fácil ao aluno memorizar (DUARTE, 2018). Como se verifica no trecho a seguir:

- E que pensar dos que proferem palavras torpes?
- Estes taes mostram-se tambem muito alheios aos dictames da sabedoria. Devemos ter horror de toda a palavra obscena, mesmo das que são só equivocas, isto é, d'aquellas que têm duplo sentido, um bom, outro torpe. Estas palavras, por mais encoberto que seja o seu sentido, são sempre infamias que mancham os labios de um homem honesto, e devem ser banidas das conversações decentes.

De acordo com Duarte (2018, p. 222), “A construção composicional do Compendio de Civilidade Cristã tem um objetivo semelhante ao dos catecismos organizados em forma perguntas e respostas, os quais constituíam uma novidade no século XVI.”

3.3 POLIFONIA

Em um mesmo texto, ocorrem diferentes vozes que se cruzam, pois todo discurso é formado por diversos discursos. A polifonia envolve um texto no qual se percebem muitas vozes sociais que surgem e se entrecruzam em um contexto ideológico.

A polifonia pode ser explicada fazendo-se analogia a um coral, onde a posição do autor é como regente do grande coro de vozes, que seriam essas que participam do processo dialógico. A polifonia se define pela convivência e pela interação, em uma multiplicidade de vozes e consciências independentes (BRAIT, 2005). Além disso, nesse meio interacional, todo discurso se constitui como uma resposta a outro discurso.

Bakhtin (1997) descreve uma particularidade da polifonia:

O caráter inacabável do diálogo polifônico (diálogo acerca das grandes questões). São individualidades inacabáveis que travam semelhantes diálogos e não sujeitos psicológicos. Desencarnação dessas individualidades (BAKHTIN, 1997, p. 392).

Cada discurso mantém relações dialógicas com outros discursos porque todo discurso nasce como resposta a outros discursos. Estes podem ser anteriores ou podem vir depois dele. Neste último caso, o discurso requer uma resposta que ainda não existe (DUARTE, 2018).

A obra de Dom Macedo Costa é atravessada por vozes sociais. O próprio título ‘Compendio de Civilidade Cristã’, já anuncia isso. Ao utilizar o termo ‘civilidade’, verifica-se uma ideologia civilizatória, ou seja, que almeja formar pessoas civilizadas, bem-educadas. Este era um termo muito mencionado no Brasil no final do século XIX (DUARTE, 2018).

- Que se entende por civilidade?

_Entende-se por civilidade ou polidez um conjuncto de atenções e delicadezas proprias a tornar amavel, decoroso e agradavel o nosso trato com os outros homens.

_ É necessario aprender e pôr em pratica as regras de civilidade?

Não ha duvida que sim; pois, se bem que sejam muitas d’ellas de si arbitrarrias e convencionaes, estão admittidas como lei entre as nações cultas, e sem ellas faltaríamos á caridade e ao bem-viver (COSTA, 1915, p. 9).

Na primeira pergunta, utiliza-se o termo civilidade. Esta palavra era objeto de discussão na Europa neste período. Assim, observa-se a presença de vozes ideológicas neste discurso, pois o próprio termo ‘civilidade’ é polifônico. Essas vozes estão cruzadas com outras vozes. Por exemplo, na Europa a civilidade estava associada ao bom súdito e bom

cristão. Ter obediências às regras do comportamento adequado foi uma forma que o governo encontrou para controlar o povo.

A segunda pergunta e a resposta colocam a civilidade como uma convenção, pois, como destacamos na introdução deste tópico, a civilidade estava relacionada aos modos e costumes socialmente aceitos. Nessa época, a elite brasileira queria viver de acordo com os padrões europeus. Essa convenção está expressa em costumes e modos de acordo com a ideologia francesa (DUARTE, 2018).

Na introdução do capítulo X da primeira parte do compêndio, que trata sobre conversação, o autor cita um provérbio popular e, em seguida, um trecho da Bíblia Sagrada para justificar sua tese. Assim, nesse trecho, observa-se a presença de várias vozes sociais em uma unidade de sentido:

Falar muito, ás tontas, sem criterio, é próprio de animo leve. Quem muito fala, muito erra, diz o nosso proverbio popular, e tem-se visto de uma palavra inconsiderada saírem consequencias desastrosas. *O coração dos insensatos está-lhes na boca, e a boca dos sabios está-lhes no coração*, diz a Escriptura. (COSTA, 1915, p. 71).

Dom Macedo Costa evoca regras de civilidade para prescrever como se deve falar. Há um índice de polifonia entre o discurso do autor e o provérbio popular e a Bíblia quando asseguram que não se deve falar muito.

No período em que o Compendio de Civilidade Christã foi publicado e distribuído nas escolas, o ensino da língua era pautado simplesmente no reconhecimento das normas da gramática normativa, por isso foram muito valorizadas as gramáticas normativas, manuais, compêndios que ensinassem essas regras.. Também se manteve como ideal linguístico

apenas a variante culta de prestígio, aquela que era usada pelas classes dominantes.

Esse tipo de ensino da língua exclui a realidade linguística do falante, porque não leva em consideração o uso da língua. Além disso, mantém os ideais linguísticos baseados nos textos escritos, de preferência, aqueles textos que foram canonizados na literatura clássica. Segundo Ramos (2003, p. 1970), a “priorização da variante culta da língua criou o preconceito linguístico em relação aos possíveis usos decorrentes das mudanças sociais”.

Apesar de o compendio ser um livro de leitura, aborda, em alguns capítulos, assuntos relacionados à gramática, como: pronúncia das palavras, acentuação, conjugação de verbos, colocação pronominal, sintaxe, uso do vocabulário, pronomes de tratamento etc.

Quanto à pronúncia das palavras, Dom Macedo legitimava a variante culta da língua. Ao criticar algumas formas de pronúncia, o autor gera preconceito linguístico⁵. Seu discurso surge como resposta às ideias de preconceito linguístico defendidas por autores contemporâneos. O autor descreve que

Não é raro achar entre nós pessoas que pronunciam mal as vogais, dizendo, por exemplo: *Mi deu, ti feriu, lhi disse, si matou, di repente, qui eu vi*; em vez de: *Me deu*, etc. Pronunciam ainda: *Acreditar, appetite, gemido, concidido, coligial, atrivido, ciar, pitição, filiz, binigno, alfandiga, nomiar, pivide, siminario, sintinella, sipultura, sirviço, dismintir, disimbargador, saboriar, pichinhos*, em vez de *acreditar, appetite, gemido*, etc. Dizem *jugo, jogo*, em vez de *jogo, jugo*.

⁵ O preconceito linguístico é um ato que “se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários” (BAGNO, 1999, p. 40). Sendo assim, “Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 1999, p. 40)

Todo em vez de *tudo*, e *tudo* em lugar de *todo*; espóços em lugar de espôços, etc (COSTA, 1915, p. 80-81).

Em relação à acentuação, o autor afirma que “Outros accentuam mal as syllabas, fazendo breves as longas e longas as breves. Assim dizem catastróphe, em vez de catástrophe, periféria, em vez de perifería, etc.” (COSTA, 1915, p. 81).

Acerca da conjugação de verbos, no Compendio, se destaca-se:

Outros erram na conjugação dos verbos, dizendo, por exemplo: *Eu foi, trouxe, acareceio, alumeio, copeio; tu degires, tusôas, tu sentencias; ellereséste, admette; nós fumos, nós semos, nós estêmos*; em vez de dizer: *Eufui, trouxe, acarício, allumío, copío; tu digeres, tu suas, tu sentenceias ; elle resiste, admitte; nós fomos, somos, estamos. Se elle dispor, compor, descompor*, em vez de *se elledispozer, compozer, descompozer* (COSTA, 1915, p. 81).

Já sobre a sintaxe, o autor afirma que “Erram outros na construção das phrases: *Se podéres vir, fico-te obrigado*; deve ser: *Se podéres vir, ficar-te-ei obrigado*, ou então: *Se podes vir, fico-te obrigado. Pedro e Antonio veio*, em vez de: *Pedro e Antonio viéram* (COSTA, 1915, p. 82).

Por fim, outro exemplo que dou é quando o autor trata sobre o uso do vocabulário. Ele descreve “galicismos”⁶, que as pessoas estavam usando muito nesse período:

Outros usam de horrendos gallicismos, como *golpe de vista*, em vez de *lance d'olhos*, ou *panorama* ; *chefe d'obra*, em vez de *obra prima, primor d'arte*; *mas-sacre*, em vez de *morticínio, matança*; *nuança*, em vez de *gradação de cores*; *susceptível*, em vez de *espinhado, vidrento*; *palpitantede interesse*, em vez de *interessantissimo*; *compenetrado de idéa*, em vez de *persuadido, bem inteirado*; *cavallo de batalha*, em vez de *argumento Achilles; indemnidade para a jornada*,

⁶ Palavras ou expressões de origem francesa, ou afrancesadas.

em vez de ajuda de custo; abstracção feita, em vez de prescindindo; conveniências sociais, em vez de decoro; cairdas nuvens, em vez de ficar pasmado, atônito; ser forte em historia, em vez de saber bem a historia, ou ser habil, perito na historia, ou fazer d'ella o seu forte (COSTA, 1915, p. 82).

Como pode-se observar, o compendio busca legitimar a variante culta da língua portuguesa. com base nas prescrições europeias. Para o autor, o menino civilizado ‘não pronuncia mal as vogais’, ‘não erra conjugações de verbos’, ‘não usa horrendos galicismos’.

No enunciado “— Podeis indicar-me alguns erros grammaticaes em que se cae mais commumente na conversação? — De boa vontade: Não é raro achar entre nós pessôas que pronunciam mal [...]” (COSTA, 1915, p. 80), Dom Macedo Costa estabelece um discurso polifônico quando afirma que algumas pessoas cometem “erros gramaticais”, pois sabe-se que um discurso se constitui em resposta a outro discurso. Nesse contexto histórico, existiam duas ideologias para a educação no Brasil. Uma centrada no nacionalismo, amor à pátria e com educação própria para o país. Outra é ainda centrada na cultura europeia, com uma educação baseada, neste caso, nas prescrições de Portugal. Sendo assim, há vozes sociais que tentam legitimar-se no enunciado de Dom Macedo: as vozes que defendiam o português brasileiro e afirmavam que muitos casos considerados como erros gramaticais, na verdade eram fenômenos próprios da nossa língua.

Acanhadissimas são as melhorias desse triste estado de cousas, e ainda hoje, a maioria dos livros de leitura si não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espirito. Os nossos livros de excerptos é aos autores portuguezes que os vão buscar, e a autores cuja classica e hoje quasi obsoleta linguagem o nosso mal amanhado preparatorio de portuguez mal percebe. São os Fr. Luiz de Souza, os Lucenas, os Bernardes, os Fernãos Mendes e todo o

classicismo portuguez que lêmos nas nossas classes da que aliás começa a tomar nos programmas o nome de nacional (VERÍSSIMO, 1906, p. 5).

As vozes sociais referendam as normas que estavam mais ligadas ao português europeu. Esse discurso é atravessado pelo discurso do eurocentrismo, onde acreditava-se que a cultura europeia era superior às outras culturas no mundo. Assim, no discurso de Dom Macedo se legitima a ideia de “superioridade da cultura europeia sobre a cultura brasileira. Essas vozes sociais são apreendidas nos discursos de intelectuais brasileiros, principalmente os autores de livros didáticos, como Dom Macedo Costa” (DUARTE, 2018, p. 286). Observa-se, na contemporaneidade, um discurso que surge como resposta à ideia de um português baseado nas prescrições europeias:

O sujeito que fala o português brasileiro é distinto do sujeito que fala o português de Portugal e isso é elaborado pela autoria do gramático brasileiro do século XIX, dadas as condições de produção dessa autoria e do sentido da gramatização nesse momento. Além disso, essa autoria legitima, ao mesmo tempo, a relação do brasileiro com a escrita. Temos uma língua, temos uma gramática, e temos sujeitos brasileiros da (nossa) escrita (ORLANDI, 1997, n. p.).

A discussão sobre a gramatização do português brasileiro é atravessada por uma ideia de civilidade da língua que dialoga de forma polêmica com as ideias do século XIX representadas por Dom Macedo Costa, posto que, defende que “mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática” (ORLANDI, 1997, s/p.)

O autor do Compendio destaca ainda que “muitos e muitos pronunciam errado, sem o *accento* conveniente, martyrisando a prosodia, ao mesmo tempo que a *syntaxe* da lingua, como fazem os rusticos e ignorantes” (COSTA, 1915, p. 80). Dom Macedo Costa atribui valor negativo aos que “pronunciam errado”, os trata como “rústicos e ignorantes”. Esse discurso é atravessado por ideologias discriminadoras, que distinguem as classes sociais dos falantes e estabelecem juízos de valor às pessoas por meio da fala delas.

Outro caso específico dessa situação é quando o autor do compendio trata sobre pronomes: “Outros, menos *illustrados*, erram na *collocação* dos pronomes reciprocos: Nos mandaram dizer, se reuniu a *assembléa*, se fez assim, em vez de: Mandáram-nos dizer, reuniu-se a *assembléa*, fez-se assim” (COSTA, 1915, p. 81-82). Como resposta a essa ideia, surgem, no início do século XX no Pará, intelectuais que discutiam o fenômeno que acontece na colocação de pronomes no português brasileiro, como Paulino de Brito, que discutiu esse tema em artigos que publicava em jornais e que transformaram em duas obras importantes do autor: ‘*Colocação dos pronomes*’ (1907) e ‘*Brasileirismos de colocação de pronomes*’ (1908) em resposta a Candido de Figueiredo que, como Dom Macedo, defendia a gramática normativa tradicional, baseada no português europeu.

O debate entre Figueiredo e Brito desenredou-se por meio da imprensa, nos primeiros anos do século XX. O gramático português publicava seus artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, enquanto o brasileiro os rebatia em “A província do Pará”. A disputa redundou nas seguintes obras: “A colocação de pronomes” (BRITO, 1907), “Brasileirismos de colocação de

pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo” (BRITO, 1908) e “O problema da colocação de pronomes” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]) (SILVA, 2017)⁷.

Dom Macedo valora de forma negativa os que “erram” na colocação dos pronomes. O autor tem como referência de civilidade aquele que “fala bem”, o “bem-falante”, que é algo muito discutido na Europa durante o processo de civilização (ELIAS, 1990).

Dessa maneira, quando se aborda temas desse período que eram amplamente discutidos, o discurso se torna polifônico, tendo em vista que um discurso se constitui em resposta a outro em diversos espaços de tempo. Por isso, atualmente, muitos discursos podem estar sendo feitos em resposta aos discursos do compêndio. Temos como exemplo um cruzamento de vozes entre Dom Macedo Costa e as discussões entre o gramático Pasquale Cipro Neto e o linguista Marcos Bagno. Cipro Neto (2003)⁸ defende uma gramática baseada na doutrina normativo-prescritiva, em que ainda há a concepção de certo e errado. Já Bagno (1999) defende que as diversidades dos comportamentos linguísticos devem ser respeitadas e valorizadas para que se construa uma sociedade que saiba respeitar as diferenças.

Em suma, no campo das palavras há diferentes vozes que coexistem e se cruzam com o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios (DUARTE, 2018).

⁷ SILVA, Hosana dos Santos. **Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo**. Cadernos do IL, v. 1, n. 55, 2017.

⁸ PASQUALE, Cipro Neto; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

3.4 ALTERIDADE

A alteridade se constitui na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, pois, ao nos confrontarmos com ‘o outro’, nossas condutas, ações e pensamentos são valoradas a partir dessa interação. O sujeito concreto se assenta na estrutura do ‘eu’ moral que age em relação a tudo que não é ‘eu’, portanto, em relação ao ‘outro’. Essa interação entre o ‘eu’, interior e particular a cada um, e o ‘outro’, o além de mim, é o que denominamos de alteridade (BRAIT, 2012).

Esse conceito parte do pressuposto de que todo sujeito se constitui na relação com o outro. Brait (2012, p. 32) afirma que “é preciso observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com ‘outro’ são para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados”.

Bakhtin (1997, p. 70-73) apresenta algumas categorias de valores importantes para a concepção de alteridade: O *eu-para-mim* se constitui na autoprojeção, autorreflexão e autoconsciência. É o modo como eu me vejo. O *eu-para-o-outro* está relacionado a qual percepção que os outros têm de mim. O *outro-para-mim* é a percepção que tenho em relação ao outro.

A obra de Dom Macedo Costa é repleta de relações entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Essa relação consiste na valoração do ‘eu’ (polido e educado) a partir do ‘outro’ (incivilizado e ignorante). Como se pode observar no seguinte enunciado:

Banhar-se inteiramente nú em companhia, é um pudor que não sabemos estigmatizar e reprovar com bastante energia. A um menino christão não carece lembrar-lhe a necessidade de ser sempre, mesmo quando está só,

muito recatado e modesto, porque sabe o respeito que deve a si próprio e a Deus. (COSTA, 1915, p. 18).

Este é um dos enunciados em que o menino civilizado é valorado a partir do ‘outro’ (menino não civilizado). Esse modelo de “menino civilizado” era o oposto do menino paraense, de usos e costumes que expressam a cultura amazônica. Na obra, o menino (eu) educado, polido, é valorizado a partir do outro “selvagem”, “incivilizado”, “bruto”, “grosseiro”, que ignora as boas maneiras e, assim, é considerado bárbaro. (DUARTE, 2015, p. 225). Portanto, pode ser observado que na obra a cultura amazônica era desvalorizada e tida como incivilizada.

Quanto ao uso da língua, o autor descreve o ‘outro’ como “gente de caráter baixo e aparvalhado”, porque “pronunciam errado”, se expressam em desacordo com o que convém ao que o autor denomina de menino civilizado.

Ha muitos que falam murmurando entre dentes, mostrando timidez pueril; outros que gritam falando, mostrando descomedida petulancia; outros que arrastam as palavras, como gente de caracter baixo e aparvalhado; outros que effeminam, e adoçam affectadamente a pronuncia, como se quizessem passar por fatuos e adamados; estes declamam falando, como fazem charlatães e pedantes; aquelles precipitam e engolem as palavras, como se tivessem genio leviano e arrebatado, emfim muitos e muitos pronunciam errado, sem o accento conveniente, martyrisando a prosodia, ao mesmo tempo que a syntaxe da lingua, como fazem os rusticos e ignorantes. (COSTA, 1915, p. 80)

Nesse enunciado, o autor atribui valor negativo ao “outro”, que comete “erros gramaticais” e não sabe se expressar de forma civilizada e polida ao mesmo tempo que o autor critica o outro, está valorizando o “eu”, menino polido, civilizado e que “fala bem”, o falante ideal da língua

nesse período. Após expor o que não se deve fazer (e ser), Dom Macedo valoriza o ‘eu’, aquele que é “bem-educado” que se expressa e fala “com qualidade”:

Se as pessoas com quem elles conviverem falarem o portuguez com a devida correcção, e observarem no conversar as regras do decoro, elegancia e naturalidade, insensivelmente adquirirão os meninos estas boas qualidades, e se tornarão neste particular modelos de boa e aprimorada educação (COSTA, 1915, p. 83). [Grifos da autora]

Desse modo, o ‘eu’ educado, polido e elegante, que pronuncia bem as palavras, organiza adequadamente as frases, que fala bem, é valorado a partir do ‘outro’, o petulante, aparvalhado, de gênio leviano, ignorante etc.

Sabe-se que o objetivo do compendio é educar os meninos da elite, mas também os meninos pobres e desvalidos, afinal ambos seriam o futuro da nação. Então, o autor pretende educá-los de acordo com o ideal de cidadão nos moldes europeus. Por isso, após avaliar o ‘eu’ e o ‘outro’, Dom Macedo Costa propõe educar o menino desvalido:

- Como remediar a tantas faltas e erros que se comettem no conversar?
- O remedio está em acostumar os meninos desde pequeninos a pronunciar e falar correctamente a lingua nacional, em vez de se applicarem tanto, como succede, ás linguas estrangeiras (COSTA, 1915, p. 83).

Nesse enunciado o autor coloca como proposta para resolver o problema dos “erros” acostumar os meninos a “falar corretamente” desde pequenos, ao invés de coloca-los para estudar a língua exaustivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema “Discursos polifônicos sobre civilidade e linguagem no Compendio de Civilidade Christã”. Apresentamos o contexto socio-histórico do período do Império e início da República. Verificamos que, nesse momento, os livros assumem a função de incutir ideologias civilizatórias nos alunos de acordo com os ideais europeus.

Também foi importante conhecer um pouco sobre Dom Antônio de Macedo Costa, que muito colaborou para a educação no Pará no século XIX e no início do século XX.

Por fim, fizemos a análise de como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da Língua Portuguesa no livro de leitura ‘Compendio de Civilidade Christã’ em que compreendemos que há um cruzamento de vozes entre Dom Macedo Costa (autor do compendio), Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo e, também, vozes sociais da contemporaneidade como a do gramático Pasquale Neto e do linguista Marcos Bagno. Assim observamos que os discursos se constituem em resposta a outros discursos que podem ser entre vozes do passado, presente ou futuro.

Acreditamos que esta pesquisa contribui para a compreensão do processo de desenvolvimento da educação no Pará. Também para a compreensão de como a ideia de civilidade estava relacionada com a linguagem, pois neste estudo vimos que elas estão estreitamente relacionadas no século XIX. Nesse período, por exemplo, para ser considerado um indivíduo polido, era necessário ter um comportamento refinado, isso incluía, como vimos, a forma como se dialogava com alguém.

REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

COSTA, Antonio de Macedo. *Compendio de Civilidade Cristã*. Nova edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

OUTRAS FONTES

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira, 1997.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 479 p. v. 2.

BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. Editora Contexto, 2005.

_____. *Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo. Trabalho, educação e saúde*, v. 2, n. 1, p. 185-201, 2004.

_____. *Perspectiva dialógica*. BRAIT, B; SOUZA-E-SILVA; MC (Orgs.). Texto ou discurso, p. 9-29, 2012.

_____. *Sujeito e linguagem: a constitutiva alteridade. Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 35, 2011.

_____. *Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854*. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte.

BRASIL. Congresso. *Câmara dos Deputados*. Decreto n. 981. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

_____. *Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854*. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte.

CORRÊA, Fabíola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE*, 2007.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <www.Sciello.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

COELHO, Maricilde Oliveira. *O livro didático no Pará da primeira república*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. 3., 2002, Natal. Anais: História e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/tema3/3128.pdf>>. v. 4, 2002. Acesso em: 15 de março. 2017.

DUARTE, Raimunda Dias. Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de menino, civilidade e moral cristã. Campinas/SP: Pontes, 2018.

DUARTE, Raimunda Dias; OTÂNIA, Joyce Seixas; RODRIGUES, Gleice Helem Ferreira. Orgs. *História do livro didático da Amazônia: obras raras, história e memória*. Abaetetuba: Editor Abaete, 2018.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *História das idéias lingüísticas: origem, método e limitações*. Revista da ANPOLL, v. 1, n. 16, 2004.

FIORIN, José Luiz de. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

- MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Kátia Gardênia Henrique da. *Hygino Amanajás e sua produção de livros de leituras escolares para o ensino primário: fragmentos da história da leitura no Pará*. RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, v. 1, n. 1, p. 48-67, 2015.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MIOTELLO, Valdemir. *Algumas anotações para pensar a questão do método em Bakhtin*. Grupo de Estudos dos Gêneros Do Discurso-GEGe Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos, SP: Pedro & João, p. 151-168, 2012.
- NERY, Vitor Sousa Cunha et al. *Organização da instrução pública primária na província do Pará (1851-1861)*. Atos de Pesquisa em Educação, v. 11, n. 2, p. 396-421, 2016.
- ORLANDI, Eni de Lourdes P. *Língua e Conhecimento Lingüístico: Para Uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2002.
- PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Vianna. *Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna: séculos XVIII - XX*. Belém: SECULT, 1998. 120 p. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/catalogo-de-obras-raras>>. Acesso em 20 de setembro. 2017.
- _____. *Lei nº 97 de 28 de junho de 1841*. Regulamento da instrução pública. Belém, 1841. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf>. Acesso em: 03 de novembro. 2018.
- _____. *Lei nº 203 de 27 de outubro de 1851*. Cria novas escolas primárias na província do Pará. Belém, 1851.
- _____. *Lei nº 348 de 1860*. Regulamento da instrução pública. Belém, 1860.
- _____. *Lei nº 664 de 31 de outubro de 1870*. Regulamento da instrução pública. Belém, 1870.
- RAMOS, Rossana Regina Guimarães. *Metalinguagem em Historiografia Lingüística*. In *Anais [do] Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino*. João Pessoa: Idéia, 2003. Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/>

Textos/Anais/ECLAE_II/metalinguagem%20em/direita.htm>. Acesso em: 25 de outubro. 2018.

ROMAN, Artur Roberto. *O conceito de polifonia em Bakhtin - o trajeto polifônico de uma metáfora*. Letras, n.41 -42, p. 207-220, Curitiba: Editora da UFPR, 1992-93

SOUSA, Celita Maria Paes de. *Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas*. Revista HISTEDBR On-line, v. 15, n. 62, p. 144-156, 2015.

4

A GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS NO BRASIL NO SÉCULO XIX: O CASO DO PARÁ

Rosane Barros de Melo ¹

Raimunda Dias Duarte

Ainda que não sejamos uma “terra de gramáticos”, no sentido convencional da locução [...], temos contudo no Pará alguns valores expressivos neste particular, sobretudo pelo interesse e dedicação com que se houveram no ensino e difusão da língua. Em poucas matérias fomos tão favorecidos como em Gramática, e a prova está no destaque que ela tem na bibliografia escolar do Estado.

Eidorfe Moreira

INTRODUÇÃO

No Brasil, há muitos trabalhos, entre dissertações e teses, que investigam a história de gramáticas. Contudo, na Amazônia, os estudos ainda são bem recentes. No estado do Pará, há poucos trabalhos voltados para a numerosa lista de gramáticas produzidas nos anos finais do século XIX e no início do XX, por isso vale marcar a importância deste trabalho para a história da gramática no país. Entender o processo de construção desses instrumentos linguísticos² no estado, ajuda-nos a compreender aspectos sociais, culturais e educacionais da Amazônia

¹ Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pós-graduanda em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Mestranda no programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista Fapespa. E-mail: rosanesilva722@gmail.com

² Estes instrumentos, funcionam como ferramentas que caracterizam/modificam/definem o sujeito e a língua por meio da naturalização de seu uso, além de fazerem parte de um processo de disciplinarização dos saberes linguísticos tanto dentro quanto fora da escola (AUROUX, 1992).

paraense no período estudado e a importância de livros escolares produzidos no Pará e de autores paraenses para a constituição da história do livro no Brasil.

As gramáticas produzidas nos anos finais do século XIX foram concebidas em um período marcado por grandes polêmicas em torno da língua nacional. Muitos intelectuais reivindicavam uma língua que refletisse características próprias do falar brasileiro, pois a língua passou a ser vista como um signo de nacionalidade. Dessa forma, as gramáticas desse período refletem diversos aspectos linguísticos, mas também históricos, sejam eles políticos, econômicos, sociais, educacionais, etc. Essas questões acabaram contribuindo para o processo de gramatização brasileira do Português. E é nessa instância histórica que o trabalho se situa.

A proposta do trabalho é compreender como se deu o processo de gramatização brasileira do português no Pará. A pesquisa está fundamentada nos estudos de Auroux (1992), Orlandi (2001), Fávero e Molina (2006), Fávero (2000), e Moreira (1979). O estudo tem caráter histórico e a metodologia empregada é a pesquisa documental.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: a primeira seção aborda o surgimento da gramatização; a segunda seção trata do processo de gramatização do português brasileiro no Brasil, no século XIX; e a terceira seção faz uma abordagem de como esse processo se deu também no estado do Pará.

1 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA GRAMATIZAÇÃO

Este trabalho se debruça sobre a história das ideias linguísticas. Ao falar de ideias linguísticas me refiro, nas palavras de Orlandi e

Guimarães (2001, p. 32), “à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhe são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala”.

O saber é uma realidade histórica e conforme aponta Auroux (1992) surge como consequência da relação entre práticas e circunstâncias capazes de unir passado, presente e futuro em sua constituição. O ato de saber dispõe de inúmeras possibilidades de projeção.

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 11-12).

Esse saber é múltiplo, diversificado, e pode ser classificado em epilinguístico ou metalinguístico. Assim, “Ele é *epilinguístico*³, não colocado por si na representação antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem [...]” (AUROUX, 1992, p. 16). Portanto, a história dos saberes linguísticos, vem sendo constituída a partir de seus desdobramentos, de seus diálogos, de suas falhas e da transmissão de determinados fenômenos a outros. Não podemos esquecer que, para que possamos traçar essa história, faz-se necessário compreender que a escrita teve um papel crucial em todo esse processo, visto que propiciou “a passagem do epilinguístico ao metalinguístico, tendo sido seu processo de aparecimento o momento de objetivação, fixação e concretização a linguagem” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 46). Ademais,

³ Este conhecimento linguístico é o internalizado, o qual todo locutor possui de sua própria língua e que, por sua vez, é diferente do metalinguístico, que é representado, construído e manipulado (FÁVERO E MOLINA, 2006).

são diversas as causas que contribuem para o desenvolvimento desse saber, dentre as quais pode-se citar, questões de ordem social, de domínio e expansão territorial e o esforço para preservar a língua.

Do ponto de vista da linguagem, nossa sociedade trabalha com o saber e a escrita, enquanto materialidade que estabelece a própria forma das instituições como aponta Orlandi (2001). Por isso, a história das representações linguísticas se manifesta prioritariamente a partir da escrita, pois parece que não é encontrado em nenhuma sociedade oral um corpo de doutrina desenvolvido em relação com as artes da linguagem, como encontramos na escrita, como bem nos assegura Auroux (1992, p. 19), “tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, sendo que os fatos justificam a *posteriori* a etimologia da palavra *gramática* (do grego *gramma*, letra) pela qual o Ocidente designou a parte essencial de seu saber linguístico”. Nesse sentido, o surgimento da escrita faz parte de um processo de objetivação da linguagem. Auroux ressalta ainda que,

[...] se a escrita desempenha um papel fundamental na origem das tradições linguísticas, não é porque ela seria nela mesma um saber linguístico novo, é no curso de um processo histórico complexo. Poderia parecer natural fazer remontar, como o fez a maior parte dos historiadores, o nascimento das tradições linguísticas à constituição dos sistemas de escritas [...]. No entanto, em nenhuma tradição parece ter sido conservado algo das reflexões teóricas intensas que um processo desse gênero devesse engajar. Compreender-se-ia a rigor que não se pudesse constitui-se simultaneamente o sistema de escrita e o texto que teoriza esse sistema (AUROUX, 1992, p. 20).

Assim, as modificações dos saberes linguísticos que ocorrem ao longo do tempo, constituem fenômenos culturais que acabam afetando

a cultura de determinada sociedade, da mesma forma que dela também advêm.

Um evento que modificou grandemente a forma de comunicação humana diz respeito a um processo chamado de gramatização. “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Essa gramatização surge inicialmente na Europa e se estende posteriormente para diversos países no mundo todo.

Esse processo diz respeito a uma transmissão de tecnologias, denominado por Auroux (1992) de revolução tecnológica, a qual o autor julga ser tão importante quanto a Revolução Industrial que ocorreu no século XIX. O pesquisador enfatiza que há duas formas de gramatização, a saber, endogramatização e exogramatização: a endogramatização, ocorre quando alguém escreve tanto gramáticas quanto dicionários em sua própria língua e a exogramatização, ocorre quando alguém escreve esses instrumentos para outra língua. Esse processo acaba ocasionando também uma transferência de culturas entre povos.

Além disso, Fávero e Molina (2006, p. 47) afirmam que,

[...] inúmeros fatores contribuíram para o processo de gramatização, dentre eles, a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, a política de uma língua dada, organizando e regulando seu uso literário, e o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Logo, a gramática e o dicionário acabam funcionando como um mecanismo de estabilização, seja organizando ou regulando as instabilidades em torno da língua.

2 A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O final do século XIX foi marcado por inúmeras mudanças não só tecnológicas como também sociais e políticas. Nesse período, o Brasil estava passando pela transição da Monarquia para a República e começaram a surgir importantes discussões em torno da língua nacional, as quais culminaram na produção de vocabulários e dicionários que passaram a legitimar um léxico brasileiro. Sem contar que, a colonização do nosso país provocou mudanças de vários aspectos: a língua portuguesa, por exemplo, trazida pelos portugueses que aqui se instalaram, começa a ser falada em um novo espaço-tempo. Em consequência disso, o português passou a funcionar em novas situações de uso, as quais sofreram diversas modificações no decorrer da colonização brasileira. Além disso, o Brasil vivenciou diversas influências, tanto filosóficas quanto científicas, de países diferentes de Portugal. Assim, diversos fatores influenciaram para o surgimento do processo de gramatização no país, por isso é importante destacar que,

A gramatização em um país colonizado trabalha seguindo duplo eixo: o da universalização, o dos deslocamentos. Ter uma gramática, nestas condições, significa ter direito à universalidade, ter direito à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade. Por outro lado, falar dos “usos variados” é defender uma “outra” língua. Com efeito, uma vez conquistado o direito à unidade, imediatamente recomeça-se a reconhecer as variedades: a influência da língua dos índios, das línguas africanas, etc. Este reconhecimento é o próprio da constituição da unidade do português brasileiro (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 35).

No Brasil, a gramatização começa, de fato, na segunda metade do século XIX. Foi nesse período que começaram a surgir instrumentos

linguísticos que já apontavam diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, pois nos anos finais desse século, houve um anseio por parte dos intelectuais do período de se romper os laços com os modelos teóricos de Portugal. Veríssimo (1985, p. 55), por exemplo, ao falar sobre o livro escolar no período, afirma que não bastava que o livro fosse escrito por brasileiros, mas era fundamental que ele fosse “brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”. Esses sentimentos nacionalistas, que afloraram nos intelectuais do século XIX, acabaram se textualizando a partir de novas filiações e novas orientações para os estudos gramaticais.

O século XIX, no Brasil, é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma política dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República. A forma simbólica e a forma do sujeito que lhe corresponde não são menos decisivas. Essas práticas têm, de um lado, as Instituições, de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino (ORLANDI, 2001, p. 8-9).

Com as reivindicações por uma língua e escrita que assegurassem a legitimidade da forma de falar do brasileiro, ocorre no final do século XIX, uma multiplicação de produções feitas por brasileiros. A gramática constitui um desses objetos que, segundo Orlandi e Guimarães (2001), os intelectuais do período conceberam com o intuito de formar brasileiros numa sociedade onde o saber possuísse o seu lugar, uma vez que não seria suficiente saber a língua que se fala, seria necessário também

produzir um aparelho institucional em que o Brasil pudesse constatar que conhece de fato a sua língua. Pode-se afirmar que,

O que caracteriza esta nova instrumentação não é necessariamente o fato de que a gramática no Brasil seja outra gramática; é essencialmente o processo segundo o qual a gramática no Brasil se distancia do modelo da gramática filosófica do português Jeronimo Soares Barbosa, em particular, e da tradição gramatical portuguesa em geral (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 24).

No que se refere à instituição escolar, Orlandi (2000) conforme citado por Aquino (2016, p. 13) esclarece que, “a fundação de escolas é parte constitutiva do pensamento linguístico formado no processo de gramatização brasileira do português no século XIX”. Desse modo, o surgimento da escola no Brasil foi outro grande marco para o processo de gramatização e passou a funcionar a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II. No século XIX, Orlandi e Guimarães (2001) destacam que era esse colégio que definia os programas de exames, além de ser responsabilidade dele distribuí-los para as escolas oficiais brasileiras. Um fator determinante em todo esse processo foi o Programa de Português para os Exames Preparatórios⁴ formulado por Fausto Barreto, em 1887, solicitado pelo então diretor geral da instrução pública, Emídio Vitória. Além disso, Fávero e Molina (2006) declaram que nesse mesmo período houve a necessidade de se expandir o aparelho escolar devido ao modelo positivista que levantava a bandeira de “escola para todos” e isso acabou

⁴ O programa de Fausto Barreto se organizava em torno de 46 itens e aborda diversas questões sobre o ensino da gramática, tais como fonologia, morfologia, classes de palavras, sintaxe, colocação de pronomes pessoais, além de tratar também de observações gerais sobre o que se compreendia por gramática geral, gramática histórica, gramática comparativa e gramática descritiva ou expositiva (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

por favorecer tal programa de ensino, pois o intuito era uniformizar os estudos em todo o território nacional.

Em virtude disso, Maciel (1914) expõe que

Não havendo compêndios que se descrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilharessem o ensino e estudo da língua portuguesa (MACIEL, 1914 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 45).

Dado o exposto, o programa de Fausto Barreto foi de suma importância para o desenvolvimento de questões linguísticas, visto que motivou a produção de várias gramáticas, servindo de parâmetro para muitos estudiosos para o processo de gramatização brasileira, tendo em vista que a produção de instrumentos linguísticos constitui a concretização do processo de gramatização, situação em que, de fato, a gramatização se efetiva. Vale salientar que de acordo com Auroux (1992, p. 73-74), esse processo “[...] nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas”.

Com o intuito de traçar um panorama para tais acontecimentos, diversos pesquisadores do Brasil tentaram distribuir o processo de gramatização em períodos. Fávero e Molina (2006) citam os estudos de Nascentes (1939), Azevedo Filho (2000) e Cavaliere (2002), os quais serão abordados abaixo.

Ao apresentarem a proposta do pesquisador Nascentes, Fávero e Molina apontam que esses períodos podem ser distribuídos em quatro:

o primeiro, chamado por ele de *embrionário*, começa com a cultura brasileira e vai até 1835, data de publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja, seguindo exclusivamente orientação lusitana; **o segundo**, que nomeia de *empírico*, vai de 1835 – com a primeira publicação da *primeira obra de certo valor* (Estudos Filológicos, 1939:23), do mesmo Coruja – até 1881 – data de publicação da gramática de Júlio Ribeiro; **o terceiro** denominado de *gramatical*, vai de 1881 até 1939, data da Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e instância de inauguração do **quatro período** (NASCENTES, 1939 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 47-48, grifo das autoras).

Uma segunda proposta foi apresentada por Leodegário A. de Azevedo Filho. O estudo foi apresentado em um Congresso Internacional que aconteceu na Universidade Estácio de Sá, em julho de 2000. O trabalho do autor é de extrema relevância, pois fornece um panorama onde reúne as produções feitas no Brasil e as organiza de acordo com as tendências de cada época. De acordo com Fávero e Molina, o autor divide essas produções em cinco momentos:

ao **primeiro** chama de *período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português* e compreende o século XVI, destacando a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José Anchieta; ao **segundo**, denomina de *período de imitação da gramática portuguesa*, que percorre os séculos XVII e XVIII, tendo como um dos expoentes a produção do brasileiro Antônio de Moraes Silva; ao **terceiro** período, Azevedo Filho denomina *período purista e de diferenciação idiomática*, que se inicia em 1835, com o *Compêndio de Língua Nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja até 1881, quando começa o **quarto período** chamado pelo autor de *período vernaculista e de evolucionismo linguístico*, com a *grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, obra já embasada nos princípios do método histórico-comparativo [...] o **último** período delimitado por Azevedo Filho foi chamado de período *filológico e linguístico*, compreendendo o século XX (FILHO, 2000 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 49-50, grifo das autoras).

Ainda conforme as autoras, a proposta mais recente de periodização dos estudos gramaticais é dividida em quatro períodos por Cavaliere:

embrionário, de nossas origens até 1802, com o surgimento do *Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antônio Moraes Silva; *racionalista* (1802 a 1881) que tem a figura do maranhense Sotero dos Reis como um dos maiores representantes; *científico*, subdividida em duas fases: *fundadora* (1881 a 1920) iniciada com a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881); e *legatária* (1920 a 1941) em que os pesquisadores preocupavam-se exclusivamente com o fato em língua vernácula.

O último período [...] foi denominado de *linguístico* (de 1941 até os dias atuais), compreendendo igualmente duas fases: *estruturalista* (1941 até 1980), cujo maior representante é Mattoso Câmara Júnior; e *diversificada* (1980 até nossos dias), [...] momento em que se iniciam várias linhas de pesquisa (CAVALIERE, 2002 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 51, grifo das autoras).

Pode-se notar que a maioria dos pesquisadores consideram a publicação da gramática de Júlio Ribeiro como um divisor de águas, no que se refere ao processo de gramatização, pois foi neste período que começaram a ser produzidos manuais que introduziram efetivamente características do português brasileiro. Em vista disso, Fávero e Molina (2006, p. 50) comentam que o quarto período da periodização feita por Azevedo Filho “foi a considerada por Orlandi (1996), como de gramatização, ou seja, aquela na qual foram produzidos os manuais realmente brasileiros, isto é, escritos por brasileiros para brasileiros”. Antes desse período, considerado por Orlandi como o de gramatização, as gramáticas seguiam a orientação filosófica e possuíam um caráter dogmático no qual imperava a noção de certo e errado que, inclusive, conforme aponta Duarte (2021), ainda hoje prevalecem nas gramáticas contemporâneas. Dessa forma, Fávero (2000, p. 185) também elucida que, na

primeira metade do século XIX, o modelo de gramática que prevalece é a filosófica, que tem por finalidade "reger as regras do pensar", prescrevendo o que é certo e o que é errado na língua. Não havia preocupação com o falar do Brasil. Qualquer variedade diferente era vista como brasileiro, no sentido pejorativo da palavra, pois "a valorização da fala brasileira só se manifestava no ambiente literário, com intelectuais como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Machado de Assis. Entretanto, há pouca visibilidade na área dos estudos gramaticais" (DUARTE, 2021, p. 135). Contudo, na segunda metade do século XIX, autores como Fausto Barreto, começaram a refletir sobre a língua, agora como 'organismo vivo'. Neste contexto, são produzidas obras gramaticais sob influência das correntes científicas (histórico-comparativas).

Como dito anteriormente, o modelo de gramática que predomina na primeira metade do século XIX é a filosófica. Então, vale salientar que muitas obras gramaticais que foram publicadas no Brasil, praticamente nem abordavam qualquer conteúdo específico à língua portuguesa falada aqui, levando em consideração suas especificidades, afinal "os autores dessas gramáticas seguiam os pressupostos da Gramática Geral e Filosófica, orientados especialmente pela Grammaire Générale et Raisonnée e pelos Enciclopedistas e constituem toda a nossa tradição gramatical" (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 55). Neste período, a gramática é vista como uma arte, sendo assim, podemos encontrar definições como:

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a fallar, ler e escrever corretamente a lingua portuguesa (Frei Caneca)

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio das palavras (Pereira Coruja)

Gramatica portuguesa é a arte de falar e escrever corretamente a lingua portuguesa (Sotero dos Reis)

Gramatica é a arte de falar e escrever corretamente: o seu objeto é, portanto, a palavra (Grivet) (ORLANDI, 2001, p. 62-63).

Vale lembrar que os pensamentos sobre nacionalidade ainda eram muito recentes e quaisquer expressões que fossem contrárias aos modelos da língua deixados por Portugal eram considerados vícios de linguagem, portanto, *brasileirismos*⁵.

A produção gramatical brasileira só vai apresentar mudanças a partir da Gramática Portuguesa de Júlio César Ribeiro Vaugham, natural de Sabará-Minas Gerais que, conforme Fávero e Molina (2006) tornou-se um divisor de água por se distanciar da tradição portuguesa em geral. Contudo, segundo as próprias autoras, mesmo fazendo um grande esforço para se afastar das orientações da Gramática Geral, o gramático não conseguiu se desligar completamente dela. No entanto, Silva (2015) afirma que em estudos mais recentes, Ricardo Cavaliere (2014) aponta que mesmo que o chamado período científico tenha sido inaugurado pela gramática de Júlio Ribeiro, já podia verificar-se algumas inovações bem antes da obra, como por exemplo, na Gramática Elementar de Costa Cunha (1880). Em contrapartida, de acordo com estudos realizados por Duarte (2021), foi descoberto que bem antes destas publicações havia uma gramática que também já começava a refletir sobre a língua no ano de 1872 e já apontava marcas da gramatização brasileira do português. Trata-se da *Grammatica Portueza* de Julio Cezar Ribeiro de Souza⁶,

⁵ *Brasileirismo*, era a expressão utilizada no período para qualquer diferença notada entre a língua portuguesa de Portugal e a linguagem falada no Brasil.

⁶ Julio Cezar Ribeiro de Souza, natural do Acará-Pará, é apontado por Duarte (2021) como o que deu início ao processo de gramatização no Pará. Júlio César Ribeiro Vaugham, mineiro, é apontado como o

publicada no estado do Pará. O autor paraense, mesmo tendo escrito sua obra em uma época que estava sob orientação dominante da gramática filosófica e de tradição gramatical portuguesa, não deixa de discutir e criticar problemas gramaticais, ainda que o tivesse que fazer em notas de rodapé, como veremos, neste estudo, mais adiante. O autor, infelizmente, não entra nas discussões de periodização, talvez por não ter chegado ao conhecimento de estudiosos a obra produzida pelo autor paraense⁷.

Na segunda metade do século XIX, temos, então, vários autores que passaram a seguir a inaugurada linguística histórico-comparativa e, segundo apontam Fávero e Molina (2006) buscavam romper com o modelo Filosófico que foi fundado na tradição greco-latina. A partir disso, veremos com mais frequência a gramática sendo vista como uma ciência.

Com a publicação, em 1881, da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro, isto é, com a introdução do método científico, por influência de Epifânio da Silva Dias e Adolfo Coelho, passamos a encontrar:

Gramática é a ciência dos fatos da linguagem verificados em qualquer língua (Alfredo Gomes)

Gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer (Maximiano Maciel) (ORLANDI, 2001, p. 63).

Com relação à valorização do falar brasileiro, nos anos finais do século XIX, passou a ser perceptível nos títulos das gramáticas e nos estudos gramaticais o desejo de se desvincular de Portugal, pois é nesse período que começam a surgir discussões em torno da diferença entre

que iniciou o processo de gramatização no Brasil. As obras desses dois gramáticos contêm o mesmo título *GRAMMATICA PORTUGUEZA*, mas se diferenciam pela data e local de publicação.

⁷ Para distinguir os dois autores, neste estudo, tratarei Júlio Ribeiro para o autor nascido em Sabará-Minas Gerais e Julio Cezar para o autor paraense.

a Língua Portuguesa do Brasil e a de Portugal. Este é um ponto forte da gramatização brasileira. Além disso, a ligação entre instrumentalização e institucionalização da língua nos dá suporte para compreender como uma consciência histórica de nossa língua, neste caso, o português dos brasileiros, se constitui nesse novo cenário político-social em que a sociedade estava inserida (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001). Nesse sentido, a busca por uma identidade nacional tornou-se emergente e essas questões relacionadas à “língua Brasileira” tomaram força. Pode-se aludir, por exemplo, que

[...] a Grammatica da Lingua Portugueza de Pacheco Silva e Lameira de Andrade introduz a palavra “língua” no título, deslocando assim o epíteto “portugueza” de maneira a qualificar de “portugueza” não a gramática mas a língua, o que abre um espaço para a determinação “do Brasil”

Um outro procedimento de denominação é o da gramática de Antonio Alves Pereira Coruja (1835) cujo título é Compendio de Grammatica da Lingua Nacional. A posição de denominação evita a discussão do nome de língua e coloca a especificidade da língua no Brasil pelo sintagma “língua nacional” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

A busca por uma gramática brasileira do português, no final do século XIX, não foi reivindicada somente por gramáticos que eram fiéis à tradição da gramática filosófica, mas principalmente pelos filólogos vindos da filiação à gramática histórico-comparativa que a partir desse momento, começam a produzir um conhecimento da língua que foi posteriormente substituído pelos estudos da linguística.

Dessa forma, de acordo com Orlandi (2002, p. 203) conforme citado por Cristiano Jesuita (2014, p. 28), todo esse processo pode ser sintetizado da seguinte forma:

[Com a nossa independência] a relação com a língua deixa de ser uma questão da relação com os portugueses para ser de brasileiro para brasileiro. Começamos, então, a produzir os nossos instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, antologias), nossos programas de ensino (Fausto Barreto), nossas instituições (Colégio Pedro II, Academia de Letras, Bibliotecas) o que muda sobre maneira a relação do brasileiro com sua língua. Ao mesmo tempo criam-se normas de estabilização de uma escrita nossa (acordos ortográficos) e uma escritura brasileira (literatura) legitimamente nacional para a nossa língua.

Diante do exposto, pode-se perceber que o processo de gramatização foi impulsionado pela necessidade de instrumentalização da língua escrita. Esse evento foi um dos fatores que estimulou o mercado de livros didáticos, principalmente o de gramáticas que, por sua vez, alcançou números elevados e tornou-se extremamente produtivo e rentável na segunda metade do século XIX, se comparado a períodos anteriores. E apesar da censura no período, da falta de incentivo do governo e das poucas tipografias que existiam na época “ver-se-á que a produção de gramáticas nesse período obedeceu ao crescimento econômico, ao desenvolvimento cultural e, mais tarde, aos ideais republicanos de educar para civilizar” (GALLY, 2013, p. 62).

Portanto, nota-se que a gramatização no Brasil está fortemente ligada à formação de uma identidade nacional. Este momento de produção intelectual surge em meados do século XIX com o objetivo de separar linguisticamente o Brasil de Portugal. Portanto, o argumento do “novo” vem justamente para quebrar a tradição e descartar a afirmativa de que havia unidade linguística com Portugal. Assim sendo, refletir sobre a constituição de instrumentos tecnológicos brasileiros é uma forma de vislumbrar como uma identidade brasileira é concebida.

3 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

No século XIX, durante o Império, o estado do Pará foi denominado inicialmente de Província do Grão-Pará e, depois, Província do Pará. Passou a chamar-se de Edo do Pará logo após a Proclamação da República, em 1889. Conforme aponta Duarte (2018, p. 111), no início do século XIX, a escolarização no Brasil ainda não era obrigatória e não havia interesse institucional em se investir em materiais escolares. No intuito de organizar o ensino primário, o governo imperial, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, determinou que

Art. 1º – Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 4º – As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º – Para as escolas do ensino mutuo se aplicarão os edifícios, que houver com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública e os Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais.

Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionando á compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil [...] (BRASIL, 1827).

Contudo, o direito à instrução pública estava apenas no papel, visto que sequer havia espaço adequado para a instrução pública. Maciel e Rocha (2015, p. 50) afirmam que a maioria das escolas que foram criadas

na segunda metade do século XIX, apresentavam um cenário extremamente precário e de total atraso, “a estrutura física dos estabelecimentos de ensino era considerada inadequada e comprometedora da qualidade do ensino”. Entretanto, em meados do século XIX, surgiram algumas leis que foram extremamente importantes para o desenvolvimento da educação no Brasil e no estado do Pará.

Para isentar-se das responsabilidades sobre a instrução pública nas províncias, o governo imperial instituiu o Ato Adicional de 1834, que deu início aos sistemas de ensino nas províncias, responsabilizando-as pela organização do ensino primário e secundário, bem como pela formação dos professores. Em 1839, conforme aponta Hallewell (1985, p. 120-121), a nomeação de Bernardo de Souza Franco para a presidência do Pará e as inúmeras reformas que ocorreram na instrução pública, foram extremamente importantes para o desenvolvimento cultural do estado. De acordo com a Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839, expedida por Bernardo de Souza Franco,

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola Normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nela algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. Degerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província (PARÁ, 1839).

Depois, em 28 de junho de 1841, foi decretada e sancionada a Lei n. 97, pelo então Vice-Presidente da Província, que diz respeito à instrução primária.

Art. 2º. A Instrução Primária geral e gratuita para todos os Cidadãos [art. 179 § 3º da Const.] será ensinada em Escolas, e constará das duas seguintes Classes de estudos aplicados a ambos os sexos.

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia.

Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil (PARÁ, 1841).

Muitas outras leis vieram depois, como a Reforma Couto Ferraz, instituída através do decreto 1.331 - A de 17 de fevereiro de 1854, que institucionalizou a escolarização no Brasil. Duarte (2018, p. 113), inclusive, critica a postura adotada no decreto e postula que,

O Decreto destaca a instrução pública primária, tornando obrigatório o ensino a crianças maiores de 7 anos livre (art. 64). Um fato interessante da Reforma de Couto Ferraz é que a obrigatoriedade do ensino primário não se aplica aos filhos de escravos. Considerando que, em 1854, a comunidade de escravos era predominantemente negra, isso mostra que, historicamente, o negro foi privado da educação oficial e dos resultados que a inserção da criança no ensino formal trouxe e (continua trazendo) a ela, como cidadã, e à sociedade.

É notório que esses diversos preceitos legais acarretaram muitas mudanças para a educação. No entanto, muitas dessas leis ficaram somente no papel, pois não bastava somente reformar o ensino primário, mas também torná-lo acessível a todos.

Como já foi mencionado neste trabalho, o final do século XIX, foi na história do Brasil um momento de grandes transformações. E a instituição da escola foi de extrema importância para o processo de

gramatização em nível nacional. Para Coelho (2008, p. 46), a disseminação da escola na segunda metade do século XIX trouxe a transição de uma escola “sem uniformidade e de acesso limitado para o modelo gradual, racional e de acesso obrigatório e universal”. A autora aponta que

A prática do ensino simultâneo e a consolidação do programa de ensino distribuído coerentemente pelas séries graduais tornaram-se aspectos relevantes da inovação da escola primária, pois ressaltavam a economia de custos e a racionalização pelo uso e aproveitamento dos princípios da divisão do trabalho e critérios da administração científica. (COELHO, 2008, p. 80).

O método de ensino simultâneo, apontado pela autora, foi idealizado por Jean Baptiste de La Salle e introduzido nas escolas primárias a partir de 1850. Contudo, Fávero e Molina (2019) apontam que a aplicação deste método só foi possível mediante a produção de materiais didáticos, isto é, livros e cadernos.

No final do século XIX, com a expansão das escolas para as províncias e a supervalorização da educação como uma ferramenta da modernidade, civilidade e unidade nacional que consistia em um dos pressupostos republicanos, houve “um movimento no qual a educação da população era considerada um elemento propulsor, capaz de viabilizar o processo de evolução da sociedade paraense” como postulam Maciel e Rocha (2015, p. 50). Nesse período, a província do Pará passou por diversas mudanças não somente de ordem política, mas também cultural, econômica, social e educacional. No ano de 1880, com o advento do ciclo da borracha, a economia da província estava em alta, o que atraiu diversos imigrantes. Além disso, era tamanha a prosperidade que Belém, ao passar por transformações urbanísticas, passou a ser

chamada de *Petite Paris*. Assim, a exploração e comercialização da borracha acabou oportunizando o crescimento da industrialização e da urbanização. Deve-se também levar em consideração que “juntamente com esses fatores, outros elementos, como o advento da República, o fim da escravidão, a imigração, demandaram uma nova organização social presumida mais moderna e civilizada” (MACIEL E ROCHA, 2015, p. 49).

Moreira (1979) expõe que, assim como em outras regiões do país, foi somente após a independência do Brasil que o Pará passou a ter condições efetivas para a impressão e edição de livros escolares. No entanto, segundo o autor, as oficinas gráficas eram tão rudimentares nesse período que não podiam imprimir livros. O Instituto Lauro Sodré e a Imprensa Oficial imprimiram poucos livros, mas tiveram uma importante participação na impressão de algumas obras didáticas, inclusive gramáticas. Ao comentar sobre a produção de livros escolares, Coelho (2002, p. 3) afirma que o crescimento dessa produção se deu a partir de 1890, com o apogeu econômico do ciclo da borracha:

O Instituto Lauro Sodré, escola profissionalizante do estado do Pará, e a Imprensa Oficial do Estado também imprimiram alguns dos livros didáticos adotados nas escolas paraenses. O apogeu da produção editorial aconteceu no período de 1890 a 1920, quando foi impressa a maioria dos livros didáticos.

No início do século XX, Theodoro Braga expõe que, nesse período, houve um grande volume de livros escolares produzidos para a instrução. Segundo o autor,

Volumosa é a bagagem litteraria que tem servido á mocidade paraense para sua educação e instrucção elementar servindo muitas das obras publicadas

para seus estudos superiores. E' o Pará um dos Estados da União Brasileira que mais tem produzido em livros didacticos para a infância, no porfiado empenho de lhe facilitar e aperfeiçoar o ensino, tornando-o ao mesmo tempo proveitoso (BRAGA, 1913, p. 76).

Braga (1913) traz uma lista de produções escolares aprovadas pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Estado. Entre esses compêndios, temos: livros de leitura como *Selecta Litteraria* de Vilhena Alves; gramática como a *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar; livros de aritmética, geometria e outros. Coelho (2002, p. 3), ao falar sobre o Conselho de instrução pública, elucida que este “assegurava o controle ideológico, a qualidade didática e a adequação científica dos livros”, o que possibilitava a sua adoção no ensino público. Muitos destes livros foram impressos durante o “boom” do ciclo da borracha, o que colaborou grandemente para o surgimento de um mercado para essas obras, propiciando um crescimento na editoração durante o período.

O quadro 1, abaixo, mostra a riqueza do Pará em relação à produção de gramáticas primárias no século XIX e no início do século XX. No quadro, estão computadas 19 gramáticas.

Quadro 1: Gramáticas produzidas no Pará no período de 1820 a 1920

Autor	Obra	Editora e ano	Fonte
ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena.	1. Compendio de analyse moderna: lexicologia e syntactica.	Ivp. do Diário Oficial, Belém-Pará 1895. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
	2. Exercícios de portuguez.	Imprensa Oficial. Belém-Pará 1900. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA

	3. Grammatica portugueza: curso superior.	Typ. e Encad. de P. Barbosa. Belém-Pará, 1895. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
	4. Primeira grammatica da infância.	Typ. e Enc. de P. Barbosa Belém-Pará, 1897, 3ª ed..	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
	5. Segunda grammatica da infância: curso médio.	Typ. e Enc. de P. Barbosa. Belém-Pará, 1897, 2ª ed..	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
BATISTA, Laudelino	6. Noções essenciais de gramática portuguesa.	Belém: Livraria escolar, 1912 (Não consta se essa é a primeira edição)	“O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
BRITO, Paulino de Almeida.	7. Gramática primária da Língua Portuguesa.	Paris: Jablonski, Vogt & Cie, Pará, 1899, 1ª ed.	BLAKE, 1900, VOL. 6
	8. Colocação dos pronomes: artigos publicados na Província do Pará (1906 - 1907). ⁸	Paris: Aillaud, 1907. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
	9. Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Snr. Candido de Figueiredo (artigos publicados no Jornal do Commercio - 1908) ⁹	Rio de Janeiro: Viúva Azevedo. 1908, 1ª ed.	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA

⁸ Vale salientar que esta obra não é uma gramática, mas discute o fenômeno da colocação pronominal.

⁹ Esta não é uma gramática, mas discute o fenômeno da colocação pronominal.

	10. A Grammatica do professor.	[S.1: s.n.] 1908. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
	11. Grammatica complementar da lingua portugueza.	Pará: Papelaria Suisso (Aillaud&Cie) 1928, 7º ed. A primeira edição é de 1908.	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
CARDOSO, Domiciano H. P (Cônego)	12. Compêndio de Grammatica Portugueza	Portuguesa. Livraria Universal, 1889 (Não consta se essa é a primeira edição).	“O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
FARIA, Francisco Raymundo Corrêa de.	13. Compendio da lingua brazilica para uso dos que a ella se quizerem dedicar.	Typ. de Santos R. Filho, Pará, 1858, 1ª ed.	BLAKE, 1895, VOL. 3
	14. Grammatica da lingua brasílica.	Pará, 1864, 1ª ed.	BLAKE, 1895, VOL. 3
LISBOA, Ezequiel.	15. Analyses de portuguez.	P. de Oliveira, Pará, 1908. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
LUZ, Sabino da.	16. Elementos de grammatica para uso das escolas primarias pelo professor, etc.	Pará, 1896, 1ª ed.	BLAKE, 1902, VOL. 7
MARQUES, Filipe Pinto.	17. Grammatica elementar da lingua portuzueza, extrahida dos melhores autores e coordenada, etc.	Pará, 1882, 4ª ed.	BLAKE, 1893, VOL. 2

MEIRA, Augusto	18. Esthesia philologica: variações pronominaes. ¹⁰	Belém: Imprensa Official do Estado do Pará. 1909. (não consta a edição)	CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E VALIOSAS DA BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA
SOUZA, Julio Cesar Ribeiro de.	19. Grammatica portuguesa para as escolas primarias	Pará, 1872, 1ª ed	BLAKE, 1899, VOL. 5

Fonte: Produzido pela autora Rosane B. de Melo, 2021.

Ao falar sobre a produção de instrumentos linguísticos, Moreira (1979, p. 15) expõe que dentre os livros mais produzidos no estado do Pará nas diferentes áreas, os de “Leitura, Gramática, Moral e Cívica, Geografia, História e Matemática são as matérias que mais se refletem em nossa bibliografia escolar”, especialmente as de Leitura e Gramática, não só no que se refere ao número de obras, como em relação ao número de edições. Este fato, favorece o processo de gramatização em nosso estado. Além disso, a maioria dos autores de obras escolares pertenciam ao corpo docente de tradicionais estabelecimentos oficiais do estado. Isso, com toda certeza, pode ter motivado muitos desses autores a produzirem gramáticas.

Nesse sentido, Braga (1913, p. 76) declara que

[...] o Estado do Pará, fazendo evoluir a instrução publica, concorre poderosamente para o decrescimo do analphabetismo. Para esse benéfico resultado, n'um concurso harmonico e isocrono, actua de um lado a sábia orientação do Governo, tomando medidas acertadas, e de outro, a coadjuvação dos collegios e escolas de iniciativa particular, contribuindo todos para o alevantamento moral e intellectual dos seus habitantes.

¹⁰ Salienta-se que não é uma gramática, mas discute o fenômeno da colocação pronominal.

A contribuição particular accentua-se, sobretudo, na organização de compêndios e outros trabalhos para o desenvolvimento da inteligência.

Notadamente, na fala de Theodoro Braga, percebe-se que a gramatização constituindo um processo de instrumentalização das línguas acaba por alterar os meios de comunicação ao organizar instrumentos que propiciam uma certa estabilidade linguística em torno da língua, trazendo contribuições para a instrução pública no estado. Além disso, ao falar sobre a produção gramatical no Pará, Moreira (1979, p. 29) afirma que,

Ainda que não sejamos uma “terra de gramáticos”, no sentido convencional da locução, como por exemplo o Maranhão, temos contudo no Pará alguns valores expressivos neste particular, sobretudo pelo interesse e dedicação com que se houveram no ensino e difusão da língua. Em poucas matérias fomos tão favorecidos como em Gramática, e a prova está no destaque que ela tem na bibliografia escolar do Estado.

É relevante aludir que, um autor de máxima importância para o início do processo de gramatização no estado do Pará foi Julio Cezar Ribeiro de Souza. De acordo com Moreira (1979) tudo indica que esse foi o primeiro autor a publicar uma gramática destinada ao ensino de língua vernácula.

Sua *Gramática Portuguesa* apareceu em 1872, sendo aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, que além disso premiou o autor com a importância de 1 conto de réis. (1.000\$000 segundo o padrão monetário da época), por considerar o seu compêndio “o melhor dos que atualmente existem” de acordo com o parecer do referido Conselho (MOREIRA, 1979, p. 30).

O autor comenta ainda que,

Creemos que essa referência ao fato de ser “o melhor” dos que já existiram se relaciona com os compêndios adotados no Pará mas editados fora daqui, pois não conhecemos trabalho dessa natureza anterior ao desse autor. Em termos de editoração local, parece que a gramática de Júlio César foi realmente a primeira publicada no Pará (MOREIRA, 1979, p. 30).

Lembremos que, na primeira metade do século XIX, o modelo de gramática que impera é a filosófica. Na segunda metade desse século, já podemos perceber obras sob influência das correntes científicas que tinham o intuito de pensar a língua como organismo vivo. Como o crescimento de produção de compêndios se deu nos anos finais do século XIX, podemos notar tais influências na gramática do autor paraense Julio Cezar, na qual já verificamos marcas da gramatização brasileira do português, ao constatar que o autor já criticava diversos problemas presentes na tradição gramatical portuguesa, como o problema da subjetividade do ‘se’ que, segundo Moreira (1979) acabou motivando a mais extensa e interessante nota de sua gramática.

Duarte (2021) aponta que o processo de gramatização no estado do Pará inicia no ano de 1872, a partir da publicação da Gramática Portuguesa de Julio Cezar Ribeiro de Souza. Entretanto, outros autores como, Philippe Pinto Marques, Cônego Dominiciano, Paulino de Brito, Laudelino Baptista e Francisco F. de Vilhena Alves, também tiveram uma importante contribuição para o desenvolvimento do processo de gramatização no estado. Sem contar que a produção desses autores era repleta de empenho e patriotismo, uma das características que levaram ao processo de gramatização no Brasil. Além disso, situavam-se em um

“movimento continuado em prol da instrução publica” (BRAGA, 1913, p. 79)¹¹.

Um outro fato que fortaleceu o processo de gramatização do português no estado foi a criação do Regulamento Geral do Ensino Primário em 1891. De acordo com Coelho (2002), a partir desse regulamento, cresceu significativamente a quantidade de obras escritas e editadas no Estado, dentre as quais, temos: *Compendio de Analyse Moderna, Lexicologia e Syntactica e Primeira Grammatica da Infância*, ambas de Francisco F. de Vilhena Alves; *Grammatica Complementar da Língua Portuguesa*, de Paulino de Brito, entre outras.

É importante citar que “de forma velada ou explícita, a produção didática paraense da segunda metade do século XIX e das duas primeiras metades do século XX constitui resposta a ideologias sobre a educação nacional” (DUARTE, 2018, p. 140). Dessa forma, é preciso entender que as ideologias dominantes do período acabam sendo reveladas nos livros. Toma-se como exemplo o autor paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, já citado anteriormente, que foi

Obrigado a adaptar a sua gramática à orientação dominante na época, o autor manifesta vez por outra suas discordâncias dessa orientação através de notas de pé de página, umas breves, outras extensas e eruditas, que denotam o seu preparo e espírito crítico. O caráter dissintâneo dessas notas mostra a independência dos seus pronunciamentos em relação a certos problemas gramaticais [...] (MOREIRA, 1979, p. 30).

Estas mudanças que o autor teve que fazer envolvem fatores de ordem social, política, econômica e cultural. Além disso, foram

¹¹ Mais adiante, daremos mais ênfase à vida e à produção intelectual de alguns desses autores.

mentalidades que nortearam a elite brasileira e paraense durante o período. Infelizmente,

É pena que muitos de nossos gramáticos tenham ficado no obscurecimento, absorvidos pela rotina do magistério; que outros tenham chegado a compendiar suas experiências no campo do ensino, sem poderem no entanto publicá-las; e que outros finalmente, tenham dado à publicidade suas produções, mas delas só tenhamos notícia através de referências escassas e muitas vezes imprecisas (MOREIRA, 1979, p. 29).

Esta afirmação mostra que a produção de instrumentos linguísticos no estado estava em curso no século XIX, entretanto, muitas dessas gramáticas nem chegaram ao conhecimento do público por nem terem sido publicadas. Ademais,

Como aconteceu noutros setores culturais, a valorização da borracha se refletiu fortemente em nossa literatura escolar, podendo-se dizer que ela culminou na fase áurea do ciclo gomífero, isto é, em fins do século passado e início do atual. Salvo algumas exceções, nossas melhores obras escolares surgiram nesse período. Depois disso, decaiu consideravelmente o nosso movimento editorial nesse setor. A conjuntura econômica decorrente da crise da borracha concorreu decisivamente para isso, pois trouxe desestímulo à editoração local de obras dessa natureza. Nossos livreiros passaram então a se dedicar mais à importação dos livros didáticos do Sul do País do que a editar e reeditar os daqui (MOREIRA, 1979, p. 19).

Entenda-se que, quando o autor usa a expressão “fins do século passado e início do atual” está referindo-se ao final do século XIX e início do século XX, período da fase áurea da borracha que alavancou a produção de livros escolares no Pará, com especial destaque às gramáticas. Note-se que o processo de gramatização, além de propiciar uma estabilidade linguística em torno da língua, foi capaz de alterar espaços

de comunicação, pois constitui um procedimento de instrumentalização das línguas. A gramatização alterou toda a ecologia da comunicação, bem como o estado do patrimônio linguístico da humanidade (AUROUX, 1992, p. 70).

CONCLUSÃO

O processo de gramatização no Brasil, que começou na segunda metade do século XIX, além de propiciar uma estabilidade linguística em torno da língua foi também capaz de alterar os espaços de comunicação, pois constituiu um procedimento de instrumentalização das línguas. Produtos, como a gramática e outras publicações a respeito da língua, acabam alterando e ampliando a capacidade linguística dos falantes, além de construírem normas e referências para uma unidade oficial da escrita. Logo, em todo o processo de gramatização, esses produtos são não apenas representações de atividades linguísticas, mas também verdadeiros instrumentos linguísticos.

Os estudos sobre o processo de gramatização, o qual possibilita descrever e instrumentar a língua na base de duas tecnologias: gramáticas e dicionários, são capazes de fornecer uma visão de como as gramáticas produzidas no Brasil e no Pará foram concebidas e em quais modelos estavam inseridas. Para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados foi necessário compreender como se deu este processo não somente a nível nacional, mas também local, especificamente, no estado do Pará, e isso nos deu suporte para incluir a produção do estado na história gramatical do Brasil nos anos finais do século XIX e, principalmente, destacar a importância desses instrumentos para a educação escolar do Pará.

Este trabalho soma-se a muitos outros que buscam reconstruir fatos linguísticos. Queremos destacar que esta pesquisa traz contribuições para a história da gramática no Brasil, pois entende que é necessário pensar na gramática não como monumento à língua, mas como objeto histórico. Além disso, a gramática está fortemente ligada ao ensino da língua na escola. Portanto, a investigação ajuda a compreender aspectos sociais, culturais e educacionais do Pará e entender a importância de livros escolares produzidos no Pará e de autores paraenses para a constituição da história do livro no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco Ferreira de V. *Miscellanea litteraria: coleção de artigos*. Pará: R. L. Bittencourt, [18-?]. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/>. Acesso em: 01 de ago de 2021.
- AQUINO, José Edicarlos de. *Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil*. – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321925>. 02 de julho de 2020.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. *Ensaio corografico sobre a provincia do Pará, por Antonio Ladislau Monteiro Baena*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7185>. Acesso em: 24 de ago de 2021.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- BRAGA, Theodoro. *História do Pará*. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.
- BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. *Primeira Lei Geral de Educação no Brasil*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

BRITO, Paulino Almeida de. *A Grammatica do Professor* [1908]. In: BRITO, Paulino Almeida de. *Grammatica Complementar da Lingua Portuguesa*. 7º ed. Pará, PA: Papelaria Suisso (Aillaud & Cie) 1928.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. “Alma E Coração”: O Instituto Histórico E Geográfico Do Pará E A Constituição Do Corpus Disciplinar Da História Escolar No Pará Republicano (1900-1920). Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/wanessa_mest2013__pdf.pdf. Acesso em 20 de jul de 2020.

CAVALIERE, Ricardo. “O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX”. Revista argentina de historiografía lingüística, VII, 2, 115-125, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7425558.pdf>. Acesso em: 17 de ago de 2021.

CAVALIERE, Ricardo. *A Gramática no Brasil. Ideias, Percursos e Parâmetros*. Rio De Janeiro, Lexikon, 2014. Resenha de: SILVA, Maurício. Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 17 Número 1/2: 315-318. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/10218/7203/>. Acesso em: 06 de ago de 2021.

CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2., 1990, p. 177-229. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 27 de jun 2021.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf. Acesso em: 27 de jan 2021.

COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Estado do Pará*. Tese de Doutorado. 213 p. Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30012009-165255/pt-br.php>. Acesso em: 27 de jan 2021.

COELHO, Maricilde Oliveira. *O livro didático no Pará da primeira república*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. 3., 2002, Natal. Anais: História e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, 2002.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

- CORRÊA, Carlos Humberto Alves. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense 1852-1910*. Tese de doutorado - Universidade Estadual De Campinas Faculdade De Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252426>. Acesso em: 11 de jul de 2021.
- CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses illustres*. Paris: Jablonski, Vogt, 1896.
- DUARTE, Raimunda D. *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Campinas, SP: Pontes, 2018.
- DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). In: DUARTE, Raimunda Dias et al. (Orgs.) *A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 127-148. Disponível em: <https://www.editorafi.com/172livro>. Acesso em: 11 de ago de 2021.
- FÁVERO, Leonor L. A produção gramatical brasileira no século XIX – da Gramática Filosófica à Gramática Científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.
- FÁVERO, Leonor L. *As Concepções Linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1996.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. *A gramática brasileira do início do século XX: Grammatica Expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica Portuguesa (Hemetério José dos Santos)*. Confluência (Rio de Janeiro), v. 37/38, p. 59-82, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002295155>. Acesso em: 20 de jan de 2021.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. *A Gramática Luso-brasileira e o Método Científico*. Filol. lingüíst. port., n. 9, p. 27-42, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59771>. Acesso em: 17 de ago de 2021.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e início do século XX: gramáticas da infância*. São Paulo: Terracota, 2019.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. - Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância. Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância*. Filologia E Linguística Portuguesa. 12(1), 69-90, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v12i1p69-90>. Acesso em: 20 de jan de 2021.

GALLY, Christianne de Menezes. 2013. *Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX: o Tratado de Língua Vernácula de Brício Cardoso*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. 246p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/76480958-Pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo-puc-sp-christianne-de-menezes-gally.html>. Acesso em: 02 de jul de 2020.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.

JESUITA, Cristiano Silva. *As gramáticas gerais e filosóficas tardias do século XIX*. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14313/1/Cristiano%20Silva%20Jesuita.pdf>. Acesso em: 02 de jul de 2020.

MACIEL, F. I. P.; DA ROCHA, K. G. H. *Hygino Amanajás e sua produção de livros de leituras escolares para o ensino primário: fragmentos da história da leitura no Pará*. RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo. Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 48–67, 2015. DOI: 10.20888/ridphe_r.v1i1.9228. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9228>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MELO, António Maria Martins. *Em torno do princípio das obras literárias: a reflexão de Júlio César Escalígero no Livro V da sua Poética*. Disponível em: [melo.pdf](#) (ucp.pt). Acesso em: 20 de set de 2021.

MELO, Cleide. *A Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro, à Luz Da Historiografia Linguística*. Disponível em: [15.pdf](#) (filologia.org.br). Acesso em: 20 de set de 2021.

MOLINA, Márcia Antonia Guedes; SILVA, Arthur Vinicius Sousa. *Um Estudo Descritivo analítico Das Gramáticas Da Primeira Infância Do Século Xix: Brasil E Portugal*. XXII Congresso Nacional De Linguística E Filologia. Cadernos do CNLF, vol. XXII, n. 03, Textos Completos. Rio de Janeiro: CIFEFiL. Disponível em: Acesso em: 17 de ago de 2021.

- MOREIRA, Eidorfe. *O Livro Didático Paraense: breve notícia histórica*. Belém: Imprensa Oficial, 1979.
- OLYMPIO, Augusto. *Revista Do Ensino*. Anno I, n. 2, out. Secretaria do interior do Pará. Belém-Pará, 1911.
- ORLANDI, Eni P. *História das idéias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. - Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In. ORLANDI, Eni P. (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e a constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PARÁ. Lei n. 33 de 30 de setembro de 1839. *Documentos da História da Educação Paraense*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 286-332, out 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2020.
- PARÁ. Lei n. 97 de 28 de junho de 1841. *Documentos da História da Educação Paraense*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 286-332, out 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2020.
- PIRES, Octavio. *Revista de Educação e Ensino*. Anno IV, v. 4, n. 5, maio. Typ. de Tavares Cardoso & C.^a Trav. de S. Matheus. Belém/Pa, 1894.
- PRETE, Mairus. *O perfil teórico-metodológico da Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro*. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-15122020-195639/publico/2020_MairusPrete_VCorr.pdf. Acesso em: 20 de set de 2021.
- SERAINÉ, Florival. *Bosquejo Histórico de uma Filosofia da Linguagem*. Revista do Instituto do Ceará, 1993. Disponível em: 1993-BosquejoHistoricodeumaFilosofiadaLinguagem.pdf (institutodoceara.org.br). Acesso em: 20 de set de 2021.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

5

A GRAMMATICA PORTUGUEZA DO PARAENSE JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA NO CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ NO SÉCULO XIX

*Nilvane de Souza Oliveira Barros*¹

Raimunda Dias Duarte

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objeto de estudo a gramática do paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza (*Grammatica Portuguesa*, 1872), tematizada no contexto de gramatização e educação do Império no Brasil, em especial, na província do Pará no século XIX.

Julio Cezar Ribeiro de Souza nasceu em 1843, na vila do Acará-Pará, e morreu em 1887 em Belém-Pará. Estudou em Belém, indo depois estudar na Escola Militar do Rio de Janeiro. Serviu na companhia contra o Paraguai. Retornou para Belém em 1869 e se tornou um conhecido homem de letras. Foi também professor de escola primária e, anos depois, dedicou-se aos estudos aeronáuticos.

A ‘*Grammatica Portugueza*’ foi publicada em 1872 e adotada por muitas escolas paraenses. Foi a primeira gramática de língua portuguesa produzida por um autor paraense. A escolha da gramática do paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza para o presente estudo, é justificada por ser a primeira gramática produzida no estado do Pará, o que permite uma melhor compreensão do processo de gramatização na Amazônia.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA) E-mail: nilvanebarros@gmail.com

O objetivo que norteia esta pesquisa é analisar a importância da gramática portuguesa de Julio Cezar Ribeiro de Souza para o processo de gramatização no Brasil e, em especial, no Pará. Para dar cumprimento ao objetivo principal desta pesquisa, busca-se: a) descrever o cenário da educação no Brasil e no Pará no século XIX; b) entender o processo de gramatização no Brasil; c) mostrar qual a contribuição do gramático Julio Cezar Ribeiro de Souza para a educação no Brasil e no Pará e d) fazer uma análise física e pedagógica da ‘Grammatica Portuguesa’ do autor paraense.

Esta investigação baseia-se nos pressupostos teóricos dos seguintes autores: Silvain Auroux (2014), que contribuirá para o entendimento dos conceitos de gramática, sua revolução tecnológica e o processo de gramatização; Leonor Lopes Fávero (1996), que permite conhecermos a história das gramáticas de língua portuguesa e as teorias que motivaram sua construção, assim como define as influências filosóficas e científicas que estão por trás da construção das gramáticas produzidas no Brasil; Enny Puccinely Orlandi (2001), que é fundamental para compreensão da história das ideias linguísticas e para a construção do saber metalinguístico; Eidorfe Moreira (1939) e Raimunda Dias Duarte (2018), que nos mostram como se deu a produção de gramáticas de língua portuguesa no Pará no século XIX.

O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a análise do livro como suporte, observando o aspecto físico e pedagógico da gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza. O passo inicial foi a busca da obra original do nosso objeto de estudo ‘Grammatica Portuguesa’, a qual se encontra no acervo da Biblioteca da Universidade Federal do

Pará na sessão de Obras Raras. A obra original foi fotografada para consultas posteriores.

1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XIX NO BRASIL E NO PARÁ

Com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro se tornou sede da Corte, uma nova metrópole da América portuguesa. Com a permanência de D. João no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou e a abertura dos portos permitiu o comércio e o intercâmbio com outros países. A capital tornou-se centro cultural do país com a criação do Museu Real e de bibliotecas, teatros e academias literárias e científicas.

Em 1822, com a Independência do Brasil, inicia o período Imperial no Brasil, que vai até 1889, período o qual que iremos concentrar nossa pesquisa, com o intuito de compreender o contexto em que foi concebido nosso objeto de estudo.

No século XIX, o Brasil foi marcado por fatos importantes na sua organização política, os quais se refletiram no campo educacional. No início do Período Imperial, uma Assembleia Nacional e Geral Constituinte foi criada (1823), representando as relações de força e poder existentes no Brasil. As propostas para a educação, na Assembleia Constituinte, eram inspiradas nos ideais europeus (ideais da Revolução Francesa/Revolução Industrial).

A primeira lei sobre o Ensino elementar foi aprovada em 15 de outubro de 1827, a qual manda criar escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do império, define o método de ensino que deveria ser adotado pelas Províncias. As escolas de Primeiras Letras eram classes isoladas ou avulsas que adotavam o ensino

mútuo, chamado também de Monitorial ou Lancasteriano (BRASIL, 1827).

O Ato Adicional de 1834 passou às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública primária e secundária, as províncias tinham a responsabilidade de organizar os seus sistemas de ensino primário, secundário e de formar professores, contudo, as Províncias tinham baixo poder de investimento, não sendo possível uma organização efetiva do ensino (BRASIL, 1834).

Visando preparar professores, foi criado em 1835, em Niterói, capital da Província do Rio de Janeiro, a primeira Escola Normal² do Brasil. Para servir de modelo aos demais estabelecimentos de ensino secundário a ser desenvolvidos no País, foi criado, por decreto de 2 de dezembro de 1837, o Imperial Colégio Dom Pedro II. O Colégio era o único da época autorizado a realizar exames para a obtenção de grau de bacharel em Letras, indispensável para ter acesso a cursos superiores.

Em 17 de fevereiro de 1854, o Decreto nº 1.331- A aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Côrte, conhecida como Reforma Couto Ferraz. Conforme Duarte (2018), o Decreto torna obrigatório o ensino a crianças maiores de 7 anos “livres”, essa obrigatoriedade não contempla os filhos de escravos. A referida Lei prevê inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária e define quem poderá exercer a função de inspetor, discriminando as funções que lhe serão atribuídas, entre as quais, temos: autorizar abertura de escolas e rever os compêndios adotados pelas mesmas. O Artigo 56 do referido decreto deixa claro

² As Escolas Normais foram instituições escolares destinadas à formação de professores para o ensino primário. A criação dessas escolas esteve ligada ao processo de secularização e extensão da instrução primária de todas as camadas populares (Saviani, 2009 apud França, 2012).

que os livros adotados pelas escolas públicas devem antes ser autorizados competentemente, e garante premiação a quem produzir compêndios ou alguma obra para ser utilizada nas escolas. Como incentivo para a produção de livros didáticos, o governo imperial oferece prêmios para aqueles que traduzissem ou produzissem algum compêndio para ser utilizado nas escolas. Isso despertou o interesse de muitos professores, também de outros letrados.

O ensino público na Província do Grão-Pará foi regulamentado no Governo de Francisco de Souza Coutinho, em 15 de abril de 1799, com a aprovação da Carta Régia datada de 28 de fevereiro de 1800.

Após a Independência do País, o regime educacional foi regulamentado pelo Ato adicional de 1834. A educação no Grão-Pará sofreu algumas mudanças em sua estrutura, na tentativa de corresponder ao projeto educacional do Império. Contudo, a falta de infraestrutura e a falta de professores, continuavam revelando a precariedade do ensino na primeira metade do século XIX. A primeira medida formal da Instrução Pública da Província do Pará, para adequar-se às exigências do Império, foi a criação do Liceu Paraense³ e de uma Diretoria de Instrução Pública regulamentada e instruída pela Lei n. 97 de 28 de junho de 1841⁴. O órgão foi criado para fiscalizar e inspecionar escolas e classes.

Em 27 de outubro de 1851, foi aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial do Pará, a Lei n. 203, a qual organizou a Instrução Pública Primária e Secundária na capital e no interior.

³ Atual Colégio estadual Paes de carvalho. Único estabelecimento público de instrução secundária da Província Paraense durante o Império.

⁴ Lei Provincial n. 97 de 28 de junho de 1841. Cria o Liceu Paraense e regula a instrução primária e secundária na Província Paraense.

A Lei n. 203 passa por algumas modificações com o regulamento de 8 de novembro de 1851 e de 5 de fevereiro de 1852.

Por não termos conhecimento de outra Lei Provincial desse período, acreditamos ser a Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870 a que rege a Educação do Pará no período de produção da gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza, publicada em 1872. O artigo 8º, acima citado, comprova um dos critérios que selecionou a “Grammatica Portugueza” (1872) para o ensino primário, em que era o Conselho Diretor de Instrução Pública que aprovava os compêndios a serem usados para a instrução primária.

A partir da segunda metade do século XIX, Belém, Capital da Província do Pará, passa por um período de “modernização” chamado de Belle-Époque, tomando forma de centro urbano devido ao aumento da arrecadação alfandegária da província pelo comércio da borracha. A exportação da borracha foi fator fundamental para o desenvolvimento da economia e, conseqüentemente, para o desenvolvimento urbano da cidade de Belém.

2 AS GRAMÁTICAS ESCOLARES E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX: O CASO DO PARÁ

A Gramatização é definida por Auroux (2014.65) “como o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Em estudos posteriores, o autor constatou que gramatização, em si, acontece anteriormente à criação de dicionários e gramáticas, ou seja, a gramática seria a materialização da gramatização que, por sua vez, teria a finalidade de normatizar uma língua. Auroux (2014, p. 126), em posfácio à reedição de 2009, complementa

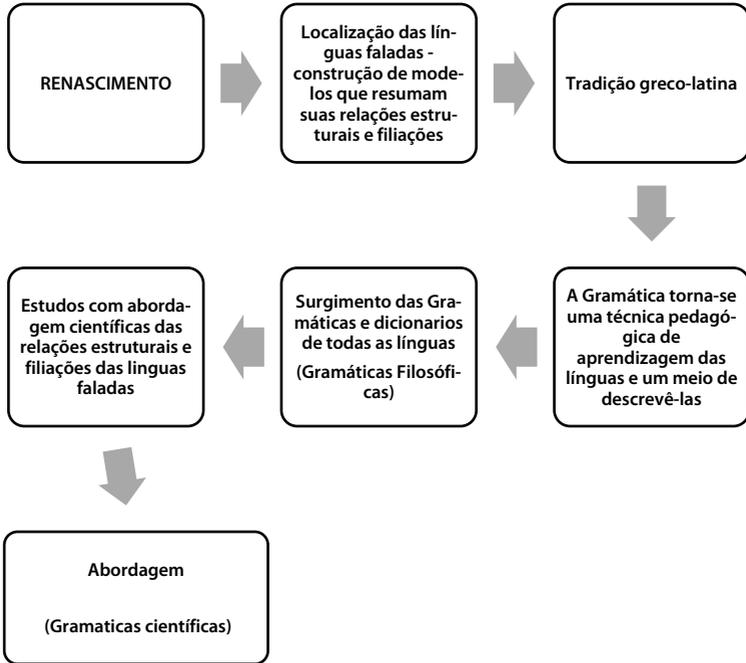
que “uma língua gramatizada é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas”. O autor também destaca que é possível utilizar conceitos distintos entre “gramatização” e “instrumentos linguísticos” (2014, p.126). Em outras palavras: gramatização seria o processo de sistematização da língua, os fenômenos linguísticos e a evolução que a língua sofre; já os instrumentos linguísticos seriam as gramáticas e dicionários, que seriam adaptados ao tempo com as modificações ocorridas, registrando assim a evolução da língua.

Foi a partir dos estudos científicos-filosóficos da linguagem, no Renascimento, é que são produzidos os primeiros dicionários e gramáticas das línguas faladas no mundo, baseados na tradição greco-latina, o que marca esse período é a Gramática de Port Royal “que concebe a linguagem como fundada na razão e no pensamento do homem, sendo, portanto, universal e modelo para as gramáticas de outras línguas (LEITE, 2009)⁵.

Foi a partir do Renascimento que houve uma ascensão da gramatização dos vernáculos europeus. De acordo com Auroux (2014), a gramatização massiva das línguas do mundo aconteceu a partir da Europa:

⁵ LEITE, Jan Edson Rodrigues. Fundamentos de Linguística. Editora Universitária UFPB,2009. Disponível em:

Gráfico 1: Processo de gramatização massiva à Abordagem Descritiva-comparativa baseado nos estudos de Auroux (2014):



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico acima explica o processo de gramatização, de acordo com o estudo de Auroux (2014), e mostra o trajeto que esse processo percorre da abordagem de tradição filosófica até chegar à Abordagem Científica.

A Língua Portuguesa iniciou sua gramatização no século XVI. As gramáticas, concebidas em Portugal entre os séculos XVI e XVIII foram: Grammatica da Linguagem Portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira, Grammatica da Língua Portuguesa (1540) de João de Barros, Methodo Grammatical para todas as línguas (1619) de Amaro de Roboredo, Orthographia ou modo para escrever certo na língua portuguesa (1631) de Alvaro Ferreira de Vera, Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa

(1770) de Antonio José dos Reis Lobato, *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa.

No período em que são concebidas as gramáticas filosóficas, a gramática é conceituada como uma arte, que dá continuidade ao modelo do conceito da gramática greco-latina remetida a Aristóteles que, na metafísica atribui ao termo grego “ars” sentido de ofício “habilidade para se fazer algo” (FÁVERO apud ORLANDI, 2001, P.61).

Quanto à abordagem Descritiva-Comparativa, esta surgiu no momento em que o alemão Franz Bopp deu início à chamada “Gramática Comparada”, com o “*Sistema de conjugação do Sânscrito em comparação com o Grego, Latim, Persa e Germânico, 1816*”, de acordo com Fávero e Molina (2006).

2.1 A GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de gramatização no Brasil tem início com a chegada dos Portugueses e com as instituições jesuítas. A língua portuguesa no Brasil, com o passar do tempo, adquiriu novas características, tornando a Língua Portuguesa de Portugal diferente, em certos aspectos, da Língua portuguesa do Brasil, devido o contato com diferentes falares aqui existentes e outros vindos depois, conforme Medeiros (2017, p. 24).

As primeiras gramáticas que circularam no Brasil, até a primeira metade do século XIX, foram gramáticas de autores portugueses usadas no ensino da língua materna, que eram chamadas de Gramáticas Filosóficas (de tradição greco-latina). As Gramáticas de língua portuguesa escritas por autores brasileiros, que depois foram surgindo, seguiam o mesmo modelo das gramáticas de Portugal, embasadas na Gramática

Geral e Filosófica, e que até a primeira metade do século XIX não tratavam de nenhum conteúdo relativo ao Brasil.

As Gramáticas do Português que surgem no Brasil no final do século XIX é que dão início ao processo que podemos chamar de **“gramatização brasileira do português”**.

Segundo Orlandi (2001), o processo de Gramatização Brasileira do Português é fortemente marcado pela relação que o Brasil teve com as ideias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal. A autora também considera que houve contribuição da instituição escolar brasileira, que funcionou de fato “a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II” (ORLANDI, 2001 p.25).

Outro fato decisivo para o processo de gramatização brasileira do português, de acordo ainda com Orlandi (2001, p. 24, 25), foi o “Programa de Português para os Exames Preparatórios, condição para entrada em cursos universitários, elaborado por Fausto Barreto em 1887, professor do Colégio Dom Pedro II”. De acordo com Orlandi (2001), neste contexto da Gramatização é que surgem as primeiras gramáticas brasileiras, consideradas gramáticas científicas, baseadas nas ideias filosóficas e científicas de outros países e nos parâmetros do Programa de Fausto Barreto. Para Orlandi, a partir da abordagem descritiva-comparativa é que as gramáticas no Brasil se distanciam do modelo da gramática filosófica de Portugal.

A gramáticas na abordagem descritiva-comparativa já não é mais conceituada como uma arte, como são conceituadas as gramáticas de abordagem filosófica, mas são reconhecidas como ciência.

Algumas gramáticas produzidas no Brasil, no início do século XIX até 1881 foram classificadas, segundo Fávero e Molina (2006), como Gramática Geral ou Filosófica entre elas estão: Epítome da Grammatica

Portuguesa de Antonio de Moraes Silva (Lisboa, 1806), Breve Compendio de Grammatica Portuguesa de Frei Joaquim A. D. Caneca (Salvador, 1817/1819), Compendio de Língua Nacional – Antonio Pereira Coruja (1835), Grammatica Portuguesa – Francisco Sotero dos Reis (Maranhão, 1866), Grammatica Portuguesa – Augusto Freire da Silva (1877, 2ªed). Já as gramáticas produzidas também no Brasil, após 1881 foram classificadas, segundo as mesmas autoras como Gramática Científica ou Histórico-comparativa, entre elas estão: Grammatica Portuguesa de Julio C. Ribeiro Voughan (1881), Grammatica da Língua Portuguesa de Manoel Pacheco da Silva Júnior e Lameira Andrade, (1887, 2ªedição), Grammatica Portuguesa de Alfredo Gomes, Grammatica Portuguesa de João Ribeiro, (1887), Grammatica Analytica (1887) e Grammatica Descriptiva (1894) de Maxmino Araujo Maciel.

Seguiremos com o foco de estudo a “Grammatica Portuguesa de Julio Cezar Ribeiro Souza. Anterior ao autor não temos registros de outras gramáticas que tenham sido produzidas e publicadas na Província do Pará. As gramáticas utilizadas para o ensino da língua portuguesa adotadas pela Instrução Pública do Pará vinham de outras províncias do Brasil ou até mesmo de Portugal. Sales e Nobre (2009) destacam uma nota do *Diário do Gram-Pará* (19 abril de 1861) sobre a venda de um compêndio, um livro escolar que circulou na Província Paraense, a “*Grammatica elementar da lingua Portuguesa*”. A obra foi usada na instrução primária da província do Pará. A gramática foi publicada em 1850 pelo maranhense Felipe Benicio d’Oliveira Conduru e adotada para o uso da Instrução Primária da Província Paraense (SALES; NOBRE, 2009), em meados do século XIX.

A gramática publicada posteriormente à de Julio Cezar Ribeiro Souza, de acordo com Moreira (1979), foram as gramáticas de: Felipe

Pinto Marques, Domiciano Herculano Perdigão Cardoso, Francisco de Vilhena e Paulino de Brito.

3 A GRAMMATICA PORTUGUEZA DE JULIO CEZAR RIBEIRO DE SOUZA

O paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, autor da obra em estudo, se destacou não tanto como gramático, e sim com seus experimentos em aerostação, ser um dos precursores da navegação aérea que o fez ser conhecido no Brasil e no exterior, sendo ele, poucas vezes mencionado por sua gramática. A maioria dos paraenses já ouviu falar em Julio Cezar Ribeiro de Souza, nome da principal avenida de acesso ao Aeroporto Internacional de Belém que também leva o nome do autor paraense. Acredita-se que a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza tenha sido a primeira gramática de língua portuguesa publicada no Estado do Pará, segundo Moreira (1879).

3.1 A GRAMMATICA PORTUGUEZA: A OBRA

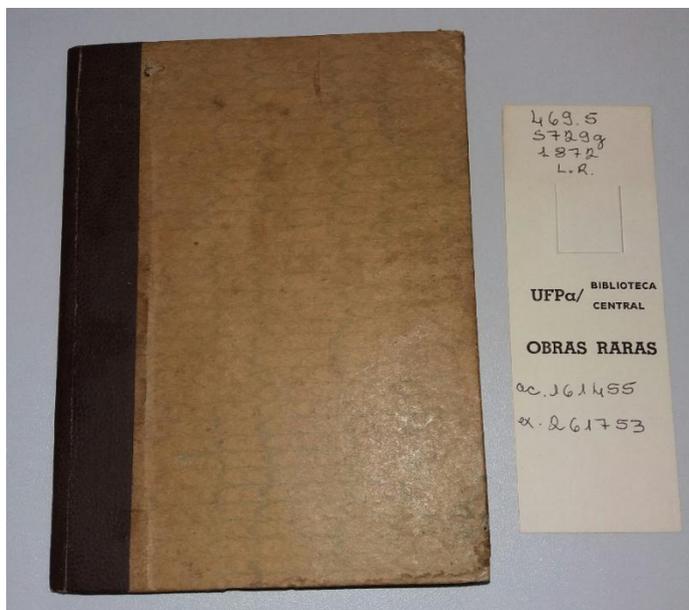
A Grammatica Portugueza de Julio Cezar Ribeiro de Souza (daqui em diante Ribeiro de Souza) foi publicada no ano de 1872, pela “Typografia Commercial de Francisco da Costa Júnior”, situada na rua Formosa⁶ n.12, Belém-Pará.

A obra de Ribeiro de Souza, ao que consta, foi o único volume, pois não conseguimos registros de outras edições existentes. A obra a que tivemos acesso se encontra no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Seção de Obras Raras.

⁶ Rua Formosa, hoje a 13 de maio (MOREIRA, 1979).

A Grammatica Portugueza (1872) é um livro de pequeno formato (14cm x 8cm) e com 107 páginas. Nas palavras de Moreira (1979 p.30), “trata-se de obra de pequeno formato e singela apresentação gráfica”:

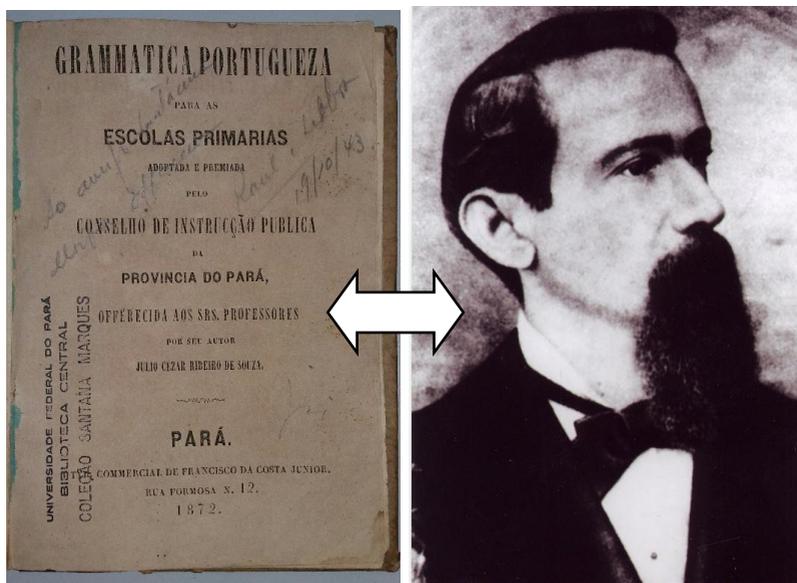
Imagem 1: Capa da Grammatica Portugueza (1872)



Fonte: Biblioteca Central/ UFPA – Obras Raras

A obra acima foi premiada pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Pará, por ser considerada a melhor das que existia. Para Moreira, o fato de ser a “melhor das que existia” faz referência aos compêndios que circularam no Pará, pois não se tem registro de outra gramática, editada no Pará, anterior à gramática de Ribeiro de Souza. Tinha como público alvo as escolas primárias e foi oferecida aos Professores pelo próprio autor:

Imagem 2: Grammatica Portugueza (1872) de Julio Cezar Ribeiro de Souza



Fonte: Sessão de Obras Raras da Biblioteca Central da UFPA

No ano de publicação da Grammatica Portugueza, 1872, na província paraense a lei que estava em vigor era a Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, na qual o ensino primário estava dividido em Primário inferior e Primário superior (a referida Lei não cita a idade, estima-se que seja alunos entre 7 a 14 anos). A Lei designava também as disciplinas a serem ensinadas e considerava o ensino primário obrigatório. Entende-se que a ‘Grammatica’ de Ribeiro de Souza foi utilizada na Província do Pará no Ensino Primário inferior e no Ensino Primário Superior. De acordo com Visoni e Canalle (2010), a Grammatica Portugueza (1872) foi adotada por muitas escolas da província.

Pulicada em um período em que ainda se valorizava a gramática filosófica, a Grammatica Portugueza (1872) ainda segue os princípios das primeiras gramáticas portuguesas de Portugal. A obra foi publicada

anterior ao modelo descritivo-comparativo e ao Programa de Fausto Barreto.

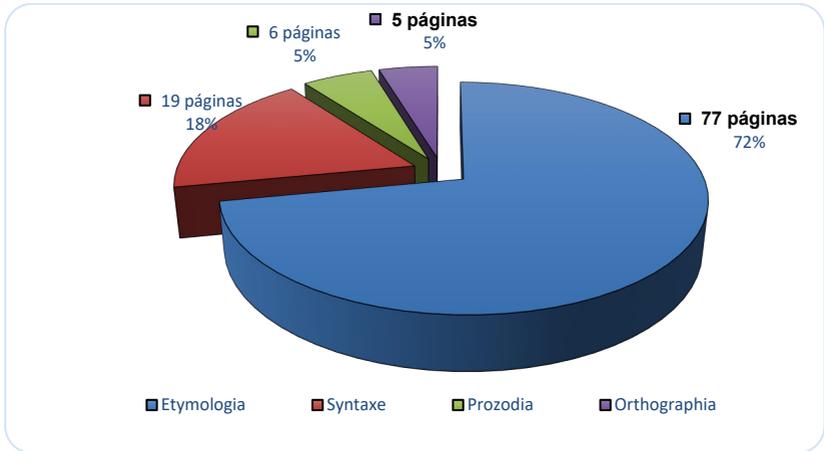
O capítulo introdutório da gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza, intitulado “Da Grammatica Portugueza”, inicia conceituando gramática como a “*Arte de fallar, ler e escrever correctamente a lingua portuguesa*”. Essa é uma característica marcante das gramáticas filosóficas. Muitas gramáticas publicadas nos séculos XVII, XVIII e XIX definem gramática como “a arte de escrever e falar corretamente” (FÁVERO, 2000). As gramáticas definidas como uma arte dão continuidade ao modelo greco-latino.

Gramática como arte, segundo Fávero (2001), atravessou séculos, caindo em desuso somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências da linguagem.

Ainda a primeira parte da obra de Ribeiro de Souza segue falando sobre as orações, mencionando as espécies de palavras que as formam. O autor classifica nove espécies de palavras para a formação das orações, entre elas oito são consideradas partes elementares (Nome Substantivo; Pronome; Nome adjetivo; Verbo; Particípio; Preposição; Advérbio e Conjunção), ou seja, as partes que constituem as orações. A nona parte é a interjeição, a qual não é considerada parte elementar.

A Grammatica Portugueza (1872) traz a tradicional estrutura das gramáticas filosóficas, dividida em quatro partes, etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia:

Gráfico 2: Divisão interna da Grammatica Portugeza de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872).



Fonte: Elaborado pela autora.

O conteúdo da Grammatica Portugeza de Ribeiro de Souza está disponibilizado da seguinte maneira: Etimologia possui 77 páginas e corresponde a 72% do conteúdo da obra; Sintaxe: 19 páginas que corresponde a 18% do conteúdo da obra; a Prosódia possui 6 páginas e corresponde a 5% do conteúdo da obra; a Ortografia possui 5 páginas e corresponde a 5% do conteúdo da obra. O autor aborda cada termo, conceitua cada um deles, dá exemplos e propõe atividades:

CONCLUSÃO

Buscando contribuir com os estudos sobre a História dos Livros Didáticos no Pará, nossa investigação privilegiou analisar a importância da gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza para o processo de gramatização no Brasil, buscando conhecer o contexto histórico, entender o processo de gramatização e reconhecer a gramática de Julio Ribeiro de Souza como parte da história gramatical do Brasil no século XIX,

sobretudo destacar a importância dela para a educação escolar primária na Província do Pará.

Descrever o cenário da educação no Brasil e no Pará no século XIX nos forneceu uma visão histórica do Império do Brasil, do cenário educacional e das Leis que regiam a Instrução Pública do Brasil e da Província Paraense. Pudemos constatar que o contexto histórico influenciou a conduta do autor na produção da obra dele.

A partir dos estudos sobre o processo de gramatização, que possibilita descrever e instrumentar uma língua por meio de produção, publicação e circulação de gramáticas e dicionários, tivemos uma visão ampla de como nossas gramáticas foram concebidas e em quais modelos foram baseadas.

Sob influência das gramáticas de Portugal, foram surgindo as primeiras gramáticas de autores brasileiros. Entender as características das gramáticas do século XIX nos leva a compreender e situar a primeira gramática produzida por autor paraense, ela foi relevante para a educação no estado do Pará e teve especial importância para o processo da gramatização brasileira, sendo possível reconhecer que se trata de uma obra simples, que corresponde à tendência de seu tempo.

A gramática de Ribeiro de Souza seguiu a tradição filosófica, assim como as gramáticas que foram produzidas antes da dele. Embora o autor não esteja destacado entre os nomes dos gramáticos que fizeram história no cenário da Gramatização Brasileira, consideramos o seu valor para esse momento tão significativo de gramatização na Amazônia. Sua gramática foi pioneira no que concerne às gramáticas publicadas no Estado do Pará, sendo considerada a primeira. Acredita-se que as gramáticas utilizadas no Província do Pará, anteriores a gramática de

Julio Cesar Ribeiro de Souza, eram trazidas de outras regiões do Brasil e até mesmo de Portugal.

Por fim, podemos concluir que a obra de Ribeiro de Souza teve, sem dúvida, um papel importante para a gramatização brasileira, sobretudo para a educação paraense no século XIX, pois a *Grammatica Portugueza* foi inserida no contexto. O autor se posicionou coerente com a tradição que motivava produção de gramáticas da época e sua gramática foi mercidamente premiada por proporcionar a então Província do Pará um manual pedagógico de ensino da língua materna.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Tradução Enny Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BRASIL. *Constituição de 1824*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacao-original-14770-pl.html>. Acessado em: 21 de outubro de 2018, as 22h.

BRASIL. *Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. In: LIMA, Nestor dos Santos. Um século de ensino primário. Natal: Typografia d'A República, 1927. Disponível em: <https://periodicos.ufrn>dawnload>. Acessado em: 21 de outubro de 2018, as 21:58.

COLARES, Anselmo Colares. *História da Educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-Metodológicas: Críticas e Proposições*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 187-202, out 2011.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. Conselho Estadual de Cultura. Belém, Pará, 1970.

DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de leitura da Amazônia: Produção, Edição, Autoria e Discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As Concepções Linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1996.

FÁVERO, Leonor Lopes. MOLINA, Márcia A. G. *As Concepções Linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Campinas- SP: Editora da UNICAMP, 2006.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. *Constituição histórica da educação no Brasil*. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *Escola Normal do Pará: aspectos históricos, econômicos e sociais acerca da constituição dos ideais de instrução e formação de professores entre a classe dirigente da Província do Grão-Pará (1850-1871)*.

MARÇALO, Maria João. *O que é a palavra? Reflexões sobre a herança gramatical greco-latina*. *Filologia e linguística portuguesa*, n. 10-11, p. 53-68, 2 jun. 2009.

MEDEIROS, Juliana Borges. *Um estudo descritivo-analítico do Compendio da Grammatica da Lingua Nacional de Antônio Álvares Pereira Coruja* (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2017.

MOREIRA, Eidorfe. *O Livro Didático Paraense: breve notícia histórica*. Belém: Imprensa Oficial, 1979.

NERY, Vitor Sousa Cunha. CASTRO, César Augusto. *Instrução Pública Primária no Interior da Província do Pará no Século XIX: Vilas de Macapá e Mazagão (1840-1855)*. p. 244-256. *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*, João Pessoa- Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

ORLANDI, Enny Puccinelli (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do Saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PARÁ. Lei nº 669 de 13 de abril de 1871. In *Coleção das Leis da Província do Grão-Pará*. Belém: Tipografia do Diário de Belém, 1872.

PILETT, Nelson. PILETTI, Claudino. *História da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SALES, Germana Araújo. NOBRE, Izenete Garcia. *Mercadorias e livro: Entre fumo de rapé e aguardente na Belém do século XIX*. Rev. MOARA. Belém, n. 31, p. 11-29, jan/jun, 2009.

SOUZA, Julio Cezar Ribeiro de. *Grammatica Portugueza*. 1. ed. Pará: Typ. Commercial de Francisco da Costa Junior, 1872.

VISONI, Rodrigo Moura. CANALLE, João Batista Garcia. *O Sistema de Navegação Aérea de Julio César Ribeiro de Souza*. Revista Brasileira de Ensino de Física, v.32, n.2, 2601 (2010). Disponível em: www.sbfisica.org.br. Acesso em: 15 de set de 2022.

6

A HISTÓRIA DE GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ IMPERIAL E REPUBLICANO: VILHENA ALVES E PAULINO DE BRITO

*Michaelly Ameida de Menezes*¹

Raimunda Dias Duarte

Rosane Barros de Melo

INTRODUÇÃO

No capítulo 4, foi apresentado um quadro com um número significativo de gramáticas produzidas no Pará. Esse quadro, junto com o quadro do capítulo 3, mostram a relevância de autores paraenses para a produção de livros de leitura e gramáticas no Brasil oitocentista.

O modelo de gramática que prevalece nesse período é o filosófico, o qual não expõe nenhuma preocupação com as características linguísticas do Brasil. Qualquer variedade linguística que não atende às prescrições vindas da Europa é rotulada, de forma pejorativa, de “brasileirismo”. Entretanto, nas últimas décadas do século XIX, embalados pelos ideais republicanos, autores como Fausto Barreto², começaram a refletir sobre a língua, agora como “organismo vivo”. Neste contexto, são produzidas obras sob influências das correntes científicas (histórico-comparativas).

¹ Graduada em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba. Professora de Língua Portuguesa no Sistema de Ensino Vestibulando. E-mail: michaellymenezes557@gmail.com

² Mas antes mesmo de Fausto Ribeiro, Julio Cezar, autor paraense, já trazia em sua *Grammatica Portuguesa* (1872) marcas e discussões polêmicas sobre fenômenos relacionados à variedade brasileira, conforme Duarte (2021), disponível em <https://www.editorafi.com/172livro>, cap. 6

Nesse cenário aparecem Vilhena Alves e Paulino de Brito, gramáticos que ganharam grande visibilidade no cenário educacional e cujos compêndios atravessaram a República e circularam por várias regiões do Brasil. Por meio deste estudo, busca-se compreender a história do livro escolar no Brasil sob o viés do estudo de gramáticas produzidas no Pará, com foco na *Primeira gramatica da infância*, de Vilhena Alves, e na *Gramatica primaria da lingua portuguesa*, de Paulino de Brito

O estudo está dividido em duas partes: na primeira, discorre-se sobre o cenário da educação (instrução) pública brasileira no período imperial e no início do período republicano. Na segunda parte, O presente estudo está dividido em cinco partes: na primeira parte discuto sobre a educação no Brasil e no Pará no período Imperial e no início da República. A segunda parte trata das principais características das gramáticas do século XIX, dando-se especial relevância para as gramáticas de Vilhena Alves e Paulino de Brito.

1 A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO IMPÉRIO E NA REPÚBLICA

Com a independência do Brasil e o início do período imperial, em 1822, houve a necessidade de uma nova ordem política. Diante disso, o novo regime precisou modificar os projetos da reforma do ensino. Contudo, houve pouco investimento no ensino primário. O governo imperial atribui às províncias “a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que sejam aplicados, pois não existiam escolas e poucos eram os professores” (NASCIMENTO, 2004, p. 95).

O governo imperial tentou organizar o ensino primário por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, vigorando por mais de cem anos, sobre a qual Nunes (2008) retrata o seguinte:

Apesar dos pontos negativos, a Lei de 15 de outubro de 1827 foi a única tentativa de organização do ensino primário até 1946, quando, no Ministério da Educação integrando o Governo Provisório do Dr. José Linhares, que respondia pela Presidência da República após a deposição de Getúlio Vargas, Raul Leitão da Cunha baixou o Decreto- Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, sob o rótulo de Lei Orgânica do ensino primário (NUNES, 2008, p. 39).

Alguns pontos importantes da lei:

Art. 1º – Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 4º – As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º – Para as escolas do ensino mutuo se aplicarão os edifícios, que houver com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública e os Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais.

Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionando á compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

[...]

O 1º artigo trata a respeito da existência das escolas em cidades, vilas e lugares mais populosos. Isso aponta para a disseminação da educação, um fator importante para a constituição da sociedade. No 6º artigo, é reportado como os professores deveriam desempenhar o seu trabalho com os alunos, além do que, também é elencado a respeito das disciplinas estudadas nessa época, dentre as quais destaca-se a gramática da língua nacional.

A lei que está ligada ao período do Império no Estado paraense é a Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839. O Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Gram-Pará decretou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola Normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nela algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. Degerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província.

A Lei nº 97, de 28 de junho de 1841, decretada pelo Vice Presente da Província do Gram-Pará, decretou e sancionou o no Capítulo 1º da Instrução Primária os seguintes artigos:

Art. 2º. A Instrução Primária geral e gratuita para todos os Cidadãos [art. 179 § 3º da Const.] será ensinada em Escolas, e constará das duas seguintes Classes de estudos aplicados a ambos os sexos.

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia.

Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil.

O artigo 2 da referida lei trata sobre as disciplinas de estudos, e dentre elas destaca-se a Gramática da Língua Nacional e Elementos de Ortografia, assuntos fundamentais para a constituição dos estudos do educando, principalmente no que diz respeito à área da linguagem.

Nesse período foram criadas, por Dom Pedro I, algumas instituições importantes. Nascimento (1999. p. 32) retrata o seguinte:

No império foram criadas várias instituições de pesquisas, algumas das quais continuam funcionando até hoje. Dentre tais instituições é possível citar o Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi em 1885, o Instituto Agrônomico, criado pelo Governo Imperial em 1887, em Campinas. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873, por ato do Governo Imperial. Em Recife, dentre as muitas obras encomendadas, entre 1840 e 1846 ao engenheiro Francês Louis Vauthier, estava o Teatro Santa Izabel.

O Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi, está enquadrado nessa parte que se remete a essas organizações, destacando que este possui acervo voltado para as áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia.

No final do período imperial, na província do Pará, a economia voltou-se para a comercialização da borracha, a qual colaborou tanto para o desenvolvimento do Estado como também para a educação, pois com

a economia estabilizada pode-se aumentar a investir na produção de livros escolares. Quando foi proclamada a República, em 1889, a maioria da população era analfabeta. Os meios educacionais eram precários, deixando à mercê boa parte dos cidadãos carentes.

Coelho (2011, p. 2) trata a respeito da educação em Belém:

A respeito da realidade educacional de Belém, nessa época, ampliou-se o número de vagas no ensino público com a inauguração de Grupos Escolares, por exemplo, “Benjamim Constant” (1901), “Rui Barbosa” (1902), “José Veríssimo” (1903), “Floriano Peixoto” (1918) e a “Escola de Aprendizes Artífices do Pará” (1910), atual Centro Federal Tecnológico do Pará. Em 1898 foi inaugurado o Instituto Carlos Gomes, dedicado ao ensino de música.

Segundo os estudos cultivados por Moraes (2011), já neste primeiro momento implementa-se “uma concepção político educacional republicana”, pois

Neste governo, se empreendeu a reforma completa do ensino primário, formulando-se novo regulamento, a descentralização da administração da instrução pública, a modificação curricular do ensino primário, a adoção de novos métodos de ensino e a preocupação com a formação dos professores primários. A partir dessa reforma, se implementa uma concepção político-educacional republicana, algo já propugnado pelos republicanos paraenses nas páginas do “A República”, a partir de 1886, e sistematizado no pensamento educacional de José Veríssimo. (MORAES, 2011, p. 86).

José Veríssimo, como Diretor de Instrução Pública no período de 1890 e 1891, implementou a primeira reforma no âmbito educacional no Pará republicano, através do decreto 149 de 7 de maio de 1890, o qual tem como principais pontos os discursos que inibiam a prática das escolas mistas, apontando para uma espécie de retorno aos padrões anteriores à institucionalização feita em 1880.

Coelho (2011, p. 4) aponta que José Veríssimo apresenta sete critérios que deveriam nortear a produção de livros didáticos no País:

1. Que seja composto com clareza, correção, precisão e methodo.
2. Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.
3. Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino, ou que a elles se possam adaptar sem dificuldade.
4. Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as preocupações da hygiene escolar.
5. Sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.
6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a apreciação do preço maximo que fixará.
7. Que sejam sempre postos á venda cartonados e brochados.

Essas orientações também nortearam a produção de gramáticas primárias. Contudo, a educação era privilégio sobretudo das classes mais favorecidas. “As poucas escolas que existiam estavam a serviço da preparação da ‘elite’ brasileira (COLLARES, 2007, p. 11). Bittencourt mostra como o desvalido é “incluído” no processo de escolarização:

A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos [...] devendo, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros (BITTENCOURT, 2011, p. 56).

A educação republicana tinha uma preocupação com a formação moral e cívica da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico. Esse interesse estava vinculado à ideia de

formar cidadãos que se encaixassem no padrão de civilidade e moral cristã dessa época. No que diz respeito à gramática, Fávero (2000, p. 182) aborda que “ela é ao mesmo tempo o reflexo e o resultado de uma organização social e ferramenta da classe dominante; o gramático sem perceber desempenha o papel ideológico de exclusão do saber (e do poder) das camadas que não constituem a elite”.

Júlio Ribeiro³, autor mineiro, ao estabelecer o objetivo do estudo da gramática, já no final do século XIX, coloca-o a serviço das classes dominantes.

O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua língua (RIBEIRO, 1881, p. 1).

A respeito da construção da gramática, Orlandi (2001) enfatiza que é interessante observar que a gramática está interligada à relação do sujeito com a sociedade por meio da história, especificamente da história da língua. Tanto é que a autora ainda elenca que “a gramática, o dicionário, são objetos de conhecimento determinado sócio historicamente. O ensino prescinde desses objetos e dessas soluções” (ORLANDI, 2001, p. 8).

³ Júlio César Ribeiro Vaughan nasceu em Sabará MG. Sua “Grammatica Portuguesa” foi publicada em 1881.

2 GRAMÁTICAS PARAENSES DO FINAL DO SÉCULO XIX: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Sabe-se da grande importância que o livro didático possui em uma sociedade. Independente do período em que esteja inserido, ele se torna uma ferramenta imprescindível para a educação, possibilitando um leque de conhecimento e ideologias. Bittencourt (2008) defende que:

O livro didático tornou-se, rapidamente, texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia em todo o país. A obra didática caracterizou-se desde os seus primórdios, por tiragens elevadas, comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. (BITTENCOURT, 2008. p. 83).

O Pará teve uma grande visibilidade na produção de livros escolares no século XIX. Tanto é que Theodoro Braga, em 1913, aponta para um acervo numeroso de obras didáticas que serviam à educação e à instrução elementar da mocidade paraense no século XIX e no início do século XX e coloca o Pará como um dos Estados do Brasil que mais produziu livros didáticos para a infância nesse período.

O valor e a importância dessas obras serão facilmente aferidos pela capacidade dos nomes que os firmam, aliás, notória, e pela aprovação unânime do Conselho de Instrução Pública do Pará e mesmo da de outros Estados, com que a maioria desses trabalhos foi merecidamente recompensada. Do seu elogio como valor didático falam, por si, as repetidas edições com que o poder público as tem sagrado, preenchendo, de facto, lacunas antes sentidas no ensino primário. Pela bibliographia citada pode avaliar quanto empenho e patriotismo se há posto no movimento continuado em prol da instrução pública entre nós. Demais, todas as Disciplinas indispensáveis

tiveram compendiadores e tratadistas autorizados, que as desenvolveram com proficiência e methodopratico útil, enriquecendo a pedagogia paraense com um material avultado, cuja proficuidade é manifesta nos resultados escolares verifica dos dia a dia. (BRAGA, 1915, p. 79).

Com a aprovação no Conselho de Instrução Pública do Pará, as obras acabavam aderindo mais peso, podendo ser utilizadas nas escolas. Coelho (2003, p. 1) diz o seguinte a respeito das obras produzidas no Estado do Pará:

Os livros escolares com maior números de obras produzidas foram os de gramática, leitura e moral e cívica, porém todas as disciplinas do ensino primário foram contempladas com a produção de livros escolares de autores paraenses. É relevante perceber que a intensa movimentação na área da editoração no Pará ocorreu no período áureo do ciclo da borracha. O final do século XIX e início do século XX foi um período de prosperidade na Amazônia e o mercado editorial participou desse crescimento econômico e cultural da região.

Segundo a autora, as gramáticas estão entre os livros escolares mais produzidos no Estado do Pará. Essas obras eram aprovadas pelo Conselho de Instrução Pública do Pará e com essa aceitação esses livros escolares eram utilizados nas escolas.

No final do século XIX, havia um grande destaque conferido à gramática no ensino de português. Esse gênero escolar, de acordo com Auroux (1992, p. 36), tornou-se tanto uma técnica pedagógica de ensino-aprendizagem das línguas quanto um meio de descrevê-las. No Brasil, no ensino de língua portuguesa, a gramática teve primazia sobre a leitura e escrita nesse período.

No Pará, muitos autores de gramáticas eram professores da instrução pública que, a partir da regulamentação da escolarização no

Brasil, foram incentivados a produzir livros escolares. O Conselho Superior de Instrução Pública do Pará (CSIPP), ligado à Diretoria de Instrução Pública do Estado, era responsável pela aprovação dos livros didáticos. O professor só poderia ensinar por meio de livros adotados pelo CSIPP, pois essas obras deveriam estar de acordo com os critérios ideológicos e científicos estabelecidos pelo governo.

A seguir, serão analisadas duas gramáticas: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, e a *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino Almeida de Brito. Os dois compêndios foram um instrumento efetivo de aprendizagem no estado do Pará, tendo em vista que estavam presentes no currículo do ensino primário do estado. Além disso, houve uma grande circulação dessas obras no Estado, atravessando a República. Vilhena Alves foi um dos mais importantes gramáticos do Pará no século XIX. Seu trabalho era conhecido através de diversos artigos publicados no período, sem contar que ele dedicava seus estudos principalmente à área da gramática portuguesa, na qual tinha feito sua especialidade. Paulino de Brito teve suas gramáticas ultrapassando a década de 30. Isso deu ao autor grande credibilidade e aceitabilidade da sua obra.

2.1 PRIMEIRA GRAMMATICA DA INFANCIA (FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES)

A obra é destinada ao curso primário inferior. Foi editada pela Pinto Barbosa & Cia, uma editora conceituada no período. Sua primeira

edição foi publicada em 1896 (MOREIRA, 1979, p. 33). Neste trabalho, analisamos a 3ª. Edição, publicada em 1897⁴.

Imagem 1: Capa da gramática de Vilhena Alves



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2021.

O AUTOR VILHENA ALVES

O autor da *Primeira Grammatica da Infancia* nasceu na cidade de Vígia, província do Pará, em 1847. Foi um grande educador e poeta paraense, inicialmente da corrente indianista e, depois, da corrente sertanista. De acordo com Moreira (1979), dos autores paraenses, este foi o que mais produziu obras no período, possui uma vasta produção de livros escolares, os quais foram extremamente importantes para a

⁴ A obra não traz a data da edição, mas, de acordo com o catálogo de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), a terceira edição foi publicada em 1897.

educação no Pará. O educador produziu diversas obras escolares ligadas ao campo da leitura e da gramática.

Além de autor de livros escolares, Vilhena Alves foi membro da Associação de Letras Mina Literária, fundada em 1895. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1900, e membro da Academia Paraense de Letras. Contribuiu com diversos artigos no jornal 'A Província do Pará' e em outros jornais existentes em Belém, assim como na revista 'Ciências e Letras'. O intelectual faleceu no dia 09 de julho de 1912, em Belém do Pará.

CARACTERÍSTICAS DA PRIMEIRA GRAMMÁTICA DA INFANCIA

Na parte superior da capa da obra pode-se notar o nome 'Estados Unidos do Brasil', que foi o primeiro nome oficial do Brasil no regime republicano. Logo abaixo vem o nome do Estado do Pará. O título da obra está em letras garrafais. Foi composta por Francisco Ferreira de Vilhena Alves. É importante destacar a informação de que a obra foi unanimemente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará e adotada oficialmente nas escolas primárias. Consta que esta é a 3ª edição da obra. Traz a insígnia dos editores Pinto Barbosa & Cia e o brasão da Biblioteca Orlando Bitar. É uma gramática pequena, com apenas 72 páginas.

Vilhena Alves não traz em sua obra prefácio ou introdução, como era o costume de muitos gramáticos; mas traz prolegomenos⁵ para introduzir sua obra que contém noções preliminares sobre "1.Língua, 2.Linguagem, 3.Palavra ou Vocábulo, 4.Grammatica Portuguesa, 5.Proposição, oração ou phrase e 6.Periodo". O autor define a Gramática Portuguesa como "o conjunto de regras para bem falar, escrever e ler a

⁵ É um amplo texto introdutório que traz noções preliminares necessárias para a compreensão de um livro.

lingua portugueza” e “Proposição, oração ou phrase é a reunião de palavras com que enunciamos um juizo” (ALVES, 1897, p. 5).

Ao fazer a divisão da gramática em duas partes: Lexicologia e Sintaxe, Vilhena Alves (1897, p. 5 e 6) diz que a Lexicologia “estuda as palavras isoladamente e sem relação umas com as outras”, enquanto que a Sintaxe “estuda as palavras reunidas e relacionadas, formando proposições”. Para Fávero e Molina (2006, p. 131), essa divisão é uma variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, proposta em 1876 por Epifânio da Silva Dias. O autor descreve a divisão da obra na página 6:

Quadro 1: Divisão da primeira gramática da infância de Vilhena Alves.

A Lexicologia compreende:	1. Os sons da língua, assim como a sua pronúncia e representação pela escrita.
	2. A classificação das palavras conforme a ideia que representam: taxonomia.
	3. As formas das palavras como elementos dos pensamentos: morfologia.
A Sintaxe compreende:	1. Os elementos e classificação das proposições: <i>phraseologia</i> .
	2. A função das palavras na oração: <i>Syntaxe de funções</i> .
	3. A harmonia que deve haver entre as palavras: <i>Syntaxe de concordancia</i> .
	4. A dependência das palavras entre si na oração: <i>Syntaxe de regencia</i> .
	5. A colocação ou ordem das palavras na oração e das orações no período: <i>Construção</i> .
	6. A maneira de ler correntemente: <i>Pontuação</i> .

Fonte: Produzido pela autora Rosane B. de Melo, 2021.

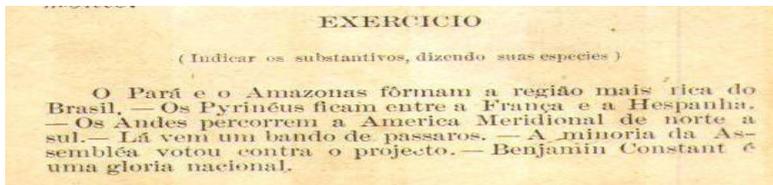
A parte I da obra vai da página 6 a 49 e é intitulada de Lexicologia. No primeiro capítulo, o autor trata do Estudo dos sons, sua pronúncia e

representação e a estes dá o nome de fonologia. Já no segundo capítulo, o gramático aborda a classificação das palavras e afirma que “classificar as palavras é distribuí-las em diversos grupos conforme a idéia que representam”. A este estudo dá o nome de Taxeonomia. No terceiro capítulo, O estudo das formas, Vilhena Alves trata do estudo dos órgãos do vocábulo, os quais chama de Morfologia.

A parte II da obra, que vai da página 50 a 72, é denominada de Sintaxe. O educador paraense afirma que esta é a parte da gramática que “trata dos elementos e classificação das proposições” e a chama de Fraseologia.

Ao longo da obra, o autor propõe diversos exercícios ao final de cada capítulo. Como no exemplo abaixo:

Imagem 2: Exercício proposto por Vilhena Alves



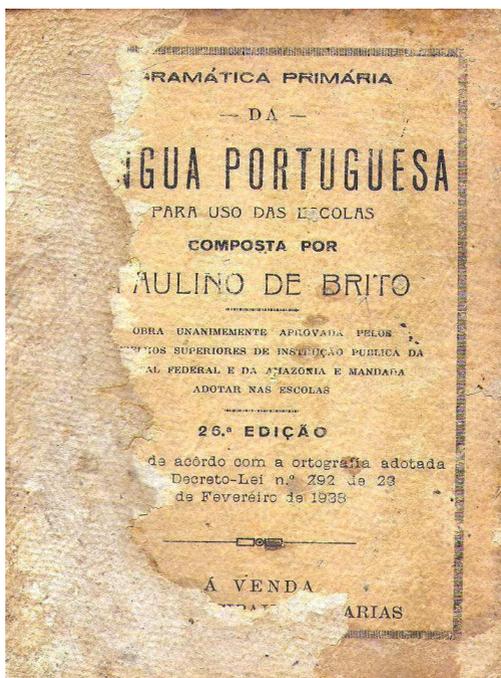
Fonte: *Primeira Grammatica da Infancia*, 3ª. ed., 1897.

No exercício acima, Vilhena Alves disponibiliza uma sequência de diversas frases, em que o aluno deve indicar os termos aprendidos e suas espécies. Entretanto, percebe-se que os exercícios propostos pelo gramático são compostos por frases desconexas, totalmente descontextualizadas, evidenciando o apego à tradição. A gramática de Vilhena Alves apresenta características da gramática filosófica que tencionava “reger as regras do pensar” (FÁVERO, 2000, p. 185), possuindo um caráter dogmático. Isso pode ser constatado quando o autor traz expressões como “a regra suprema para a boa collocação” ou “nunca se devem collocar” ao falar sobre as regras de construção (ALVES, 1897, p. 64).

2.2 GRAMÁTICA PRIMÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA (PAULINO ALMEIDA DE BRITO)

De acordo com Sacramento Blake (1900), a primeira edição da *Gramática Primária da Língua Portuguesa* foi publicada no Pará, em 1899, pela Jablonski Vogt & Cia. O compêndio tem pelo menos 31 edições. Neste trabalho, analisamos a 26ª. edição, publicada por volta do ano de 1943. Conforme aponta Moreira (1979, p. 34), essa gramática foi instrumento efetivo de aprendizagem da língua no Pará durante cerca de meio século. O autor afirma, ainda, que jamais uma obra desse gênero teve tanta aceitação.

Imagem 3: Capa da Gramática Primária de Paulino de Brito



Fonte: Acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2021.

O AUTOR PAULINO DE BRITO

Paulino de Brito é outro grande autor do final do século XIX e início do século XX. Moreira (1979) o considera o mais eminente sucessor de Vilhena Alves. “Brito produziu menos porém se projetou mais no que respeita ao cultivo da língua e das letras” (MOREIRA 1979, p. 34). Nasceu na cidade de Manaus, em 9 de abril de 1858, e faleceu em Belém, em 1919. Filho de Paulino de Brito e de D. Ricarda de Almeida Brito. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, sendo por muitos anos professor da Escola Normal do Pará.

Paulino de Brito defendeu, em duas obras importantes, *Colocação de pronomes e Brasileirismos de colocação de pronomes*⁶, as variantes linguísticas brasileiras, que se distanciavam das variantes do português europeu. As duas obras foram o resultado de diversas polêmicas travadas com Cândido de Figueiredo, gramático português. O educador falava de forma clara e se destacava entre os gramáticos de sua época que, em sua maioria, tratavam as questões da língua nacional de maneira complicada e distante do contexto sócio-histórico e cultural dos brasileiros. Essas particularidades deram a Paulino de Brito notoriedade e o colocaram como um intelectual de destaque na educação nacional.

CARACTERÍSTICAS DA GRAMÁTICA PRIMÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A respeito da capa da obra, vemos que está meio desgastada, mas podemos verificar as seguintes informações: o título da obra e a informação de que foi produzida para uso das escolas. Logo abaixo, vem o

⁶ Collocação dos pronomes: artigos publicados na Província do Pará (1906 - 1907) e Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Snr. Candido de Figueiredo (artigos publicados no Jornal do Commercio - 1908).

nome do autor Paulino de Brito. Em seguida, há a informação de que a obra foi unanimemente aprovada pelos Conselhos Superiores de Instrução Pública da Capital Federal e da Amazônia e mandada adotar oficialmente nas escolas. Consta que a edição é a 26ª, que foi revista de acordo com a ortografia adotada pelo Decreto-Lei n. 292 de 23 de fevereiro de 1938. Por fim, há a informação de onde o compêndio pode ser adquirido: à venda nas principais livrarias.

É uma gramática pequena de 84 páginas. Sobre a edição, não há indicação de ano de publicação, mas na última página do livro encontram-se informações sobre uma outra obra do autor, do mesmo período, datada no ano de 1943. Presume-se que esta edição seja do mesmo ano.

A obra de Paulino de Brito não traz prefácio ou introdução. O autor já inicia a obra conceituando gramática: “Gramática é o estudo que tem por objetivo a correta expressão do pensamento por meio de palavras” (BRITO, 1943?, p. 5). Além disso, na concepção do autor, a gramática pode ser dividida em geral e particular.

Quadro 2: Divisão da gramática por Paulino de Brito

Gramática Geral	é a ciência dos princípios comuns a todas as línguas de um mesmo grupo.
Gramática Particular	é a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua

Fonte: Produzido pela autora Rosane B. de Melo, 2021.

Ao retomar o sentido da gramática portuguesa, Brito (1943?, p. 6), a define como, “é a arte que ensina a fazer uso correto da Língua Portuguesa”. Esta definição, de acordo com Fávero e Molina (2006) vai ao encontro da maior parte das gramáticas dos séculos XVII e XVIII, que definiam a gramática como a arte de escrever e falar corretamente e que está inserida no modelo de gramática filosófica.

Para Frei Caneca:

Gramática portuguesa é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa [...].

Ouçamos Soares Barbosa:

[a gramática] não é outra coisa [...] senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar corretamente qualquer língua [...].

e mais adiante:

Porque a gramática da língua nacional é o primeiro estudo indispensável a todo homem bem criado, o qual ainda que não aspire a outra literatura deve ter no menos a de falar e escrever corretamente a sua língua [...].

É o que encontramos também em Moraes Silva:

Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras [...]

Frei Caneca também afirma:

Gramática é a arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas [...]. (Fávero e Molina, 2006, p. 74)

Além desses dados, no que diz respeito à organização da obra, Brito divide a gramática em quatro partes: fonologia, morfologia, taxinomia e a sintaxe, que estão distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 3: Divisão da gramática primária de Paulino de Brito

Fonologia	Letras; Abreviações e símbolos; Sons; Sons vogais; Sons consoantes; Sílabas e grupos silábicos; Grupos vocálicos e consonantais; Acentuação; Quantidade; Metaplasmos; Ortografia; Notações léxicas; Notações sintáticas; Observação sobre o emprego das letras.
Morfologia	Elementos das palavras; Órgãos das palavras; Derivação-Composição; Flexão.
Taxinomia	O substantivo; O adjetivo; Pronomes; Os verbos; Conjugação dos verbos ter , haver , ser , estar ; Verbos regulares: primeira conjugação em ar ; conjugação do verbo amar ; segunda conjugação em er ; conjugação do verbo temer ; terceira conjugação em ir ; conjugação do verbo partir ; conjugação do verbo pôr ; conjugação dos verbos irregulares; primeira

	conjugação; segunda conjugação; terceira conjugação; O advérbio; A conjunção; A interjeição.
Sintaxe	Ideias gerais; Divisão da sintaxe; Regras de concordância; Regras de construção; Regras de regência.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

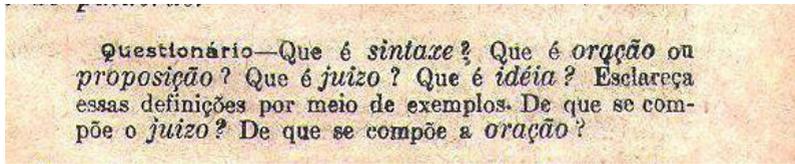
Ao falar sobre a oração, Brito (1943?) a define como, uma reunião de palavras que formam um sentido. Essa definição, segundo Fávero e Molina (2010), está baseada na tradição greco-latina.

Na parte I da obra, que vai da página 5 a 78, em seu primeiro capítulo, o autor começa pelo campo da fonologia, que compreende a parte da gramática que trata dos sons que compõem as palavras. No segundo capítulo, o autor trata da taxinomia, à qual dá uma atenção maior. Brito (1943?) afirma que esta é a parte que trata das classificações das palavras. Esta parte da obra vai da página 34 a 68 e compreende 35 das 84 páginas que compõem a obra analisada. E no terceiro capítulo, autor aborda a morfologia como a parte que trata dos órgãos das palavras.

A parte II da obra tem somente 6 páginas, que vão da 79 a 84, em que o autor explora a parte que trata da coordenação das palavras na oração e das orações no período: a sintaxe.

Sendo assim, pode-se dividir a gramática de Paulino de Brito (1943?), em duas partes: Lexicologia, que estuda a natureza e a forma das palavras e engloba a fonologia (fonética, ortografia e prosódia), morfologia e taxinomia. E a sintaxe, que é o estudo da frase e da proposição.

Ao longo da obra, foi verificado que o autor traz diversos questionários e, ao finalizar cada ponto abordado, coloca um questionário com perguntas referentes ao conteúdo estudado, como no exemplo abaixo:

Imagem 4: Exercício proposto na pág. 79 da Gramática Primária de Paulino de Brito

Fonte: *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, 1943?.

Percebe-se que todos os questionários têm suas respectivas respostas na própria explicação do autor. Isso revela uma prática muito comum no período, que era a importância dada à memorização dos conteúdos. Nesse sentido, “A impressão que se tem é que, para os professores, valia a resposta mecânica, sem uma reflexão sobre o assunto. Lembremo-nos de que esse era o método escolástico, “tradicional” que atravessou séculos nas aulas de gramática” (FÁVERO E MOLINA, 2010, p. 76). Através dos questionários e outras características foi percebido que a obra traz marcas do modelo da gramática geral e filosófica.

Brito (1943?) ainda segue, predominantemente, o modelo de gramática filosófica em sua obra, no entanto já apresenta características da corrente científica, quando, por exemplo, o autor divide a gramática em geral e particular. A primeira, o autor apresenta como uma ‘ciência’ enquanto que a segunda denomina como uma ‘arte’. Esta divisão, de acordo com Fávero e Molina (2006, p. 94), é uma das características do modelo fundamentado nas tradições greco-latinas.

É notório, porém, que em alguns momentos, Paulino de Brito mostra-se inovador, como quando ele critica em sua obra o nosso alfabeto por dizer que ele é imperfeito e gera dificuldades para a ortografia. São características importantes da gramática científica que envolvem o critério filológico, com o método histórico-comparativo. Portanto, a gramática de

Paulino de Brito, embora apresente características do modelo filosófico, também traz inovações relacionadas ao método científico.

2.3 VILHENA ALVES, PAULINO DE BRITO E OUTROS GRAMÁTICOS

Em relação aos dois autores aqui estudados, Moreira (1979, p. 34-35) elucida que enquanto Vilhena Alves “culminou uma tradição, no caso a tradição gramatical entre nós”, Paulino de Brito “iniciou uma nova fase, a fase que chamaríamos de filológica”. Na gramática de Brito, isso fica muito evidente quando ele tece uma crítica ao falar de *Letra*, por exemplo, a qual conceitua como “um sinal gráfico que regularmente representa um som” e o conjunto de todas as letras constituem o *alfabeto* de uma língua (BRITO, 1943?, p. 7).

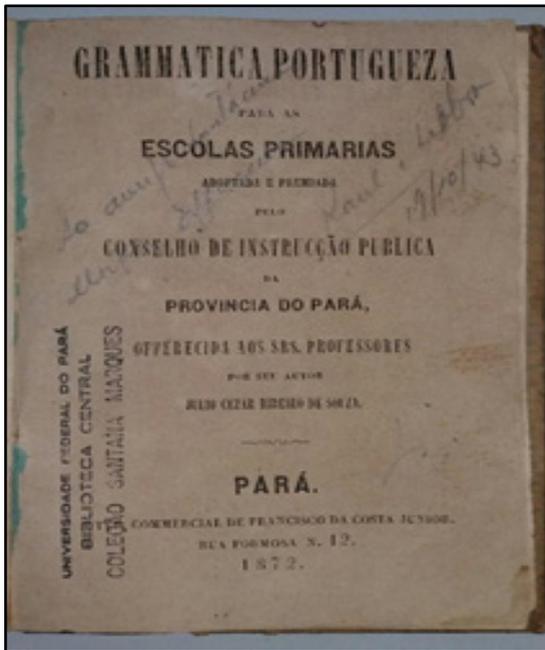
Em relação ao nosso alfabeto, o autor o critica, dizendo que se ele fosse perfeito, cada letra corresponderia a um som e cada som corresponderia a uma letra. Contudo, as letras são caracteres destinados a representar diversos sons de que as palavras se compõem e o mesmo som frequentemente é representado por mais de uma letra. Há, ainda, vários sons que não têm nenhuma letra para os representar. Para Brito, este último fato é o motivo de serem necessários os acentos: circunflexo, agudo e nasal. Estes três acentos, portanto, servem para suprir a falta de letra no alfabeto (BRITO, 1943?, p. 19). O autor conclui que a imperfeição do alfabeto acaba gerando dificuldades para a ortografia.

Já o autor Vilhena Alves, por seguir as tradições gramaticais, não tece críticas em sua obra. Pode-se afirmar que sua gramática está inserida no modelo de gramática chamado por Pereira (1925, p.4) de gramática expositiva portuguesa, a qual prescreve as regras gramaticais do “uso correto da língua portuguesa”, que hoje é classificada como gramática

normativa. A gramática de Brito, por sua vez, pode ser inserida no modelo chamado por Pereira (1925, p.3) de Gramática Particular: “o estudo dos fatos de uma língua particular, quer encarados em seu estado atual, quer em suas transformações históricas”, pois o autor expõe sobre as influências das línguas vernáculas, latinas e gregas em relação aos prefixos utilizados em português, o que justifica a escolha dessa definição.

Além dessas, muitas outras gramáticas foram produzidas no estado, como:

Imagem 5: Grammatica Portugueza de Julio César Ribeiro de Souza, 1872.



Fonte: DUARTE, 2018

A *Grammatica Portugueza* foi publicada em 1872, pelo autor Julio Cezar Ribeiro de Souza. O intelectual paraense nasceu em 13 de junho de 1843, na vila do Acará, e era filho de José Ribeiro de Souza e Dona Anna

da Silva Ribeiro de Souza. Acabou se destacando por sua notável inteligência, visto que, de acordo com Eustáquio de Azevedo, ele falava vários idiomas como, castelhano, francês, inglês, italiano, latim e grego, o que acabou favorecendo-o na esfera gramatical (MOREIRA, 1979, p. 31). Ao que tudo indica, este foi o primeiro autor a publicar uma gramática da língua portuguesa, destinada ao ensino do vernáculo, na província do Pará. Esse compêndio foi reconhecido e aprovado pelo conselho diretor de instrução pública por ser considerado o melhor compêndio que existia naquele período. Eidorfe Moreira (1979) aponta para o fato de esse compêndio ser considerado o melhor dos que existiam, comparado com compêndios de autores de outras regiões do país que circularam no mesmo período no Pará.

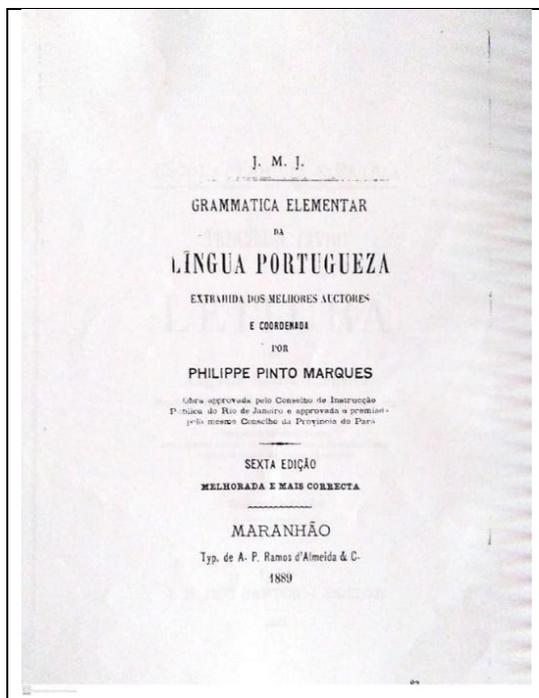
Em relação à capa da *Grammatica*, pode-se notar que a apresentação gráfica é bem simples. Foi impressa pela Tipografia Comercial de Francisco da Costa Junior, situada na Rua Formosa n.12. Além disso, traz a informação de que a obra é dirigida para as escolas primárias e foi adotada e premiada pelo Conselho de Instrução Pública da província. Consta também a informação de que a obra é oferecida aos professores. Sabe-se também que Julio César publicou um livro de versos e ficou conhecido por suas poesias antes mesmo de escrever sua gramática, além de sua paixão pela aerostação, à qual se dedicou tanto aqui quanto em Paris.

A *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Philippe Pinto Marques, é a segunda obra paraense destinada ao ensino de língua vernácula nas escolas da província do Pará, seguindo a ordem de produção de gramáticas no estado, conforme aponta Moreira (1979). O autor, conterrâneo de Julio César, também nasceu em Acará, em 1 de maio de 1844, filho do agricultor Manoel Joaquim Pinto Marques e da dona Angela

Gonçalves Pinto Marques. Desde criança já manifestava que era possuidor de um gênio muito bondoso. Em 1857, foi seminarista da capital e, por se destacar, foi incentivado, em 1863, por Dom Antonio de Macedo Costa, a ir para a França estudar. Lá ficou por cerca de quatro anos, tendo que retornar à capital por ter sido acometido por uma enfermidade. E como não conseguiu retornar à França para continuar seus estudos, passou a se dedicar ao ensino da mocidade, por quem se tornou bastante estimado.

Tornou-se professor de português do conceituado seminário filial e professor de português e francês do colégio Nossa Senhora do Carmo. Nesse ofício, acabou escrevendo a *Grammatica Elementar* (CUNHA, 1896). Essa obra, conforme aponta Moreira (1979), teve suas quatro primeiras edições provavelmente impressas no estado do Pará, pois, de acordo com informações de Sacramento Blake (1893), foi encontrada a quarta edição, de 1882, que tem indicação de que foi produzida e impressa no estado. Entretanto, nada se encontrou das edições anteriores. Ademais, não se sabe o motivo, mas Pinto Marques imprimiu sua sexta edição, que foi melhorada e mais correta no Maranhão, em 1889. Talvez isso se deu pela facilidade de impressão naquele estado.

Imagem 6: Grammatica Elementar da Lingua Portugueza de Philippe Pinto Marques, 1889.



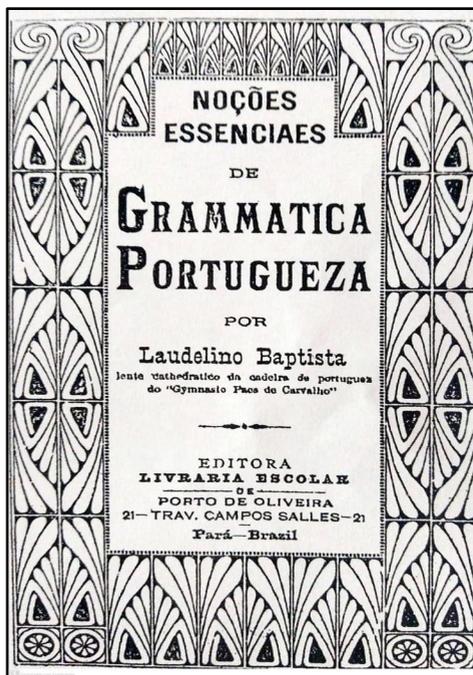
Fonte: MOREIRA, 1979, p. 83.

A folha de rosto da obra traz informações de que a gramática foi impressa pela Tipografia de A. P. Ramos de Almeida & Cia. Além disso, consta a informação de que a obra foi aprovada pelo Conselho de instrução pública do Rio de Janeiro e aprovada e premiada pelo mesmo conselho de instrução pública da província do Pará. Um dado importante é que essa gramática de Pinto Marques foi também usada na escola pública do ensino primário amazonense. Além disso, foi indicada por professores amazonenses, no que se refere aos livros escolares que eles preferiam adotar em suas escolas (CORRÊA, 2006, p. 115). Esta gramática teve muita aceitação no período, pois trouxe inovações como diversos

quadros sinóticos que acompanhavam gráficos ilustrativos. Isso conferiu ao autor a posição de pioneiro desse recurso no estado.

A obra *Noções essenciaes de Grammatica Portugueza*, de Laudelino Baptista, foi publicada em 1912. Não se tem muitos dados sobre a vida deste autor. O que se sabe é que ele foi lente catedrático de português no Ginásio Paes de Carvalho, fato que pode ser constatado na capa de sua obra. A obra foi editada pela Livraria Escolar de Porto de Oliveira e “[...] nada fica a desejar aos trabalhos congêneres publicados até então” e “segundo declarações do próprio autor, ele se guiou na elaboração pela *SHORT GRAMMAR OF ENGLISH TONGUE* de Meiklejones” (MOREIRA, 1979, p. 36). Moreira (1979) aponta ainda que, como a produção da obra se deu em um período em que estava havendo a reforma ortográfica, o autor dedicou a parte final de sua obra à reforma proposta pela Academia Brasileira de Letras. Ademais, Laudelino Baptista viveu em um período dominado por influências francesa e portuguesa, mas foi na contramão e deixou sua marca ao seguir a influência anglo-saxônica em sua obra, além de a gramática possuir qualidades próprias do ponto de vista didático, sendo pioneira nesse sentido (MOREIRA, 1979, p. 36).

Imagem 7: Noções Essenciais de Grammatica Portugueza de Laudelino Baptista, 1912.



Fonte: MOREIRA, 1979, p. 97.

No catalogo constam também a *Grammatica Complementar da Língua Portuguesa* (1928, 7^o ed.), a *Grammatica do Professor* (1908, obra póstuma), a *Gramática Primária da Língua Portuguesa* (1899, 1^a ed.), *Colocação dos pronomes e Brasileirismos de Colocação de Pronomes* (1908, 1^a ed.), todos esses compêndios de autoria do professor Paulino de Almeida Brito; a *Primeira Grammatica da Infancia* (1897, 3^a ed.), a *Segunda Gramática da Infancia* (1897, 2^a ed.), o *Compendio de Analyse Moderna: lexicologica e syntatica* (1895, 1^a ed.), *Exercicios de Portuguez* (1900, 1^a ed.), a *Grammatica Portugueza* (1895, 1^a ed.) todas de Francisco Ferreira de Vilhena Alves e *Esthesia philologica: variações pronominaes* (1909, 1^a ed.), de Augusto Meira. Moreira (1979) também aponta outras produções que não constam no catálogo do CENTUR, como: o *Compêndio de Gramática*

Portuguesa (1889, 1ª ed.), do Cônego Domiciano H. P. Cardoso; o *Compendio da lingua brazilica* (1858, 1ª ed.), de Francisco Raymundo Corrêa de Faria e *Analyses de portuguez* (1909, 1ª ed.), de Ezequiel Lisboa. Blake (1902) também aponta outra obra que não está descrita no catálogo do CENTUR que é a obra *Elementos de grammatica* (1896, 1ª ed.), de Sabino da Luz. Isso sem contar com as obras que ainda não foram catalogadas ou nem chegaram a ser publicadas, seja por falta de investimento ou por outros motivos que não temos conhecimento.

Diante dos fatos mencionados, é motivo de orgulho, como bem observa a pesquisadora Raimunda Duarte (2018, p. 123), que

A bibliografia didática paraense da segunda metade do século XIX, voltada para o ensino primário, deixou o Estado do Pará numa posição honrosa em relação a outros Estados da Federação. No que diz respeito às obras voltadas para o de língua portuguesa nas séries iniciais, tanto no que diz respeito ao ensino de leitura e da escrita quanto ao ensino de gramática, não dependíamos de livro didático de fora do Estado ou do País, pois tínhamos suprimento próprio.

Fávero (1996) defende que as características principais dessas gramáticas são fruto não somente de processos de reflexão teórica e de vivência, como também de adequação ou resposta a acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos enfrentados na época de sua concepção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a história do livro escolar no Pará estão possibilitando a reconstituição da história da educação no Brasil e, em especial, na Amazônia e, também, tem colocado os autores paraenses no cenário

nacional e internacional pelas contribuições singulares não apenas sobre os intelectuais paraenses que produziram livros escolares no século XIX e início do século XIX, mas também no que diz respeito ao grande acervo de livros de leitura e gramáticas primárias produzidas no período.

As gramáticas primárias produzidas na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920, contam com um acervo diferenciado e significativo. Algumas possuem um número maior de conteúdo, enquanto outras detêm um número elevado de atividades. Essas obras foram de suma importância para a constituição da educação paraense, contribuindo grandemente para o desenvolvimento educacional do Estado. Constituem uma base primordial para o conhecimento e desenvolvimento intelectual do educando no século XIX e início do século XX.

As gramáticas analisadas neste estudo foram escolhidas por sua grande relevância para a instrução/educação pública primária, pela grande circulação dessas obras no Estado no final do Império, atravessando a República. Vilhena Alves foi um dos mais importantes gramáticos do Pará no século XIX. As edições da gramática de Paulino de Brito ultrapassam a década de 40. Isso dá ao autor grande credibilidade e aceitabilidade da sua obra.

Ao analisar as gramáticas escolares, pode-se perceber que a característica envolvendo a normatização das regras gramaticais tradicionais nas diferentes áreas da linguagem: fonologia, morfologia, sintaxe, lexicologia _ sempre com a presença de exercícios para que os alunos exercitassem/memorizassem as atividades propostas _ ainda estão bem presentes nos compêndios do século XXI, embora já tenha

havido um avanço significativo nas concepções teórico-metodológicas do ensino da gramática.

É interessante citar que a gramática de Brito (1943?) vem com algumas mudanças, principalmente em relação às definições de alguns termos. Entretanto, podemos observar que a obra não foge à regra no que se refere ao duplo papel de muitas gramáticas, que são: descrever componentes lexicais, morfológicos e sintáticos e estabelecer regras que orientem o aluno/leitor, determinando o que se deve e o que não se deve fazer.

Este trabalho soma-se a muitos outros que buscam entender a relação do livro com a sua história, da língua com as concepções ideológicas que percorrem sua história, bem como, o diálogo entre autor, obra e sociedade, no período de concepção desses compêndios. O século XIX nos presenteou com uma grande produção de gramáticas no Pará, possibilitando a realização de importantes trabalhos sobre a história do livro escolar na região. Neste sentido, é necessário pensar na gramática não como monumento à língua, mas como objeto histórico. Além disso, a gramática está fortemente ligada ao ensino da língua na escola. Assim sendo, a investigação ajuda a compreender aspectos sociais, culturais e educacionais do Pará e entender a importância de livros escolares produzidos no Pará e de autores paraenses para a constituição da história do livro no Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ALVES, Francisco Ferreira de V. **Primeira Grammatica da Infancia**. 3ª ed. Belém-Pa: Typ. e Enc. de P. Barbosa, 1897.

BRITO, Paulino Almeida de. **Grammatica Primaria da Lingua portugueza**. 26ª ed. Paris: Jablonski, Vogt & Cie, Pará, 1943?.

OUTRAS FONTES:

ARAÚJO, Jefferson Santos de. *Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método monitorial/mútuuo no Brasil do século XIX*. Cadernos da Pedagogia, São Carlos, ano 4, v. 4 n. 7, p. 86-95, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/179/105>, Acesso em: 1 outubro. 2018

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos* (org). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v, 5.

BRAGA, Theodoro. *História do Pará*. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.

BITTENCOURT, Circe. Em foco: história, produção e memória do livro didático. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 2004b, v. 30, n. 3. pp. 471-473.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. In: LIMA, Nestor dos Santos. *Um século de ensino primário*. Natal: Typografia d'A República, 1927.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização*. São Paulo, 1972. (Mimeog.)

COELHO, Maricilde Oliveira. **O livro didático no Pará da Primeira República**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3128.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2020.

_____, Maricilde Oliveira; SILVA Rodrigo Antônio da. *Fazer o mestre e o discípulo cidadão: revistas pedagógicas e identidade do professor republicano (1900-1919)*.

Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/ZJLzYhCy.doc. Acesso: em 2 de outubro de 2018.

_____. *O livro didático no Pará da Primeira República*. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3128.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. *Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à Pátria: o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira Vilhena Alves*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/PARA%20DESPERTAR%20NO%20CORACAO%20DA%20MOCIDADE%20O%20SENTIMENTO%20DE%20AMOR%20A%20PATRIA.pdf>. Acessado em: 02 de agosto de 2018.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense 1852-1910**. Tese de doutorado - Universidade Estadual De Campinas Faculdade De Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de Leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã*. Raimunda Dias Duarte/ Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância**. *Filologia E Linguística Portuguesa*, 2010, 12(1), 69-90. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v12i1p69-90>. Acesso em 11 de jan de 2020.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *A escola normal da província do grão-pará no império*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/A%20ESCOLA%20NORMAL%20DA%20PROVINCIA%20DO%20OGRAO-%20PARA%20NO%20IMPERIO.pdf>

Império do Brasil. Disponível em: <http://imperiobrazil.blogspot.com/2013/07/constituicao-do-imperio-do-brasil-1824.html>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. *O Patrono das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)*. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GALLY, Christianne de Menezes. *Construção das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj80YzhgqHeAhWBIJAKH Sj-BPUQFjABegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fsapientia.pucsp.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F14254%2F1%2FChristianne%2520de%2520Menezes%2520Gally.pdf&usg=A0vVaw2LOLlQZ2DwRxxHQiuh0Db>. Acesso em 31 de julho de 2017

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MACIEL, M. (1887) *Grammatica Analytica*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político- educacional republicana*. Felipe Tavares de Moraes. UFPA/PPGED.2011.

MORAES, Tarcísio Cardoso. *A engenharia da História: Natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOREIRA, Eidofe. *Obras Reunidas*. vol.VI, Belém: CEJUP, 1979

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Ed.UEL, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise do ensino* / Maria Helena de Moura neves – São Paulo: Editora UNISP, 2002.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. 1500 - 2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

ORLANDI, Eni P. *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. organizada: - Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. 300p.

PAULA, Camila. *Economia no Brasil Imperial – Primeira Parte*. Disponível em :<https://descomplica.com.br/blog/historia/economia-no-brasil-imperial-primeiraparte/>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *Ensino de português como elemento consciente de interação social: uma proposta de atividade com texto*. Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA, n. 17, p.189-198, 1996.

SILVA, Bruno Izaías da. *Graduação em História (Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS, 2008. Segundo reinado*. Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/segundo-reinado/>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

SILVA, Daniel Neves. *Primeiro Reinado*. História do mundo. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/primeiro-reinado.htm>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

SILVA, Adailton Soares da e SOUZA, Aneilton Oliveira de. *POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: Do império à República*. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE ano 5 n. 5 dezembro de 2011.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da Belle -Époque (1870-1910)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

SOUZA, Rosa de Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: um a proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau*. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

DOCUMENTOS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008*. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de

Edições Técnicas, 2016.p.496. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 2 de outubro de 2018.

DOCUMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAENSE. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewjt_LWxqIneAhXEepAKHa7SDIEQFjAAegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fhistedbr%2Farticle%2Fdownload%2F8639969%2F7530&usg=AOvVaw3wflPcBirr7mv7RCc6Yj_G. Acesso em: 2 de outubro de 2018.

OCEANO DE LETRAS. *Academia Paraense De Letras*. Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/2010/04/04/academia-paraense-de-letas/> . Acesso em 29 de setembro de 2018.

7

A LEGITIMIDADE DO MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA *COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES* DE PAULINO DE BRITO (1907)

Rosenita Fernandes Braga ¹

Raimunda Dias Duarte

Não é de agora que os escriptores brasileiros nutrem a convicção de que, para accentuar vigorosamente o character da nossa literatura, é preciso ceder ahi um grande logar á acção do povo, com sua indole, com seus costumes.

Paulino de Brito

INTRODUÇÃO

A língua é o elemento principal capaz de revelar todas as transformações ocorridas nas relações dos sujeitos na esfera social. As relações sociais, sejam elas contínuas ou efêmeras, perpassam pela língua. Por isso, Volochínov (2021 [1929]) ao tratar do estudo da linguagem, afirma que ela não pode ser dissociada dos sujeitos e do contexto histórico, uma vez que há uma relação dialógica entre esses elementos, os quais estão presentes nas esferas das comunicações humanas.

Desta maneira, estudar a língua a partir do ponto vista discursivo é importante para compreendermos as relações sociais, históricas e culturais que influenciaram as variações linguísticas do final do século XIX e início do século XX, e na forma de conceber o fenômeno da variação.

¹ Mestranda em estudos linguísticos PPGL(UFPA). Professora de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Tomé-Açu/Pará. E-mail: nyta_braga@hotmail.com

Neste trabalho, desenvolvo um estudo discursivo a respeito da legitimidade do modo de falar brasileiro no início do século XX. Tomo como objeto de estudo a obra paraense “Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito (1907), a qual trata da forma legítima de falar brasileiro. O intelectual do Pará se opõe ao gramático português Candido de Figueiredo. Este, de forma pejorativa, denomina o modo de falar no Brasil de *brasileirismo*.

A obra sob análise foi publicada num contexto em que havia uma supervalorização da cultura europeia no Brasil, em particular por parte da elite. Essa importação de cultura refletia diretamente na valoração dos padrões linguísticos. Brito, educador do estado do Pará, é autor de várias gramáticas e romances. Ganhou notoriedade internacional ao responder criticamente ao renomado gramático português. O autor paraense defende, na sua obra, uma língua propriamente brasileira, caracterizada pelos seus diferentes usos.

No estudo, busco analisar os discursos escritos por Paulino de Brito que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes”, em consonância com o contexto sócio-histórico e cultural do início do século XX, no Brasil. Dessa maneira, nos enunciados analisados da obra confronto dois pontos de vista, que envolvem as ideologias defendidas por Paulino de Brito como resposta às ideologias defendidas por Candido de Figueiredo. Para a análise discursiva, utilizo os pressupostos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo Círculo de Bakhtin, tomando como categorias de análise: a ideologia, a alteridade e a polifonia.

O presente estudo está dividido em três partes. Na primeira parte discuto sobre a orientação teórico-metodológica do estudo. Discorro sobre os postulados do Círculo de Bakhtin, dos quais destaco as categorias:

ideologia, alteridade e polifonia. Em seguida, discorro sobre a metodologia usada na pesquisa, o objeto e os objetivos, e a técnica de análise dos dados. Na segunda parte, discuto sobre as ideologias educacionais no final do século XIX e início do século XX no Brasil e faço um breve estudo sobre a vida de Paulino de Brito e a educação no Pará. Na terceira e última parte, analiso com base na ADD, os discursos inscritos sobre o modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes”.

1 ORIENTAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA

A base teórico-metodológica da presente pesquisa está ancorada na Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo círculo de Bakhtin. Para analisar que discursos deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes” no início do século XX, discuto, a seguir, alguns conceitos da ADD e a metodologia da presente pesquisa.

1.1 A ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Brait (2006, p. 8) orienta que “o conjunto das obras do *círculo* motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários”. O *círculo* sustenta um estudo em que língua, linguagem, relação histórica e sujeito são indissociáveis. Brait reforça a ideia de que apresentar a ADD, nessa perspectiva é

Conceber os estudos da linguagem como formulações em que o conhecimento é concebido, produzido e recebido em contextos históricos e culturais específicos e, ao mesmo tempo, reconhecer que essas atividades intelectuais e/ou acadêmicas são atravessadas por idiosincrasias

institucionais e, necessariamente, por uma ética que tem na linguagem, e em suas implicações nas atividades humanas, seu objetivo primeiro (BRAIT, 2009, p. 10).

Isso implica dizer que a linguagem assenta seu estudo no diálogo, considerando que as relações discursivas são desencadeadas por sujeitos historicamente organizados, gerando atitudes responsivas. A teoria tem como eixo principal a linguagem, considerada o maior fenômeno social da interação verbal (Faraco, 2009, p. 142). A linguagem é o espaço onde são estabelecidas as relações dialógicas no sentido amplo. A língua, sendo o mecanismo mais importante que os sujeitos possuem na esfera de comunicação, não pode ser desvinculada das relações sociais (contexto histórico-cultural). A língua participa ativamente do processo discursivo, da interação entre os sujeitos, concretizando, assim, as relações dialógicas.

Segundo Faraco (2009, p. 68), a dinâmica das relações dialógicas “não aponta apenas na direção das consonâncias, mas também nas multissonâncias e dissonâncias”. Essas relações podem suscitar tanto o acordo, o mútuo, quanto à contraposição, o embate, o conflito. Esse ponto de vista revela que as relações dialógicas encontram-se nas fronteiras discursivas e estão em constante tensão.

A partir, dos pressupostos do Círculo sobre a ADD, considera-se a importância da teoria para o desenvolvimento deste trabalho, o qual busca analisar, do ponto de vista dialógico, os discursos dos sujeitos, levando em consideração os outros discursos e os outros sujeitos envolvidos no processo discursivo na obra ‘Colocação dos Pronomes’. para analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes” sobre o fenômeno da

colocação dos pronominal no início do século XX discuto, a seguir 3 categorias da ADD: ideologia, alteridade e polifonia.

1.1.1 IDEOLOGIA

Volochínov (2021 [1929]) ao tratar da ideologia postula que é um evento dialógico concebido nas relações sociais. A linguagem é o espaço onde é percebida claramente a materialização dos fenômenos ideológicos, por isso, “a palavra é o fenômeno ideológico par excellence (VOLOCHÍNOV, 2021 [1929] p. 98) O signo (palavra), sendo ideológico, possui natureza social, palavra e ideologia são indissociáveis, uma vez que no plano da criação ideológica, eles (signo e ideologia), complementam-se e correspondem-se entre si, por isso não pode haver ideologia sem o signo. O teórico reitera que cada signo ideológico não é apenas o reflexo do mundo, mas também o fragmento da realidade “Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade” (VOLOCHÍNOV, 2021 [1929] p. 94).

Conforme as considerações feitas por VOLOCHÍNOV, 2021 [1929]) o signo também é revestido de significado, sentido e valor. O significado está diretamente ligado aos elementos reiteráveis e estáveis do sistema linguístico (GRILLO, 2006, 139). O sentido, por sua vez, é a expressão de uma situação, uma história concreta. O significado e o sentido apontam também para o tom valorativo, a avaliação, o juízo de valor que a palavra recebe dependendo do contexto, o qual ela está inserida. Para Volóchinov (2019, [1926], p.118) “[...] as avaliações englobam, junto com a palavra, a situação extraverbal do enunciado.” A situação extraverbal corresponde aquilo que não está dito explicitamente no enunciado, mas

pode ser compreendido a partir do seu contexto social. As avaliações sociais, juízo de valor, tom avaliativo que atravessam a palavra refletem e refratam o horizonte social mais próximo que os interlocutores estão inseridos na situação comunicativa

Implica dizer que o signo apresenta um ponto de vista, uma dimensão valorativa, em relação a outros signos ideológicos. É o entrecruzamento de índices de valores diferentes que dá ao signo um caráter vivo e dinâmico. Esses índices de valores contraditórios atravessam a obra “Colocação dos Pronomes”, objeto de estudo deste trabalho, e a obra ‘O Problema da Colocação de Pronomes’ de Candido de Figueiredo, que é uma réplica à obra de Brito sobre a discussão do fenômeno da colocação pronominal. A publicação do autor Português foi editada muitas vezes e teve grande circulação no Brasil e em Portugal. Dessa forma, parece ter tido maior valoração, enquanto que a obra do autor Paraense só registra uma edição (DUARTE, 2015, p. 96).

O signo, por ser revestido de valores diferentes, não apresenta apenas uma realidade, por isso, Bakhtin orienta que, na medida em que o signo reflete o mundo, ele também o refrata, faz referência às diversas interpretações do mundo de acordo com seu momento sócio-histórico. Faraco (2009, p. 51) argumenta que “a refração é o modo como se inscrevem nos signos a diversidade e as contradições das experiências históricas dos grupos humanos”.

Nesse sentido, sendo as atividades humanas heterogêneas e diversas, os signos não podem se restringir à univocidade, mas assentam-se na multiplicidade das experiências vividas e vivenciadas pelos sujeitos. Essas vivências situam-se em determinado momento, na arena ideológica, e podem confrontar-se, esses aspectos comprovam que signo e ideologia podem refletir ou refratar múltiplas realidades.

1.1.2 ALTERIDADE

Bakhtin, ao tratar da existência do sujeito, preconiza que “nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse” (BAKHTIN, 1997, p. 55). A existência do ‘eu’ está centrada no ‘outro’, ou seja, o ‘eu’ encontra-se na direção do ‘outro’, que lhe responderá dando um tom valorativo. Pressupondo que não existe individualidade até o ‘eu’ achar-se no ‘outro’, a relação de alteridade eu/outro é um universo de valores. Esse mesmo mundo ao relacionar-se com o ‘eu’ ou com o ‘outro’, obterá índices de valores diferentes (DUARTE, 2015, p. 53). Esse universo corresponderá aos diferentes valores sociais possíveis na relação ‘eu’ e ‘outro’.

Para fomentar a existência da alteridade, Bakhtin (1997, p. 314) postula que “a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do ‘outro’.” A efetivação da experiência verbal individual só toma contorno quando é percebida no processo de interação com o ‘outro’, ou seja, o enunciado do ‘outro’ dá um tom valorativo ao ‘eu’. É na relação com o ‘outro’ que nos constituímos. Nesse sentido, Bakhtin (1997) reitera:

Para dar vida à minha imagem externa e fazê-la participar do todo visível, devo reestruturar de alto abaixo a arquitetônica do mundo de meu devaneio introduzindo-lhe um fator absolutamente novo, o da validação-emotiva da minha imagem a partir do outro e para o outro (BAKHTIN, 1997, p. 50).

Bakhtin (1997, p. 55) reafirma esse posicionamento, argumentando que o ‘eu’, ao reporta-se à sua própria imagem, reflete apenas as unidades fragmentárias que tem de sua expressividade. O ‘eu’ assenta-se,

posiciona-se, em relação ao ‘outro’ e, a partir dessa tomada de posição, obtém índices de valores diferentes. Nessa relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’, há a percepção do **eu - para - o - outro** -, isto é, aquilo que represento para o outro ou a forma como me mostro no campo da visão do outro. **O eu- para mim**, a percepção que eu tenho de mim ao olhar o outro, e o **outro - para -mim**, a contemplação, o juízo de valor que eu tenho do outro (BAKHTIN, 1997, p. 43-45).

Na discussão de Paulino de Brito, pode-se observar que, na relação do ‘eu’ (Brasil) com o ‘outro’ (Portugal), os índices de valores que recaem sobre cada um são diferentes. O ‘outro’, numa suposta posição superior, por encontrar-se no centro do mundo (Europa), prescreve quais valores e padrões linguísticos devem ser adotados pelo ‘eu’ (Brasil), que é visto em posição inferior (periferia), submetido aos padrões impostos pela Europa.

1.1.3 POLIFONIA

Segundo Discini (2006, p. 72), a noção de polifonia proposta por Bakhtin “diz respeito à multiplicidade de vozes que, orientadas para fins diversos, se apresentam libertas do centro único incorporado pela intencionalidade do autor”. No texto ecoam vozes independentes das do autor, ou seja, são múltiplas vozes que se entrecruzam e constituem o sentido do texto.

Ao tratar do sentido do enunciado, Bakhtin (1997, p. 342) reitera “que as relações do sentido entre enunciados distintos são de ordem dialógica (ou, pelo menos, têm matiz dialógico), o sentido se distribui entre diversas vozes”. Ao entender que o enunciado está assentado nas relações dialógicas, o teórico orienta que eles se encontram com outros

enunciados e estabelecem uma relação de confronto entre as vozes que ora irão concordar entre si, ora irão opor-se.

O sujeito, na atmosfera das múltiplas relações de interação social, não absorve apenas uma voz social, mas apodera-se das inúmeras vozes sociais, as quais podem estar em consonância ou em atrito. Desse modo, considerando que “a realidade linguístico-social é heterogênea, nenhum sujeito absorve uma só voz social, mas sempre muitas vozes” (FARACO, 2009, p. 84). É na esfera das atividades humanas que os sujeitos relacionam-se, interagem, trocam diversas experiências (sejam elas contínuas ou efêmeras) e apropriam-se de diferentes vozes sociais.

Duarte (2015, p. 55) reitera que “é no contexto ideológico que as múltiplas vozes emergem e se entrecruzam. O sujeito se apropria dessas vozes. Às vezes, dá um tom pessoal a elas. Outras vezes, as reproduz tais qual o discurso do outro”. As múltiplas vozes são dinâmicas e podem revelar diferentes pontos de vista. Os discursos de Paulino de Brito, sobre o modo de falar brasileiro no início do século XX, são atravessados por vozes sociais que legitimam as variações na língua portuguesa em conformidade com o contexto social do Brasil.

1.2 METODOLOGIA

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, há uma considerável expressividade da transmissão de valores, ideias civilizatórias e culturais importadas da Europa. Em paralelo com essa ideologia, há uma ideologia que pensa sobre as questões do povo brasileiro. Leva-se em consideração a língua, a cultura, os costumes, os hábitos enraizados na história do povo (DUARTE, 2015, p. 104-5). Nesse contexto social, a

escola se torna um dos responsáveis por despertar no cidadão brasileiro o espírito nacionalista e a valoração da sua língua.

A obra ‘Collocação dos Pronomes’, de Paulino de Brito, é o objeto de estudo deste trabalho. O compêndio foi publicado em 1907, no estado do Pará. É um livro que reúne vários artigos escritos pelo autor Paraense² em resposta a Candido de Figueiredo, gramático português, sobre o fenômeno da colocação de pronomes. O objetivo não é trabalhar a obra toda, mas alguns enunciados que são atravessados por vozes sociais que comprovam a legitimidade do modo de falar brasileiro e referendam a valorização da identidade nacional. Dessa maneira, serão analisados 14 enunciados (escritos) da obra “Collocações dos Pronomes”.

O período relacionado à análise, concentra-se no final do século XIX e início do XX. Delimito 1891 como ano inicial de pesquisa, ano da publicação da primeira edição da obra ‘Lições práticas de Língua Portuguesa’, de Candido de Figueiredo. Foi à essa gramática que Paulino de Brito respondeu em sua obra. A data final é 1907, ano da publicação da obra ‘Collocação dos Pronomes’.

A discussão levantada pelo autor paraense no início do século XX, sobre a legítima variação do português brasileiro, me chamou a atenção, pois o intelectual tenciona debater sobre uma língua eminentemente brasileira, passível de variação, e deixa ecoar vozes que valorizam a cultura brasileira. Nesse sentido, desenvolvo o tema: **A legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907)**. No desenvolvimento do tema, levantei a seguinte questão: Que discursos deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra de Paulino de Brito no início do século XX?

² Paulino de Brito nasceu no Estado do Amazonas, mas sua vida educacional e intelectual foi no Pará, especificamente em Belém.

Para responder a essa pergunta, delimito como objetivo geral da pesquisa:

Analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito sobre a colocação pronominal no início do século XX.

Para alcançar esse objetivo, pretendo:

- a) Compreender as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX no Brasil.
- b) Entender a importância de Paulino de Brito para a educação no Pará.
- c) Analisar as vozes sociais que legitimaram o modo de falar brasileiro nos discursos de Paulino de Brito na obra ‘Collocação dos Pronomes’.
- d) Analisar as vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade.

A partir do tema delimitado e dos objetivos estabelecidos pretendo analisar os discursos escritos da obra ‘Collocação dos Pronomes’ sobre o modo de falar brasileiro, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD), preconizada pelo círculo de Bakhtin.

Volóchinov (2021, [1926], p.219), preconiza que “[...]” o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante”. Para Bakhtin, a linguagem é o principal eixo para compreender as relações dialógicas. É a partir da língua que se dá todas as manifestações sociais dos sujeitos, portanto, a língua não pode ser desvinculada dos sujeitos, e nem das transformações sociais ocorridas nos diferentes contextos sócio-históricos. Diante dessas considerações, nota-se a relevância da teoria para

a análise das ideologias sócio históricas e linguísticas defendidas por Paulino de Brito na obra estudada.

Para alcançar os objetivos definidos, busco fazer um diálogo entre os discursos defendidos por Paulino de Brito, na obra sob análise, e as categorias discutidas pelo Círculo de Bakhtin. Nessa perspectiva, estabeleço como eixos de análise: a) O brasileirismo na colocação de pronomes: a relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’; b) As vozes sociais que legitimam a variação linguística do modo de falar brasileiro; c) As vozes sociais que legitimam o modo de falar brasileiro na contemporaneidade.

São analisados os enunciados escritos da obra “Colocação dos Pronomes” que tratam de forma legítima sobre a variação da língua portuguesa falada no Brasil, de acordo com seu contexto sócio-histórico e cultural. Os trechos analisados são fiéis à ortografia da obra, publicada em 1907.

Paulino de Brito foi um educador que se mostrou afinado às ideologias educacionais da época dele, uma das quais buscava a valoração da língua nacional, de acordo com as questões do povo brasileiro. Discorro, na próxima seção, sobre as duas principais ideologias educacionais do final do século XIX e início do século XX, no Brasil, e sobre Paulino de Brito e a educação no Pará.

2 AS DUAS PRINCIPAIS IDEOLOGIAS EDUCACIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

A virada do século XIX ficou marcada pela instauração da República no Brasil. Apesar dessa alteração no regime político do país, o poder continuava nas mãos da elite (oligarquia), ou seja, a ideologia sobre cultura, educação e modernização continuavam sendo valorizadas pelas classes mais abastadas.

Duarte (2015, p. 105) atesta que

No final do século XIX e início do século XX, o governo brasileiro impõe-se como instituição dominante e usa a escola como foro privilegiado de suas intenções, uma das quais é inserir o país na lógica econômico do desenvolvimento industrial da Europa.

Desta maneira, a escola tornou-se um importante instrumento de (in)formação. Se, por um lado, havia uma ideologia que buscava a educação nos moldes europeus, por outro, existia uma ideologia que defendia a necessidade de instruir o cidadão brasileiro com base nos usos e costumes brasileiros.

A educação, nesse contexto, é pensada principalmente para beneficiar a elite brasileira que, por sua vez, se preocupava em educar seus filhos nos moldes da cultura europeia, sinônimo de “civilização”. Dessa maneira, mantém-se a desigualdade entre os pobres e os ricos na recém-república (RESTAINO, 2005, p. 25). No entanto, paralelamente a essa ideologia educacional voltada para elite, “há uma ideologia baseada nas ideias nacionalistas que valorizaram a cultura nacional, a qual vai desde a educação moral e cívica até o ensino da leitura e da escrita” (DUARTE, 2015, p. 106).

Duarte (2015) explica que José Veríssimo foi um dos defensores da educação nacional, voltada para questões do povo brasileiro. O intelectual critica a desvalorização da cultura brasileira e a expressiva valorização do ensino nacional, baseado em outras culturas, como por exemplo, a francesa. Os manuais de ensino se tornaram também um instrumento fundamental na representação de valores culturais “civilizados”. As gramáticas escolares eram norteadas pelo modelo de língua europeu (Portugal).

Veríssimo defendia que se fazia necessário a implantação de uma educação legitimamente brasileira, na forma e no espírito. O educador fazia parte de um grupo de intelectuais que defendia uma educação legitimamente nacional, em consonância com as questões do povo brasileiro. No entanto, também havia escritores muito integrados aos gostos da elite, como por exemplo, Olavo Bilac que, na segunda fase republicana sob o entusiasmo pela educação, fez conferências que estimularam, em 1916, a formação da liga de defesa nacional que tencionava, por meio do exército, combater os problemas da moral do país e, através da instrução (educação), retirar o povo da ignorância (RESTAINO, 2005, p. 42).

A tarefa de reorganizar a educação nacional demandou um longo período, uma vez que, durante todo o império, a política, a economia e outras questões sociais estiveram restritas à elite. Então, mudar o cenário da educação na República tornou-se um trabalho desafiador, pois, ao mesmo tempo em que se tinha discussões sobre a valorização da educação nacional voltada para questões do povo, a ideologia de educação “civilizadora” ainda estava muito presente na sociedade elitista brasileira.

Em virtude dos discursos sobre civilização e progresso postulados na República, baseados no modelo francês, a elite brasileira buscava estar afinada à cultura europeia. Dessa forma, as críticas feitas por José Veríssimo e outros intelectuais brasileiros, como Rui Barbosa, tornava-os desalinhados com a ideologia educacional valorada pela elite brasileira, a qual primava pela “boa” educação nos moldes europeus.

Segundo Restaino (2005, p. 39), a produção cultural brasileira também contribuía para a manutenção da valoração da cultura educacional europeia, pois “nossos autores procuraram manter-se culturalmente

vinculados aos padrões europeus, principalmente parisienses”. A produção literária, na maioria das vezes, era voltada para a elite, que possuía domínio da leitura e tempo para ler. Nesse sentido, havia a necessidade de atender a esse público elitizado, que roga pela ‘civilização’ e tem o gosto pela boa linguagem, prescrita pelo padrão português. Nota-se que, em meio a todas essas questões, muitos escritores brasileiros não conseguem romper com a tradição europeia e deixam de explorar, na sua literatura, as questões nacionais do povo brasileiro.

Em 1890, passado um ano da instauração da República, ainda permanecia a descentralização política proposta em 1834³. Benjamin Constant, Ministro da secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Influenciado pela corrente positivista, baixa o decreto n. 981, o qual buscava reformar o ensino primário e secundário no Distrito Federal e poderia servir como base para outros Estados. O decreto prevê que o ensino primário seja livre e gratuito. A educação primária se compõe de escolas primárias de 1º grau (alunos de 7 a 13 anos) e escolas primárias de 2ª grau (alunos de 13 a 15 anos). O 1º grau se subdivide em três cursos: o elementar, o médio e o superior (DUARTE, 2015, p. 107).

Cinco anos após a reforma proposta por Benjamin Constant, foi publicado o livro escolar *Antologia Nacional* (1895), de Carlos Laet e Fausto Barreto. O compêndio serviu como modelo norteador do ensino de leitura no Brasil, num momento em que se tinha uma grande valorização do ensino da língua nacional e a cultura como elemento principal dessa afirmação, a obra, em tese, viria para sanar a lacuna que havia em

³A partir do Ato adicional de 1834, houve uma mudança no sistema educacional Brasileiro, pois passou a ficar a cargo das províncias a responsabilidade pela instrução pública, cujo objetivo era descentralizar o poder que o império detinha sobre a educação primária e deixá-la a cargo das províncias.

obras legitimamente brasileiras (de autores brasileiros) que tratassem das questões do povo.

A obra não deixou de estar atrelada ao modelo linguístico de Portugal, uma vez que, referendava, principalmente, os textos de escritores consagrados da literatura portuguesa para fundamentar o ensino do 'bom' português. Obteve várias edições, o que demonstra a sua grande aceitação naquele contexto da educação nacional. Por outro lado, os textos de escritores brasileiros que tratavam de questões delicadas do contexto sócio-histórico e cultural do Brasil aparecem de forma ponderada, a fim de não contrariar os ideários de civilidade e progresso valorizados pela elite.

Desta maneira, Restaino (2005) revela que houve a omissão de questões polêmicas do povo brasileiro na Antologia Nacional, como, por exemplo, a questão do negro. Ao citarem Castro Alves (um dos principais autores abolicionistas), os autores não quiseram polemizar e escolheram a obra "O livro e a América", que não trata do tema. Dessa forma,

Não ousando trabalhar o assunto, perderam a chance de auxiliar na formação da mentalidade da elite brasileira e, mais uma vez, não reforçam o assunto sobre o preconceito que já era bastante acentuado na sociedade brasileira. Outro tema nacional da época que não foi abordado pela Antologia Nacional é o sertão. Ai, mais uma vez, temos um assunto delicado e polêmico (RESTAINO, 2005, p.83).

Nesse sentido, nota-se que, apesar de ter-se a ascensão de uma ideologia educacional que busca a valorização da cultura e da língua nacional, não há efetivamente um ensino voltado aos temas nacionais e nem condições de acesso à educação para todas as classes sociais. Desse

período, atesta-se que há uma dualidade entre as duas principais ideologias educacionais debatidas no Brasil no final do século XIX e no início do século XX.

Esse ponto de vista se confirma ao se perceber a seletividade que houve, nas aulas de leitura, sobre os assuntos e textos que convinham para a educação das crianças e jovens brasileiros. É privilegiada a ideologia que tenciona formar e civilizar o indivíduo de acordo com os interesses da elite, atrelada aos padrões de cultura estrangeira, a fim de mostrar-se afinada com o que vinha de melhor de além-mar. Duarte (2015, p. 112) confirma esse posicionamento ao dizer que

Nas aulas de leitura não cabia tratar das coisas e dos temas nacionais, pois muitos não convinham à formação das crianças e jovens, filhos de senhores de escravos da elite brasileira. Os temas que mais interessavam eram os que provinham da Europa.

Não era conveniente (e ainda não é) para a elite, incutir nos seus filhos as questões nacionais, como o negro, o sertão, visto que, do ponto de vista deles, não era sinônimo de civilidade e nem de progresso. Por isso, eram priorizados os temas europeus. Se, por um lado, a elite dispunha de escolas para a educação de seus filhos, por outro lado, “a camada popular continuou marginalizada e fora da escola, em virtude de que o ensino primário no período republicano não recebeu maiores atenções” (CLARK, s/d. p. 11). A implantação do ensino primário gratuito não veio acompanhada de políticas de incentivo e nem de condições que possibilitassem aos indivíduos ter acesso ao ensino. Esse é um dos fatores responsáveis pelo afastamento da classe popular da escola e acabou contribuindo para os altos índices de analfabetismo na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil.

A atenção maior esteve voltada para o ensino superior, pois mantinha-se o tradicionalismo de formar a elite. “Dessa maneira, o ensino superior continuou com a função de formar doutores e bacharéis de direito, assegurando a esses a ascensão social” (CLARK, s/d. p.11). A sociedade brasileira permanece sob influência dos discursos de modernização e civilidade, que poderiam ser alcançados a partir de profissões (direito, medicina) valoradas naquele contexto histórico.

No Pará, Paulino de Brito, na obra ‘Colocação dos Pronomes’, discute sobre o fenômeno da colocação dos pronomes e referenda o espírito nacionalista na legitimidade do modo de falar brasileiro. O autor defende, na sua obra, o desprendimento das formas linguísticas impostas por Portugal e legitima a linguagem nacional como principal característica da identidade do povo brasileiro. Devido sua profissão como professor em Belém, assim o fez de forma esclarecedora e acessível. Desta maneira,

Paulino de Brito demonstrou e defendeu as diferenciações linguísticas, as diferenciações de falar e de escrever entre os dois países, tendo como opositor a Candido de Figueiredo, então havido por brasileiros e portugueses como a suprema autoridade (PARÁ, 1970, p. 22).

Num momento em que havia uma grande credibilidade atribuída às obras de autores estrangeiros, Paulino de Brito se mostrava com autoridade superior. Responde criticamente à ideologias regida pela Europa, que valoriza apenas uma forma “correta” de falar e escrever e contesta esse ponto de vista, ao argumentar que privilegiar somente essa ideologia era desconsiderar a dinamicidade da língua e as formas de linguagem enraizadas na história do povo.

2.1 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO PARÁ

Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, em 9 de Abril de 1858. Seus pais se chamavam Paulino de Almeida Brito (capitão engenheiro da artilharia) e Ricarda de Almeida Brito. Aos 4 anos de idade, devido ao exercício do trabalho do pai, foi morar com a família na província de Mato Grosso. Estavam há pouco tempo residindo ali, quando eclodiu a guerra do Paraguai. Mato Grosso foi invadido pelos rivais e seu pai, tendo que cumprir o exercício de Capitão da artilharia, acompanhou a sorte de seu batalhão. Em virtude da guerra sangrenta, em 1868, morria em campanha, deixando sua família órfã.

Em 8 de julho de 1870, Paulino, com cerca de 12 anos de idade, chegava à Belém junto com sua família. Sua instrução primária foi no colégio “Santos Inocentes”, fundado em Belém, dirigido pelo Cônego Antônio Gonçalves da Rocha. Durante a adolescência, devido seu amadurecimento precoce e necessidade de ajudar a família, viu logo que precisava ir trabalhar (PARÁ, 1970, p. 104). Tendo procurado trabalho em diversos ramos, acabou entrando para o jornal “Liberal do Pará”, a fim de aprender o ofício da tipografia. No jornal, exercia o cargo de tipógrafo, porém, pouco tempo depois, ganhou destaque entre seus companheiros de trabalho e começou a publicar as suas primeiras produções, as quais revelaram seu talento como escritor. Devido a sua habilidade como escritor, logo subiu ao cargo de repórter e noticiarista (PARÁ, 1970, p. 104-105).

Nesse mesmo período, Paulino de Brito formou-se na Escola Normal e iniciou a carreira no magistério. Em 1884, partiu para São Paulo, onde cursou a faculdade de direito. Acabou concluindo seu curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife (profissão

que nunca exerceu). Em 1889, formou-se em meio às aclamações do advento da República. Retornou ao Amazonas. Casou-se com Dona Hermínia de Amorin Brito, de cujo matrimônio nasceram três filhos. Mais tarde, casou com Dona Maria Dias de Brito. Do novo casamento nasceu um filho, José Vicente.

Paulino de Brito, não tendo nascido no Pará, mas no Amazonas, teve entretanto, a sua vida intelectual, a sua vida literária, sua vida de professor no Pará, especificamente em Belém (PARÁ, 1970, p. 12). Mas foi no magistério sua principal ocupação, pois

lecionava nos institutos oficiais, mas em caráter de interinidade. Vagou, porém a cadeira de português da Escola Normal, e foi posta em concurso. Paulino conquistou-a revelando por essa ocasião, além de notável erudição, a palavra, clareza de exposição e um admirável sentimento de método e precisão (PARÁ, 1970, p. 106).

O caráter irreverente do intelectual deu-lhe notoriedade como professor, jornalista e filólogo, ciência na qual havia se especializado e possuía uma vasta experiência. Seu comprometimento como educador lhe possibilitou viver do ensino, “para o ensino, pelo ensino, numa própria encarnação do magistério. Por isso, não gostava que o chamassem de doutor. Professor, sim, era o tratamento que desejava, que pedia” (PARÁ, 1970, p. 29-30).

No período (final do século XIX) em que Paulino de Brito exercia o magistério em Belém, “o ensino da língua vernácula recebera[...] nova orientação, que modificou na gramática os velhos métodos e a antiga terminologia” (PARÁ, 1970, p. 106). O caráter inovador da iniciativa, bem como a falta de clareza nas gramáticas a respeito das novas orientações de ensino, deixava professores e alunos numa situação confusa.

Brito, no papel de professor, defrontava-se com dificuldades, uma vez que não se tinha um material esclarecedor que fosse capaz de nortear as novas orientações do ensino da língua. Foi então, que ele (Paulino de Brito) tomou a iniciativa e sugeriu tornar acessíveis aos seus alunos as noções das primeiras orientações do novo ensino. Nesse sentido, compôs a sua primeira gramática elementar:

considerado um reduzido compêndio; mas pela forma, pela clareza, pela sistematização e pela limpidez com que é exposta a matéria constituiu um passo decisivo para a situação caótica existente, desoprimindo a mocidade escolar dos tropeços em que se debatia (PARÁ, 1970, p. 107).

A obra foi tão bem recebida que foi aprovada e recomendada pelos conselhos de instrução Pública do Pará, do Amazonas e do Rio de Janeiro. Desta forma, o educador contribuiu não só para a educação paraense, mas também para a nacional. A forma clara com que Brito tratava a linguagem brasileira o diferenciava dos demais gramáticos de sua época, que em sua maioria tratavam as questões da língua nacional de maneira complicada e distante do contexto sócio-histórico e cultural dos brasileiros.

Esses aspectos tornaram Paulino de Brito um intelectual à frente de seu tempo. Ele possuía um vasto conhecimento sobre a linguagem e deixou ecoar nas suas obras vozes sociais que legitimam o uso da língua nacional de forma natural, de acordo com o contexto histórico e as relações sociais dos sujeitos.

O educador paraense é autor de livros de poesias. Escreveu: 'Noites em Claro' (1888), 'Cantos Amazônicos' (1900) e 'Histórias e Aventuras' (1902). Como gramático e filólogo da língua, escreveu: 'Novo Método de leitura', 'Gramática Primária da Língua Portuguesa', 'Gramática

Complementar da Língua Portuguesa’, ‘Colocação dos Pronomes’ (1907), ‘Brasileirismo’ (1908) (PARÁ, 1970, p. 277).

Como educador paraense, foi fundador do colégio “São Vicente de Paulo”, e publicou os “preciosos livros didáticos que estiveram em uso durante muitos anos nas escolas do Pará e do Amazonas (PARÁ, 1970, p.42).

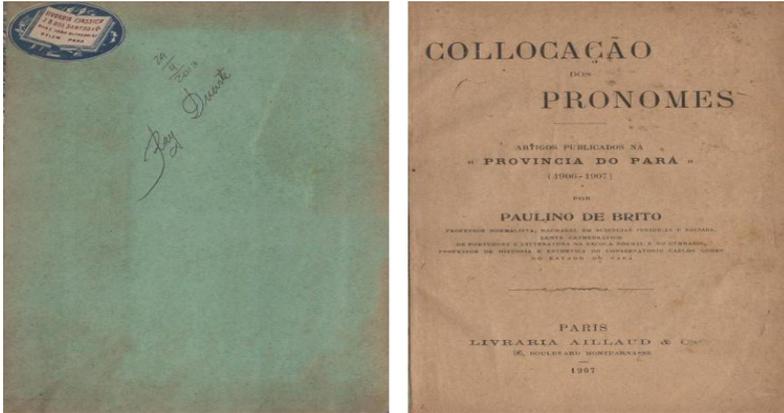
Devido seus trabalhos desenvolvidos no ramo da literatura, Brito fez parte de várias associações culturais e agremiações culturais em Belém, como por exemplo, Mina literária, Sociedade dos Estudos Paraenses e Academia Paraense de letras. O educador também esteve engajado em questões sociais, como a abolição da escravidão. Essas participações contribuíram para torná-lo um notável educador do Pará, no final do século XIX e início do XX.

Católico praticante, o jornalismo e o magistério tomaram parte de suas ocupações, principalmente na luta em prol do desenvolvimento das ideias religiosas e da formação nela baseada. Nos últimos 10 anos de vida, Paulino de Brito passou enfermo, porém, continuava colaborando com a imprensa, escrevendo artigos para jornais. Faleceu em Belém, dia 16 de novembro de 1919, aos sessenta e um anos.

A obra ‘Colocação dos Pronomes’ foi publicada em 1907, início do século XX, pela editora Aillaud e Cia, editada em Paris. É constituída de vários artigos escritos por Paulino de Brito, os quais fazem parte das respostas dadas a Candido de Figueiredo, devido às críticas feitas pelo gramático português ao modo de falar brasileiro, chamado por Figueiredo de brasileirismos.

A obra, como um gênero do discurso ‘suplemento às gramáticas portuguesas’, tem como função social discutir sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro no fenômeno da colocação de pronomes.

Imagem 1: Verso da capa e folha de rosto da obra
“Collocação dos Pronomes”, de Paulino de Brito



Fonte: Duarte, 2015.

Paulino de Brito, que tinha um vasto conhecimento sobre a língua, rebateu as críticas feitas pelo gramático português e argumentou sobre o silenciamento que os compêndios mantinham sobre o ponto de vista de Candido de Figueiredo ao modo de falar no Brasil. “A razão é que os compêndios, ainda os melhores, guardavam o silencio sobre o caso” (BRITO, 1907, p. 6). Percebe-se que não se discutia efetivamente sobre uma língua eminentemente brasileira, visto que, era mais fácil curvar-se diante das normas impostas pelos gramáticos, os quais ditavam regras baseadas no “bom português” de Portugal.

A seguir, com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD), analiso os discursos sobre o modo de falar brasileiro na ‘Collocação dos Pronomes’ e as vozes sociais que atravessam esses discursos.

3 ANÁLISE DOS DISCURSOS INSCRITOS SOBRE O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA OBRA 'COLLOCAÇÃO DOS PRONOMES'

Candido de Figueiredo, no primeiro volume da sua obra *Licções Práticas da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1891, ao analisar sintaticamente o verso “Um soneto pediste-me, criança”, de um poema que fora dado ao intelectual por um admirador, polemiza ao dizer que “Um soneto pediste-me... é um brazileirismo, que deve rejeitar-se em bom Português” (BRITO, 1907, p. 9). Paulino de Brito, a partir dessa crítica, trava uma discussão ideológica em que defende a legitimidade do modo de falar brasileiro, levando em consideração as ideologias presentes nos contextos sócio-histórico e cultural do país, especificamente do Pará.

Segundo Volóchinov (2021, [1929]) as manifestações das ideologias são atravessadas por um posicionamento social, por pontos de vistas, juízos de valor, os quais estão presentes no discurso. A República foi uma época dominada pelos discursos neoliberais de progresso e civilização, predominantemente oriundos da França. Havia uma supervalorização concebida à cultura europeia, a qual revela uma tentativa de modernizar e civilizar a sociedade brasileira. Busca-se, sobretudo, mascarar a pobreza e a marginalidade existente nas capitais brasileiras, a fim de apagar os vestígios do espírito colonialista que, por décadas, o Brasil carregava, e colocá-lo no contexto da modernidade.

Para a elite, é fundamental que haja a construção de uma nova imagem para a nação brasileira, capaz de representar modernidade, industrialização das cidades e, ao mesmo tempo, como disse acima, mascarar a pobreza da sociedade brasileira. Ou seja, tencionava-se apagar a visão de colônia e periferia que perduravam no Brasil.

Partindo dessas questões, analiso, nesta seção, os discursos escritos que legitimam o modo de falar brasileiro na obra “Colocação dos Pronomes”, e as vozes sociais que atravessam esses discursos.

3.1 O BRASILEIRISMO NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES: A RELAÇÃO ENTRE O ‘EU’ E O ‘OUTRO’

Conforme já tratamos neste estudo, no final do século XIX e início do século XX, o ensino da língua no Brasil era norteado pelas ideologias vindas de Portugal. As normas prescritas eram ditadas por intelectuais portugueses consagrados, como Candido de Figueiredo. A voz de autoridade era (e continua sendo) de Portugal. O modelo de linguagem a ser seguido era atravessado pelas vozes sociais representadas pela Europa, a qual tornou-se referência de civilização e progresso para o mundo. A ideologia que defende a preservação do padrão linguístico europeu é representada no discurso do gramático português, ao analisar o verso do soneto “um soneto pediste-me criança”.

A censura feita pelo intelectual português à forma de colocação do pronome oblíquo *me* revela, não apenas, uma repreensão à forma da colocação pronominal, mas é uma ideologia que reprime as maneiras peculiares do modo de falar brasileiro, pois a forma não se enquadra dentro dos padrões do bom português de Portugal. É a essa ideologia, que valora apenas uma forma de língua “correta”, que Paulino de Brito responde. E a partir desse ponto de vista, o autor paraense trava uma “briga” ideológica com o intelectual português. De maneira ativa e responsiva, o intelectual paraense defende a legítima variação da língua portuguesa no Brasil, respeitando a língua como processo ativo e dinâmico, concebido nas relações sócio históricas dos sujeitos. O

posicionamento do autor paraense está de acordo com que Bakhtin postula sobre compreender e responder ativamente um discurso, pois

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc. (A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenhe de resposta (BAKHTIN, 1907, p. 290)

A compreensão responsiva culminará na atitude responsiva, o autor paraense de forma ativa e responsiva, questiona: “*Deve rejeitar-se... deve substitui-se... Mas por que?*”. “*É um brasileiro... porque é brasileiro?*” (BRITO, 1907, p. 10). Ao fazer esses questionamentos, Paulino de Brito tenciona debater o porquê da maneira de falar no Brasil é considerada de menos prestígio do que a de Portugal, já que devia ser substituída pela forma portuguesa, e reitera seu ponto de vista ao argumentar:

Sendo, porém, os *brazileirismos* peculiaridades do falar brasileiro, e sendo a língua portuguesa susceptível de variar as suas fôrmas, póde succeder que os pretensos *brazileirismos* não passem de meras preferencias, dentro dos limites da correção gramatical e da vernaculidade (BRITO, 1907, p. 10).

O posicionamento assumido pelo autor paraense, ao responder a Candido de Figueiredo, legitima a língua portuguesa e seu caráter móvel, passível de variação, e mostra que as formas de fala no Brasil são distintas das de Portugal. Dessa forma, o *brazileirismo* não pode ser considerado um “erro” que deve ser repudiado. As formas peculiares do

modo de falar Brasileiro não deveriam ser valoradas de forma negativa porque são formas legítimas consagradas pelo povo brasileiro.

Ao utilizar o termo *brasileirismo*, o intelectual português coloca em evidência os índices de valores negativos em relação à língua propriamente brasileira e valora positivamente o padrão linguístico imposto pelo modelo europeu. Portugal, nesse contexto, está em evidência mundial, prescrevendo os padrões linguísticos. O português ‘culto’ falado em Portugal se torna um modelo a ser seguido pelo Brasil, numa época em que importar costumes europeus era sinônimo de ‘civildade’ e progresso.

Igualar-se à Europa é também reproduzir o ensino da língua de acordo com o modelo europeu (Portugal). Nota-se que essas ideologias de ensino da língua culta são atravessadas por vozes sociais que tencionam civilizar o indivíduo republicano (no Brasil) nos moldes dos costumes, hábitos importados da Europa.

Levando-se em consideração os distintos horizontes sociais em que cada autor está inserido e as ideologias defendidas por estes, os índices de valores atribuídos aos discursos de cada um serão diferentes, os quais implicarão diretamente na circulação e na aceitação das obras por eles publicadas. Sobre a obra ‘Collocação dos Pronomes’, do autor paraense, que discute sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro, há registro de apenas uma edição, enquanto a obra de Candido de Figueiredo, “O problema da colocação dos pronomes’, réplica à obra do educador paraense, com várias edições, circulou amplamente no Brasil até a década de 1950 (DUARTE, 2015, p. 95).

Observa-se o entrecruzamento de índices de valores diferentes que atravessam as obras envolvidas na discussão sobre o fenômeno da colocação dos pronomes. A obra do intelectual Português, por ter maior

reconhecimento internacional, segue norteando o ensino da língua no Brasil por longos anos. Enquanto que a obra de Paulino de Brito, apesar de tratar de um tema nacional e referendar a linguagem brasileira, não foi digna de valorização nem pelos autores brasileiros que, no início do século XX, já discutiam as questões da língua legitimamente nacional. São vozes sociais, as quais revelam que durante muito tempo o ensino da língua no Brasil esteve (e ainda está) norteado pelas produções de autores estrangeiros.

A posição ideológica de Candido de Figueiredo se legitima na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, em que, ao ter-se como referência Portugal (o outro), o Brasil (eu) é valorado de forma negativa em relação à forma de falar brasileira (*brasileirismo*). Ideologicamente, há um valor de prestígio que se atribui ao outro (Portugal). A língua, nesse aspecto, aparece estática, sem possibilidades de alterações. O intelectual português legitima que a língua civilizadora e “cultura” (português de Portugal) é a que possui maior prestígio internacional.

No entanto, Brito chama a atenção que esse ponto de vista, defendido por Portugal (outro), não encontra mais razão coerente, uma vez que a variedade brasileira é legítima. A cultura, os costumes e hábitos, se alteram. Da mesma forma, a língua não permanece imóvel, mas altera-se e adapta-se às transformações sociais.

O educador paraense argumenta que há um distanciamento entre o ‘eu’ (Brasil) e o ‘outro’ (Portugal), no que tange às formas peculiares do modo de falar brasileiro, haja vista que a língua, sendo um fenômeno ativo, não se apresenta de maneira estática ou indiferente ao fenômeno de variação. Por isso, Brito critica o tratamento que autores portugueses (incluindo Candido de Figueiredo) atribuem à língua: “Repudiando-os levemente, desconfessando a sua obra, só conseguimos mostrar o

quanto d' elles nos distanciamos, e o muito que temos resvalado e perdido do que já fomos, em menos de meio século” (BRITO, 1907, p. 14).

Ao tratarem sobre qual variedade linguística deve ser valorada, os autores portugueses apoiam-se no purismo, classicismo e na boa linguagem das obras consagradas pelos escritores portugueses, ao passo que negam as formas linguísticas também consagradas por escritores brasileiros. A partir desse ponto de vista, o intelectual paraense busca o despreendimento das ideologias europeias e defende a construção da identidade nacional, a qual considera os aspectos culturais e linguísticos peculiares do povo brasileiro. O autor paraense, ao defender sua ideia da variedade linguística, da dinamicidade da língua, apresenta um ponto de vista em que valora de forma negativa, em que, “Portugal o elemento estático, nós o dynamic” (BRITO, 1907, p. 13). Trata-se de vozes sociais que legitimam a dinâmica da língua que resulta no fenômeno da linguagem nacional, passível de variação.

3.2 VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DO MODO DE FALAR BRASILEIRO

Para legitimar seu ponto de vista sobre a variedade linguística, Paulino de Brito descreve, em sua obra, os diferentes usos do português de Portugal, comparando-o com o português do Brasil. O educador (BRITO, 1907, p. 10) revela que “o povo, por exemplo, diz em Portugal<< está a cantar >> e no Brazil<<está cantando>. Em Portugal << cá estou>> e no Brazil<<aqui estou>>”.

O intelectual do Pará defende as variações legítimas do modo de falar nos dois países e ressalta as diferenças. No seu discurso ecoam vozes sociais que orientam que a língua (português) falada no Brasil não pode estar sujeita às mesmas regras utilizadas em Portugal, posto que,

em cada contexto sócio-histórico e discursivo a língua tem suas próprias peculiaridades, sua identidade e características. E a comunidade linguística é a principal responsável pela dinamicidade da língua.

São os diferentes contextos sociais que materializam a mobilidade da língua. Dessa forma, o contexto sócio-histórico brasileiro no início do século XX não pode ser considerado o mesmo que o de Portugal. Ainda que houvesse uma forte inserção de cultura europeia no Brasil, é importante ressaltar que havia uma ideologia que defendia o carácter nacional, “essa preocupação com o sentimento de nacionalidade contaminava o Brasil desde o momento da independência” (RESTAINO, 2005, p.42).

Conforme já foi discutido neste trabalho, no início do século XX havia duas ideologias que norteavam o ensino da língua portuguesa no Brasil. Uma que “valorizava o exemplar da língua europeia, e a necessidade que tínhamos em manter a bem-vinda unidade linguística do país a fim de que não se tornasse ainda mais difícil a formação de nossa nacionalidade” (RESATAINO, 2005, p. 112). Paralelo a essa ideologia elitista, havia um discurso nacionalista que procurava a afirmação de um carácter nacional em busca de legitimar a identidade brasileira (RESTAINO, 2005, p. 118). Ainda que lenta, foi uma forma de introduzir as questões nacionais (cultura, hábitos, costumes) na educação da República. Há, portanto, um dialogismo entre os discursos de Paulino de Brito e a ideologia que tenciona fomentar o espírito nacionalista no ensino da língua. O discurso do educador paraense está afinado com essa ideologia. O intelectual não se deteve aos paradigmas educacionais elitistas predominantes na República.

Na obra sob análise, Paulino de Brito defende a legitimidade do modo de falar brasileiro. O autor justifica que nossa cultura, nosso

costume, é diferente do de Portugal e a língua não se mostra indiferente a essas peculiaridades. Ela (a língua) é o principal elemento que caracteriza a identidade de um povo. Essa posição valorativa, tomada por Paulino de Brito, se confirma no discurso de Lucchesi (2001) sobre as mudanças no contexto sócio-histórico no Brasil que refletem na língua. O autor afirma:

O movimento político, institucional e cultural de construção de uma nova nação independente se foi refletindo, lentamente e não sem resistência, no plano linguístico, liberando o padrão linguístico nacional de seus cânones conservadores e europeizantes (LUCCHESI, 2001, p. 106).

Essas vozes sociais legitimam as mudanças linguísticas em consonância com as mudanças nas relações sociais e com o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos os sujeitos. “Em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas.” (VOLÓCHINOV, 2021[1929], p.232). Os enunciados dos sujeitos não são indiferentes entre si, mas se conhecem, respondem um ao outro, de acordo com a identificação da situação comunicativa. Esse ponto de vista se comprova no discurso do intelectual Paraense ao argumentar que

Se alguma coisa de líquido, de incontestável, se tem podido apurar d’essas controversias, é justamente isto: que o português não sendo uma língua morta, caso em que línguas se imobilizam, se ha de alterar no tempo e no espaço, queiram ou não queiram, e no Brazil essa alteração se fará de acordo com as condições do meio em que vivemos (BRITO 1907, p. 13).

O intelectual paraense, ao responder de maneira responsiva às críticas feitas por Candido de Figueiredo, afirma que o português é uma língua viva. O discurso do educador é, ideologicamente, atravessado por

vozes que sustentam a variação legítima da língua portuguesa e defende que não há apenas uma forma de falar, pronta e acabada, regida por Portugal. Nesse ponto de vista, as inegáveis alterações ocorridas na língua portuguesa estão em consonância com as mudanças nas relações sociais no Brasil.

O autor paraense, no enunciado a seguir, questiona no que a posição ou a transposição de uma partícula pronominal pode comprometer a funcionalidade da língua, ou seja, sua compreensão.

De parte a nova seita dos pronominalistas, perguntemos uma vez por todas, e muito seriamente - em que a collocação de uma particula, cujo logar é junto ao verbo, poderá ferir a bõa linguagem sendo collocada depois e antes, ou antes e não depois, desde que um principio qualquer não seja com isto postergado? [...].

Tanto a construcção directa, como a inversa, ou a transposta, são familiares ao portuguez, e o seu uso é livre, sob condição apenas de ficar prejudicada a eufonia, nem a clareza (BRITO, 1907, p.28).

A defesa da liberdade de uso da língua, especificamente dos pronomes oblíquos, é justificada pelo autor, que defende que, tanto a construção sintática direta quanto a inversa ou transposta são peculiares à língua Portuguesa. Portanto, as formas de usos em Portugal e no Brasil ficam livres. As vozes sociais que atravessam os discursos de Brito reconhecem a legítima variação do Português, sem considerar uma forma melhor e menosprezar outra, como fazem os puristas portugueses. Na defesa da língua nacional, o autor paraense, declara:

Aceitar as taes colocações como brazilismos, e os taes brazilismos como incorrecções grosseiras, o dilema é este: ou confessamos que muito o espirito da nossa nacionalidade se tem abastardado de uns anos a esta parte, ou convimos que os nossos prosadores e poetas, ainda os melhores, não

passaram de uns réles escrivinhadores sem imputação literária (BRITO, 1907, p. 12).

A crítica feita por Paulino de Brito chama atenção para a necessidade da afirmação da identidade nacional, a qual é revelada através da linguagem. Os supostos desvios, desprezados por Candido de Figueiredo, deveriam ser encarados pelos sujeitos brasileiros como peculiaridades do seu falar e não como incorreções grosseiras. Para sustentar esse posicionamento social, o autor do Pará argumenta que é preciso reconhecer as alterações que ocorreram nas relações sociais do povo brasileiro, caracterizando a nacionalidade do Brasil, as quais são referendadas na literatura de escritores brasileiros.

Desta maneira, Paulino de Brito, na intenção de legitimar seu posicionamento ideológico sobre a língua propriamente brasileira, digna de variações, apoia-se nos escritores brasileiros do final do século XIX, os quais já deixavam ecoar nas suas obras vozes sociais que valoravam a cultura e a língua nacional. Vejamos os enunciados a seguir:

Não é de agora que os ecriptores brasileiros nutrem a convicção de que, para accentuar vigorosamente o character da nossa literatura, é preciso ceder ahi um grande logar á acção do povo, com sua linguagem, com sua indole, com seus costumes [...]

Deve estar viva tambem na memoria de todos a polemica entre José de Alencar e Pinheiros Chagas, a proposito sempre d'esse eterno thema, das alterações da linguagem portugueza no Brazil (BRITO, 1907, p. 12).

O zelo pelo modelo de língua defendida por Candido de Figueiredo está pautado nos escritores clássicos da literatura portuguesa, considerados os grandes detentores do saber da língua culta. No entanto, para negar esse ponto de vista, o educador paraense recorre aos escritores

consagrados da nossa literatura para mostrar que havia escritores brasileiros que valorizavam, de forma positiva, os aspectos peculiares da cultura brasileira, tencionando o reconhecimento da identidade do povo brasileiro. Nesse viés, surge a defesa da língua nacional, constituída com (e a partir do) povo.

Paulino de Brito menciona, no enunciado acima, a polêmica envolvendo José de Alencar e Pinheiro Chagas no final do século XIX. Na ocasião, o crítico literário português, ao fazer a recepção da obra “Iracema”, de Alencar, elogia-o pela escolha de um tema nacional e pela busca da autonomia da literatura nacional. No entanto, o intelectual português censura os “erros” gramaticais expostos na obra e critica também a insistência de se introduzir neologismos e de se utilizar uma língua diferente do velho português (MOREIRA, 2013, p. 196-197).

Há um purismo intrínseco no discurso ideológico do crítico literário, o qual recrimina a linguagem usada por Alencar, ou seja, mesmo considerando a obra do escritor brasileiro de grande importância para literatura nacional e internacional, são apontados e criticados os desvios presentes na obra.

Com isso, o autor paraense busca acentuar, no seu discurso, que escritores consagrados da literatura brasileira fazem uso das variações dos pronomes oblíquos. O autor articula seu discurso com os escritos de José de Alencar, que explora, na sua literatura, as duas formas de colocar o pronome, anteposta ou posposta ao verbo, sem, com isso, prejudicar a compreensão dos versos. Dessa maneira, o educador exemplifica, que no 2º volume da obra “Tronco do Ipê” há a ocorrência tanto da posposição quando da anteposição dos pronomes oblíquos. Observe-se nos versos: “não fora de certo para esses misteres caseiros que Alice apromptara-se”, “ o europeu não resistia; o índio não sujeitára-se;

compraram o negro”, “ A moça, porém, não se preocupa...”, “ neste momento não me pertença” (BRITO, 1907, p. 69-71).

Para Bakhtin (2016) as relações de sentido entre diferentes enunciados são de natureza dialógica, porque os sentidos estão divididos entre diferentes vozes sociais, ou seja, aquilo que está sendo dito, na interação discursiva, é atravessado, moldado pelas vozes de outros sujeitos. Há um dialogismo entre os discursos de Paulino de Brito e o escritor brasileiro (José de Alencar) sobre a legitimidade da variação linguística. Em vista disso, comprova-se que há um índice de polifonia entre os discursos defendidos pelo educador paraense, e o de José de Alencar, uma vez que, ao reportar-se ao escritor, Brito evidencia, de forma ativa e responsiva, que este recorre às legítimas variações da colocação dos pronomes oblíquos. As vozes sociais que são percebidas em ambos os textos não fazem referência apenas à preferência gramatical, mas são vozes que tencionam legitimar a variação do português brasileiro.

O intelectual paraense, ao assentar seu discurso no escritor consagrado da literatura brasileira do final do século XIX, busca também demonstrar que já havia uma valoração positiva do modo de falar brasileiro. Nesse sentido, o educador enfatiza que é preciso que os indivíduos brasileiros assumam seu espírito nacionalista e defende que os tais brasileirismos condenados pelos puristas portugueses são, na verdade, as marcas da identidade do povo brasileiro. A discussão levantada por Paulino de Brito busca revelar a necessidade que havia da afirmação da língua legitimamente nacional, carregada das influências do povo, da sua linguagem, de seus costumes.

A língua não está desvinculada dessas transformações sociais. José de Alencar ousou também opor-se aos padrões linguísticos impostos

pelos gramáticos portugueses, demonstrando que as formas linguísticas no Brasil haviam passado por grandes alterações, ou seja, a língua portuguesa usada no Brasil se desgarrou das mesmas formas usadas em Portugal e assumiu sua própria identidade e peculiaridade, manifestada nas diferentes utilizações que os usuários fazem da língua, ou seja, o povo é o legítimo consagrador das formas linguísticas de uma determinada língua. Brito, então reconhece:

No fim de tantas discussões e citações, conseguiu-se apenas tirar a limpo que no emprego dos pronomes não há, nem no Brasil, nem em Portugal, quem não tenha errado, uma vez que os mui falados brasileiroismos de colocação sejam erros. E' questão de mais vezes ou menos vezes (BRITO, 1907, p. 27)

Ao conceber a língua numa perspectiva que legitima a variação linguística, o educador paraense não considera um emprego mais certo e outro mais errado, ao contrário, trata as duas formas de maneira legítima. Esse ponto de vista indica que o discurso de Paulino de Brito é atravessado por ideologias que consideram o aspecto dinâmico e ativo da língua, em cada contexto social. Cada povo que fala a língua portuguesa irá manifestar as próprias formas de comportamento da língua, enraizado na sua história. Os desvios que, para Candido de Figueiredo, devem ser rejeitados, na concepção de Paulino de Brito, são considerados as formas consagradas do modo de falar brasileiro.

3.3 AS VOZES SOCIAIS QUE LEGITIMAM O MODO DE FALAR BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

O fenômeno da colocação dos pronomes é uma marca consagrada do modo de falar brasileiro. Por isso até hoje, (na contemporaneidade) é

um assunto que ainda rende muitas discussões. Porém, como já foi explicitado neste trabalho, os debates iniciaram bem antes do século XXI. Ou seja, as discussões atuais são atravessadas por vozes de séculos anteriores. Nesse sentido, destaco, a seguir alguns autores contemporâneos que debatem sobre o fenômeno da colocação pronominal como legítimas formas do modo de falar brasileiro.

Bakhtin (1907) postula que todo enunciado comporta um início e um fim absoluto, ou seja, antes do seu início, há enunciados dos outros, depois do seu fim, há os enunciados responsivos. Isso nos levar a concluir que, de acordo com o pensamento Bakhtiniano, não existem enunciados ‘puros’ porque em determinado momento, época eles já foram proferidos.

Candido de Figueiredo, ao analisar o soneto “Um soneto pediste-me, criança”, contesta veementemente a colocação do pronome oblíquo *me*, alegando que o referido pronome está posto inadequadamente, configurando um brasileirismo (erro). O gramático português se pauta na norma padrão da regra da ênclise. Segundo a norma padrão, o fenômeno da ênclise prevê que a colocação do pronome oblíquo átono *me* só deve vir posposto ao verbo quando este estiver no início de orações ou em orações imperativas afirmativas.

Dessa maneira, sintaticamente a forma ‘um soneto pediste-me, criança’ não está adequada às regras e configura-se como um ‘desvio’ (desvio criticado por Candido de Figueiredo). Essa regra (ênclise), utilizada no início do século XX, perdura até hoje na norma culta da língua portuguesa, principalmente na escrita. No entanto, hoje, na fala do brasileiro se usa, com maior predominância, o fenômeno da próclise, quando o pronome vem anteposto ao verbo. No Brasil, por exemplo, não

se diz ‘Dá-me um beijo’, mas ‘Me dá um beijo’. São as novas formas consagradas do modo de falar brasileiro.

Brito (1995), ao analisar o fenômeno da regência na linguagem do vestibulando, observando a íntima relação entre verbos e seus complementos, apresenta algumas ocorrências de supostos desvios de colocação pronominal, os quais, segundo a autora, apontam para prováveis mudanças da língua portuguesa. A autora não concebe essas mudanças como erros ou inadequações, mas postula que são transformações naturais que ocorrem na língua, de acordo com o contexto sócio histórico, referendando que são variações linguísticas consagradas pelos falantes.

Brito (1999, p. 28-29), ao tratar de verbo transitivo seguido de acusativo expresso por pronome oblíquo pessoal átono (exemplo, *esperamos*) e verbo transitivo relativo seguido de dativo expresso (exemplo, *daí-nos*) por pronome pessoal, argumenta que a distinção entre o objeto direto e o indireto pronominal ocorre de maneira evidente, quando o complemento do verbo é um pronome de terceira pessoa. Nesse caso, há uma maneira de representar o acusativo *o* e suas variações e outra para representar o dativo *lhe-lhes*. Porém, a autora argumenta que o falante “não reconhecendo quando o verbo é transitivo direto ou indireto passa a usar o pronome *o* em lugar de *lhe* e este em lugar daquele” (BRITO, 1999, p. 29).

Outro aspecto salientado pela autora é que o pronome *o* pode ser substituído por *a ele*, como no exemplo, “Isto leva ao sucesso/ isto leva a ele”. Essa substituição não deveria acontecer com o objeto indireto, pois na construção “Conto-lhe”, o pronome *lhe* não deve equivaler a *ele*. Porém, o falante burla essa regra e usa constantemente o pronome ‘*ele*’ no lugar de ‘*o*’. Brito explica que isso acontece em decorrência de, na

linguagem coloquial brasileira, o pronome *o*, e suas variações, ser substituído por *ele* e suas variações. Como nos exemplos, “Vejo ele” em lugar de “vejo-o”, e o pronome ‘*lhe(s)*’ ser substituído por ‘*a ele*’ e suas variações: “contei a ele” em lugar de “contei-lhe” (BRITO, 1999, p.29-30). São vozes sociais que comprovam a variação legítima das novas formas de colocação pronominal.

Bagno (1999) também discorre sobre o fenômeno da colocação pronominal na contemporaneidade e destaca os novos usos consagrados pelo povo brasileiro. O autor argumenta que as formas pronominais *o/a* são praticamente extintas do português brasileiro (mas permanecem no português de Portugal), enquanto que as formas pronominais “*me*” e “*te*” são usadas frequentemente na fala dos brasileiros. “Nossa crianças usam sem problemas *me* e *te*” – “Ela me bateu”, “Eu vou te pegar” –, mas *o/a* jamais, que são substituídos por *ele/ela*: “Eu vou pegar ele”, “Eu vi ela” (BAGNO, 1999, p.24). A justificativa do autor é que se as crianças não utilizam essas formas é porque não ouvem os adultos usando-as comumente e “mesmo na língua dos adultos escolarizados, esses pronomes só aparecem como um recurso estilístico, em situações de usos formais (BAGNO, 1999, p. 25).

Ainda nessa discussão, Bagno (1999) faz uma crítica ferrenha à escola que continua condenando as formas; “Eu conheço ele”, “Eu vi ela chegar” que, apesar de serem legitimadas pelos usos do povo brasileiro são passíveis de censura. Ou seja, a gramática normativa segue detentora do privilégio no ensino da língua. Por isso, Bagno (1999, p. 26-27) argumenta:

No que diz respeito ao ensino do português no Brasil, o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma lingüística

de Portugal. As regras gramaticais consideradas “certas” são aquelas usadas por lá, que servem para a língua falada lá, que retratam bem o funcionamento da língua que os portugueses falam.

Nota-se que, apesar de muitos debates em torno da afirmação da língua nacional, ainda perduram, na contemporaneidade, os mesmos paradigmas de ensino da língua do início do século XX. Portugal continua prescrevendo as normas linguísticas, tendo em vista que lá, supostamente, são usadas as regras gramaticais consideradas corretas e impõe-se que estas devem ser usadas no Brasil. O ponto de vista defendido por Bagno (1999) é atravessado pelas vozes sociais de Paulino de Brito no início do século XX sobre os mesmos princípios linguísticos. A mesma ideologia impõe que as formas utilizadas em Portugal devem ser seguidas no Brasil. Há um dialogismo entre os discursos de Bagno e Brito, uma vez que os dois intelectuais defendem o português brasileiro numa perspectiva da variação e desarraigado de Portugal.

Bagno (2001) debate também sobre os novos usos dos pronomes. O autor discute sobre a evolução significativa em relação ao emprego de pronomes em sujeitos e objetos diretos no português brasileiro. O autor exemplifica duas formas de uso: “deixa-me dizer o que penso disso”, “deixa eu dizer o que penso disso”. O primeiro exemplo é a única forma consagrada e reconhecida pela gramática tradicional (na fala praticamente não aparece mais). Já a segunda, é a forma mais utilizada pelos falantes do português brasileiro, devido a tendência de explicitar o sujeito. O linguista explica que, no segundo caso, o pronome reto (eu) exerce duas funções: objeto direto do primeiro verbo e sujeito do segundo.

Isso evidencia “a tendência cada vez mais acentuada do português do Brasil a explicitar o sujeito e apagar o objeto direto” (BAGNO, 2001,

p. 112). Essa preferência de uso é o resultado das transformações pelas quais a língua falada no Brasil passou, e sua natureza dialógica em conformidade com a situação histórica. Essas mudanças ocorrem naturalmente porque “passados 500 anos, tanto a língua de cá quanto a língua de lá se modificaram, cada uma delas numa direção, exibindo diferenças nessas mudanças, fazendo opções diferentes, escolhas diferentes” (BAGNO, 2001, p. 172). Dessa forma, as vozes sociais que atravessam o discurso do linguista contemporâneo legitimam os novos usos dos pronomes oblíquos no Brasil, em consonância com o contexto histórico dos sujeitos brasileiros no século XXI.

Aquino e Lacerda (2012), num estudo sobre a busca da identidade sociolinguística nacional, discutem a respeito de alguns fenômenos variáveis do português brasileiro. Os autores investigam e caracterizam as atitudes dos falantes perante os fenômenos variáveis mais recorrentes da língua portuguesa. Os estudiosos organizaram um teste⁴ considerando os fenômenos do Português brasileiro que ocorrem com mais frequência na fala e que variam em relação à gramática normativa, entre os quais está o fenômeno da colocação pronominal, o qual é uma marca registrada das diferenças nítidas entre o Português de Portugal e o Português do Brasil. Para a análise, os autores estabelecem como formas variáveis 3 categorias: formas de português mais faladas em

⁴ Trata-se de 14 (quatorze) questões contendo, cada uma, três alternativas. Cada alternativa possui sentenças que apresentam formas linguísticas de acordo com a norma-padrão (falada em Portugal e, eventualmente, no Brasil). Outras conforme a fala culta brasileira e, por fim, estruturas mais próximas da fala menos monitorada dos brasileiros – as alternativas não aparecem necessariamente nessa ordem e podendo aparecer em cada questão duas das formas faladas em Portugal ou duas das formas faladas no Brasil. Ao escolher as alternativas o participante deveria numerá-las de 1(um) a 3(três) para testar o grau de identificação e de reconhecimento das formas que mais ou menos se aproximam das que os falantes usam, sendo 1 as formas mais próximas, 2 as formas não tão comumente usadas e 3 as mais distantes (ARQUINO/LACERDA, 2012, p. 35-36).

Portugal (PE+); formas do português mais faladas no Brasil (PB+) e formas do português menos faladas no Brasil (PB-).

Aquino e Lacerda (2012) reforçam no seu estudo, que, apesar das gramáticas apontarem apenas para o uso da ênclise como forma dominante, a próclise é muito mais recorrente no português brasileiro, principalmente no início de sentenças faladas. Para comprovar esse ponto de vista, os autores aplicaram o seguinte teste: Q.7 – dois amigos estão conversando. Um deles fala ao outro sobre a possibilidade da compra de um carro. O amigo responde: “Comprei ontem à vista” (PB+) “comprei-o ontem à vista (PE+)” “comprei ele ontem à vista”, (PB-). Os informantes deveriam escolher a alternativa mais próxima do seu uso.

Ao apresentarem os resultados, Aquino e Lacerda (2012, p.40) apontam que

Novamente, podemos observar a atitude do falante em relação às formas variáveis apresentadas na questão: a forma mais falada no Brasil é a que mais se aproxima do repertório dos informantes, seguida pela forma menos falada no Brasil e, por último, a mais falada em Portugal. Precisamente nessa questão, encontramos um fato extremamente relevante: das formas apresentadas, os informantes optaram por duas que não são contempladas pela norma-padrão, ou seja, a variedade construída com o objeto nulo (PB+) e a variedade denominada copiadora (PB-)

As formas de colocação pronominal consolidadas pelos falantes brasileiros demonstram que o português do Brasil está cada vez mais distante das formas linguísticas do português europeu e legitimam o modo de falar brasileiro.

Os debates feitos pelos autores na contemporaneidade comprovam o caráter dialógico da língua, bem como sua indissolúvel relação com o contexto histórico e os sujeitos socialmente organizados. A língua,

sendo o mecanismo mais importante que os sujeitos possuem na esfera de comunicação, não pode ser desvinculada das mudanças ocorridas nas relações sociais. Os discursos dos autores contemporâneos são atravessados pelas vozes sociais defendidas por Paulino de Brito sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro no início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907), cujo objetivo geral foi analisar os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação de pronomes” no início do século XX. Num momento de valorização à ideologia educacional baseada no modelo europeu Brito destacou-se no Pará como um notável educador, que não rendeu-se à essa ideologia, mas defendia em suas obras a língua legitimamente nacional de forma clara em consonância com o contexto sócio histórico. Dessa forma, contribuindo para a educação no estado do Pará como professor e filólogo da língua.

Apesar de haver uma dualidade entre as duas principais ideologias que norteavam a educação nacional no Brasil no final do século XIX e Início do XX, pode-se perceber que a ideologia que atravessa os discursos do educador paraense sobre a legítima variação da língua nacional estabelece um diálogo com a ideologia educacional pautada no nacionalismo do povo Brasileiro: o espírito, os costumes e hábitos enraizados no povo, manifestados também através da língua.

Os discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra de Paulino de Brito no início do século XX, são discursos que valorizam a língua nacional, legitimam as variações linguísticas da

língua Portuguesa no Brasil, de acordo com seu contexto sócio histórico e cultural e estão afinados à ideologia educacional que valoriza as questões do povo.

A análise dos discursos que deram legitimidade ao modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” no início do século XX. Com base na Análise Dialógica do Discurso (ADD) do Círculo de Bakhtin, demonstra que ao discutir sobre a variação linguística do português brasileiro, os discursos do autor paraense são atravessados por vozes sociais que se legitimam na relação do ‘eu’ (Brasil) com o ‘outro’ (Portugal), em que são valorizadas as concepções ideológicas da língua prescrita por Portugal. Os índices de valores diferentes atribuídos ao ‘eu’ e ao ‘outro’ são legitimados nos discursos de ‘civildade’ e progresso, apregoados na República, em que a Europa tornou-se o modelo de civilização e o sujeito brasileiro deveria ser moldado a esse padrão.

Os discursos do autor paraense ao defender a legitimidade do modo de falar brasileiro também deixam ecoar vozes sociais, as quais revelam que passados muitos anos da colonização, as relações sociais no Brasil afastaram-se das de Portugal. Então, a língua, por não ser dissociada do seu contexto sócio-histórico, apresenta-se de forma variada. Nesse sentido, as formas linguísticas de cada país que fala a língua portuguesa não podem ser realizadas da mesma maneira. Para comprova esse ponto de vista, Paulino assenta-se nos postulados do escritor consagrado da literatura brasileira, José de Alencar. As vozes sociais percebidas na sua obra “Tronco do Ipê” do final do século XIX, valorizam a cultura, a identidade e o modo de falar brasileiro. Nesse sentido, há uma relação dialógica entre os discursos de Brito e os textos do escritor brasileiro. Esse índice de Polifonia confirma o que Bakhtin (1997) postula sobre as diferentes vozes sociais que atravessam uma obra.

Os discursos dos autores Contemporâneos: Brito (1995), Bagno (1999), (2001) e Aquino e Lacerda 2012 sobre o modo de falar brasileiro são atravessados pelas vozes de Paulino de Brito no início do século XX. Os autores debatem sobre as mudanças no contexto social que refletem no português brasileiro, esse é o mesmo ponto de vista defendido Por Paulino de Brito na obra ‘Collocação dos Pronomes’.

O tema que foi explorado neste trabalho, sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro na obra “Collocação dos Pronomes” de Paulino de Brito (1907), é apenas uma direção que apresento à maneira de estudar/analisar os discursos do autor, a partir do fenômeno da colocação de pronomes. Como toda obra, “Collocação dos Pronomes” é inacabada, posto que, em cada contexto histórico, época, o leitor pode dar seu próprio tom valorativo e estudá-la sobre outros pontos de vista, como, o silenciamento à obra paraense, a qual obteve apenas uma edição; as críticas feitas por Paulino de Brito à gramática de Júlio Ribeiro, a qual norteava o ensino de língua no Brasil. Esses são alguns dos temas que podem ser investigados na obra.

Em suma, o presente trabalho contribui para as discussões da língua legitimamente brasileira, numa perspectiva sócio-histórica, considerando os sujeitos como partícipes dessas relações. O estudo possibilitou compreender que a língua nacional passou por inúmeras alterações e se legitima nas transformações do contexto sócio-histórico e cultural do Brasil no final do século XIX e início do XX, o qual influenciou diretamente na identidade da linguagem do povo brasileiro. O estudo também colabora para notabilizar a obra e o autor paraense que, por mais de um século, parece que estavam esquecidos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO,V; LACERDA, V. *A busca pelo reconhecimento da identidade sociolinguística nacional: Discussão sobre fenômenos variáveis dos português brasileiro*. Revista da USP Linha d'água. v. 25, n.1, p. 29-45, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/linhadagua/article/view/37366/40087>>Acessado em: 11Mar. 2017
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico o que é, e como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999
- _____. *Português ou Brasileiro?: Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 [1979].
- BRAIT, Beth. *Bakhtin: Outros conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRITO, Célia. *Um estudo de regência na linguagem dos vestibulandos*. Belém: Editora Universitária da UFPA.1995.
- BRITO, Paulino. *Colocação dos Pronomes*. Paris: Allaud, 1907.
- CLARK, Jorge. *O desenvolvimento da política provincial e da educação no período de transição do império para a república*. Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Faculdade de Educação – UNICAMP. Acervo Navegando na história da educação brasileira. Período monárquico. Império (1822-1889). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_048.html>.Acesso em: 18 Nov. 2016.
- DISCINI, Norma. *Carnavalização*. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: Outros conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DUARTE, Raimunda. *A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra 'compêndio de civilidade cristã', de Dom Macedo Costa (1886- 1915)*. Tese De Doutorado. 273 p. Instituto de ciência da educação. Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <http://www.ppped.com.br/arquivos/File/tese_Raimundaduarte.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

GRILLO, Sheila. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org). *Bakhtin: Outros conceitos-chaves*. São Paulo: Contexto, 2006.

LACERDA, G. F; SARGES, N. M. *De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX*. Projeto história. São Paulo. n. 38, p. 165-182, jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br>>. Acessado em: 16 Dez .2016.

LUCCHESI, Dante. *As duas grandes vertentes da história da sóciolinguística do Brasil (1500-2000)*. DELTA. São Paulo. v.17, n.1, p. 97-130, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo/scielo.php?>> Acesso em: 01 jul.2016.

MOREIRA, Eunice. *José de Alencar e a crítica Portuguesa do século XIX*. Revista Convergência Lusíada. n.29, p.195-203, jan/jun 2013. "Dossiê colóquio "Portugal no Brasil, pontes para o presente". Disponível em < <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=2263>>. Acesso em: 10 Jan. 2017.

PARÁ. Paulino de Brito. *Conselho estadual de Cultura*. Belém, 1970.

RESTAINO, Hilda Cristina. A trajetória do ensino da língua portuguesa e de leitura na escola da República velha. In: *CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL*. 15., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: UNICAMP, 2005. Disponível em <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/RestainoHildaCristina.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SARGES, Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3.ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2021 [1929].

8

BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS (1908): A LÍNGUA NACIONAL

Andréia Feio da Costa ¹

Raimunda Dias Duarte

Obviamente, ninguém é obrigado a adotar as inovações. Qualquer um de nós pode perfeitamente ser mais conservador em matéria de língua. Mas o fato de ter uma atitude mais conservadora não lhe dá o direito de condenar os que usam formas inovadoras, em especial se elas são já correntes entre os falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. E mais ainda, se elas já foram acolhidas pelos bons instrumentos normativos. O falante mais conservador pode perfeitamente aconselhar, sugerir, recomendar o uso mais clássico. Está no seu direito. Mas, se na norma culta/comum/standard já circulam outras formas, esse falante não tem o direito de condenar os que usam.

Carlos Alberto Faraco

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais polêmicos no ensino de língua portuguesa, é o fenômeno da colocação dos clíticos pronominais, sobretudo porque as regras oficiais estão baseadas no português de Portugal. No final do século XIX, autores, como Candido de Figueiredo, gramático português, reprovaram a colocação dos pronomes pessoais clíticos em início de enunciados. Entretanto, outros autores como Paulino de Brito, gramático brasileiro, apoiaram a colocação de clíticos nesse mesmo contexto linguístico. No foco desse conflito estão as ideologias sobre a língua

¹ Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: andreiamaiiky1989@gmail.com

nacional no Brasil, em que, na segunda metade do século XIX se luta pelo reconhecimento de uma identidade brasileira na forma de falar, traduzindo-se no processo de gramatização do português no Brasil, que trazia em seu bojo a luta pela constituição de uma língua com características próprias do falar brasileiro, em que se pudesse também contemplar nos compêndios gramaticais as marcas das variedades linguística brasileiras, a fim de fortalecer a legitimidade da língua nacional.

A análise dos aspectos gramatical e linguístico do fenômeno da colocação de pronomes clíticos na obra *Brasileirismos*, propiciou o diálogo entre Paulino de Brito e vários intelectuais tanto do final do século XIX e início do século XX quanto da contemporaneidade, que defendem ou que negam a forma de falar brasileira, entre os quais temos: Arthur Barreiros, José Veríssimo, João Ribeiro, Candido de Figueiredo, Said Ali, Napoleão Mendes de Almeida, Evanildo Bechara, Mário Perini, Carlos Alberto Faraco, Domingos Paschoal Cegalla e Marcos Bagno. Em sua obra Paulino de Brito trata, dos clíticos pronominais (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*) por “não terem acentuação própria, subordinando-se, por isso, á accentuação da palavra a que se acostam” (BRITO, 1908, p. 23).

1 PAULINO DE BRITO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL/PARÁ

O educador Paulino de Almeida Brito² nasceu em Manaus no dia 9 de abril de 1858 e faleceu no dia 16 de setembro de 1919, em Belém, com 61 anos. Era filho do capitão-engenheiro de artilharia, Paulino de Almeida Brito e de Dona Ricarda de Almeida Brito. Casou-se duas vezes: a

² Paulino de Brito não era paraense de nascimento, mas toda a sua vida intelectual e toda a sua produção se deu no Pará (DUARTE, 2018).

primeira com Dona Hermínia de Amorim Brito. Dessa união nasceram quatro filhos. O segundo casamento foi com Dona Maria Dias Brito, com quem teve cinco filhos. Devido ao seu interesse em crescer profissionalmente, surge a oportunidade para trabalhar no jornal *O Liberal do Pará* onde aprendeu tipografia. Primeiro, desempenhou a função de tipógrafo e, depois, produziu as suas primeiras publicações, revelando seu talento como escritor (PARÁ, 1970b, p. 103-104).

Paulino de Brito presenciou a guerra do Paraguai que ocorreu de 1864 a 1870. Em 1868, o pai do gramático, que na época era o 2º capitão de artilharia do seu batalhão, foi convocado e em seguida transferido para o Mato Grosso para combater os inimigos paraguaios na guerra (Paulino de Almeida Brito, Pai de Brito, decide levar a família também para o Mato Grosso). Todavia, acaba sendo morto em Campanha. Após dois anos do falecimento de seu pai, e com o fim da Guerra do Paraguai, Brito e sua família, enxergam a oportunidade de abandonar o Mato Grosso para tentar a vida em outro lugar. Belém foi a cidade que sua família escolheu para morar, tendo chegado no dia 8 de julho de 1870. Brito tinha apenas 12 anos. (PARÁ, 1970b, p.103-104).

Além da Guerra do Paraguai, o educador da província do Pará também testemunhou acontecimentos que foram relevantes no Brasil e no mundo, como: a Questão Religiosa³ no Brasil que ocorreu em 1870; a abolição da escravatura em 1888; a Proclamação da República em 1889; a Guerra de Canudos, de 1894 a 1898; a Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1909 e, por fim, a queda de Antônio Lemos⁴, em 1912. Além

³ A questão religiosa foi um confronto que ocorreu no Brasil no ano de 1870, entre a Igreja Católica e a Maçonaria (ver: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7585922.pdf>).

⁴ Antonio Lemos foi um político brasileiro com base eleitoral no estado do Pará e intendente de Belém entre 1897 e 1911. Antônio Lemos foi considerado o principal responsável pelo desenvolvimento

disso, vivenciou mudanças na ciência, na literatura e na arte, no Brasil, na Europa e no mundo. Entre essas mudanças, temos: o aparecimento do impressionismo em 1874; a publicação do romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, em 1878; a composição simbolista de Claude Debussy dos poemas de de Verlaine; a estreia da filosofia da intuição em 1889, de Henri Bergson; a produção da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha em 1902 e a produção do *O Manifesto futurista*, do poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti em 1909 (PARÁ, 1970a, p. 16).

Paulino de Brito tinha o hábito de ler e escrever nas horas vagas e isso fez Brito sobressair-se em pouco tempo entre os seus parceiros de tipografia. Conforme o tempo passava, foi obtendo o seu próprio estilo de escrever: claro, coerente e acessível a todos os tipos de leitores. O pequeno operário revelou-se um excelente escritor ao publicar as suas primeiras obras no jornal onde trabalhava. Os responsáveis pela sua contratação logo perceberam que estavam diante de um indivíduo muito talentoso, inteligente e decidiram promovê-lo à posição de repórter e noticiário.

Brito exerceu vários cargos públicos, dentre eles: em 1890, tornou-se diretor da Escola Normal que, naquele período, era chamado de Instituto de Educação do Pará. Em 1897, assumiu o cargo de vice-diretor das Escolas Normais em Belém, criadas pelo governador Justo Leite Chermont. Ocupou as cadeiras de Literatura poética e dramática e de Estética musical do Conservatório da Associação Paraense. Foi patrono de Estética da música do Instituto Carlos Gomes, redator-chefe do jornal católico *A Palavra*, e professor no Ginásio Pais de Carvalho. Participou de várias associações culturais em Belém, como: Mina

urbano da cidade de Belém e projetou uma série de modificações que conduziram a vida do cidadão paraense.

literária, Sociedade dos Estudos Paraenses e Academia Paraense de Letras (PARÁ, 1970b).

Paulino de Brito foi autor de várias obras. Escreveu livros de poesias como: *Noites em Claro* (1888), que foi o seu primeiro livro do gênero literário; *Cantos Amazônicos* (1900), que agrega vários poemas de sua autoria, dentre eles: *O rio negro*, *Dívida paga*, *Enterro e o noivado*, *A partida de Colombo*, dentre outros. Redigiu dois romances: o primeiro foi o *Homem das serenatas*, no qual descreve os costumes da sociedade paraense, e *Por causa de uma loucura*. Já como gramático e filólogo da língua, escreveu: *Novo Método de leitura* (s/d), *Gramática Primária* (1899), *Gramática secundária* (1899), *Gramática complementar* (1908), *A colocação de pronomes* (1907) e *Brasileirismos de Colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo* (1908).

Na passagem do século XIX para o século XX, Paulino de Brito se envolveu em uma grande polêmica com o português Candido de Figueiredo a respeito da colocação pronominal⁵. Paulino de Brito questionava o discurso preconceituoso de Candido de Figueiredo em sua gramática do autor português, conforme aponta Duarte (2018). As respostas do educador do Pará foram publicadas, em forma de artigo, no jornal paraense *A Província do Pará*. Como réplica, o gramático português publicou um conjunto de artigos no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. As disputas ideológicas e acadêmicas entre os dois intelectuais resultaram nas seguintes obras: *A colocação de pronomes* (BRITO, 1907), *O problema da Colocação de Pronomes* (FIGUEIREDO, 1909) e *Brasileirismos de Colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo* (BRITO, 1908), esta última como já foi exposto, é objeto desse artigo.

⁵ Esse debate será tratado no capítulo 3.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DE *BRASILEIRISMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES*

O Brasil foi “descoberto”, conforme alguns historiadores, em 1500. Todavia, os primeiros relatos a respeito da colonização só acontecem efetivamente em 1532, após a instalação dos Portugueses no Brasil. Desde esse momento, a língua portuguesa começa a ser falada pelos indivíduos daqui em um novo espaço-tempo. Orlandi (2001) distingue quatro situações relacionadas ao surgimento da língua nacional no Brasil, do ano de 1532 até o final do século XIX.

O primeiro momento iniciou-se com a colonização até a expulsão dos holandeses, em 1654. No decorrer desse período, apenas os proprietários de terras, os letrados e um pequeno grupo de funcionários falavam a língua portuguesa. De acordo com Orlandi (2001), o indivíduo que não tivesse o domínio ou que não falasse a língua portuguesa comunicava-se por meio da “língua geral”⁶. Era através dessa língua que se estabelecia o contato entre índios de diferentes tribos e entre índios e portugueses e seus descendentes. No decorrer do tempo, a língua portuguesa foi se expandindo no Brasil de tal maneira que algumas instituições católicas começaram a ensinar o português em suas instituições de ensino. Além disso, verificava-se documentos oficiais redigidos em português.

O segundo momento se estabeleceu de 1654 a 1808, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, ocasião em que Napoleão

⁶Em termos históricos, a expressão *língua geral* refere-se ao processo linguístico e ético instaurado no Brasil pelo complexo catequético-colonizador, cujo emprego aponta para três acepções: a) em sentido genérico, diz respeito às línguas surgidas na América do sul em consequência dos contatos entre agentes das frentes de colonização e os grupos indígenas; b) especificamente, designa as línguas, de base indígena, desenvolvidas e instituídas em São Paulo e na Amazônia, e faladas por uma população supraétnica; c) refere-se também à gramatização dessas línguas ditas gerais” (BORGES, 2001, p. 211).

Bonaparte⁷ invadiu Portugal. Nesse cenário, os Holandeses são expulsos do Brasil e, conseqüentemente, os portugueses se apossam do território brasileiro. Orlandi afirma ao explicar esse fato que,

Com a expulsão dos Holandeses, os Portugueses tomaram efetivamente posse do território e com o crescimento de sua ação colonizadora o número dos portugueses no Brasil cresce, aumentando ao mesmo tempo o número dos que falam o português. A relação entre o português, língua da colonização, e as diferentes línguas faladas no Brasil é então modificada (ORLANDI, 2001, p. 22).

Nota-se que a mudança linguística que ocorreu no Brasil não está relacionada somente à vinda dos portugueses de diferentes regiões de Portugal ao território brasileiro, mas também à chegada de negros para esse território em consequência do desenvolvimento da escravidão. Sobre isso, Orlandi (2001, p. 22) aponta que “à medida que aumenta a escravidão aumentam também os contatos entre os locutores das línguas africanas e os que falam o português”. Guimarães elucida que,

Para se ter uma ideia no século XVI foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Este número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. O espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses cresce também o número de falantes específicos do português. Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

⁷Napoleão Bonaparte foi um estadista e líder militar francês que ganhou destaque durante a Revolução Francesa e liderou várias campanhas militares de sucesso durante as Guerras Revolucionárias Francesas.

Portanto, conforme os autores Orlandi (2001) e Guimarães (2005), o Brasil tornou-se um território com falares regionais muito diversificados, visto que os portugueses começavam a dividir o mesmo contexto de comunicação com falantes oriundos de diferentes regiões de Portugal e com falantes de outras línguas.

É importante explicar que Marquês de Pombal⁸ era contra o ensino das línguas indígenas nas escolas dos jesuítas e exigia a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em tais escolas. A escritora Mariani (2001).

Quando o marquês de Pombal assume a função de ministro de D. José I, ocorre o processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias portuguesas. Paralelamente, o Marquês promove uma reforma pedagógica em Portugal, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa no lugar da latina. No que se refere ao Brasil, o diretório de 3 de maio de 1757 [...], confirmado pelo rei português D. José I em 17 de agosto de 1758, torna oficialmente obrigatórios o ensino e o uso do português. A diretriz de Pombal é normalizadora e unificadora. Tem como objetivo inibir usos linguísticos que não sejam portugueses (MARIANI, 2001, p. 111).

Segundo a autora, o diretório dos índios⁹ de Marquês de Pombal funcionava como uma condenação, uma censura contra os usos linguísticos que eram diferentes do português. O diretório prevaleceu durante 40 anos. No dia 12 de maio de 1798, este diretório foi extinto. Contudo, “as raízes desse português-brasileiro continuaram resistindo e produzindo efeitos no dizível possível, embora a língua geral e as demais

⁸Sebastião José de Carvalho e Melo, mas conhecido como Marquês de Pombal, foi um ministro que esteve à frente do governo no reinado de D. José I.

⁹O *Diretório dos Índios* foi criado pelo governo do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Por meio deste diretório, foi decretado, em 1757, aos habitantes da região Norte do Brasil, o uso obrigatório do português, que deveria ser a única língua a ser falada nesta região (MARIANI, 2001, p. 100).

línguas indígenas tivessem sofrido um processo sistemático de eliminação ao longo dos séculos seguintes” (MARIANI, 2001, p.111).

O terceiro momento se deu com a chegada da família real portuguesa em território brasileiro no ano de 1808 (a corte portuguesa foge da guerra contra a França e muda-se para o Rio de Janeiro) e termina em 1826. Com a instalação da Família Real no Brasil, a língua portuguesa se impõe ainda mais como a língua do colonizador. Diante disso, é nesse período que a língua portuguesa é formulada como língua nacional do Brasil. Orlandi (2001) faz o seguinte comentário sobre a fuga da Corte portuguesa para o Brasil, mostrando as mudanças realizadas aqui.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil desloca em torno de 15.000 Portugueses para a nova sede da Coroa Portuguesa. Este acontecimento vai mudar as relações entre as línguas faladas no Rio de Janeiro. Além disso, o rei Dom João VI criou, neste momento, a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, instituição cujo papel será fundamental na vida cultural e intelectual brasileira até hoje (ORLANDI, 2001, p. 23).

Por conseguinte, é notável que a vinda da família real para o Brasil trouxe dois efeitos importantes e conforme aponta Guimarães (2005), o primeiro foi o aumento da população portuguesa em território brasileiro, pois vieram 15000 portugueses com a família real; já o segundo efeito foi a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império, incluindo a questão do idioma.

Por fim, o quarto período começa em 1826, quatro anos após a proclamação da Independência do Brasil, que aconteceu em 1822. Nesse ano, o deputado José Clemente Pereira apresentou uma emenda no Parlamento do Império Brasileiro na qual “propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em *linguagem brasileira*” (ORLANDI,

2001, p. 23). Essa proposta desencadeou no ano de 1827 várias discussões no sentido de que os professores precisariam ensinar aos seus alunos a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. No ano de 1828, foi decretado que os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional. Os intelectuais mais influentes desse período foram: José de Alencar¹⁰, Macedo Soares¹¹ e Salomé Queiroga¹².

Guimarães traz algumas informações importantes a respeito da discussão sobre a língua nacional. Vejamos:

Essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil. É dessa época a literatura de José de Alencar que tem debates importantes com escritores portugueses que não aceitavam o modo como ele escrevia. É também dessa época o processo pelo qual os brasileiros tiveram legitimadas suas gramáticas para o ensino de português e seus dicionários. Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com o outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o “sentimento” do português como língua nacional do Brasil (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Guimarães (2005, p. 25) afirma que no século XIX, o português já tinha sido denominado um idioma oficial e nacional em território brasileiro, o que possibilitou a relação entre o português e o idioma dos

¹⁰ José Martiniano de Alencar foi um escritor e político brasileiro. É notável como escritor por ter sido o fundador do romance de temática nacional, e por ser o patrono da cadeira fundada por Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras.

¹¹ José Carlos de Macedo Soares foi um jurista, historiador e político brasileiro.

¹² João Salomé Queiroga foi poeta, romancista, magistrado, diplomado em Direito.

imigrantes. A chegada dos alemães para a Ilhéus (1818) e Nova Friburgo (1820) deu início à imigração. E em consequência disso, foram chegando ao Brasil alemães, coreanos, japoneses, italianos, holandeses, ingleses, dentre outros. Dessa maneira, o espaço de enunciadores do Brasil percorre – em relação à língua oficial e nacional – duas relações significativamente diferentes: de um lado, tem-se as línguas indígenas e de outro, as línguas dos imigrantes. A língua dos imigrantes em território brasileiro se deu quando o governo decidiu fazer uma ação buscando colaboradores de outros países para estimular o crescimento do país. Portanto, esses cooperadores vinham para o Brasil e traziam consigo a sua língua de origem.

Em meados do século XIX, o Brasil passou por um processo de gramatização¹³ do português brasileiro, no qual lutava-se pelo reconhecimento de uma identidade nacional. Orlandi (2002, p. 158-159) explica que a gramatização da nossa língua está associada à “constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática”. Nesse sentido, o português do Brasil não é uma adaptação pragmática do português de Portugal, mas um fato histórico que se difere dele. Afinal, a língua portuguesa desenvolveu-se em ambientes diferentes, por meio de enunciadores completamente distintos. Assim sendo, o brasileiro lutava para usar um sistema linguístico próprio de sua nação.

Conforme Orlandi (2002, p. 128), “se a colonização impõe uma língua, a historicização da língua faz com que essa mesma colonização sofra um deslocamento visível no processo de gramatização”. Em outros

¹³ Gramatização foi um termo elaborado por Sylvain Auroux (1992, p. 65) para designar “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

termos, a historicização decreta a língua a ser gramatizada e apaga outras línguas que produzem as instabilidades em torno da língua que se fala.

Em virtude dos fatos mencionados, no final do século XIX, surgiram algumas polêmicas a respeito da língua nacional no Brasil. Pfeiffer (2001, p. 167) nos apresenta algumas indagações sobre isso:

Qual é a língua que falamos, de que modo a falamos, de que modo a escrevemos, quem fala esta língua e quem se apaga nas outras línguas que não são descritas? Enfim, quais são os sentidos que foram sendo construídos, a partir da segunda metade do século XIX, para a língua nacional Brasileira.

A autora apresenta algumas polêmicas que surgiram neste período:

[...] em 1870, o escritor brasileiro José de Alencar, em seu *pós-escrito* à segunda edição de *Iracema*, responde às críticas feitas pelo filólogo português Pinheiro Chagas sobre o modo como escreveu o seu livro. Entre 1879 e 1880, o jornalista e político brasileiro Carlos de Laet inicia uma polêmica com o escritor português Camilo Castelo Branco, opondo-se ao seu artigo “Fagundes Varela” em que a poesia e os poetas brasileiros são altamente criticados. A partir de seu artigo “Papelinhos”, o gramático e historiador brasileiro João Ribeiro iniciou, em 1913, uma polêmica com o brasileiro Carlos de Laet em torno de discussões gramaticais sobre a língua nacional. Esta polêmica durou três meses, ocupando o espaço de mais de trinta artigos, o que nos permite ver a dimensão que teve para os escritores. Finalmente, entre 1902 e 1907, travou-se a polêmica em torno da escrita do Código Civil entre o revisador do primeiro texto do código, o professor e filólogo brasileiro Carneiro Ribeiro, e seu antigo aluno, o Senador Rui Barbosa, responsável pela redação final do Colégio brasileiro (PFEIFFER, 2001, p. 167-168).

No final do século XIX, houve uma grande proliferação de trabalhos de autores brasileiros com o intuito de dar mais visibilidade às obras

brasileiras e mostrar ao povo brasileiro que o país possuía particularidades linguísticas que deveriam refletir-se nos compêndios gramaticais. Dentre estas produções, têm-se as publicações no campo da linguística e da literatura e as produções de gramáticas de autores brasileiros com características próprias do português brasileiro. Nesse sentido, o processo de gramatização brasileira do português foi apontado, de um lado, pela ligação que o “Brasil teve com as ideias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal e, de outro, pela instituição escolar brasileira que foi posta em funcionamento a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II¹⁴” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

Orlandi e Guimarães (2001) defendem que um fato que contribuiu para o processo de gramatização brasileira foi a publicação do Programa de Português para os Exames Preparatórios¹⁵, organizado pelo professor Fausto Barreto do Colégio Pedro II no ano de 1887, por solicitação do Diretor da Instrução Pública, Emídio Vitório. O programa de Fausto Barreto se

organiza em torno de 46 itens. Os 5 primeiros tratam de “observações gerais sobre o que se compreende por gramática geral, por gramática histórica ou comparativa e por gramática descritiva ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa e divisão de seu estudo. Fonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogais; grupos vocálicos; consoantes; grupos consonânticos; sílaba; grupos silábicos; vocábulos; notação lexicais. O item 6 compreende; “Morfologia: estrutura da palavra; raiz; tema; terminação; afixos; do sentido das palavras deduzidos dos elementos morfológicos que os constituem; desenvolvimento dos novos sentidos das palavras”. Os itens

¹⁴ O colégio Dom Pedro II foi criado em 2 de dezembro de 1837 pela transformação do Seminário São Joaquim.

¹⁵ Os exames preparatórios eram um requisito para ocupar uma vaga na universidade.

7 a 11 dizem respeito às classes de palavras. O item 12 trata do “Grupos de palavras por famílias e por associação de ideias. Dos sinônimos, dos homônimos e dos parônimos”. Os itens 17 a 20 têm por objeto a formação das palavras e os itens 21 a 28 a etimologia portuguesa. Os itens 30 a 41 tratam da sintaxe. O item 41 trata da colocação dos pronomes pessoais (este é um elemento constante das discussões que incidem sobre as diferenças ente o português do Brasil e o de Portugal). Os itens 42 a 46 tratam da retórica e da estilística (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Orlandi e Guimarães (2001) elucidam que é após a publicação do Programa de Fausto Barreto que se inicia o processo de gramatização brasileira. “Os títulos das gramáticas e o desenvolvimento dos estudos gramaticais do português se inscrevem em um processo de gramatização que criou o espaço da diferença com a língua de Portugal sem, no entanto, atentar contra a unidade com Portugal” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

Dentre as gramáticas que surgiram no final do século XIX, tem-se a *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro¹⁶ __ segundo Orlandi e Guimarães (2001), este intelectual foi um dos autores que iniciaram o processo de gramatização brasileira do português __ e a gramática de João Ribeiro¹⁷ que conforme os autores apontam, este título *Grammatica Portuguesa* “funciona a partir de uma posição de denominação que marca a relação com Portugal” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

A propósito dos títulos que eram dados aos compêndios, no ano de 1887, é publicada a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Pacheco Silva e

¹⁶ Júlio César Ribeiro Vaugham, conhecido como Júlio Ribeiro, nasceu em Sabará, Minas Gerais, no dia 16 de abril de 1845 e morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890. Foi professor do Colégio Culto à ciência, dirigido pelo ver. George Washington. Foi jornalista; fundou os jornais *A Procelária* e *O Rebelde*. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 125).

¹⁷ João Ribeiro era sergipano e veio para o Rio de Janeiro no ano de 1880. Era pintor, músico, poeta, gramático, formado em direito e autor da obra *História do Brasil* ((ORLANDI, 2002, p. 138).

Lameira de Andrade¹⁸. Estes autores introduziram no título do seu compêndio o termo *língua* e deslocaram o nome *portuguesa* com o intuito de caracterizar como *portuguesa* não a gramática, mas sim a língua. Já no campo da lexicologia e da lexicografia surge o *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Antonio Joaquim de Macedo Soares¹⁹, publicado no ano de 1888. Já no século XX, no ano de 1968, o gramático Evanildo Bechara²⁰ publica *a Moderna Gramática Portuguesa*, cujo termo *moderna* é utilizado para apontar que a língua é a mesma e o que passa por modificações é a gramática, ou seja, a gramática sempre está se modernizando. Celso Cunha²¹, em 1970, publica a *Gramática do Português Contemporâneo*. O título sugere que a língua portuguesa tem um caráter universal. Mais tarde, o gramático brasileiro publica, junto com o linguista Lindley Cintra,²² autor português, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Observa-se aqui a aliança entre dois autores: um brasileiro e um português (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001).

A gramatização brasileira do português, conforme explica Guimarães (2005, p. 26-27), apresenta algumas características que podem ser encontradas no nível fonético e fonológico, no nível morfológico e sintático e no nível lexical. No nível fonético-fonológico, o português do Brasil apresenta em seu sistema 7 vogais na posição tônica, ou seja, /a/,

¹⁸ Manuel Pacheco da Silva Júnior nasceu no Rio de Janeiro, em 1842, e morreu em Niterói, em 1899. Dedicou-se ao magistério desde a juventude, foi professor de inglês do Liceu de Artes e Ofícios; seu amplo conhecimento em linguística lhe deu distinção como filólogo. Suas publicações foram: *Grammatica Portugueza, Noções de Semantica, Estudos de Língua Vernacula, Grammatica Historica da Língua Portugueza, Noções de Analize Grammatical, Fonetica, Ethimologica e Sintatica, Estudos Filologicos de João Ribeiro*. Sobre o escritor Lameira de Andrade, tem-se pouca informação. Sabe-se que prestou serviço para Escola da Língua Portuguesa, tanto como professor da Escola Normal quanto como co-autor da obra *Grammatica da Língua Portugueza* (FÁVERO; MOLINA, 2006, p.136).

¹⁹ Antônio Joaquim de Macedo Soares foi jurista, magistrado, lexicógrafo, político e escritor brasileiro.

²⁰ Evanildo Bechara é professor, gramático, filólogo e linguista.

²¹ Celso Ferreira da Cunha foi professor, gramático, filólogo e ensaísta brasileiro.

²² Luís Filipe Lindley Cintra foi um dos mais importantes filólogos e linguistas portugueses.

/ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/. A vogal /a/, é enunciada com o timbre mais aberto e a língua encontra-se em repouso; as vogais /ɛ/, /e/ e /i/ são anteriores e enunciadas com um movimento da língua para frente e as vogais /ɔ/, /o/ e /u/ são posteriores e enunciadas com a língua para trás. Em contrapartida, no português de Portugal, há 8 vogais na posição tônica, são elas: /a/, /ä/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/. A vogal /ä/ de Portugal é enunciada com uma certa elevação da língua. Além disso, na posição átona final, há 3 vogais no português do Brasil, são elas: /a/, /i/ e /u/. No português de Portugal, nessa posição também há três vogais, a saber /ä/, /ë/ e /u/. A vogal /ä/ é enunciada com a língua mais elevada e o /ë/ com o timbre mais fechado. A vogal /u/ apresenta as mesmas características tanto no Brasil quanto em Portugal. Em relação à posição pretônica, no Brasil, há 5 vogais /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/ e em Portugal permanecem as 8 vogais da posição tônica, /a/, /ä/, /ɛ/, /e/, /i/, /ɔ/, /o/ e /u/ com a diferença de que a vogal /e/ passa a ser /ë/ em uma articulação mais central.

No que se refere à morfologia e à sintaxe, no nível sintático, é muito comum utilizar no Brasil os clíticos (*me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*) na posição proclítica em início de um enunciado. Em Portugal essa forma não é aceita, pois a ênclise é a usual. Além disso, no Brasil é comum encontrarmos enunciados, como: *está escrevendo*, com *estar* + gerúndio; todavia, em Portugal, essa forma não é bem recebida, visto que a forma usual é *está a escrever*, com *estar a* + infinitivo. Outra diferença sintática entre Brasil e Portugal, envolve as preposições *em* e *a*. A primeira é muito comum no Brasil, toma-se como exemplo a expressão: *está na janela*. A segunda é bem presente nos enunciados de Portugal, como: *está à janela*. Para finalizar, no nível lexical, muitas palavras que apresentam um significado em Portugal, têm outro significado no Brasil, por exemplo: a palavra *comboio* em Portugal significa trem no

Brasil; autocarro em Portugal é ônibus no Brasil. Portanto, pode-se encontrar várias características inerentes ao português do Brasil ou de Portugal, porém, se quisermos conhecer mais sobre essas características, primeiro devemos analisar como o português está “dividido em falares regionais específicos ou registros distintos de acordo com situações particulares do funcionamento da língua, como o formal ou coloquial, o íntimo e o público, etc.” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

No Pará, o processo de gramatização brasileira também ocorreu e, segundo aponta Duarte (2021), Julio Cezar Ribeiro de Souza foi o primeiro autor paraense a publicar uma gramática do vernáculo. A *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar foi publicada em 1872 pela typografia Commercial de Francisco da Costa Junior. Conforme a autora, na folha de apresentação da obra, há o documento n. 204, assinado pelo diretor geral interino da Diretoria de Instrução Pública da Província do Pará, José Felix Soares, o qual “trata da aprovação da gramática de Julio Cezar para ser adotada nas escolas paraenses” (DUARTE, 2021, p. 139). Logo, Julio Cezar foi o primeiro autor paraense a publicar uma gramática do vernáculo no estado do Pará, tornando-se essencial para o processo de gramatização no Brasil.

Duarte (2021, p. 143) expõe duas características encontradas na gramática de Julio Cezar que já apontam para o processo de gramatização do português brasileiro, a saber:

- a) a relação do autor com as ideias filosóficas e científicas de outro país diferente de Portugal; neste caso, a França; b) a comparação que Julio Cezar faz entre as línguas portuguesa e francesa. Ao comparar formas semelhantes de duas línguas da mesma família – as línguas românicas – o gramático paraense utiliza um método que aponta para a Linguística Comparada de

Franz Bopp, um dos autores cujo estudo serve de referência para os gramáticos brasileiros da corrente científica (DUARTE, 2021, p. 143).

A autora postula que Julio Cezar defendia o uso do *se* como sujeito e, ao fazer isso, o intelectual opunha-se a Soares Barbosa e Sotero dos Reis, gramáticos brasileiros da corrente filosófica que tratavam o *se* como complemento objetivo.

- a) o *se* também se articula com verbos intransitivos como *se* fala em português, principalmente no Brasil: *se* morre, *se* vive, *se* geme, *se* chora. Da mesma forma, os franceses dizem: *on* meurt, *on* vit, *on* gémit, *on* pleure.
- b) o uso da passiva não referenda o *se* como complemento, como pretende Sotero dos Reis. “o simples facto de ser preciso mudar o verbo para a voz passiva para poder ser regida a oração, è de grande alcance para quem attemder que a forma activa da oração é a mais natural, e que não há figura que torne impossivel a sua regência” (SOUZA, 1872, p. 14, nota apud DUARTE, 2021, p. 144).

Portanto, como foi exposto por Duarte, a *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar já trazia marcas que apontavam para a gramatização brasileira do português. O estudo dessa gramática paraense é de grande relevância para a compreensão de particularidades do português brasileiro. A forma de falar brasileira não constitui “erro” porém marcas do português brasileiro, logo, diferentes das de Portugal.

Acima, foi discutido sobre os nomes que vários gramáticos deram aos seus compêndios para identificar a língua no Brasil. Mas, qual era o nome da língua no Brasil? Ao longo do século XIX e no século XX, a língua recebe diferentes nomes: “língua nacional, língua pátria, luso-brasileiro, dialeto brasileiro, linguagem brasileira” (DIAS, 2001, p. 185). As gramáticas, na maioria das vezes, traziam os títulos: *Gramática Portuguesa* e *Gramática Nacional*. Nesse sentido, ao longo do século XIX e

início do século XX, a língua recebe diferentes nomes, os quais eram reproduzidos nos títulos das gramáticas.

Dias (1995, p. 6) faz o seguinte comentário sobre essa questão:

O debate em torno da adoção do atributo “brasileiro” para esse idioma nos permite formular hipóteses interessantes sobre como se configura uma identidade para a nação e para o brasileiro na época. A tentativa de mudança da denominação da língua brasileira significava para os que combatiam essa mudança, uma tentativa de desestabilizar todo um percurso de escrita em relação ao qual a sociedade letrada do País encontrava a sua própria referência. Para os que defendiam a mudança, ela significava uma forma de conceber, com uma forte carga de ufanismo, a brasilidade e a nação a partir da tradição positivista.

Segundo Faraco (2016), até a independência, as referências que se tinham em relação à língua no Brasil eram denominações como: *português ou língua portuguesa*. Todavia, Dias (2001, p. 188) defende que é somente “nas décadas de 30 e 40 [...] que a *questão da língua* foi colocada de uma forma mais consistente”.

3 BRASILEIRIMOS NA COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS: A LÍNGUA NACIONAL

A obra *Brasileirismos de Colocação de Pronomes* de Paulino de Almeida Brito, tem uma única edição, *publicada* em 1908 pela Livraria Azevedo e Viúva Azevedo & C. O compêndio não possui sumário. É composto por sete capítulos e sessenta e duas páginas. Os capítulos, não apresentam títulos e são indicados por algarismos romanos.

Neste capítulo, discutiremos o fenômeno da colocação de pronomes clíticos sob os aspectos prescritos e descritivos e a forma de falar brasileira postulada na obra *Brasileirismos*.

3.1 ASPECTOS PRESCRITIVOS E DESCRITIVOS DA COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS

Os pronomes clíticos são chamados de pronomes oblíquos por Paulino de Brito. São chamados assim por “não terem acentuação própria, subordinando-se, por isso, á accentuação da palavra a que se acostam” (BRITO, 1908, p. 23). O autor cita os clíticos pronominais (pronomes oblíquos) com os quais trabalha, a saber: *me, te, se, nos, vos, lhe, lhes, o, os, a, as*.

Dubois (1973, p. 130) define os clíticos pronominais como “monossílabos átonos que dependem, quanto à acentuação, das palavras que os seguem ou os precedem, ou dentro das quais eles se põem”. Lima (2020, p. 157) denomina os clíticos de “partículas inacentuadas que se colocam antes ou depois do verbo, como se fossem uma sílaba a mais desse verbo

Tanto no português europeu (PE) quanto no português brasileiro (PB) se convencionou chamar de colocação pronominal o fenômeno da colocação de pronomes clíticos. É importante entender o que os estudiosos postulam sobre a posição desses pronomes nos enunciados, levando em consideração o PE e o PB.

Segundo Evanildo Bechara (2009), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, a colocação pronominal pode assumir três posições em relação ao vocábulo tônico, são elas: ênclise, próclise e a mesóclise.

ÊNCLISE é a posposição do pronome átono (vocábulo átono) ao vocábulo tônico a que se liga:

Deu-**me** a notícia.

PRÓCLISE é a anteposição ao vocábulo tônico:

Não **me** deu a notícia.

MESÓCLISE é a interposição ao vocábulo tônico:

Dar-**me**-ás a notícia. (BECHARA, 2009, p. 490, grifo nosso).

Bechara (2009, p. 490-491) aponta alguns critérios para a colocação dos clíticos em um enunciado, são eles:

1.º) Não se inicia período por pronome átono:

“Sentei-me, enquanto Virgília, calada, fazia estalar as unhas” [MA.1, 125]

2.º) Não se pospõe, em geral, pronome átono a verbo flexionado em oração subordinada:

“Confesso que tudo aquilo *me* pareceu obscuro” [MA.1, 79]

3.º) Não se pospõe pronome átono a verbo modificado diretamente por advérbio (isto é, sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula) ou precedido de palavra de sentido negativo:

“Não *me* parece; acho os versos perfeitos” [MA.1, 69].

4.º) Não se pospõe ou intercala pronome átono a verbo flexionado em oração iniciada por palavra interrogativa ou exclamativa:

“Quantos *lhe* dá?” [MA.1, 97].

O autor reforça que a próclise nunca deve ser utilizada em início de enunciado, como em: *Me dá um cigarro*. Na concepção dele e de outros autores, como Lopes (2010), Lima (2020), e Cegalla (2008), a forma “correta” prescrita na gramática é a ênclise [*Dá-me um cigarro*].

Lopes (2010) e Lima (2020) também prescrevem em suas gramáticas que é “incorreto” colocar a próclise em início de enunciados, isto é, anteposto ao verbo. Para eles a forma “correta” é a ênclise.

Na mesma linha de entendimento, Cegalla afirma que “iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens” (CEGALLA, 2008, p. 541).

Cegalla afirma que no Brasil os pronomes oblíquos não são totalmente átonos, mas semitônicos, logo, isso explica o porquê o uso da próclise é predominante no português Brasileiro (CEGALLA, 2008, p. 541).

Said Ali (1908/2008) explica em sua gramática descritiva ‘*Dificuldades da Língua Portuguesa*’²³, o funcionamento do português do Brasil, por meio das características que lhe são específicas. Vejamos:

No Brasil observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos compostos e quanto ao futuro (do presente e do pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição há pouco formulada, que pressupõe pronúncia lusitana nos pronomes, nas partículas e na frase em geral. As condições de pronúncia são outras no Brasil; logo essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal; a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já está sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutra só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial (ALI, 2008, p. 60).

Conforme Said Ali (2008/1908), no Brasil, o fenômeno da colocação pronominal se manifesta de forma diferente de Portugal. Em outros termos, em Portugal não ocorre o emprego da próclise em início de enunciado, mas no Brasil essa forma é bem aceita, pois é habitual. Isso ocorre porque são outras condições de pronúncia (o ritmo) no Brasil. Em vista disso, a exigência da ênclise em início de enunciado – que é a forma espontânea no PE – não deve ser prescrita aos brasileiros, tendo em vista que o emprego da próclise no início do enunciado é considerado a forma normal e frequente entre os falantes brasileiros.

²³ A primeira edição da obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, foi publicada em 1908. Ver em: BECHARA, Evanildo. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. RJ, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>, p. 13. Acesso em: 17 de set de 2021.

Napoleão Mendes de Almeida (1999)²⁴, gramático e filólogo, explica o seguinte:

A palavra **regra**, quando se fala em “regras para a colocação dos pronomes oblíquos” deve ser bem compreendida. A causa, o móvel, o eixo, o princípio fundamental, que explica a diversidade de posição, na frase, do pronome oblíquo, é tão-só, única e exclusivamente um: a eufonia (gr. eu = bom + *phoné*= som), isto é, a harmonia, agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia. (Isto se denomina, com mais propriedade, *eustomia*– do gr. eu = bom + *stóma*= boca). Mas que é realmente, em gramática, eufonia? Não tem aí a palavra sentido absoluto, conceituação própria, independente, senão relativa: é eufônico, numa língua, o que é habitual, o que é costumeiro, o que é geral, e neste sentido é que o aluno deve compreender afirmações como “a posposição não é agradável ao ouvido”, “repugna ao ouvido [...]”. O uso, repetimos, tanto relativo a um grupo quanto a um indivíduo, é que torna eufônica, ou não, determinada incidência tônica: a agradabilidade do som e a suavidade da pronúncia são decorrência natural do hábito. Nesse sentido, pois, é que se deve compreender, no presente estudo, que “regra não passa de exigência da eufonia ou da eustomia” e, ainda, quando se diz que para os portugueses não existe o problema dos pronomes oblíquos; é que eles, *habitualmente*, observam as regras. Esse estudo iniciou-se e só se faz no Brasil, cuja extensão territorial exige muito mais escolas e muito mais vias de comunicação para que se preserve sua unidade política e linguística (ALMEIDA, 1999, p. 491).

Nota-se que Almeida (1999) declara que o princípio que explica a posição de um pronome clítico (ele chama de pronome oblíquo) é a eufonia. O gramático explica que, numa língua, o eufônico é o habitual. O uso pelo falante é que torna eufônica (ou não) uma ocorrência tônica, portanto o agradável do som e o suave da pronúncia é resultado da

²⁴ Napoleão Mendes de Almeida foi conhecido como um grande polêmico e defensor da língua portuguesa no Brasil no século XX.

decorrência natural do hábito. O que em Portugal julga-se ser o habitual, não parece realizar-se da mesma forma no Brasil.

A colocação pronominal “obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes, se entreadjudam e às vezes se contrapõem”, conforme aponta Aguiar (2009). Portanto, o autor justifica que, por motivos variados no português do Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode vir como proclítico no início de um enunciado (AGUIAR, 2009 apud BECHARA, 2009, p. 493). Dessa forma, pode-se perceber que existe um conflito pertinente a respeito da colocação dos clíticos na posição proclítica. Enquanto que Said Ali (2008/1908) e Aguiar (2009) defendem o uso dos clíticos em início de enunciados, Bechara (2009), Cegalha (2009), Lopes (2010) e Lima (2020) reprovam o uso dos clíticos nessa posição, pois para eles a forma “correta” é a ênclise.

3.2 A COLOCAÇÃO DE PRONOMES CLÍTICOS NA FORMA DE FALAR BRASILEIRA: A LÍNGUA NACIONAL

Após a instalação dos portugueses no Brasil e com a chegada da família real em 1808, a língua portuguesa ganha cada vez mais aspectos da língua do colonizador. A língua portuguesa é elaborada como língua nacional²⁵. Salienta-se que a chegada da língua portuguesa ao Brasil não aconteceu em apenas um momento, mas durante todo o período de colonização. O contato entre diferentes línguas foi constante, visto que vieram para o Brasil portugueses, africanos, alemães, japoneses, italianos, entre outros. E aqui já habitavam os índios. Dessa forma, com o passar do tempo, o português do Brasil apresentou uma grande

²⁵ Para uma informação mais completa desse assunto retornar ao capítulo 3.

variedade de falares e, com isso, algumas particularidades, como o uso do clítico na posição proclítica em início de enunciado. É sobre este tema que trataremos a seguir.

Paulino de Brito (1908) expõe que não há registros históricos que possam comprovar o momento exato do surgimento dos assuntos relacionados à colocação de pronomes no Brasil. Porém, cita em sua obra *Brasileirismos* que os assuntos que tratam sobre a colocação de pronomes foram renovados pelo escritor Arthur Barreiros por meio de um artigo que foi publicado na *Revista Brasileira* no ano de 1880. De acordo com Brito, quem o colocou em propagação foi Candido de Figueiredo em uma obra denominada de *Lições práticas da língua portuguesa*. Vejamos o que Brito (1908, p. 7) diz:

Dados em punho, o Sr. José Veríssimo acaba de demonstrar que a dita questão – “velha de meio século no Brasil, foi modernamente renovada aqui por Arthur Barreiros, na segunda *Revista Brasileira* (N. Midosi, editor), tomo, V pag. 71 (Rio de Janeiro, 1880). (BRITO, 1908, p. 7). E na nossa opinião, foi posto em voga pelo Sr. Candido de Figueiredo, a partir de 1891, nas *Lições Praticas da língua portuguesa*, e nos outros livros seus, que depois vieram, sobre o mesmo assumpto (BRITO, 1908, p. 9).

Arthur Barreiros foi considerado o primeiro escritor a publicar assuntos relacionados à colocação de pronomes na *Revista Brasileira* de 1880. Em seu artigo, o autor revela a repercussão que a questão da colocação dos pronomes desencadeou nesse período, o que pode ser observado no seguinte trecho: “Raro será o nosso homem de letras que, no fogo da improvisação, não haja ao menos uma vez hesitado na collocação dos pronomes, que lhe sussurram á da Penna como incomodas vespas zumbidoras” (BARREIROS, 1880, p. 71). Em outras palavras,

sempre houve dúvidas sobre a forma dita “correta” do emprego dos pronomes pessoais clíticos.

Para Alencar (1919 apud GURGEL 2008, p. 31), Arthur Barreiros “é considerado a primeira pessoa no Brasil que reparou no assunto e ocupou-se dele”. Em contrapartida, Moraes (2021) afirma que no final da década de 70 e início da década de 80, do século XIX, já existiam discussões relacionadas a língua brasileira. Além disso, esse autor aponta que durante as suas pesquisas encontrou tese apresentada no concurso de Língua Portuguesa, realizada no Colégio Pedro II, no ano de 1886, e segundo o escritor, o autor Viriato de Sousa Guimarães já trazia assuntos bem desenvolvidos a respeito da colocação pronominal no português brasileiro, porém, o mesmo postula que o texto do autor Viriato Guimarães não teve muita repercussão, logo, era desconhecido por muitos naquele período. Portanto, as primeiras indagações sobre a colocação de pronomes não são registradas em documentos históricos, mas o estopim sobre o assunto se deu logo após a publicação de Arthur Barreiros. Esse foi o ponto inicial para vários escritores discorrerem sobre o assunto, desde os mais antigos, como Paulino de Brito (1908), até os mais contemporâneos, como por exemplo, Bagno (2012).

No artigo, Barreiros (1880) faz algumas observações sobre a colocação dos pronomes clíticos, como por exemplo:

Há certos casos em que a collocação dos pronomes parece obedecer a uma lei constante e única, pois não encontro exemplos em contrario de escriptores autorisados. Assim, não se deve começar nunca uma oração pelas variações do pronome, [...] *Nos dizem, nos informe, etc.* (BARREIROS, 1880, p. 72).

Quando na oração concorrerem dois verbos e um pronome, escreve-se o pronome ou depois do primeiro ou depois do segundo verbo, ligado por um

traço de união. Nestes quinze ou vinte annos creou-se uma litteratura, que pôde dizer-se que não ha anno que *não lhe* traga um progresso (BARREIROS, 1880, p. 76).

Arthur Barreiros não conclui a discussão, deixando o assunto “para ser explanado por uma Penna mais hábil” (BARREIROS, 1880, p. 79), abrindo um canal de discussão para outros autores interessados na questão. Nesse sentido, o autor não contribuiu muito para a discussão sobre a legitimidade do modo de falar brasileiro no contexto da educação nacional. E após a publicação de seu artigo, muitos debates se formaram a respeito da colocação de pronomes átonos no português do Brasil e no português de Portugal.

Brito achou interessante a repercussão que o artigo de Barreiros teve no país. Demorou a acreditar “que um simples artigo da *Revista Brasileira*, cuja circulação é exígua, e até fora do Rio de Janeiro, tivesse aquella influencia, aquella extraordinária repercussão no paiz” (BRITO, 1908, p. 9). Brito afirma que um pequeno grupo de estudiosos se interessou pelo artigo de Barreiros. Mas, notou que o texto logo fora esquecido. Por outro lado, indignou-se com o fato de a obra de Candido de Figueiredo, *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, ter sido cada vez mais divulgada por tratar-se de um gramático de procedência europeia.

O facto é trazido à colocação para frizar que, enquanto o artigo de Arthur Barreiros, depois de lido por um pequeno número de estudiosos, ia repousar, esquecido e anódino nas páginas da *Revista Brasileira*, as *Lições Práticas* do Sr. Candido de Figueiredo, ao contrário, graças á sua procedência europeia, eram copiosamente difundidas, em sucessivas edições, por todos os pontos, ainda os mais longinquos, do Brasil (BRITO, 1809, p. 10).

Brito postula que uma das razões disso acontecer era porque os livros encontrados nas livrarias brasileiras vinham de fora e pertenciam aos autores estrangeiros. Segundo ele, se não pararmos para contemplar os nossos escritores brasileiros, se não buscarmos conhecer as suas obras, “o Brasil continuará a ser o mercado principal dos livros portugueses” (BRITO, 1908, p. 9). O autor também questionava o pensamento da época de que, para falar e escrever “corretamente” o português, a referência era Portugal e, conseqüentemente, os mestres portugueses. Embalado pela educação nacional, há um grande empenho da parte de Paulino de Brito em se discutir os fenômenos da linguagem à luz do falar brasileiro, à luz da gramatização do português brasileiro.

Os discursos de Paulino de Brito são atravessados também pelas ideologias sobre a educação nacional de José Veríssimo. Este intelectual se destacou por ser um grande apoiador de uma educação nacional que realmente tratasse de temas brasileiros, ou seja, de temas relacionados à cultura, às variedades linguísticas e às questões sociais do Brasil.

No ano de 1890, Veríssimo publica a obra *Educação Nacional*. Nesta obra, o intelectual argumenta que

[...] uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime (VERÍSSIMO, 1985, p. 55).

No final do século XIX, Veríssimo (1895) argumenta que o sistema de instrução pública não é digno de ter o nome de educação nacional. Aliás, está muito longe de ser denominada como tal, pois não reconhece a sociedade e a cultura brasileira, perdendo “toda a eficácia para o

progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo”. As escolas brasileiras adotavam conteúdos de outras culturas, em especial, da cultura francesa (VERÍSSIMO, 1895, p. 53). Portanto, Veríssimo também foi um grande defensor de uma educação nacional que fosse verdadeiramente brasileira na forma e no espírito.

No início do século XX, o brasileiro Paulino de Brito e o português Candido de Figueiredo travaram uma grande polêmica sobre a colocação de pronomes clíticos. Figueiredo defendia uma língua nacional nos moldes do povo europeu e, na visão dele, a língua falada pelos europeus deveria ser exportada para diferentes lugares do mundo, inclusive para o Brasil, como uma cultura de civilidade e de moralidade.

Figueiredo estabelece, em sua obra *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, algumas regras a respeito da colocação dos pronomes clíticos em um enunciado. São elas:

1º - Os pronomes pospõem-se ao chamado gerúndio: “Antônio, levantando-se disse”.

2º - Quando os pronomes indefinidos *tudo*, *nenhum*, *ninguém*, *nada*, e outros antecedem um verbo, o pronome *se*, como reflexo e como partícula que apassiva os verbos, também o antecedem, e vice-versa: “Muito *se* falou hoje!”

3º - Nas proposições afirmativas e independentes, o pronome é enclítico, isto é, segue o verbo: “João suicidou-se”

4º - Se a proposição é subordinada e começa por certas conjunções ou preposições, então o pronome antecede o verbo: “Dizem *que* João *se* suicidou”

5º - A mesma coisa nas interrogativas: “Que *me* dizes?”

6º - Nas proposições optativas ou subjuntivas, o pronome está antes ou depois do verbo, conforme o sujeito: “Acuda-*lhe* Deus; Deus *lhe* acuda”

7º - Nas proposições negativas, o pronome é sempre proclítico: “Não *lhe* fales”

8º - Quando concorrem dois verbos, um no modo finito, e outro no infinitivo, dá-se próclise ou ênclise [...] “Quero que *me* venhas falar; quero que venhas falar-*me*” (FIGUEIREDO, 1929, p. 209-210).

Logo, Figueiredo acredita que Portugal tem a tutela da língua portuguesa. Vejamos quais são as suas justificativas para tal defesa:

[...] aventurei-me eu próprio a formular algumas regras sôbre a colocação de pronomes pessoais, e incluí-as em livros meus. Estes livros chegaram ao Brasil, onde têm logrado o mais cativante acolhimento; e, como ali a linguagem vulgar faz a *colocação de pronomes* pessoais objetivos e terminativos, por uma fórmula que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa, muitos estudiosos e gramáticos brasileiros acharam oportuna a minha tentativa. Embora eles próprios, uma ou outra vez, pelo contato de corruptelas vulgares, se não hajam eximido à indevida colocação de pronomes, associaram-se aos meus esforços, e levantou-se no Brasil vigorosa campanha em favor dos direitos da língua em tal assunto. Mas, lá mesmo, eles e eu topámos tal ou qual oposição, da parte de um ou outro publicista, cujo *nativismo* os leva a aceitar como bôas e de lei estas e outras fórmulas da linguagem vulgar do Brasil (FIGUEIREDO, 1917, p. 16).

Notadamente, a posição de Figueiredo é a de quem supostamente detém a competência legítima da língua, na posição de colonizador. O gramático avalia de forma preconceituosa a fala brasileira, denominando-a como, “linguagem dos negros, linguagem das roças” (FIGUEIREDO, 1917, p. 122), e não reconhece a legitimidade da variedade falada no Brasil. A voz de autoridade, supostamente, vem da Europa. Em contrapartida, Paulino de Brito reconhece as variedades linguísticas e legítima as diferentes formas do falar brasileiro. Segundo ele

[...], no portuguez do Brasil “espero que *me faça* o favor” e “espero que *faça-me* o favor” são equipolentes, tanto se diz “não lembrou-*me* do recado” como

“*não se lembrou do recado*”. No português da Europa não se nota a mesma liberdade: diz-se invariavelmente “espero que *me faça* o favor - *não se lembrou do recado*” sempre com o pronome antes do verbo (BRITO, 1908, p. 12).

Brito, também aponta em sua obra *Colocação dos Pronomes* algumas normas para colocar os pronomes clíticos, e explica que a próclise é, sim, considerada correta em um enunciado no português do Brasil. Vejamos:

1º - Nos tempos compostos não se liga a partícula ao particípio passado, e sim ao verbo auxiliar: [...] “*tinha-me* falado”

2º - Com o futuro simples do indicativo e o futuro relativo simples do condicional, a partícula pronominal pode usar-se próclítico, mas não se pode usar enclítica: podemos dizer correctamente – eu *te amarei*, eu *te amaria*, eu *amar-te-ei*, eu *amar-te-ia*. – Não podemos dizer, porém, *amarei-te*, ou *amaria-te*.

3º - Quando uma linguagem verbal é proparoxytona, deve evitar-se a ênclise: [...] “*nós o amamos* se ele fosse bom” (BRITO, 1907, p. 32-33).

Nessa relação polêmica, Paulino de Brito critica a lusitanidade ofensiva de Candido de Figueiredo e reprova a sua interpretação simplista da realidade social e linguística brasileira, quando este “desconhece consideravelmente o Brasil, em sua linguagem, em seus costumes, em sua população, em sua história” (BRITO, 1908, p. 32). Brito defende a ideia de que o objetivo da discussão sobre a colocação de pronomes não consiste em recriminar a forma de falar de Portugal, mas sim em mostrar que as formas de falar brasileiras devem ser respeitadas como legítimas.

Além disso, o intelectual brasileiro defende que

Há brasileirismos e brasileirismos. Os que são erros, não tem defesa, mesmo sendo de uso frequente por ignorância ou por desídia. E o que se dá como o

emprego do pronome nominativo como complemento: com quanto *commum* na linguagem popular e familiar, nunca adoptado pelos nossos escriptores, em cujas obras debalde o Sr. Candido de Figueiredo procurará “tragam elle – eu vi elle” e outras semelhantes expressões, manifestadamente incorrectas. Se os *brasileirismos* de collocação, de que nos occupamos, fossem desta ordem, a discussão seria ociosa, não havendo a menor dúvida que deveriam ser proscriptos da boa linguagem; mas não o são, isto é, não são *incorecções*, e o Sr. Candido de Figueiredo com toda a sua invejável erudição, ainda ,não arranjou, para provar o contrário, cousa melhor que o tal “é erro porque é erro” ou “é erro porque em Portugal não se usa” (BRITO, 1908, p. 36-37).

De acordo com Paulino de Brito, a defesa dos *brasileirismos* não contradiz o discurso normativo ajustado pelos gramáticos porque apesar de redefinir os limites entre a boa linguagem e a linguagem popular (atualmente esses termos são denominados, respectivamente, de culto e não culto), ampliando o espaço da variedade da boa linguagem brasileira não prevê a legitimação dos usos linguísticos dos grupos sociais não escolarizados. Na verdade, no caminho dos *brasileirismos* socioculturais e linguísticos, o que, de fato, intelectuais brasileiros como José Veríssimo, Said Ali, entre outros, querem, e em particular, Paulino de Brito, são os usos linguísticos próprios dos brasileiros, uma gramatização e uma educação nacional voltada para a realidade dos falantes brasileiros.

Na contemporaneidade, Bagno (2009) também faz algumas observações em relação ao português brasileiro. Segundo o linguista, no português do Brasil, os pronomes oblíquos que atuam na função de objetos diretos ou indiretos aparecem sempre antes do verbo de quem eles são o complemento. É por esse motivo que empregamos a próclise, pois essa palavra grega tem como significado, “inclinar-se para a frente”, ou

seja, ser atraído para quem está à frente. Ademais, o teórico menciona que alguns linguistas afirmam que o português se caracteriza por ser uma língua que obedece a ordem sintática SVO (sujeito-verbo-objeto). Todavia, no PB, em início de enunciado, essa ordem transforma-se em SOV, em que O (objeto) torna-se um clítico.

O linguista comenta ainda que,

Os portugueses não são os “donos da língua”. Esse é um pensamento tosco, subserviente e colonizado. Os donos da língua, de qualquer língua, são os seus falantes nativos, aqueles que a aprendem no convívio com a mãe, com o pai, os irmãos, a família, a comunidade, a classe social, com o povo do qual fazem parte. Se a língua que falamos até hoje se chama “português” é por uma mera razão histórica e não significa, de modo algum, que só por isso ela pertence exclusivamente aos portugueses (BAGNO, 2009, p. 25).

Faraco (2008), por sua vez, completa argumentando que

Obviamente, ninguém é obrigado a adotar as inovações. Qualquer um de nós pode perfeitamente ser mais conservador em matéria de língua. Mas o fato de ter uma atitude mais conservadora não lhe dá o direito de condenar os que usam formas inovadoras, em especial se elas são já correntes entre os falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. E mais ainda, se elas já foram acolhidas pelos bons instrumentos normativos. O falante mais conservador pode perfeitamente aconselhar, sugerir, recomendar o uso mais clássico. Está no seu direito. Mas, se na norma culta/comum/standard já circulam outras formas, esse falante não tem o direito de condenar os que usam. Antes cabe maravilhar-se com a beleza da dinâmica e da riqueza da língua que muda continuamente sem jamais perder sua plenitude estrutural e seu potencial semiótico (FARACO, 2008, p. 100-101).

Como se vê, Bagno (2009) e Faraco (2008) não estão propondo a troca da norma tradicional por um determinado conjunto de regras,

mas sim que a variedade linguística do Brasil seja respeitada, democratizada. Ribeiro (1979, p. 52) afirma que “Todos os fenômenos são essencialmente legítimos. Todos os fatos de linguagem, cá e lá, têm igual excelência, como fenômeno”.

Perini (2005) elucida que o verdadeiro problema se encontra nas constantes incertezas de julgamento em relação à posição “correta” dos clíticos em determinados casos. E é nessa localização que o português brasileiro se torna muito diferente do português lusitano, e isso causa muitas dúvidas na hora de escrever, ou seja, ficamos inseguros se devemos trilhar pelos caminhos do padrão europeu ou adaptá-lo ao nosso uso. Além disso, o autor expõe que a posição enclítica nos enunciados tende a desaparecer com o tempo no português brasileiro, e o motivo disso provavelmente acontecer é que a próclise é a marca registrada dos brasileiros tanto na forma de falar quanto no modo de escrever.

Já para Bagno (2012),

A razão de toda essa polêmica em torno da sintaxe dos clíticos pessoais no PB é muito simples: como durante muito tempo (e em parte até hoje) as normas gramaticais eram ditadas tendo como inspiração a língua literária dos escritores portugueses do período romântico, e como esses escritores, por serem portugueses, reproduziam – obviamente – em seus escritos a sintaxe dos clíticos de sua língua, o português europeu, os defensores empedernidos da “língua portuguesa”, que também sempre foram defensores de um ideal social e cultural elitista e europeizante, perceberam as diferenças entre os usos portugueses e os usos brasileiros e chegaram à conclusão (perfeitamente coerente com sua ideologia colonizada) de que os usos brasileiros eram errados (BAGNO, 2012, p. 760).

Segundo o autor, os motivos para tantas discussões a respeito da colocação dos pronomes clíticos no PB, se dão porque as normas

gramaticais foram criadas embasadas na língua literária de autores portugueses no período chamado romântico. Nessas obras, a colocação dos pronomes clíticos obedecia à fala de Portugal e tudo que fosse diferente das regras de Portugal era considerado “errado”. A posição proclítica, que é forma espontânea, natural, comum no falar dos brasileiros, foge à regra.

Para Bechara (2009), o problema de toda essa incerteza é porque, em grande parte, as regras que foram prescritas pelos puristas²⁶, ou estavam equivocadas ou se aplicavam somente ao português de Portugal. Portanto, torna-se urgente deletar o conceito de que os brasileiros usam os pronomes clíticos de forma “errada” e somente os lusitanos a usam de forma “correta”. E para encerrar essa discussão, Brito aponta que um dos motivos é porque os escritores não reconhecem que o português brasileiro passou por mudanças, e essas modificações não podem ser evitadas, logo as variações linguísticas brasileira, conforme o gramático, são corretas, são legítimas.

CONCLUSÃO

A obra *Brasileirismos de Colocação de Pronomes* de Paulino de Brito, foi essencial para a compreensão das discussões sobre o fenômeno da colocação de pronomes clíticos no final do século XIX e início do século XIX e na contemporaneidade, posto que se tornou um assunto muito polêmico entre os gramáticos daquela época e ainda o é na atualidade.

Paulino de Brito foi um escritor que colaborou muito no sentido de provar que a colocação dos clíticos na posição proclítica em início de

²⁶*Purista* é aquela pessoa que defende a “pureza” da língua contra todas as formas inovadoras, que são sempre consideradas como sinais de “decadência”, “corrupção” e “ruína”, não só da língua como também, muitas vezes, dos valores morais da sociedade. (BAGNO, 2009, p. 30).

enunciado é legítima no português do Brasil. Said Ali (2008, 1908) refere essa tese, mostrando que as condições de pronúncias no Brasil são diferentes das de Portugal, logo, a regra lusitana é pertinente em Portugal, mas não no Brasil. Pois, utilizar os pronomes clíticos na posição proclítica em início de enunciado é habitual no Brasil.

A resistência que muitos gramáticos têm em aceitar o uso da próclise em início de enunciado se dá em razão de julgamentos preconceituosos na tentativa de descredenciar a variedade linguística brasileira, na falta de reconhecimento das peculiaridades do português brasileiro e de suas variações. Portanto, a colocação de próclise em início de enunciado é recorrente no português do Brasil, tanto na sua forma oral, quanto na sua forma escrita.

Percebe-se que no final do século XIX e início do século XX, existia (e até hoje existe) uma grande necessidade de estabelecer as diferenças entre o português lusitano e o português brasileiro. Brito esclarece que o seu objetivo não era proibir as regras de Portugal em solo brasileiro (aliás, as considera corretas), mas desejava também que as regras do português brasileiro fossem respeitadas. Portanto, as regras da colocação de pronomes clíticos no Brasil são tão legítimas quanto as de Portugal.

REFERÊNCIAS

- ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL - Biblioteca Nacional, 2008.
- ALMEIDA, Napoleão Mende de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- AUROX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Unicamp, 1992.

- BAGNO, Marcos. *A colonização pronominal. Brasileirismo.com: jornal do Romário*, Brasília, p. 4, 2017. Disponível em: https://www.brasiliarios.com/colunas/66_marcosbagno/689-a-colonizacao-pronominal. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2009.
- BARREIROS, Arthur. *A Colocação dos pronomes. Revista Brasileira*, 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1880_00005.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.eampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRITO, Paulino de Almeida. *Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao snr. Candido de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Viuva Azevedo, 1908.
- BRITO, Paulino de Almeida. *Colocação dos pronomes*. Paris: Aillaud, 1907.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). In: DUARTE, Raimunda Dias; BARZOTTO, Valdir Heitor; SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otania Seixas. (Orgs.) *A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador* [recurso eletrônico] / Raimunda Dias Duarte et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de menino, civilidade e moral cristã*. Campinas/SP: PONTES, 2018.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antonia Guedes. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, Candido de. *Lições práticas da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1929.

FIGUEIREDO, Candido de. *O problema da colocação de pronomes*. Lisboa: Livraria Clássica, 1917.

GUIMARÃES, Eduardo. *A língua portuguesa no Brasil. Ciência e Cultura*. São Paulo, vol.57 no.2, p. 24-28, Apr./June 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf>. Acesso: em 09 de ago. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: _____; ORLANDI, Eni (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 57 ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2020.

LOPES, Karoline. *Minimanual de gramática*. São Paulo: DCL, 2010.

MARIANI, Bethania. A instituição da língua, história e cidadania no Brasil do século VIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, ENI. *História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

MORAES, Jorge Viana de. O paradoxo historiográfico: estudos de casos a partir da gramaticografia e das ciências da linguagem portuguesa e brasileira. In: DUARTE, Raimunda Dias; BARZOTTO, Valdir Heitor; SOUSA, Deusa Maria de; RIBEIRO, Joyce Otania Seixas. (Orgs.) *A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador* [recurso eletrônico] / Raimunda Dias Duarte et al. (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

NAPOLEÃO BONAPARTE. In: WIKIPÉDIA, *a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Napole%C3%A3o_Bonaparte&oldid=6180701 Acesso em: 9 ago. 2021.

ORLANDI, E. P. *História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.

- ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni. *História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARÁ, Paulino de Brito. *Conselho Estadual de Cultura*. Belém, 1970a.
- PARÁ, Paulino de Brito. *Conselho Estadual de Cultura*. Belém, 1970b.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- PFEIFFER, Claudia Castelhanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: *História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat Editora, 2001.
- RIBEIRO, João. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO Carlos Alberto. A. *Gramática do período e da coordenação*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

9

CONCEPÇÕES SOBRE O USO DO PRONOME OBLÍQUO ÁTONO EM INÍCIO DE ENUNCIADO NA OBRA *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909), DE AUGUSTO MEIRA

Danielly Santos Machado ¹

Raimunda Dias Duarte

INTRODUÇÃO

O início do século XX foi um momento muito proveitoso para as discussões sobre as formas de falar no Brasil; várias ideologias disputavam espaço e buscavam efetivar-se. Mesmo antes da proclamação da República (em 1889), muitos autores brasileiros buscavam a construção de uma identidade nacional, a qual teria a língua como grande representante. Em oposição a isso, havia aqueles que defendiam que o parâmetro a ser seguido para o falar e o escrever deveria pautar-se nas regras do português Europeu. Essa polêmica atravessou o século XX.

Entre as obras que discutem as formas de falar no Brasil está o livro que é o objeto de análise deste trabalho, a saber, *Esthesia Philologica: Variações Pronominaes*, de Augusto Meira, publicada em 1909, pela Imprensa Oficial do Pará. Na obra, além de responder a uma crítica sobre o uso do pronome oblíquo átono² em início de enunciado, o autor aproveita a oportunidade para discorrer acerca da sua concepção sobre as variações pronominais, apresentando argumentos e exemplos do uso que ele considera adequado.

¹ Graduada em Letras pela Universidade Federal do Pará. E-mail: daniellymachado99@gmail.com

² Chamado, por muitos linguistas contemporâneos, de clíticos pronominais.

O objetivo geral do trabalho é analisar as concepções sobre o uso do pronome oblíquo em início de enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909). Para tanto, busca-se compreender o contexto histórico e linguístico do início do século XX, entender a visão de gramáticos brasileiros e portugueses sobre a colocação dos pronomes no começo do século XX e analisar a visão de intelectuais sobre a próclise em início de enunciado na obra *Esthesia Philologica* (1909).

O referencial teórico-metodológico se baseia em Orlandi (2001) e Fávero e Molina (2006), que tratam sobre o contexto histórico e linguístico do período de publicação de *Esthesia Philologica*; Figueiredo (1928 [1909]), Brito (1908) e Said Ali (2021 [1895], 2008 [1950]), gramáticos que discutem o fenômeno da colocação pronominal no final do século XIX e início do século XX. No trabalho, será feita uma análise descritiva qualitativa, com o intuito de apresentar a visão dos gramáticos citados (contemporâneos de Augusto Meira) sobre o fenômeno da colocação do pronome oblíquo átono em início de enunciado. Também será apresentada a visão de intelectuais da época sobre o tema a partir da análise da obra de Augusto Meira.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, será tratado sobre a vida de Augusto Meira e sobre o contexto histórico e linguístico de *Esthesia Philologica* (1909); na segunda seção, trata-se da variação na colocação de pronomes átonos em início de enunciado à luz de três gramáticos contemporâneos a Augusto Meira; por fim, é apresentada a visão de alguns intelectuais sobre o fenômeno da próclise em início de enunciado a partir da análise descritiva da obra *Esthesia Philologica*.

1 *ESTHESIA PHILOLOGICA* (1909): AUTORIA E CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO

José Augusto Meira Dantas (1873 – 1964)³ era filho de Olyntho José Meira, que foi presidente das províncias do Pará e do Rio Grande do Norte e patrono da cadeira 33 da Academia Paraense de Letras. Augusto Meira aprendeu com seu pai as primeiras letras e humanidades. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso com louvor. Foi deputado estadual no Pará nos mandatos de 1912-1921, de 1922-1930, de 1935-1937. E foi senador no período de 1947-1951.

Augusto Meira Dantas era advogado especializado em Direito Constitucional, Criminal e Civil. Exerceu a função de delegado de polícia, promotor público da Comarca de Santarém-PA, professor de Direito Penal e Civil, Diretor da faculdade de Direito do Pará e jornalista no *Jornal do Comércio* e no *Jornal do Brasil*. Além disso, ele foi membro-fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico do Pará, e membro-correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Desde muito cedo dedicado aos livros, Meira escrevia versos, sonetos líricos e românticos. Deixou várias obras, entre as quais: *Estudos de filosofia, religião e história: Direito e arbítrio; O princípio de Müller; Imposições diferenciais; O habeas-corpus em ação; Extinção de mandatos; Tirania dos erros; Amazonas versus Pará; Selva selvagem; Caminho da glória; Secreto esplendor; Auréolas; Lírios e verbenas e Esthesia Philologica*.

A obra *Esthesia Philologica* (1909), publicada pela Imprensa Oficial do Pará, foi produzida num momento de muitos debates em torno de

³ As informações acerca do autor foram encontradas no catálogo de obras raras da Biblioteca Pública Artur Viana (CENTUR) e no site da Câmara dos Deputados.

ideias sobre a língua portuguesa falada no Brasil. Com a Proclamação da República, em 1889, alguns escritores buscaram distanciar-se do modelo de escrita baseado no português europeu para buscar reconhecer a legitimidade da língua do Brasil. Em oposição a isso, outros autores, portugueses e brasileiros puristas⁴, também se empenharam em defender sua ideologia da superioridade do português europeu. O choque entre essas duas ideologias resultou em discussões que buscavam justificativas para provar a veracidade dos dois pontos de vista. Essas discussões, por vezes, eram veiculadas em jornais e periódicos ou, ainda, resultavam na produção de livros, como no caso de *Esthesia Philologica*.

Os anos que antecederam a discussão protagonizada por José Augusto Meira Dantas foram marcados por diversos acontecimentos históricos e linguísticos, sendo um período em que muitas ideologias disputavam espaço no Brasil. Como se trata de uma obra do começo do século XX, se faz necessário recorrer a acontecimentos que datam a partir da segunda metade do século XIX. De acordo com Orlandi (2001), há uma concentração de pesquisas em torno do século XIX, período em que se concretizam práticas descolonizadoras que já se desenvolviam ao longo da história, mas que nesse momento se solidificaram. Entre essas práticas, há as que são relativas à língua

No final do século XIX, há uma proliferação de trabalhos brasileiros para dar um lugar explícito a sua⁵ vida intelectual: constituição das disciplinas e de um ensino escolar, publicações no domínio da língua e da literatura. A gramática é um destes objetos que consciente ou inconscientemente, os intelectuais desta época produziram visando formar brasileiros em uma

⁴ Utilizamos aqui o termo “puristas” para nos referir a autores mais conservadores que tinham como parâmetro de língua o falar lusitano.

⁵ Vida dos brasileiros empenhados em produções linguísticas.

sociedade em que o saber tivesse seu lugar (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Dessa forma, percebe-se a tentativa de romper com padrões linguísticos portugueses de modo a construir a identidade brasileira que se manifesta, dentre outras coisas, na língua e na gramática. O espírito republicano da segunda metade do século XIX buscava romper os laços com Portugal, inclusive no reconhecimento e valorização de uma língua nacional. Por isso, neste período, destacam-se os estudos acerca dos aspectos gramaticais. Se de um lado os gramáticos mais conservadores produziam gramáticas de concepção filosófica, de outro, iniciava uma nova fase chamada, por alguns autores⁶, de período científico.

O período filosófico corresponde ao período que Cavaliere (2001) chama de **Racionalista**, que vai de 1802 a 1881, no qual a produção gramatical se baseava na tradição dos compêndios didáticos lusitanos e seguia uma linha de estudos uniforme com o objetivo de ensinar a norma literária na escola de nível elementar. Nesse período, se deu pouca ou nenhuma importância ao estudo do português brasileiro, de modo que as gramáticas brasileiras se resumiam a regras e dispositivos copiados dos compêndios lusitanos.

Segundo Cavaliere (2001), o período **Científico** inicia em 1881, com a contribuição das teses sobre o evolucionismo linguístico, e finda em 1941, onde começa o período linguístico, com a publicação de *Princípios de linguística geral* de Mattoso Câmara Jr., o qual, em suas bases estruturalistas, implantou a linguística geral no cenário acadêmico brasileiro. Contudo, Duarte (2021), em seus estudos sobre a *Grammatica Portugueza*, do autor paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, defende que

⁶ Nascentes (1939); Elia (1975); Guimarães (1996).

este compêndio, publicado em 1872, na província do Pará, já traz marcas da gramática científica (gramática comparativa) e do falar brasileiro.

No período científico, a princípio, há uma preocupação de filólogos com os estudos etimológicos e, posteriormente, as pesquisas se concentram no fato gramatical em língua vernácula (CAVARIERE, 2001). A obra *Esthesia Philologica* (1909) está nesse momento de transição dentro do período científico.

O problema da colocação pronominal foi uma das questões linguísticas mais discutidas nesse período, visto que foi em torno dela que ideais conservadores e inovadores em matéria de língua se cruzaram de forma polêmica (GURGEL, 2008, p. 30).

As discussões sobre a colocação de pronome não diziam respeito somente a regras gramaticais que muitos gramáticos pretendiam justificar, sobretudo, pelo uso dos clássicos da literatura ou pela variedade linguística de Portugal, mas envolviam, especialmente, a identidade linguística brasileira.

As gramáticas de circulação no Brasil começam a ser produzidas na fase filosófica, em que os compêndios eram instrumento de imposição da legitimidade hegemônica da língua da Coroa Portuguesa, que prezava pelo purismo linguístico. No período científico, por sua vez, há a busca pela identidade do português brasileiro (SOUSA; ALVARES, 2015). A gramática vem ser um objeto que, “consciente ou inconscientemente os intelectuais da época produziam visando formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001).

As gramáticas do século XIX e início do XX, portanto, seguem ou o critério filosófico, com as concepções puristas acerca da língua, ou o critério científico, no qual há a preocupação com a investigação sobre a

língua vernácula no Brasil, que é observado, principalmente, nas gramáticas posteriores à de Julio Ribeiro, autor mineiro.

No final do século XIX, observa-se a emergência de uma gramática que buscava abranger os estudos acerca da língua compatíveis aos usos do português no Brasil, de modo a desvincular-se, ainda que lentamente, da noção de unicidade de língua.

Um fato a salientar, que ocorre nesse contexto, é o desenvolvimento da primeira Escola Literária do Brasil independente – o Romantismo, que se empenhava, entre outras coisas, em referendar a língua nacional. Nesse cenário, instaurou-se uma série de polêmicas em torno da língua falada no Brasil, as quais envolviam críticas ao modo como escritores brasileiros utilizavam a língua. Entre esses escritores, destaca-se José de Alencar que, ao lançar o romance *Iracema* desencadeou uma série de “críticas vindas de brasileiros puristas e classicizantes, como Antonio Henriques Leal, e de alguns portugueses entre os quais Pinheiro Chagas” (BORGES, 2010).

Pinheiro Chagas dedica um capítulo de seu livro *Novos ensaios críticos* para expor seus pensamentos acerca da literatura brasileira e de José de Alencar, onde lê-se:

Ora, neste caso, ou nós estamos corrompendo o idioma, ou os escritores brasileiros o corrompem. Mas nós cingimo-nos às velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha reta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões (CHAGAS, 1867, p. 223).

Percebe-se com isso, a visão portuguesa da época, na qual o modo de falar brasileiro, que já apresentava algumas disparidades com o de Portugal, é entendido como uma “corrupção” ao português europeu. Em

contrapartida, Alencar, no pós-escrito da segunda edição de *Iracema* responde às críticas sobre o modo como escreveu seu livro e rebate Píndaro Chagas afirmando que:

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada pouca influência exerce sobre os costumes do povo: no Brasil, ao contrário, o estrangeiro é um veículo de novas idéias, e um elemento da civilização nacional. Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que fazem neste solo exuberante amalgama do sangue, das tradições e das línguas (ALENCAR, 1965, p. 244).

Neste enunciado, nota-se o peso da palavra de um português acerca da língua, em oposição ao peso do que um brasileiro diz. Nesse contexto, evidencia-se a tentativa de se combater a ideia de superioridade do português europeu, visto pelos puristas como imaculável, estático e não suscetível a mudanças. Alencar, por outro lado, reconhece as transformações a que as línguas estão sujeitas e reconhece que seus representantes das diferentes “raças” são responsáveis por isso.

Ainda que tenham sido de grande valia para a busca da identidade nacional, essas discussões geradas pelo Romantismo brasileiro não afetaram a estrutura da escola brasileira, pois de acordo com Fávero (2000), o Colégio Pedro II, fundado em 1838, que norteava as escolas públicas e particulares do Brasil, resistia a essas inovações. Portanto, a escola mostrou-se insensível a essas polêmicas sobre a língua nacional e o modelo de escrita de maior prestígio era o dos grandes escritores da tradição portuguesa. E quanto ao meio gramatical, a tentativa do Romantismo de valorizar o português falado no Brasil e a recusa ao modelo linguístico português tiveram pouca ou nenhuma repercussão (FÁVERO E MOLINA, 2006).

Esse cenário linguístico do final do século XIX traçou os caminhos dos estudos no início do século XX, entre os quais a obra *Esthesia Philologica* (1909) está incluída.

2 O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: VISÃO DE GRAMÁTICOS

De acordo com Gurgel (2008), um dos fenômenos mais estudados em finais do século XIX e início do XX foi a colocação pronominal. Neste sentido, muitos teóricos e gramáticos dedicavam páginas de suas gramáticas, publicações em periódicos e, até mesmo, livros para defender seu posicionamento acerca desse fenômeno.

Diante disso, se faz necessário investigar de que forma três gramáticos importantes do período analisavam a colocação do pronome oblíquo⁷, especialmente em início de enunciado, buscando analisar os argumentos que eles utilizam para dar consistência às suas teses.

Entre os teóricos do final do século XIX e início do século XX, destacamos, Candido de Figueiredo (1846-1925), Paulino de Brito (1858-1919) e Said Ali (1861-1953). O primeiro foi um filólogo e gramático português cujos compêndios norteavam o ensino de gramática no Brasil (DUARTE, 2018). O segundo foi escritor, jornalista e professor no estado do Pará, que ousou confrontar Candido de Figueiredo, gerando uma discussão notável sobre as colocações pronominais. E por fim, Said Ali que, de acordo com Costa (2020, p. 174) ora foi significado socialmente como um gramático autodidata – que não possuía rigor científico –, ora como um linguista que por estar à frente de seu tempo, foi incompreendido e

⁷ Em estudos contemporâneos, chama-se os pronomes oblíquos de clíticos pronominais. Contudo, neste trabalho, vamos seguir a nomenclatura utilizada no início do século XX.

foi “o primeiro a produzir no país uma gramática descritivo-científica nos moldes do estruturalismo europeu”.

O debate entre Figueiredo e Brito desenredou-se por meio da imprensa, nos primeiros anos do século XX. O gramático português publicava seus artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, enquanto o brasileiro os rebatia em “A província do Pará”. A disputa redundou nas seguintes obras: “A colocação de pronomes” (BRITO, 1907), “Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Sr. Candido de Figueiredo” (BRITO, 1908) e “O problema da colocação de pronomes” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]). (SILVA, 2017, p. 117).

Aproveitando o texto de Silva (2017) iniciamos esta exposição por Candido de Figueiredo, visto que por ser um autor português (europeu), seus compêndios ocupavam lugar de prestígio à época. Em “O problema da colocação de pronomes” (1928[1909]) o autor afirma que ele próprio se aventurou em formular regras sobre a colocação dos pronomes e incluiu estas em seus livros. Estes livros chegaram ao Brasil, onde, de acordo com ele, foram acolhidos, e, como aqui se fazia, por meio da linguagem vulgar, a colocação dos pronomes pessoais adjetivos e terminativos “por uma forma que se não coaduna com a índole e a história da língua portuguesa” (FIGUEIREDO, 1928 [1909], p.16), muitos teóricos e gramáticos acharam oportunas as formulações feitas pelo gramático português.

Para Figueiredo (1928[1909]), a regra que predomina na colocação dos pronomes é a *regra da atração*, na qual certas palavras atraem a próclise, tais como adjetivos, preposições, advérbios, conjunções, predicado composto, bem como os pronomes entre si. O autor ainda argumenta que é inaceitável que se inicie uma frase com o pronome oblíquo.

O gramático português afirma que se no Brasil se organizasse uma linguagem que só tivesse uma parte do vocabulário português, ele não

teria o direito de insurgir contra essa linguagem, porém, ele pondera que se opõe “a pretensão daqueles que, como o sr. Paulino de Brito, querem dar o foro de *portugueses* a dizeres e modismos privativos de sua terra” (FIGUEIREDO, 1928 [1909], p. 49). Nota-se com isso que Figueiredo não reconhece como português os usos que estavam restritos ao Brasil, entre os quais a variação na colocação de pronomes está inclusa.

Quanto às formas que Candido de Figueiredo considera inadequadas, ele as chama de “brasileirismos”, pois são consideradas, por ele, vulgares na linguagem comum do Brasil e, segundo ele, quem as escreve nunca escreveu em bom português e desconhece a linguagem corrente de Portugal. Além disso, Figueiredo considera o mau uso dos pronomes oblíquos como “linguagem das roças” e afirma que os milhares de negros vindos da África aceitaram esses vocábulos e, como os colonizadores, que estavam em menor número, estavam constantemente ouvindo esses “modismos”, passaram a aderir a tais usos, que acabaram passando do campo para as cidades (FIGUEIREDO, 1928 [1909]). Cabe salientar que, neste contexto, não somente os portugueses tinham certo preconceito com a influência dos povos de origem africana no português do Brasil, mas também os próprios brasileiros, como se nota no *Diccionario Grammatical* do gramático brasileiro João Ribeiro a presença da expressão “elemento negro”, que é definida por ele como:

(...) toda a especie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influencia das linguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiaes como afirmam alguns estudiosos; ao contrario, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulario, mas até ao systema grammatical do idioma(...). Não convém insistir sobre o que se refere especialmente ao lexico africano no Brasil (RIBEIRO, 1906, p. 216-217).

Evidencia-se, de tal modo, o preconceito com a influência dos negros na língua do Brasil, pelos dois autores, e a suposta visão de superioridade do português de Portugal observada principalmente nos textos do gramático português, o qual supõe que o português de seu país seria a referência “incorrupível” para se falar bem, até mesmo em território brasileiro. E além disso, nota-se um certo racismo do gramático, ao lançar sobre os escravos a culpa de a língua do Brasil ser “corrompida”.

A posição do gramático [Candido de Figueiredo] é a de quem detém a competência legítima, naturalmente herdada de seus ascendentes. Fica em jogo, nesse caso, não somente o valor conferido aos usos linguísticos legitimados, mas também o modo de aquisição: natural e precoce, no caso português, por oposição à aprendizagem tardia e supostamente incompleta dos brasileiros (SILVA, 2017, p. 118).

Por outro lado, temos o autor paraense Paulino de Brito, que fez uma série de artigos para o jornal *A província do Pará* (aos quais Figueiredo se opôs) que resultaram na produção dos livros *Colocação de pronomes* (1907) e *Brasileirismo de colocação de pronomes* (1908)⁸ como resposta direta à Candido de Figueiredo. Segundo Brito (1908), a corrente predominante na época era o lusitanismo, em que se acreditava que, para escrever e falar bem era indispensável conhecer a língua falada e escrita em Portugal. Contudo, opondo-se à esta corrente, o educador do Pará busca validar e justificar usos comuns do português brasileiro, sobretudo no que tange à colocação de pronomes.

⁸ Duarte (2018) pondera que a polêmica levantada por Paulino de Brito nestas duas obras foi muito importante para o Brasil, e para o Pará, dando projeção internacional ao autor paraense e inaugurando uma fase de amadurecimento e independência do Brasil em relação ao que vinha de Portugal, além e fortalecer a temática levantada sobre a língua nacional brasileira.

Para o autor (BRITO, 1908, p. 12), brasileiros e portugueses colocam os pronomes da mesma forma, salvo algumas variantes, como os exemplos “espero que me faça o favor” e “espero que faça-me o favor”; e “não se lembrou do recado” e “não lembrou-se do recado”. Essas formas eram equipolentes no Brasil. Por outro lado, em Portugal se diria invariavelmente “espero que me faça o favor” e “não se lembrou do recado”.

Brito (1908) defende que o português brasileiro é claramente mais acentuado e articulado do que o português europeu e, por conta disso, há a preocupação com o aspecto fônico da língua, de modo que sejam preferíveis outras formas de falar e escrever. Além disso, ele reconhece as mudanças pelas quais a língua passa no espaço e no tempo, como se observa no excerto:

Não concordam todos que nas linguas vivas não existe invisibilidade absoluta? Que as linguas vivas não podem ficar estacionárias, não podem deixar de se desenvolver, de se transformar no tempo e no espaço? (...)

Não reconhecem todos que o portuguez do Brasil tem-se modificado e há de continuar a modificar-se fatalmente sobre a acção das leis que regem os phenomenos linguisticos?

Que lógica, pois é essa, pela qual um modo de expressão não deve ser permitido aqui, porque não é usado alli, deve ser considerado um erro agora, porque não era empregado anteriormente! (BRITO, 1908, p. 37).

Duarte (2018) afirma que Paulino de Brito defendia a ideia de uma variedade linguística brasileira, que seria uma forma característica do contexto sócio-histórico brasileiro, que resultou da dinamicidade da língua, e esta variedade, para ele, não era nem melhor, nem pior que a variedade portuguesa.

No entanto, se retornarmos a Figueiredo (1928 [1909]), notamos que o gramático utiliza exemplos de usos da colocação dos pronomes

considerados por ele corretos dentro de uma das obras do próprio Paulino de Brito (*Histórias e Aventuras*), tais como “Não me saiu do pensamento...” (p. 30), “Parece-me que já estamos...” (p. 31), Levantaram-se todos...” (p. 31). Deste modo, o gramático português conclui que Paulino de Brito defendia em seus compêndios um uso que ele nem sequer fazia em seus livros.

Observamos, de tal modo, que ainda que o gramático português e o brasileiro apresentem discursos compostos por ideias opostas acerca do aspecto gramatical aqui investigado, essa discussão é de grande valia para a observação da tensão entre duas ideologias linguísticas do início do século XX: de um lado, aqueles que defendiam a corrente lusitana e, de outro, os que buscavam a validação do português brasileiro.

Neste mesmo contexto, temos Said Ali, que considera a colocação dos pronomes oblíquos átonos pelo aspecto *fonético*, que era usado tanto por ele quanto por outros autores⁹, para justificar as disparidades da colocação pronominal entre o Brasil e Portugal, como observado no enunciado abaixo:

Qual será essa lei? Deve ser de ordem fonética, por isso que o Português analfabeto desloca o pronome sensivelmente nos mesmos casos que o Português letrado, o qual por sua vez não consegue dar-nos com exatidão a regra gramatical. Para um e outro é uma questão de ouvido, como se costuma dizer (SAID ALI, 2021 [1895], p. 472).

Disto se assimila que, independente de estudo gramatical, a colocação é feita pelos indivíduos, da maneira que estes, quer portugueses, quer brasileiros, estão habituados a ouvir. Said Ali (2021 [1895]) ainda afirma que o fato de as palavras pertencerem a uma ou outra categoria

⁹ Barreto (1916); Pacheco & Andrade (1894) e Pereira (1907), (1909), (1916).

não pode determinar uma ou outra construção, pois as categorias gramaticais são convencionais, as quais aqueles que não foram escolarizados desconhecem. Além disso, o gramático ainda atenta para as mudanças fonéticas que a língua portuguesa no Brasil sofreu pela alteração do meio, como se observa a seguir:

Fundando-se ela [a colocação pronominal] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica à pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o e final em me, te, se é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente mi, ti, si; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa me, te, se, lhe (...). Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em suma, a fonética brasileira é, em geral, diversa da fonética lusitana (SAID ALI, 2008 [1950], p.57).

Said Ali (2008 [1950]) argumenta, ainda, que a verdadeira conclusão científica sobre a colocação pronominal é que em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes, por ser de uso geral lá, assim como no Brasil é válida pelo mesmo motivo: por ser de uso geral. Deste modo, nota-se que a questão *fonética* e a do *uso* são postas como central para Said Ali legitimar a colocação dos pronomes do modo como é feita no Brasil.

3 A PRÓCLISE EM INÍCIO DE ENUNCIADO: VISÃO DE INTELLECTUAIS EM ESTHESIA PHILOLOGICA

A obra *Esthesia Philologica* (1909) apresenta a visão de diversos intelectuais acerca das variações pronominais, principalmente o caso da próclise (pronome oblíquo anteposto ao verbo) em início de enunciado. Entre esses autores, há aqueles que não aceitam esse fenômeno,

considerando um desvio da norma padrão da língua, e aqueles que reconhecem ser a próclise em início de enunciado um uso recorrente no Brasil.

Deste modo, analisaremos a visão dos intelectuais citados por Meira (1909), a fim de verificar as ideias destes acerca da colocação pronominal, além de analisar de que forma Augusto Meira se posiciona frente a estes autores, quais justificativas ele usa para comprovar sua tese e ainda, como as ideias tanto de Meira quanto dos intelectuais citados seguem as ideologias de algum dos três gramáticos citados na seção anterior.

Nesta análise, citaremos os autores com os quais Meira (1909) dialoga, refutando ou corroborando suas ideias. São estes: Osório Duque Estrada, Félix Coelho, Candido de Figueiredo, Ernesto Carneiro e Ruy Barbosa.

3.1 O CRÍTICO BISONHO¹⁰ – OSÓRIO DUQUE ESTRADA

A discussão sobre a colocação pronominal feita por Augusto Meira, em *Esthesia Philologica* (1909), é uma resposta a Osório Duque Estrada (1870-1927) que, após ler um trabalho de Meira no Jornal *A Província do Pará*, disparou uma série de críticas sobre a forma deste de escrever, contestando até mesmo o profissionalismo de Meira por “confundir” alguns usos. Esses usos que Duque Estrada aponta se referem não só à colocação pronominal, mas também ao emprego de *a*, *á* e *há* para referir-se ao passado, questão que Meira (1909) resolve e explica sucintamente nas primeiras páginas de seu livro, e que não será analisada neste trabalho, visto que nosso objetivo é tratar da próclise em início de enunciado.

¹⁰ De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira (PINTO, 1832), “bisonho” é um adjetivo usado para se referir ao “noviço em qualquer arte, pouco experimentado, falto de disciplina”.

A crítica de Duque Estrada a Augusto Meira, sobre colocação pronominal, se dá no seguinte enunciado publicado por este no jornal paraense: “Se tratava de roubos”. O texto é considerado, pelo crítico, algo absurdo. Meira (1909) argumenta que esta questão é muito debatida e resolvida por ele e por outros autores que são a favor da plena liberdade no que concerne a este uso.

Meira (1909) defende que, em qualquer clássico ou não clássico, se encontra a máxima liberdade da anteposição ou posposição do pronome. Para exemplificar isso, o autor cita *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em que é possível ler:

“Lhe vá mostrar a terra onde se informe.”

Estrophe 40.

“Lhe será tanto engano fabricado.”

Estrophe 76.

“Se perca a gente d’ella tanto amada.”

Estrophe 100 (MEIRA, 1909, p. 8).

Além destes, o autor apresenta vários outros versos d’*Os Lusíadas* para atestar que faz o uso tal qual Camões, sendo, para ele, esta uma forma perfeita de se escrever e não seria Duque Estrada que explicaria por qual motivos aqueles escrevem “erradamente”.

Apesar de os exemplos dos clássicos literários serem, de certa forma, válidos para sustentar que o uso da próclise em início de enunciado é legítimo no português do Brasil, Meira não cita a questão do uso, a qual Said Ali (2008 [1950]) defende. Este considera legítimo o fenômeno aqui analisado, por ser de uso geral naquele contexto (início do século XX), e não apenas por ter sido um uso feito pelos clássicos da literatura.

Brito (1908) afirma que o peso dos clássicos é relativo, pois acima dos clássicos está o povo que faz a língua. Para o estudioso, a gramática é o exame da razão aplicado aos fatos da linguagem.

3.2 INÍCIO DE FRASE *VERSUS* INÍCIO DE VERSO – FÉLIX COELHO

Na obra *Esthesia Philologica*, Augusto Meira não responde somente as críticas de Duque Estrada. Também aproveita para retrucar as críticas que Félix Coelho fez, n' *O Jornal*¹¹ sobre um artigo escrito por Augusto Meira e publicado no jornal *A Província do Pará*, no qual este defende o uso do pronome oblíquo em início de enunciado, justificando a ocorrência com versos de Camões. Contudo, Coelho afirma que Augusto Meira teria confundido início de verso com início de frase.

Meira alega não ter considerado diretamente a diferença entre frase e verso, pois para ele não há diferença no que se refere ao uso do pronome, seja em início de frase, seja em início de verso. Além disso, o intelectual explica que usou os exemplos dos versos apenas para demonstrar a validade de tal uso na língua portuguesa.

Vemos agora que o sr. Coelho viu a questão *por outro lado*: O Se collocado no *começo* do periodo. Foi um ponto de vista que não tivemos em consideração directa. Tracta-se portanto, assim, não da questão da anteposição, mas tão somente de saber si é acertado ou errôneo *começar um periodo pelos pronomes lhe, te, se*. (MEIRA, 1909, p. 18, grifos do autor).

Desse modo, a tentativa de Felix Coelho em refutar o fato linguístico sob análise, que Meira considerava admissível não é coerente, visto que não há justificativa plausível para validar o uso do pronome oblíquo

¹¹ Periódico paraense que circulou na primeira década do século XX.

em início de verso que não sirva de igual modo para validar o mesmo fenômeno em início de frase, pois a gramática se aplica igualmente a textos literários e não literários. Em consonância com isto, lemos em Figueiredo (1928 [1909], p.30): “não é português em poesia aquilo que não o seja em prosa”.

Meira ainda atenta para o processo evolutivo pelo qual as línguas passam, ao afirmar que:

As línguas, de certo, nascem, se desenvolvem, bifurcam-se, evoluem, transformando-se com o andar do tempo, sujeitas, como são, às mesmas vicissitudes por que passam, por exemplo, os seres organizados (MEIRA, 1909, p. 19).

Nota-se que a visão de Meira, de que a língua evolui, está de acordo com a visão de Paulino de Brito e Said Ali. Brito (1908) argumenta que as línguas vivas não podem ficar estacionárias, não podem deixar de se desenvolver, de se transformar no tempo e no espaço. Enquanto Said Ali (2008 [1950], p. 22) afirma que “os pronomes têm sua evolução especial em cada língua”.

Além disso, Meira (1909), ainda argumenta que não encontrou entre os gramáticos nenhuma razão lógica para considerar errôneo o uso do pronome oblíquo em início de enunciados¹², visto que é possível iniciá-los com qualquer outra palavra da língua. Ademais, ele ainda discorre que até mesmo na língua latina – a língua mãe – esse mesmo uso é considerado válido.

Si os *grammaticos* não acham uma razão pela qual próvem o erro d’esse modo de escrever, em questão, nós encontramos razões poderosas, que

¹² O autor chama de frase.

justificam, si fizermos este exame, em especial estudando a lingua latina, a lingua *mater*, representada entre nós, pelo portuguez, que é aquela mesma lingua “com pouca corrupção” na phrase incisiva de Camões (MEIRA, 1909, p. 20, grifos do autor).

E mais à frente, o autor cita muitos textos de obras latinas, entre os quais, um encontrado na *Eneida*, de Virgílio, L. 1 v. 487, em que se lê: “Se quoque principibus permixtum adg novit Achevis¹³”. Na visão de Meira (1909), se na língua latina – na qual se observa a maior “incorrup-tibilidade”, visto que dela se originou o português – é consagrado esse uso, uma regra gramatical que busca “não corromper” a língua, não te-ria validade. Além do mais, o autor ainda argumenta que não há razão para justificar que não se faz mais esse uso, pois a língua evolui, o que seria paradoxalmente uma justificativa para validar o emprego de tal pronome, que poderia ser considerado, também, resultado de uma evo-lução. Nota-se, com isso, que para tentar justificar seu ponto de vista, Augusto Meira parte de uma ideia que é, de certa forma, preconceituosa, visto que ele considera “corrupção” as construções que se distanciam das regras latinas que ele considera que devam ser seguidas.

Apesar de citar os exemplos latinos para creditar o uso do pronome oblíquo iniciando o período, Augusto Meira, por vezes, parte de uma perspectiva de que o uso feito por ele é superior por se tratar de um uso corrente no latim. Essa visão difere da de Brito (1908), que também con-sidera a variação pronominal como “filha da construção latina”. Este autor defende que, em início de enunciado, ambas as formas – a próclise ou ênclise – são legítimas.

¹³ Em tradução livre: [Ele] se reconheceu também como uma mistura dos príncipes aqueus.

3.3 BRASILEIRISMOS: LINGUAGEM DO POPULACHO – CANDIDO DE FIGUEIREDO

O tão polêmico gramático português Candido de Figueiredo é citado diversas vezes em *Esthesia Philologica* (1909). Primeiramente, após a explanação de Augusto Meira sobre a “confusão” entre frase e verso, apontada por Félix Coelho, Meira (1909) retoma algumas ideias de Figueiredo¹⁴. Uma dessas ideias é de que não é certo em poesia aquilo que não o seja em prosa, conforme já foi mencionado. E, após citar exemplos de versos iniciados pelo pronome oblíquo em latim, Meira (1909) utiliza outra ideia do gramático português, justificando que não se comete erros escrevendo, como na forma latina.

No capítulo SIM, SENHOR! (MEIRA, 1909, p. 49-56) da obra *Esthesia Philologica*, o qual é destinado a examinar a visão de Candido de Figueiredo sobre a colocação do pronome em início de enunciado, Meira (1909) cita o enunciado, já tratado neste trabalho, no qual Candido de Figueiredo acusa os negros vindos da África de corromperem o português do Brasil:

Os milhares ou *milhões* de escravos, que a colonização do Brasil chamou da Africa, para a America, foram aceitando naturalmente o vocabulario português, construindo a frase a seu modo e os lavradores e os colonisadores, certamente em menor numero que os trabalhadores dos campos e das roças, curando mais de borracha e café, do que de invasões gramaticais, deixaram-se indolentemente instruir dos modismos que, a toda hora, lhes feriam os ouvidos (MEIRA, 1909, p. 49-50).

Meira (1909) se opõe à essa visão de que os escravos tenham influenciado neste modo de começar a frase (com o pronome oblíquo) e, a partir da observação da recorrência do pronome oblíquo átono

¹⁴ Figueiredo (1953[1909] p. 30)

iniciando frases em latim e em línguas neolatinas, apresenta uma série de exemplos em Latim, Francês, Italiano e Espanhol, nos quais são encontradas estas variações pronominais. Seleccionamos, a seguir, alguns destes exemplos: quanto ao francês, Meira (1909) cita Sully Prudhomme: “*Me voilà bien á plaindre: comment puis-jesavoir ce qu’il y manque?*”; em italiano, cita Marchesini: “*Si é assai discusso se i numeri pitagoroci siano essenza delle cose*”; em espanhol, cita Ibanez: “*Se restabeleció la calma*”; e em latim cita, entre outros, Virgílio: “*Me tamen urit amor*”. Diante desses exemplos, o autor questiona a influência dos pretos no Brasil sobre as variações pronominais, uma vez que, segundo ele, se se pudesse notar alguma influência no português do Brasil, seria a dos povos ditos mais cultos.

Ou se ha de seguir o que todos os escriptores fizeram e fazem, em todas as linguas latinas e neo-latinas, inclusive o portuguez, que está a impor, apesar de tudo, esse modo de fallar e escrever, ou se ha de ficar com a *manqueira* de um portuguez viciado ou decrepito, que já nem dá pelo que é seu e com a lição do sr. Figueiredo precisamente viciada e erronea, mesmo pelo muito que andou aprendendo das linguas dos pretos d’Africa (MEIRA, 1909, p. 55-56).

Percebe-se, com isso, que Figueiredo tentava justificar a origem da variação pronominal do Brasil atribuindo-a aos escravos africanos, de forma pejorativa, para invalidar este uso. Por outro lado, Augusto Meira se empenha em afastar dos escravos a responsabilidade da criação desta forma de falar e escrever, legitimando essas variações, ao atribuí-las à influência das línguas neolatinas e do latim. Percebe-se então que não só Figueiredo tinha preconceito contra os negros vindos da África (como citado na seção 2), como também Augusto Meira, pois ele não aceita que

o uso defendido por ele esteja ligado à influência dos povos afrodescendentes.

Meira, então, encerra o capítulo com a seguinte ironia: “Não ha duvida: com *grammaticos* de tal envergadura, a mocidade de nossas escolas está bem servida” (MEIRA, 1909, p. 56, grifos do autor). Este texto evidencia que o intelectual paraense considera as ideias de Figueiredo inadequadas para as escolas brasileiras porque este nega a próclise em início de enunciado como uma forma legítima do falar.

3.4 REGRA DE TAMANQUEIRA – RUY BARBOSA E ERNESTO CARNEIRO

O penúltimo capítulo de *Esthesia Philologica* (1909) se destina a examinar a visão dos insignes mestres (como Meira os chama) Ruy Barbosa (1849-1923) e Ernesto Carneiro (1839-1920). Ruy Barbosa (advogado e filólogo) travou uma discussão com Ernesto Carneiro (médico e gramático), professor de Ruy Barbosa, sobre a revisão da ortografia do projeto do primeiro Código civil brasileiro no início do século XX.

Embora os dois autores apresentem uma visão diferente da visão de Meira (1909), sobre o uso do pronome oblíquo em início de enunciado, os dois discordam entre si em alguns pontos. Então, o autor paraense se aproveita disso para dar consistência a sua tese de que, no português brasileiro, é legítimo iniciar um enunciado com um pronome oblíquo.

A discordância entre Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro, citada em *Esthesia Philologica* se refere à escrita do projeto do Código civil. Meira (1909, p. 58) destaca o seguinte enunciado do referido documento:

Se a simulação for absoluta, sem que tenha havido a intenção de prejudicar a terceiros, ou violar disposição de lei, e se for assim provado, a

requerimento de algum dos contraentes – **se julgará** o ato inexistente (grifo nosso).

Na visão de Ruy Barbosa, a colocação do pronome em “se julgará” é errada, enquanto que para Ernesto Carneiro é considerada certa. O filólogo defende que este teria sido um erro, pois “não se começa phrase alguma, em portuguez, pelas variações pronominaes obliquas” (Meira, 1909, p. 59) e, ironicamente, esta foi uma regra formulada por Ernesto Carneiro. Ruy Barbosa argumenta:

Acareada, assim como o texto parlamentar, a regra philologica, a illação era irresistivel. Em “se julgará o acto inexistente” se (!!) me antolhava uma phrase principiada por uma das variações pronominaes obliquas enumeradas pelo Dr. Carneiro, n’este topico do seu tractado

Logo estava errada a phrase.

Por que? Por que se devia suppôr certo o canon formulado pelo mestre (MEIRA, 1909, p. 59)

Augusto Meira observa que, na tentativa de se justificar, Ruy Barbosa apresentou duas razões: a primeira está em considerar a colocação errônea simplesmente por existir uma regra formulada por um mestre – Ernesto Carneiro – que diz que tal uso é inadequado; e a segunda razão (que Meira considera aceitável), que vem como resposta ao argumento de Ernesto Carneiro, abaixo, está em que Ruy Barbosa faz a aplicação da regra considerando que não há diferença entre o uso do *se* começando a frase que inicia o período e o uso do *se* começando qualquer outra frase incluída no período (oração subordinada).

Ernesto Carneiro, por sua vez, alega que o modo de escrever do projeto está correto e que Ruy Barbosa cometeu um equívoco. Carneiro justifica seu posicionamento considerando onde seria o princípio da

frase, que, segundo ele não inicia em “se julgará”, pois “se julgará o acto inexistente” é uma parte da frase, uma subordinada, a qual a oração principal do período é a que lhe precede.

Nota-se, que a discussão entre os dois autores se deu pela materialidade do início do período, o que, para Meira (1909), é gramaticalmente secundária. O autor considera que Ruy Barbosa foi perfeitamente feliz em considerar que em *se julgará* há uma frase (por nós, considerada enunciado) que começa com um pronome oblíquo. Porém, Meira (1909) pondera que mesmo firmado no princípio certo, da *ilação*¹⁵ *irresistível*, em vez de incorporar-se ao erro e agravá-lo, Ruy Barbosa deveria rejeitar a regra de Carneiro e de outros gramáticos que consideram que nenhuma frase deve ser iniciada pelo pronome oblíquo átono. Em contrapartida, Meira (1909) argumenta que Ernesto Carneiro, ao afirmar que o projeto estava certo, não teve a ousadia de dominar o equívoco de Ruy Barbosa e demonstrar que é possível iniciar um período pela variação pronominal, como se observa a seguir:

Carneiro, por sua vez, depois de afirmar que o caso do Projecto estava certo, não teve a coragem de lançar ousadamente a péla mais longe, não teve a felicidade, direi mesmo, a graça de compreender, que podia, ainda, dominar o equívoco de Ruy Barbosa, demonstrando que mesmo no inicio do periodo, também é possível, sem erro, começar pela variação pronominal (MEIRA, 1909, p. 63).

Meira (1909) explica que, por considerar os dois casos idênticos, tanto o início do período quanto o das subordinadas incluídas nele, Ruy Barbosa afirma que não se deve começar nenhum dos dois com a

¹⁵ De acordo com o dicionário “Novíssimo Aulete” (Geiger, 2011), na lógica, *ilação* se refere à conclusão, dedução, inferência dos fatos, afirmações ou circunstâncias.

variação pronominal, ou seja, não se deve iniciar frase alguma com o pronome oblíquo. Enquanto que, sob outra perspectiva, Carneiro afirma que é preciso distinguir onde se inicia a frase, podendo fazer o uso da anteposição em um caso e em outro não. Isto é, Carneiro considera admissível iniciar a frase pelo pronome oblíquo, desde que esta seja uma subordinada dentro do período. Diante disso, Meira (1909, p. 66) avalia que “As regras dos dois mestres estão ambas erradas e por isso, destoam, por si se destroem. São regras de ‘tamanqueiro’¹⁶”.

Carneiro argumenta ainda que esta é uma questão de *mais frequência*, ou seja, que nesse caso é mais comum encontrar a posposição do pronome ao verbo, mas segundo Meira (1909) isso não autoriza a taxar de errôneo o contrário. Augusto Meira explica, ainda, que o fato de ser um uso mais frequente, não implica na obrigatoriedade de ser a única forma aceita como correta, já que existe outra variação em uso.

Com o objetivo de mostrar que é possível iniciar um enunciado com o pronome oblíquo, Meira (1909, p. 64) cita alguns exemplos, entre os quais: Em Gonçalves Dias, “Te vejo, te procuro / Teus mudos passos sigo”; em Castro Alves, “Me fazem tremer de frio / Como os juncos da lagôa”; em Graça Aranha, “Se apeie, moço”; em José de Alencar, “Me levais para outro terreno”, “Te denunciarei, sim, pois que esta é a palavra”.

Affirmo, portanto, categoricamente, com Carneiro, que o caso do projeto está direito. Voto contra Ruy Barbosa. Affirmo, categoricamente, que os casos são idênticos, por illação irresistível. Voto contra Carneiro (MEIRA, 1909, p. 65).

¹⁶ Essa palavra citada por Meira que faz referência a “tamanqueiro de obra grossa”, expressão utilizada pelo próprio Ruy Barbosa para se referir a alguém inexperiente.

Apoiando-se no que considera verdadeiro nas colocações dos metres – tanto o fato de que o projeto estaria certo, defendido por Ernesto Carneiro, quanto o fato de o lugar ocupado pelo pronome oblíquo ter igual valor nos dois casos apontado por Ruy Barbosa – Meira (1909) afirma que a variação pronominal, com a colocação do pronome oblíquo em início de frase, pode ser usada em ambos os casos: seja no início da frase inicial ou oração inclusa no período.

O autor de *Esthesia Philologica*, finalmente, pondera que, acima do dogma e da autoridade, existe um princípio mais alto, que abate os grandes e exalta os pequenos: a verdade – que seria “a perfeita adaptação, a equação rigorosa do nosso espírito á realidade condicionada, significativa das cousas” (p. 67) – a qual Meira (1909) defendia. Isto é, o autor brasileiro, ao apresentar fatos da língua fazendo uma amostra documental que atesta a ocorrência da variação pronominal por ele defendida, considera legítima a validade do uso dos pronomes oblíquos átonos em início de enunciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo traz contribuições para o estudo da variação na colocação dos pronomes oblíquos, fenômeno já muito discutido no início do século XX, de modo a analisar o uso do pronome oblíquo átono em início de enunciado, proposto tanto por gramáticos quanto por outros intelectuais contemporâneos a Augusto Meira.

No início do século XX, Augusto Meira defende a tese, também defendida por Paulino de Brito, de que o português brasileiro apresenta variações em relação ao português de Portugal, sobretudo nas colocações pronominais. No que se refere à colocação do pronome oblíquo

átono, o intelectual defende a próclise em início de enunciado, diferente do que acontece em Portugal, em que, no mesmo ambiente linguístico, é produtivo o uso da ênclise.

Contudo, Meira (1909), por vezes, desconsidera completamente as ideias que não estejam de acordo com as dele. Refuta as variações pronominais do português europeu, negando o uso da ênclise em início de enunciado e considerando o uso da próclise no mesmo ambiente linguístico como sendo um uso superior ao uso em Portugal. É perceptível que o autor não analisa a ocorrência das variações pronominais do português brasileiro do ponto de vista da sua legitimidade, por ser uma forma válida recorrente no contexto linguístico do Brasil, mas busca demonstrar a superioridade da variedade brasileira pela ocorrência em clássicos da literatura, no latim e nas línguas neolatinas. Entretanto, os exemplos extraídos dos textos clássicos, latinos e neolatinos não servem para justificar superioridade da forma brasileira nem para validar a variação pronominal. Primeiro porque não existe variedade superior ou inferior; o que há são formas diferentes e legítimas do português. Depois, o que legitima a variedade brasileira não é o fato de ter sido uma ocorrência encontrada no latim, nossa língua mãe, ou em outras línguas neolatinas ou por ter sido usada em outros momentos ao longo da história, mas o fato de ser uma forma recorrente no Brasil no contexto linguístico do início do século XX, atravessando o século XXI.

REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

MEIRA, Augusto. *Esthesia Philologica: variações pronominaes*. Belém: Imprensa Oficial do Pará, 1909.

OUTRAS FONTES

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Edição comemorativa do centenário de Iracema. Ed. MEC. 1965.
- BORGES, Valdeci Rezende. *Manuel Pinheiro Chagas leitor crítico de José de Alencar: a censura e a resposta*. Rio de Janeiro: Intellèctus. v. 9, n. 2. 2010.
- BRITO, Paulino de. *Brasileirismo de colocação de pronomes*. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1908.
- CASTRO, César Augusto. *Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970)*. Revista eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005.
- CAVALIERE, Ricardo. *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*. Alfa, São Paulo, v. 45, 2001.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brasileira – José d’Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da viúva Moré, 1867. p. 212-224.
- COSTA, Thaís de Araújo da. *Dizeres sobre Said Ali: o movimento ambíguo de significação e sua obra em textos historiográficos*. Revista Porto das Letras, Vol. 06, Nº 5. 2020, p. 173-199.
- DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: A gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). In.: DUARTE, Raimunda Dias [et al] (orgs). *A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- DUARTE, Raimunda Dias. *Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã*. São Paulo: Pontes Editores, 2018.
- FÁVERO, Leonor Lopes. A produção gramatical brasileira no século XIX – Da gramática filosófica à gramática científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de. (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo, 2000. p. 181-191.
- FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Marcia. *As concepções linguísticas do no Século XIX: a gramática do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- FIGUEIREDO, Candido de. *O problema da colocação de pronomes*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1928 [1ª ed. de 1909].
- GEIGER, Paulo (org.). *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- GURGEL, Silvana. *O período dos estudos lingüísticos brasileiros ditos científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Unemat Editora, 2001.
- ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Unemat Editora, 2001.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- RIBEIRO, João. *Diccionario Grammatical*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008 [1ª ed. de 1950].
- SAID ALI, Manuel. *Estudos de linguística: as colocações dos pronomes pessoais na linguagem corrente*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 61, p. 463-474, jul.-dez. 2021 [publicação original de 1895].
- SILVA, Hosana dos Santos. *Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo*. Porto Alegre: Cadernos do IL, n.º 55, dezembro de 2017. p. 114-129.
- SOUSA, Cleber Cristiano de; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. *A gramática e a gramatização: o ensino da gramática e o processo de gramatização brasileiro*. Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas. Vol. 19, ano 12, n. 2, 2015.

AUTORAS

Arlene da Costa Sá - Graduada em Letras Língua Portuguesa, pela Faculdade de Ciências da Linguagem, Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba (UFPA). Cursando Educação Especial e Inclusão e Gestão Escolar e Administração pela Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará (FAETE). E-mail: arlenedcs98@gmail.com

Andréia Feio da Costa - Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA)/Campus de Abaetetuba. Pós-graduanda em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: andreiamaiiky1989@gmail.com

Danielly Santos Machado - Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba. Cursando Educação Especial e Inclusão e Gestão Escolar e Administração pela Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará (FAETE). E-mail: daniellymachado99@gmail.com

Gleice Helem Ferreira Rodrigues - Graduada em Letras, Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba (UFPA). Professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação do Pará. E-mail: gleice.hellem@hotmail.com

Nilvane de Souza Oliveira Barros - Graduada em Letras, Língua Francesa pela Universidade Federal do Pará/Belém (UFPA) e Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba (UFPA). Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). E-mail: nilvanebarros@gmail.com

Michaelly Almeida de Menezes - Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba. Professora de Língua Portuguesa no Sistema de Ensino Vestibulando. E-mail: michaellymenezes557@gmail.com

Raimunda Dias Duarte - Graduação em Letras-Língua Portuguesa, Mestrado em Letras-Linguística e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará/Belém (UFPA). Professora Adjunta IV da Universidade Federal do Pará/Campus de Abaetetuba. Líder do Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA). E-mail: rayduart@ufpa.br

Rosane Barros de Melo - Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pós-graduanda em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Mestranda no programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Voluntária no Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia. Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR - seção Pará). E-mail: rosanesilva722@gmail.com

Rosenita Fernandes Braga - Graduada em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Abaetetuba. Mestranda em estudos linguísticos PPGL(UFPA). Professora de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Tomé-Açu/Pará. E-mail: nyta_braga@hotmail.com



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org